

ARQUIVO HISTÓRICO MUNICIPAL DE CASCAIS

5^a EDIÇÃO
junho 2016



guia digital

CASCAIS

Tudo começa nas pessoas

GUIA

«Instrumento de descrição arquivística elaborado para efeitos de comunicação que abrange, numa perspetiva exaustiva ou seletiva, um ou mais acervos documentais. Poderá incluir informação de carácter geral, normalmente sumária, sobre a(s) entidade(s) de custódia e menção de outras fontes de informação sobre os conjuntos documentais a que se refere. Nos guias exaustivos a descrição situa-se, por via de regra, ao nível dos conjuntos documentais mais vastos: arquivos ou coleções factícias»

NP 4041. 2005, Informação e Documentação – *Terminologia arquivística : conceitos básicos*. Lisboa : IPO.

ARQUIVO HISTÓRICO MUNICIPAL DE CASCAIS

Complexo Multisserviços da Câmara Municipal de Cascais
Estrada de Manique, n.º 247, Alcoitão
2645-131 Alcabideche

E-MAIL

arquivo.historico@cm-cascais.pt

TELEFONES

21 481 57 58 | 21 481 57 38

HORÁRIO DE FUNCIONAMENTO

2.ª – 6.ª feira | 09h00 – 17h00

INTERNET

cascais.pt/area/arquivo-historico-municipal

PESQUISA – ARQUIVO HISTÓRICO DIGITAL

cascais.pt/arquivohistoricodigital

ÍNDICE

- 006 APRESENTAÇÃO
- 008 QUADRO DE CLASSIFICAÇÃO DOCUMENTAL
- 010 ARQUIVO HISTÓRICO MUNICIPAL DE CASCAIS
- 013 ARQUIVOS DA ADMINISTRAÇÃO CENTRAL
DESCONCENTRADA
- 014 Administração do Concelho de Cascais
- 017 Estação de Saúde do Porto de Cascais
- 019 Inspeção de Espetáculos de Cascais
- 021 Junta de Turismo da Costa do Estoril
- 024 Regedoria da Freguesia de Cascais
- 026 ARQUIVOS DA ADMINISTRAÇÃO LOCAL
- 027 Câmara Municipal de Cascais
- 039 Junta de Freguesia de Alcabideche
- 043 Junta de Freguesia de Carcavelos
- 047 Junta de Freguesia de Cascais
- 051 Junta de Freguesia do Estoril **NOVO**
- 055 Junta de Freguesia de S. Domingos de Rana **NOVO**
- 060 ARQUIVOS ASSOCIATIVOS
- 061 Associação Empresarial do Concelho de Cascais **REVISTO**
- 063 Associação Escola 31 de Janeiro **REVISTO**
- 065 Associação Humanitária de Bombeiros Voluntários de S. Domingos de Rana e Carcavelos **REVISTO**
- 067 Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Alcabideche **REVISTO**
- 069 Associação Naval de Lisboa **REVISTO**
- 072 Associação de Socorros Mútuos de Alcabideche **REVISTO**
- 074 Centro de Cultura e Desporto do Pessoal do Município de Cascais **NOVO**
- 077 Comissão Concelhia da União Nacional em Cascais **REVISTO**
- 079 Clube Naval de Cascais **REVISTO**
- 082 Clube Nacional de Ginástica **NOVO**
- 084 Clube Naval de Lisboa **REVISTO**
- 087 Club da Praia **REVISTO**
- 089 Estudantina Recreativa de S. Domingos de Rana **NOVO**
- 091 Federação Portuguesa de Remo **REVISTO**
- 093 Grupo de Instrução Musical e Beneficência da Rebelva **NOVO**
- 095 Grupo de Instrução Popular da Amoreira **REVISTO**
- 097 Grupo Musical e Desportivo 9 de Abril de Trajouce **NOVO**
- 099 Grupo Musical e Desportivo 31 de Janeiro de Manique de Baixo **REVISTO**
- 101 Grupo Recreativo e Dramático 1.º de Maio de Tires **REVISTO**
- 103 Grupo Recreativo e Familiar de Murches **NOVO**
- 105 Grupo Recreativo Matos-Cheirinhos
- 107 Grupo Sportivo de Carcavelos **NOVO**
- 110 Grupo de Solidariedade Musical e Desportiva de Talaíde **NOVO**
- 113 Parede Futebol Clube **NOVO**
- 115 Sporting Club de Cascais **REVISTO**
- 117 Sociedade de Educação Social de S. João do Estoril **REVISTO**
- 119 Sociedade de Instrução e Recreio de Janes e Malveira **REVISTO**
- 121 Saint Julian's School Association **NOVO**
- 123 Sociedade Musical Sportiva Alvidense **REVISTO**
- 125 Sociedade Musical União Paredense
- 127 Sociedade Propaganda de Cascais **REVISTO**
- 129 Sociedade Recreativa Musical de Carcavelos **REVISTO**
- 131 Troupe União 1.º de Dezembro Caparidense **REVISTO**

ÍNDICE

133 ARQUIVOS ECLESIÁSTICOS

- 134 Arciprestado de Cascais
- 136 Comissão de Festas de Nossa Senhora da Conceição em Alcabideche
- 138 Comissão de Festas de Nossa Senhora do Cabo Espichel
- 140 Confraria de Nossa Senhora da Assunção
- 142 Confraria de Nossa Senhora dos Prazeres e S. Pedro Gonçalves Telmo
- 144 Confraria do Santíssimo Sacramento de S. Vicente de Alcabideche
- 146 Escrivão do Eclesiástico REVISTO
- 148 Irmandade de Nossa Senhora do Rosário
- 150 Ordem Terceira de Cascais

152 ARQUIVOS EMPRESARIAIS

- 153 Colégio da Bafureira REVISTO
- 155 Eastern Telegraph Company Limited NOVO
- 157 Grande Hotel Estrade
- 159 Hotel Palácio REVISTO
- 161 Jornal da Costa do Sol REVISTO
- 163 Sociedade de Moagem Carcavelos
- 165 Teatro Experimental de Cascais NOVO

167 ARQUIVOS ESPECIAIS

- 168 Coleção António Capucho
- 171 Coleção Almarjão
- 173 Coleção Cartográfica do Município REVISTO
- 175 Coleção José de Matos-Cruz REVISTO
- 177 Coleção José Santos Fernandes
- 179 Coleção Maria Albertina Madruga
- 181 Coleção Municipal de Bilhetes-postais Ilustrados
- 183 Coleção Manuel Eugénio Fernandes da Silva REVISTO
- 185 Coleção Monsenhor Elviro dos Santos

188 ARQUIVOS FAMILIARES

- 189 Faros da Casa do Vimieiro
- 191 José Jorge Ribeiro
- 193 Luís Marques e Susan Lowndes
- 197 Marqueses de Cascais REVISTO
- 200 Maria José Lacerda e Mello
- 203 Pedro Vieira da Fonseca

205 ARQUIVOS FOTOGRÁFICOS

- 206 Coleção Antiga do Município
- 208 Coleção António Passaporte
- 211 Coleção César Guilherme Cardoso
- 214 Coleção Família Castelo Branco
- 216 Coleção Sérgio Álvares da Guerra

218 ARQUIVOS JUDICIAIS

- 219 Juízos de Paz de Cascais e Rana

221 ARQUIVOS PESSOAIS

- 222 António Branquinho da Fonseca REVISTO
- 225 Ana Maria Ferreira
- 227 Arquiteto Silva Júnior REVISTO
- 229 Embaixador Armando Martins Janeira REVISTO
- 234 Escritora Cacilda Celso REVISTO
- 236 General Jacinto Parreira
- 240 João Cordeiro Pereira
- 242 Maestro Mário Clarel REVISTO
- 244 Pintor Eduardo Leite
- 246 Pedro de Melo e Alvim

248 SIGLAS E ABREVIATURAS

249 GLOSSÁRIO

259 REGULAMENTO

APRESENTAÇÃO

Fundado a 25 de agosto de 1987, o Arquivo Histórico Municipal de Cascais tem por missão a recolha, organização, preservação e difusão da documentação de conservação permanente à sua guarda, fundamental para a reconstituição do passado do município. Neste sentido, para além da gestão de documentos produzidos e recebidos pela Câmara Municipal no exercício da sua atividade, cumpre-lhe, ainda, o tratamento de toda a documentação considerada de interesse para o efeito, recebida por compra, depósito ou doação, bem como a promoção de edições, exposições e conferências relacionadas com o acervo ou a história local.

Em 2008, tendo por base o X-Arq, software que obedece à ISAD (G) – Norma Geral Internacional de Descrição Arquivística – e ISAAR (CPF) – Norma Internacional Arquivística para as Entradas de Autoridade de Entidades, Pessoas e Famílias – o Arquivo Histórico Municipal iniciou um projeto de informatização que conduziria à criação do Arquivo Histórico Digital de Cascais, ao qual se associaram outros importantes núcleos arquivísticos municipais, como a Casa Reynaldo dos Santos | Irene Quilhó dos Santos e o Museu da Música da Música Portuguesa - Casa Verdades de Faria. Por intermédio desta nova funcionalidade, em constante atualização, ficaram, assim, acessíveis à distância de um clique descrições e digitalizações de milhares de documentos, que poderão ser gradualmente pesquisados, a diferentes níveis.

No âmbito da informatização, o Arquivo Histórico Municipal de Cascais procedeu, também desde 2008, à georreferenciação de documentação no Sistema de Informação Geográfica Municipal, cuja utilidade esteve na base da implementação de um inovador interface SIG/X-Arq, que permite a associação de diversas tipologias documentais, facultando modalidades de pesquisa remota que respondem a necessidades identificadas junto dos utilizadores e contribuem para a desburocratização e simplificação da consulta do acervo,



nomeadamente no que concerne aos processos de obras e às coleções fotográficas e de bilhetes-postais ilustrados.

Por intermédio do PRADIM – Programa de Recuperação de Arquivos e Documentos de Interesse Municipal – o Arquivo Histórico Municipal tem, desde 2006, recolhido, por depósito ou doação, documentação relevante para a manutenção da memória coletiva, casos dos arquivos do Arquiteto Silva Júnior (Casa do Alentejo), Associação Empresarial do Concelho de Cascais, Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Alcabideche, Associação Humanitária de Bombeiros Voluntários de Carcavelos e S. Domingos de Rana, Associação Escola 31 de Janeiro, Associação Naval de Lisboa, Centro de Cultura e Desporto do Pessoal do Município de Cascais, Clube Nacional de Ginástica, Clube Naval de Cascais, Clube Naval de Lisboa, Colégio da Bafureira, Eastern Telegraph Company, Embaixador Armando Martins Janeira, Escritora Cacilda Celso, Estudantina Recreativa de S. Domingos de Rana, Federação Portuguesa de Remo, General Jacinto Parreira, Grupo de Instrução Musical e Beneficência da Rebelva, Grupo de Instrução Musical e Desportivo

da Abóboda, Grupo de Instrução Popular da Amoreira, Grupo Musical e Desportivo 9 de Abril de Trajouce, Grupo Recreativo e Dramático 1.º de Maio de Tires, Grupo Recreativo e Familiar de Murches, Grupo Recreativo Matos-Cheirinhos, Grupo de Solidariedade Musical e Desportiva de Talaíde, Grupo Sportivo de Carcavelos, Hotel Palácio, Jornal da Costa do Sol, Junta de Freguesia de Cascais, Junta de Freguesia do Estoril, Junta de Freguesia de S. Domingos de Rana, Junta de Turismo da Costa do Estoril, Luís Marques e Susan Lowndes, Maestro Mário Clarel, Maria José Lacerda e Mello, Parede Futebol Clube, Pintor Eduardo Leite, Saint Julian's School Association, Sociedade de Educação Social de S. João do Estoril, Sociedade Musical União Paredense, Sociedade de Instrução e Recreio de Janes e Malveira, Sociedade Musical e Sportiva Alvidense, Sociedade Propaganda de Cascais, Sociedade Recreativa Musical de Carcavelos, Teatro Experimental de Cascais e Troupe União 1.º de Dezembro Caparidense, assim como parte das coleções António Capucho, José Santos Fernandes, Maria Albertina Madruga e Manuel Eugénio Fernandes da Silva, que foram ou estão a ser alvo de tratamento, com vista à sua disponibilização a todos os interessados. Foram ainda concluídos os acordos para o depósito dos arquivos da Associação Humanitária de Bombeiros Voluntários de Cascais, Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários dos Estoris, Bailarina Noémia Ferraz, Casa de Louriçal, Grupo Recreativo Livramento Estoril Clube, Junta da União de Freguesias de Carcavelos e Parede, que em breve transferirão os seus acervos para o AHMCSC.

O Arquivo Histórico Municipal de Cascais assegura a preservação dos mais relevantes documentos para a reconstituição do passado de Cascais, de 1387 a 2016, datas extremas das fontes que disponibiliza, a diferentes níveis, para consulta presencial e on-line, atualmente organizadas em 91 Fundos e Coleções, reunidos em 10 Grupos de Arquivos, que em seguida se apresentam.



Casa Henrique Sommer, Cascais

QUADRO DE CLASSIFICAÇÃO DOCUMENTAL

«Esquema de organização de um acervo documental ou de um arquivo intermédio ou definitivo, observando os princípios da proveniência e do respeito pela ordem original, para efeitos de descrição arquivística e/ou instalação». NP 4041. 2005, Informação e Documentação – *Terminologia arquivística : conceitos básicos*. Lisboa : IPQ.

AACD ARQUIVOS DA ADMINISTRAÇÃO CENTRAL DESCONCENTRADA

ACC	Administração do Concelho de Cascais
ESPC	Estação de Saúde do Porto de Cascais
IEC	Inspeção de Espetáculos de Cascais
JTCE	Junta de Turismo da Costa do Estoril
RFCS	Regedoria da Freguesia de Cascais

AADL ARQUIVOS DA ADMINISTRAÇÃO LOCAL

CMC	Câmara Municipal de Cascais
JFAL	Junta de Freguesia de Alcabideche
JFCR	Junta de Freguesia de Carcavelos
JFCS	Junta de Freguesia de Cascais
JFES	Junta de Freguesia do Estoril
JFSD	Junta de Freguesia de S. Domingos de Rana

AASS ARQUIVOS ASSOCIATIVOS

AECC	Associação Empresarial do Concelho de Cascais
AEJ	Associação Escola 31 de Janeiro
AHBCR	Associação Humanitária de Bombeiros Voluntários de S. Domingos de Rana e Carcavelos
AHBVA	Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Alcabideche
ANL	Associação Naval de Lisboa
ASMA	Associação de Socorros Mútuos de Alcabideche
CCD	Centro de Cultura e Desporto do Pessoal do Município de Cascais
CNG	Clube Nacional de Ginástica
CCUN	Comissão Concelhia da União Nacional em Cascais
CNC	Clube Naval de Cascais
CNL	Clube Naval de Lisboa
CPR	Club da Praia

ERSR	Estudantina Recreativa de S. Domingos de Rana
FPR	Federação Portuguesa de Remo
GIMBR	Grupo de Instrução Musical e Beneficência da Rebelva
GIPA	Grupo de Instrução Popular da Amoreira
GMDT	Grupo Musical e Desportivo 9 de Abril de Trajouce
GMMB	Grupo Musical e Desportivo 31 de Janeiro de Manique de Baixo
GRDT	Grupo Recreativo e Dramático 1.º de Maio de Tires
GRFM	Grupo Recreativo e Familiar de Murches
GRMT	Grupo Recreativo Matos-Cheirinhos
GSC	Grupo Sportivo de Carcavelos
GSMDDT	Grupo de Solidariedade Musical e Desportiva de Talaíde
PFC	Parede Futebol Clube
SCC	Sporting Club de Cascais
GSC	Grupo Sportivo de Carcavelos
PFC	Parede Futebol Clube
SCC	Sporting Club de Cascais
SESJ	Sociedade de Educação Social de S. João do Estoril
SIJM	Sociedade de Instrução e Recreio de Janes e Malveira
SJS	Saint Julian's School Association
SMSA	Sociedade Musical Sportiva Alvidense
SMUP	Sociedade Musical União Paredense
SPC	Sociedade Propaganda de Cascais
SRMC	Sociedade Recreativa Musical de Carcavelos
TUDC	Troupe União 1.º de Dezembro Caparidense

AECL ARQUIVOS ECLESIÁSTICOS

ACR	Arciprestado de Cascais
CFSA	Comissão de Festas de Nossa Senhora da Conceição em Alcabideche
CFSC	Comissão de Festas de Nossa Senhora do Cabo Espichel

QUADRO DE CLASSIFICAÇÃO DOCUMENTAL

CNSA Confraria de Nossa Senhora da Assunção
CSPG Confraria de Nossa Senhora dos Prazeres e S. Pedro
Gonçalves Telmo
CSVA Confraria do Santíssimo Sacramentode S. Vicente
de Alcabideche
EEC Escrivão do Eclesiástico
INSR Irmandade de Nossa Senhora do Rosário
OTC Ordem Terceira de Cascais

AEMP ARQUIVOS EMPRESARIAIS

CBAF Colégio da Bafureira
ETCL Eastern Telegraph Company Limited
GHE Grande Hotel Estrade
HPL Hotel Palácio
JCS Jornal da Costa do Sol
SMC Sociedade de Moagem Carcavelos
TEC Teatro Experimental de Cascais

AESP ARQUIVOS ESPECIAIS

CAC Coleção António Capucho
CALM Coleção Almarjão
CCM Coleção Cartográfica do Município
CJMC Coleção José de Matos-Cruz
CJSF Coleção José Santos Fernandes
CMAM Coleção Maria Albertina Madruga
CMBP Coleção Municipal de Bilhetes-postais
Ilustrados
CMEF Coleção Manuel Eugénio Fernandes da Silva
CMES Coleção Monsenhor Elviro dos Santos

AFML ARQUIVOS FAMILIARES
FCV Faros da Casa do Vimieiro
JJR José Jorge Ribeiro
LMSL Luís Marques e Susan Lowndes
MCS Marqueses de Cascais
MJLM Maria José Lacerda e Mello
PVF Pedro Vieira da Fonseca

AFTG ARQUIVOS FOTOGRÁFICOS

CAM Coleção Antiga do Município
CAP Coleção António Passaporte
CCGC Coleção César Guilherme Cardoso
CFCB Coleção Família Castelo Branco
CSAG Coleção Sérgio Álvares da Guerra

AJDC ARQUIVOS JUDICIAIS

JPCR Juízos de Paz de Cascais e Rana

APSS ARQUIVOS PESSOAIS

ABF António Branquinho da Fonseca
AMF Ana Maria Ferreira
ASJ Arquiteto Silva Júnior
EAMB Embaixador Armando Martins Janeira
ECC Escritora Cacilda Celso
GJP General Jacinto Parreira
JCP João Cordeiro Pereira
MMC Maestro Mário Clarel
PEL Pintor Eduardo Leite
PMA Pedro de Melo e Alvim

ARQUIVO HISTÓRICO MUNICIPAL DE CASCAIS

CÓDIGO DE REFERÊNCIA: PT/CMCSC-AHMCSC

TÍTULO: Arquivo Histórico Municipal de Cascais

NÍVEL DE DESCRIÇÃO: Subentidade Detentora

ENDEREÇO: Complexo Multisserviços da Câmara Municipal de Cascais, Estrada de Manique, n.º 247, Alcoitão

CÓDIGO POSTAL: 2645-131 Alcabideche

TELEFONE: 21 481 57 58 | 21 481 57 38

E-MAIL: arquivo.historico@cm-cascais.pt

INTERNET: <http://www.cm-cascais.pt/sub-area/arquivo-historico-municipal>.

Arquivo Histórico Digital disponível para consulta em <http://www.cm-cascais.pt/arquivohistoricodigital>

SERVIÇOS:

Pesquisa documental presencial e on-line; Aconselhamento e orientação na investigação; Reprodução de documentos; Edição de instrumentos de descrição documental; Edição de fontes documentais e estudos de história local; Produção de exposições documentais e temáticas; Comemoração de efemérides; Serviço à comunidade educativa e Orientação de estágios

HORÁRIO: 2.^a – 6.^a feira [9h00 – 17h00]

HISTÓRIA ADMINISTRATIVA: O Arquivo Histórico Municipal de Cascais, arquivo público, administrativamente subordinado à Câmara Municipal de Cascais, foi criado por deliberação camarária de 1987-08-25, de forma a preservar e acessibilizar

a documentação municipal de conservação permanente, parte integrante do património histórico e cultural do concelho. Em 1990-11-06, a Câmara Municipal aprovou o seu regulamento, que seria ratificado pela Assembleia Municipal, em 1990-12-10, assumindo-se, então, enquanto «instituição que tem como atribuições reunir, conservar, dar tratamento arquivístico e difundir a documentação com valor histórico, quer de núcleos públicos, quer de núcleos privados, com interesse para o concelho». O novo Regulamento de Serviços de Arquivo, aprovado pela Câmara Municipal, em 2007-12-03, e pela Assembleia Municipal, em 2007-12-17, confirmou as suas competências, enquadrando-o num programa de gestão integrada de arquivos, que o atual Regulamento do Arquivo Municipal, aprovado pela Câmara Municipal, em 2014-02-10, aperfeiçoou. Ao Arquivo Histórico Municipal cumpre, assim, relativamente à documentação municipal, a gestão de todos os materiais correspondentes a processos concluídos, depois de prescritas as respetivas condições de reabertura, já não consultados pelos serviços e selecionados em função do seu valor arquivístico. Para além de preservar, tratar arquivisticamente e acessibilizar todos os documentos à sua guarda, tem, ainda, a responsabilidade de promover a recolha de documentação considerada de interesse para a história municipal, nacional ou internacional, por compra, depósito ou doação; propor a divulgação e publicação de documentos inéditos ou de trabalhos de investigação, designadamente acerca da história do município ou de figuras e temáticas que se relacionem com a documentação conservada; e fomentar a realização de atividades culturais, como exposições e conferências, tendo por mote o seu acervo ou a história local. Funcionou, desde a sua criação, no Museu-Biblioteca Condes de Castro Guimarães, sendo transferido, em 1997, para a Escola Monumento de D. Luís I e, em 2003, para o Complexo Multisserviços Municipal da Adroana. Prepara-se, todavia, a sua reinstalação na Casa Henrique Sommer, em Cascais, onde também se assumirá enquanto Centro de História Local.

FONTES E BIBLIOGRAFIA:

1910-1926 : a República em Cascais. Coord. António Carvalho ; investig. e textos de João Miguel Henriques. Cascais : Câmara Municipal, D. L. 2010. 21, [1] p. ISBN 978-972-637-237-0

António José Branquinho da Fonseca (1905-1974) : exposição comemorativa do seu nascimento. Coord. António Carvalho ; textos e seleção de peças João Miguel Henriques, Rui Trindade. Cascais : Câmara Municipal, 2006. 16 p.

António José Branquinho da Fonseca : uma vida (1905-1974). Lisboa : Fundação Calouste Gulbenkian ; Cascais : Câmara Municipal, 2001. 47, [1] p. ISBN 972-637-090-6

BETTENCOURT, Olga ; HENRIQUES, João Miguel - **Cem anos a ensinar : Colégio da Bafureira 1910-2010.** Cascais : Câmara Municipal, D. L. 2010. ISBN: 978-972-637-238-7

Carcavelos, a vinha e o vinho : coleção Almarjão : exposição. Cascais : Câmara Municipal, 2005. 21, [2] p.

Cascais : a história da vela. Coord. António Carvalho; investig., textos e seleção de imagens João Miguel Henriques, Olga Bettencourt. Cascais : Câmara Municipal, 2007. 55, [1] p.

Cascais : aqui nasceu o futebol em Portugal : 1888-1928 : exposição. Cascais : Câmara Municipal, [2004]. [33] p. ISBN 972-637-124-4

Cascais : aqui nasceu o futebol em Portugal : 1888-1928. Lisboa : Quimera ; Cascais : Câmara Municipal, D. L. 2004. 159 p. ISBN 972-637-124-4

CASCAIS. Câmara Municipal – **Cascais em 1755 : do terramoto à reconstrução** [Em linha]. Cascais : Câmara Municipal, D. L. 2005. [Consult. 26 maio 2014]. Disponível em WWW:<URL: http://www.cm-cascais.pt/bibliotecadigital/81982/81982_item1/81982_PDF/81982_PDF_24-C-R0150/81982_Obra%20completa_t24-C-R0150.pdf>. ISBN 972-637-154-6

CASCAIS. Câmara Municipal – **1914-1918 : Cascais na I Guerra Mundial** : cronologia [Em linha]. Cascais: Câmara Municipal, [2014]. [Consult. 5 Jun. 2015]. Disponível em WWW:<URL: http://issuu.com/agendacascais/docs/1914-1918_cascais_durante_a_i_guerr>. ISBN: 978-972-637-268-4

CASCAIS. Câmara Municipal – **Foral 1514-2014 : 500 anos do Foral Manuelino de Cascais** [Em linha]. Cascais: Câmara Municipal, [2014]. [Consult. 5 Jun. 2015]. Disponível em WWW:<URL: http://issuu.com/agendacascais/docs/500_anos_do_foral_manuelino_de_casc>. ISBN: 978-972-637-267-7

CASCAIS. Câmara Municipal - **Guia digital : Arquivo Histórico Municipal de Cascais** [Em linha]. 1ª ed. Cascais: C.M., 2012. [Consult. 10 ago. 2012]. Disponível em WWW:<URL:http://www.cm-cascais.pt/sites/default/files/anexos/gerais/guia_arquivo_historico.pdf>. ISBN: 978-972-637-248-6

HENRIQUES, João Miguel [et al.] – **Arquivo Histórico Municipal de Cascais: guia digital.** 2ª ed. Cascais : Câmara Municipal, 2013. 177 p. ISBN 978-972-637-252-3

CASCAIS. Câmara Municipal - **Guia digital : Arquivo Histórico Municipal de Cascais** [Em linha]. 3.ª ed. Cascais: C.M., 2014. [Consult. 11 ago. 2014]. Disponível em WWW:<URL:http://issuu.com/agendacascais/docs/2014_guia_digital_arquivo_hist__ric>. ISBN: 978-972-637-261-5

CASCAIS. Câmara Municipal - **O Estoril e as origens do turismo em Portugal** : 1911-1931 [Em linha]. Cascais : Câmara Municipal, 2011. [Consult. 28 maio 2012]. Disponível em WWW:<URL:<http://www.cm-cascais.pt/bibliotecadigital/136823/136823_item1/index.html>. ISBN 978-972-637-242-4

CASCAIS. Câmara Municipal - **O passado nunca passa : catálogo da coleção José Santos Fernandes**. Cascais: Câmara Municipal, 2010. ISBN: 978-972-637-219-6

CASCAIS. Câmara Municipal; Santa Casa de Misericórdia de Cascais - **S. João do Estoril e os banhos da Poça : a localidade e as termas** : 1838-1923. Cascais : Câmara Municipal; Santa Casa da Misericórdia, D. L. 2003. 90, [2] p. ISBN 972-637-104-X

D. Carlos de Bragança : 1863-1908 : instantes da vida de um rei em Cascais [Em linha]. Cascais : Câmara Municipal, 2008. 24 p. [Consult. 26 maio 2014]. Disponível em WWW:<URL:<http://www.cm-cascais.pt/bibliotecadigital/98540/98540_item1/98540_PDF/98540_PDF_24-C-R0300/98540_Obra%20completa_t24-C-R0300.pdf>. ISBN 978-972-637-177-9

Guia do Arquivo Histórico Municipal de Cascais. Cascais : Câmara Municipal, 1993. 95 p. ISBN 972-637-026-4

HENRIQUES, J. M.; BETTENCOURT, O.; RAMIREZ, T. - **História da vela em Cascais : da primeira regata à internacionalização** [Em linha]. Cascais : Câmara Municipal ; Lisboa : Inapa, 2007. 191 p. [Consult. 26 maio 2014]. Disponível internet:URL:<http://www.cm-cascais.pt/bibliotecadigital/93775/93775_item1/93775_PDF/93775_PDF_24-C-R0150/93775_Obra%20completa_t24-C-R0150.pdf>. ISBN 978-972-797-152-7

HENRIQUES, João Miguel - **Cascais 650 anos : território, história, memória : 1364-2014** [Em linha]. Cascais : Câmara Municipal, D.L. 2014. [Consult. 11 junho 2014]. Disponível em WWW:<URL:<http://issuu.com/agendacascais/docs/liv_cascais_650_site>. ISBN 978-972-637-260-8

HENRIQUES, João Miguel - **Cascais, 650 de história** [Em linha]. Cascais: Câmara Municipal, [2014]. [Consult. 26 maio 2014]. Disponível em WWW:<URL:<http://issuu.com/agendacascais/docs/2014_arquivos_650anos_vila_cascais_>. ISSN 978-972-637-258-5

HENRIQUES, João Miguel; PACHECO, Cristina - **Branquinho da Fonseca: um escritor na biblioteca** [Em linha]. Cascais: Câmara Municipal, 2012. [Consult. 28 maio 2012]. Disponível em WWW:<URL:<http://www.cm-cascais.pt/bibliotecadigital/146014/146014_item1/146014_PDF/146014_PDF_24_-C-R0072/146014_Obra%20completa_t24-C-R0072.pdf>. ISBN 978972-637-247-9

Nova Peregrinação : Armando Martins Janeira. Investig. e conceção Clara Pavão Pereira; Ingrid Bloser Martins. Cascais : Câmara Municipal, 1998. 39 p. ISBN 972-637-058-2

HENRIQUES, João Miguel; SEQUEIRA, Margarida; HENRIQUES, Fátima, ed. lit. - **História(s) do(s) mercado(s) de Cascais** : 1952-2014. Cascais: Câmara Municipal, D.L. 2014. 85, [11] p. ISBN 978-972-637-256-1

ARQUIVOS DA ADMINISTRAÇÃO CENTRAL DESCONCENTRADA

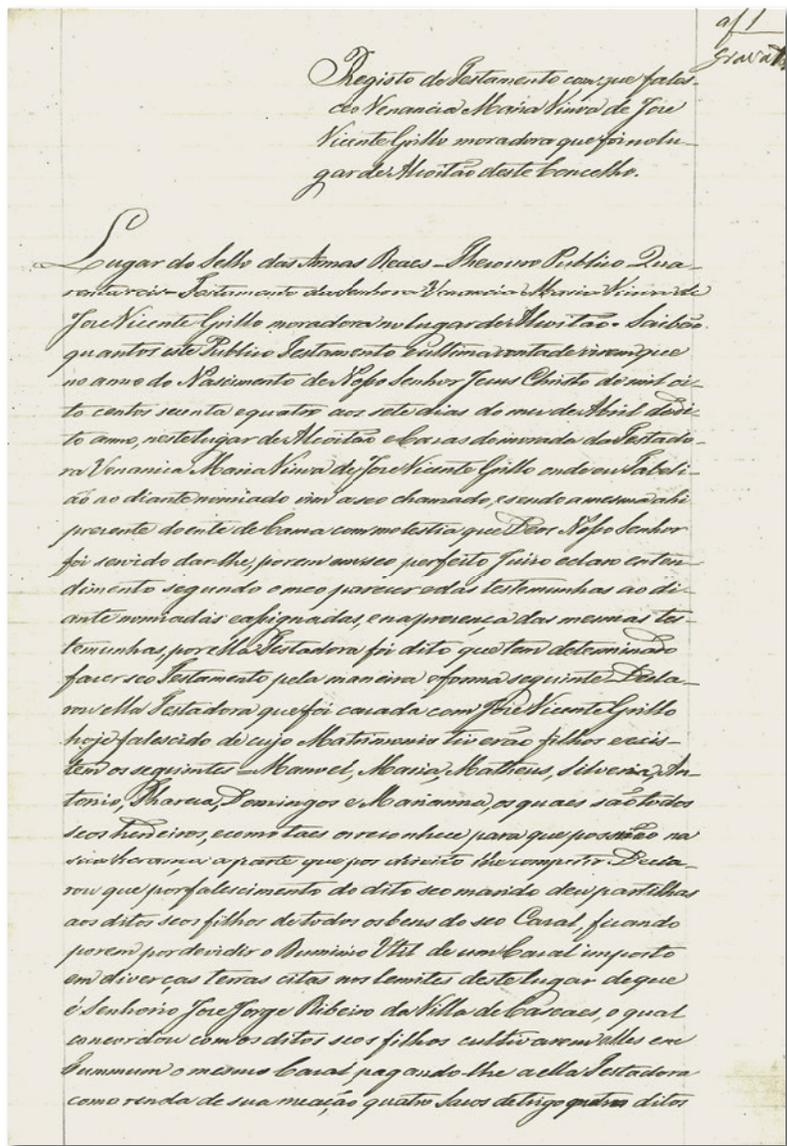
CÓDIGO DE REFERÊNCIA:
PT/CMCSC-AHMCSC/AACD

TÍTULO:
Arquivos da Administração Central Desconcentrada

NÍVEL DE DESCRIÇÃO:
Grupo de Arquivos

SISTEMA DE ORGANIZAÇÃO:
O grupo é constituído por 5 fundos:
Administração do Concelho de Cascais,
Estação de Saúde do Porto de Cascais,
Inspeção de Espetáculos de Cascais,
Junta de Turismo da Costa do Estoril
e Regedoria da Freguesia de Cascais

ADMINISTRAÇÃO DO CONCELHO DE CASCAIS



REGISTO DE TESTAMENTOS, 1864-04-07
[PT/CMCSC-AHMCSC/AACD/ACC]

CÓDIGO DE REFERÊNCIA: PT/CMCSC-AHMCSC/AACD/ACC

TÍTULO: Administração do Concelho de Cascais

DATAS: 1796-08-09 | 1975-02-19

NÍVEL DE DESCRIÇÃO: Fundo

EXTENSÃO/DIMENSÃO: 17,02 m. l. – 209 lv., 58 ds. e 58 pt.

SUPORTE: Papel

NOME DO PRODUTOR: Administração do Concelho de Cascais

HISTÓRIA ADMINISTRATIVA: As Administrações do Concelho foram criadas por decreto de 1835-07-18, que dividiu o país em Distritos Administrativos, compostos por Concelhos que, por sua vez, se subdividiam em Freguesias. O Administrador do Concelho, nomeado pelo Governo por um período de dois anos, tinha por objetivo a «execução das ordens, instruções e regulamentos que lhe forem transmitidos pelo Governador Civil». Cumpria-lhe «a direção imediata dos trabalhos públicos, que se efetuarem nos limites do concelho, e que não forem pagos pela municipalidade, ou incumbidos pelo Governo a uma inspeção particular»; «prover [...] ao fornecimento de bestas, carros e outros meios de condução para as tropas em marcha e ao aquartelamento e fornecimento delas e das que estacionarem em terras do seu Concelho»; «a superintendência e vigilância diária de tudo quanto respeita à polícia preventiva»; «a inspeção das escolas públicas, que não pertençam a estabelecimentos que têm um superior especial»; «a fiscalização sobre os lançamentos e cobranças das contribuições diretas»; «a proteção geral da indústria e das artes, e de tudo quanto possa concorrer para a utilidade e comodidade dos vizinhos»; «o recrutamento do Exército e alistamento da Guarda Nacional, em conformidade das leis»;

«fazer o recenseamento e mapa da população»; «dar e visar os passaportes e passar os bilhetes de residência, dando de tudo relação ao Governador Civil»; «inspecionar as prisões, casas de detenção, correção e as casas públicas»; «intender na polícia, e manter a boa ordem no exercício dos cultos, nas festas e regozijos públicos e nos espetáculos»; «inspecionar pesos e medidas, e tudo quanto possa interessar à segurança e fidelidade do comércio»; «executar as leis e regulamentos gerais de polícia sobre licenças para uso de armas»; «reprimir os atos contra os bons costumes e moral pública»; e fazer «cumprir as leis e regulamentos de polícia relativos aos mendigos, vadios e vagabundos». Note-se que, «como protetor dos moradores do concelho», lhe competia, igualmente, «proteger a liberdade individual, opondo-se a toda a prisão que for feita tumultuariamente, ou por pessoa que não tenha autoridades para a fazer». Refira-se, ainda, que, ao nível da execução das medidas de Polícia Municipal, tinha, também, por missão «prevenir, e reprimir quaisquer atos contrários à manutenção da tranquilidade pública» e assegurar «a conservação da boa ordem nos lugares em que se fazem grandes reuniões», assim como «as precauções necessárias para fazer cessar por meio da distribuição dos socorros convenientes às calamidades públicas», «as medidas sanitárias, tanto de prevenção, como de remédio» e «as providências adequadas para obviar ou remediar os acontecimentos desastrosos que possam ser causados por incêndios, inundações, por loucos que se deixem em liberdade e pela divagação de animais malfazejos». Não obstante as funções das Administrações dos Concelhos serem sucessivamente aperfeiçoadas, o decreto n.º 14812, de 1927-12-31, extingui-las-ia, passando a ser «desempenhadas nas secretarias das câmaras municipais, sob a direção dos respetivos chefes, as atribuições que [...] competiam às administrações dos concelhos», razão pela qual «os arquivos das administrações dos concelhos serão instalados junto dos arquivos das câmaras, continuando porém os atos e expediente da competência do administrador do concelho a ter livros e registos próprios».

Neste sentido, «enquanto os municípios estiverem sendo geridos por Comissões Administrativas de nomeação do Governo e da confiança do Governador Civil, o Presidente dessa Comissão será ao mesmo tempo Administrador do Concelho», prática que se manteria até que o Código Administrativo de 1936 eliminasse definitivamente esta autoridade

HISTÓRIA CUSTODIAL E ARQUIVÍSTICA: Na sequência da extinção da Administração do Concelho, o seu arquivo foi integrado no arquivo da Câmara Municipal de Cascais, sendo algumas das suas funções prosseguidas pela Secção Administrativa da Câmara Municipal de Cascais, como o denotam as datas de produção final de determinadas séries e, conseqüentemente, do fundo

FONTE IMEDIATA DE AQUISIÇÃO OU TRANSFERÊNCIA: A transferência deve ter sido efetuada na sequência da extinção das Administrações do Concelho, em 1927-12-31

ÂMBITO E CONTEÚDO: A documentação reflete a atividade da Administração do Concelho no domínio das funções definidas por legislação

SISTEMA DE ORGANIZAÇÃO: O fundo é constituído por 3 secções: Serviços Administrativos; Segurança Pública e Testamentos; e por 71 séries: Registo de correspondência recebida (1926-1930); Registo de correspondência recebida do Governo Civil de Lisboa (1919-1939); Correspondência recebida (1925-1939); Correspondência recebida do Governo Civil de Lisboa (1919-1954); Correspondência recebida da Polícia de Vigilância e Defesa do Estado (1940-1944); Copiadores e índices de correspondência expedida (1924-39); Copiador de correspondência confidencial expedida para o Governador Civil de Lisboa (1936-1939); Copiador de correspondência expedida para o Governador Civil de Lisboa (1922-1938); Copiador de telegramas expedidos (1916-1926); Correspondência recebida

e expedida relativa a expropriações (1932-1943); Editais (1930-1954); Registo de requerimentos (1926-1934); Registo de licenças diversas (1934); Processos de licenças diversas (1928); Registo de licenças de porta aberta (1934-1937); Processos de licenças de porta aberta (1934-1936); Registo de alvarás (1919-1924); Registo de alvarás de sociedades recreativas e desportivas (1927); Registo de alvarás de licença para exercício de indústrias insalubres, incómodas e perigosas (1924-1929); Termos de declaração e justificação de nomes (1911-1961); Termos de responsabilidade e abonação (1925-1970); Termos de fiança (1908-1919); Registo de orçamentos de irmandades, confrarias e outras instituições de caridade e beneficência (1934-1936); Autos de vistoria (1924-1925); Autos de posse (1913-1975); Autos de posse e juramentos de empregados do caminho-de-ferro (1911-1952); Registo de autos administrativos (1911-1915); Registo de receita e despesa (1918-1938); Registo auxiliar de receita e despesa (1924); Registo mensal e divisão de emolumentos (1931-1932); Registo de preços de géneros de primeira necessidade (1932-1936); Registo de média de salários (1927-1935); Recibos (1928-1937); Registo de atestados de higiene e sanidade para venda de leite (1934-1935); Correspondência recebida do Comissariado do Desemprego (1932-1940); Registo de termos de abonação para licença de porte de arma (1927-1928); Termos de abonação para licença de porte de arma (1911-1924); Registo de processos de licença de porte de arma (1927-1928); Processos de licença de porte de arma (1926-1936); Registo de licenças para uso e porte de arma de defesa (1927-1936); Registo de licenças para uso e porte de arma de caça e defesa pessoal (1927-1930); Registo de processos de licença para uso e porte de arma de caça (1927-1930); Declarações de posse de arma (1927-1943); Cadastro de identificação de titulares de licença de porte de arma (1923-1927); Processos de pedido de autorização para uso de explosivos (1930-1952); Requisições de explosivos (1940-1951); Autos de posse de guardas-noturnos (1918-1937); Registo de cabos chefe e cabos de polícia (1916-

1958); Registo de participações de empregados (1928-1941); Registo de participações (1918-1941); Participações (1928-1937); Autos de transgressão (1928-1929); Registo de queixas (1920-1941); Processos de queixas (1928-1939); Processos-crime (1912-1945); Registo de sentenças de processos administrativos (1916); Registo de mandados para intimação ou captura (1931-1941); Registo de presos (1921-1941); Registo de bilhetes de identidade (1918-1942); Registo de bilhetes de residência de estrangeiros (1916-1938); Registo de passaportes e títulos de residência de estrangeiros (1796-1857); Cadastro de identificação de titulares de bilhetes de residência (1926); Certidões de óbito (1896-1945); Registo de livros de registo de testamentos (1910-1935); Registo de testamentos (1836-1936); Registo de cópias de testamentos (1900-1901); Autos de apresentação de testamentos abertos (1931-1934); Registo de testamentos cerrados (1868-1879); Autos de apresentação e abertura de testamentos cerrados (1879-1935); Testamentos cerrados (1931-1935) e Autos de cumprimento de legados pios (1874-1895)

CONDIÇÕES DE ACESSO: Restrições: Cf. decreto-lei 16/93 de 23 de janeiro, art.º 17.º, n.ºs 2 e 3. *Diário da república*, I série A. 19 (1993-01-23) 264-270. Regime geral de arquivos e do património arquivístico

INSTRUMENTOS DE DESCRIÇÃO: Inventário on-line

NOTAS: O fundo encontra-se acondicionado em 152 cx. e 2 pt.

REGRAS OU CONVENÇÕES: DIREÇÃO GERAL DE ARQUIVOS; PROGRAMA DE NORMALIZAÇÃO DA DESCRIÇÃO EM ARQUIVO; GRUPO DE TRABALHO DE NORMALIZAÇÃO DA DESCRIÇÃO EM ARQUIVO - *Orientações para a descrição arquivística*. 2.º v. Lisboa: DGRARQ, 2007. ISBN 978-972-8107-91-8

DATA DA DESCRIÇÃO: 2013-06-01

ESTAÇÃO DE SAÚDE DO PORTO DE CASCAIS

*Leitura de Registo das Embarcações Nacionais, e Estrangeiras
Para buscar reflexos, bem como das Embarcações que vem directamente a este*

Anno, e Meses.	Di- as.	Qualidade da Embarcação.	Nação.	Nome da Embar- cação.	Nome do Capitão.
1848.					
Março.	5.	Roasca.	Portuguesa.	Conceição Maria	José da Costa Freire.
"	8.	D.º	"	Albina.	Manuel Ferreira Patacas.
"	16.	Escuna.	Ingleza.	Viglene.	Richard Altridge.
"	28.	Cahique.	Portuguez.	Andorinha.	José Alves.
Abril.	2.	Hiato.	"	D. Pedro L.º	Francisco Lopes Baptista.
"	2.	Goleta.	Espanhola.	Nuevo S. Pablo.	D. Pedro Rey.
"	6.	D.º	"	Carmen.	D. Juan Antonio Perez.
"	7.	Roasca.	Portuguesa.	Conceição.	Estanislao Franco.
"	7.	Cahique.	Portuguez.	Destemido.	José Coelho da Silva.
"	8.	D.º	"	Conceição de Maria	José dos Passos Vela.

Registo de embarcações, d. 1848-03-05 [PT/
CMCSC-AHMCSC/AACD/ESPC]

CÓDIGO DE REFERÊNCIA: PT/CMCSC-AHMCSC/AACD/ESPC

TÍTULO: Estação de Saúde do Porto de Cascais

DATAS: 1848-11-05 | 1890-12-27

NÍVEL DE DESCRIÇÃO: Fundo

EXTENSÃO/DIMENSÃO: 0,22 m. l. – 4 lv.

SUPORTE: Papel

NOME DO PRODUTOR: Estação de Saúde do Porto de Cascais

HISTÓRIA ADMINISTRATIVA: A Estação de Saúde do Porto de

Cascais foi criada por decreto de 1844-09-18. O então porto de 4.^a ordem dispunha «de um simples Fiscal subordinado ao Guarda-Mor mais próximo», a quem cumpria assegurar a «regularidade do serviço e execução dos regulamentos» sanitários, mais concretamente, «fazer a visita de todos os navios que entrarem no porto, admiti-los à livre prática, impor-lhe, segundo os regulamentos, quarentenas de observação ou de rigor e prescrever as precauções a que são obrigados, expedir e assinar as cartas de saúde, arrecadar os respetivos emolumentos e pagar as despesas da Estação». Ao Fiscal de Saúde cumpria, ainda, «informar o Guarda-Mor da Estação mais próxima de todas as irregularidades, ocorrências extraordinárias e infrações dos regulamentos», e «tomar em caso extraordinário e urgente as precauções convenientes para assegurar a saúde pública». O decreto de 1845-11-26 passou a exigir que nos portos de 4.^a ordem existisse «um simples fiscal, que será facultativo, havendo-o e subordinado ao Guarda-Mor mais próximo». O Dr. José dos Passos Vela, médico do partido municipal desde 1866-08-02 e Subdelegado de Saúde desde 1869-02-04, seria nomeado Guarda-mor da

Estação de Saúde do Porto de Cascais, por decreto de 1880-11-23. A Estação foi elevada à categoria de segunda classe, em 1889-11-14; suprimida, em 1895-01; restabelecida, em 1902-12-04; e reduzida à condição de 3.^a classe, em 1910-11-01, data em que se suprimiu o lugar de Guarda-Mor, cujas funções passaram a ser exercidas pelo Subdelegado de Saúde

HISTÓRIA CUSTODIAL E ARQUIVÍSTICA: Desconhece-se a forma de ingresso do fundo em arquivo

FONTE IMEDIATA DE AQUISIÇÃO OU TRANSFERÊNCIA: Desconhecida

ÂMBITO E CONTEÚDO: A documentação reflete a atividade da Estação de Saúde do Porto de Cascais no domínio das funções definidas por legislação

SISTEMA DE ORGANIZAÇÃO: O fundo é constituído por 3 séries: Registo de correspondência expedida (1848-1890), Registo de embarcações (1848-1890) e Registo de barcos de pesca (1848-1880)

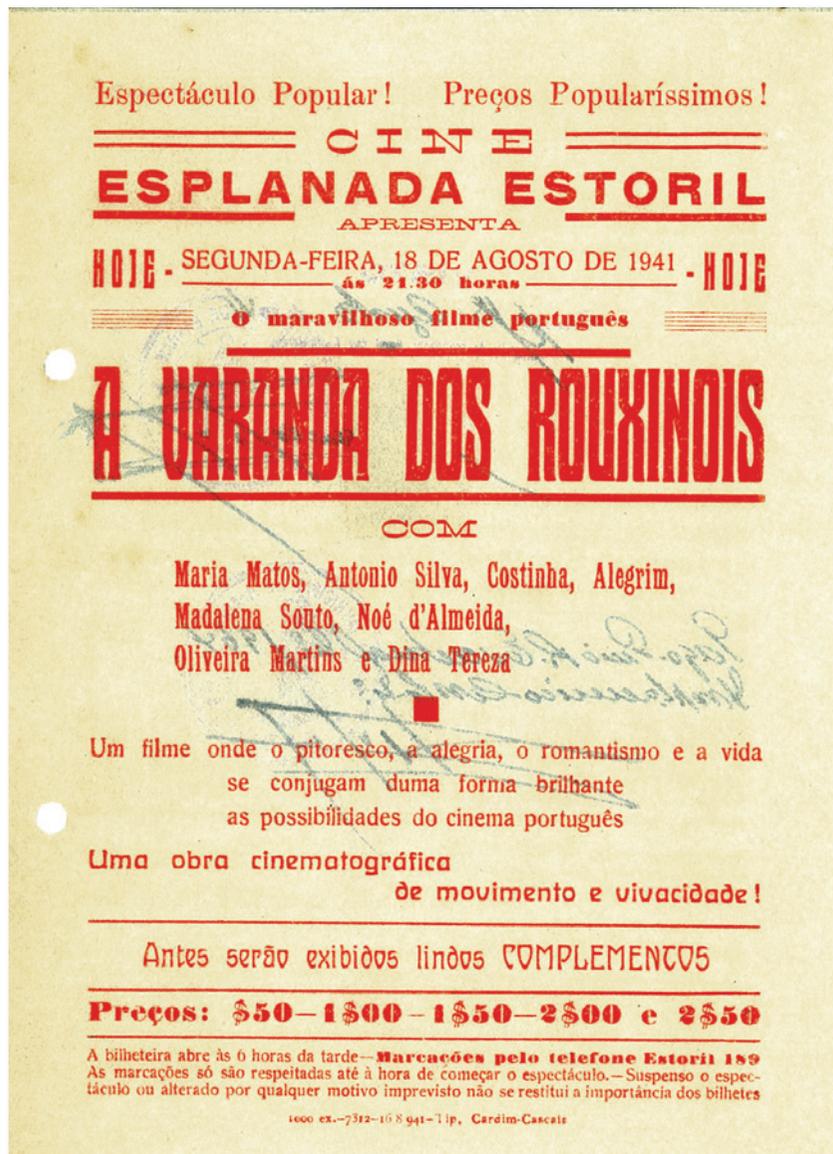
INSTRUMENTOS DE DESCRIÇÃO: Catálogo on-line

NOTAS: O fundo encontra-se acondicionado em 2 cx.

REGRAS OU CONVENÇÕES: DIREÇÃO GERAL DE ARQUIVOS; PROGRAMA DE NORMALIZAÇÃO DA DESCRIÇÃO EM ARQUIVO; GRUPO DE TRABALHO DE NORMALIZAÇÃO DA DESCRIÇÃO EM ARQUIVO - *Orientações para a descrição arquivística*. 2.^o v. Lisboa: DGARQ, 2007. ISBN 978-972-8107-91-8

DATA DA DESCRIÇÃO: 2011-12-23

INSPEÇÃO DE ESPETÁCULOS DE CASCAIS



Anúncio a sessão cinematográfica no Cine Esplanada do Estoril, 1941

[PT/CMCSC-AHMCSC/AACD/IEC]

CÓDIGO DE REFERÊNCIA: PT/CMCSC-AHMCSC/AACD/IEC

TÍTULO: Inspeção de Espectáculos de Cascais

DATAS: 1928-12-05 | 1993-01-15

NÍVEL DE DESCRIÇÃO: Fundo

EXTENSÃO/DIMENSÃO: 8,42 m. l. – 52 cx. e 16 lv.

SUPORTE: Papel

NOME DO PRODUTOR: Inspeção de Espectáculos de Cascais

HISTÓRIA ADMINISTRATIVA: A Inspeção Geral dos Espectáculos foi criada por decreto de 1929-06-28, com o objetivo de «superintender em todos os espetáculos, qualquer que seja a sua forma de realização» e «praticar tudo o mais que for conducente à eficiência artística, económica e de segurança das casas de espetáculos». Para o efeito, «nos concelhos que não forem sedes de distrito será delegado da Inspeção Geral da Inspeção o administrador, tendo por chefe do expediente o chefe da secção administrativa. Nos concelhos onde não houver secção administrativa privativa servirá de chefe do expediente o chefe da secretaria ou oficial da câmara municipal, havendo-o». Todavia, a documentação em presença permite remontar a atividade que viria a ser desempenhada por esta Delegação ao ano de 1928, quando estas funções de controlo eram da responsabilidade da Administração do Concelho de Cascais, a que se sucederia, desde então, a Câmara Municipal de Cascais

HISTÓRIA CUSTODIAL E ARQUIVÍSTICA: Na sequência da extinção da Administração do Concelho, que também assegurava a inspeção de espetáculos, este arquivo foi integrado no arquivo da Câmara Municipal de Cascais, que prosseguiu algumas das

suas funções, como o denotam as datas de produção final de determinadas séries e, conseqüentemente, do fundo

FONTE IMEDIATA DE AQUISIÇÃO OU TRANSFERÊNCIA:

Transferência, d. 1987

ÂMBITO E CONTEÚDO: A documentação reflete a atividade da Inspeção de Espetáculos de Cascais no domínio das funções definidas por legislação

SISTEMA DE ORGANIZAÇÃO: A documentação reflete a atividade da Inspeção de Espetáculos de Cascais no domínio das funções definidas por legislação. O fundo é constituído por 10 séries: Registo de correspondência recebida (1961-1969); Registo de correspondência expedida (1948-1965); Correspondência recebida (1928); Copiador de correspondência expedida (1949-1973); Correspondência expedida e recebida (1956-1960); Processos de entidades (1945-1980); Registo diário de vistos (1948-1981); Registo mensal de vistos (1986-1993); Registo mensal de pagamento de vistos (1963-1964) e Vistos de programas de espetáculos e publicidade (1931-1989)

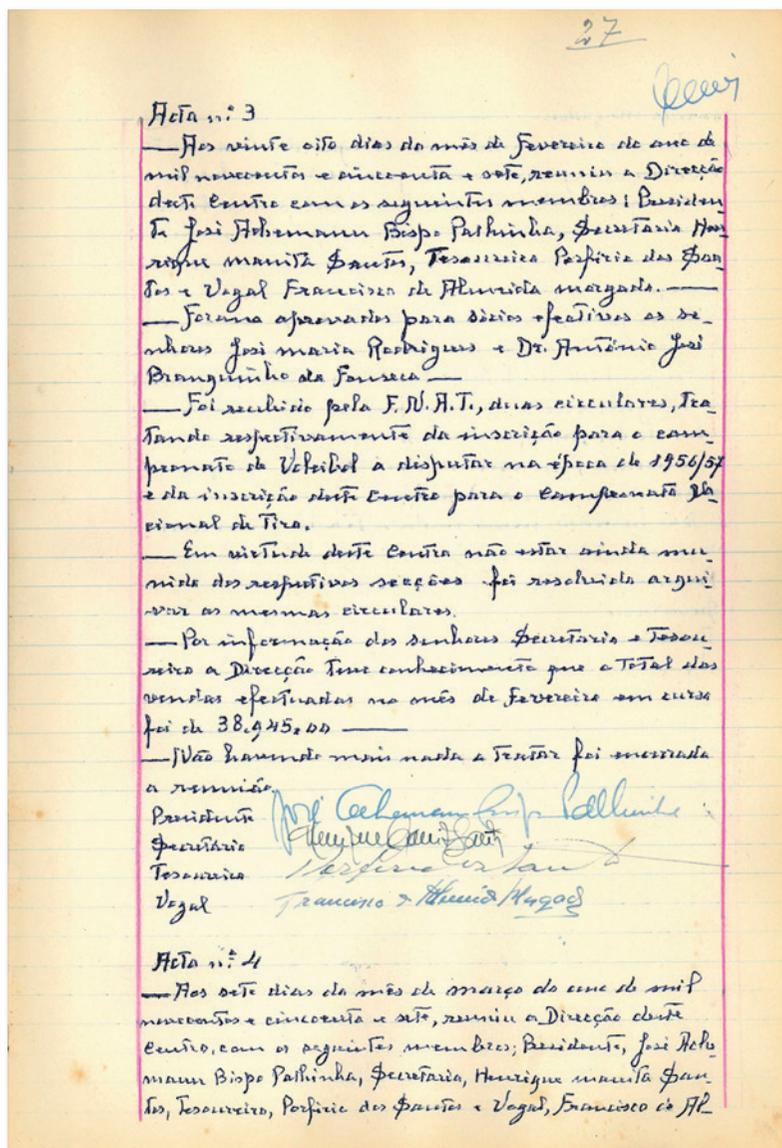
INSTRUMENTOS DE DESCRIÇÃO: Inventário on-line

NOTAS: O fundo encontra-se acondicionado em 52 cx. e 5 lv.

REGRAS OU CONVENÇÕES: DIREÇÃO GERAL DE ARQUIVOS; PROGRAMA DE NORMALIZAÇÃO DA DESCRIÇÃO EM ARQUIVO; GRUPO DE TRABALHO DE NORMALIZAÇÃO DA DESCRIÇÃO EM ARQUIVO - Orientações para a descrição arquivística. 2.º v. Lisboa: DGARQ, 2007. ISBN 978-972-8107-91-8

DATA DA DESCRIÇÃO: 2014-05-26

JUNTA DE TURISMO DA COSTA DO ESTORIL



Ata de sessão da Comissão de Iniciativa do Concelho de Cascais, antecessora da Junta de Turismo, 1922-05-07 [PT/CMCSC-AHMCSC/AACD/JTCE]

CÓDIGO DE REFERÊNCIA: PT/CMCSC-AHMCSC/AACD/JTCE

TÍTULO: Junta de Turismo da Costa do Estoril

DATAS: 1922-05 | 2007-05-14

NÍVEL DE DESCRIÇÃO: Fundo

EXTENSÃO/DIMENSÃO: 8,99 m. l. – 76 cx, 76 lv., 11 ds. e 14 pt.

SUPORTE: Papel

NOME DO PRODUTOR: Junta de Turismo da Costa do Estoril

HISTÓRIA ADMINISTRATIVA: A Lei n.º 1152, de 1921-04-23, criou «em todas as estâncias hidrológicas e outras – praias, estâncias climatéricas, de altitude e de repouso, de recreio e turismo – comissões de iniciativas com o fim de promover o desenvolvimento das estâncias, de forma a proporcionar aos seus fregueses um meio confortável, higiénico e agradável, quer executando obras de interesse geral, quer realizando iniciativas tendentes a aumentar a sua frequência e a fomentar a indústria de turismo». Cumpria-lhes, assim, «executar obras e realizar quaisquer melhoramentos em locais dependentes da ação do Governo ou das corporações administrativas, quando os respetivos projetos forem aprovados por aquelas entidades, não ficando, porém [...] sujeitos ao pagamento de qualquer taxa ou licença». Por portaria de 1921-08-10 estabeleceram-se duas estâncias hidrológicas no concelho de Cascais: a do Estoril e a dos Banhos da Poça, definindo-se, ainda, «a área em que superintendem as comissões de iniciativa», que se estendia pelo Monte Estoril, Estoril, Alto do Estoril e S. João do Estoril. Em 1922-02-24, um novo decreto regulamentaria a atividade destas comissões, às quais cabia, entre outras funções, cobrar a taxa de turismo e aplicar o seu produto, remetendo ao Conselho de Estradas e Turismo e ao Instituto de Hidrologia as percentagens devidas; propor

planos de melhoramentos; organizar inventários de património que se revestisse de interesse turístico; e fiscalizar hotéis, restaurantes, pensões e hospedarias. Todavia, ainda que os Administradores do Concelho dispusessem de vinte dias para instalar as Comissões de Iniciativa, seria por intermédio do Delegado da Sociedade Propaganda de Portugal em Cascais que, em 1922-05-07, se empossaria, na sala de sessões da Câmara Municipal, a Comissão de Iniciativa para Fomento da Indústria de Turismo de Cascais, depois apelidada de Comissão de Iniciativa e Turismo do Concelho de Cascais. Face à multiplicidade da oferta turística do concelho, por decreto de 1922-06-05 estabelecer-se-ia que «a área das estâncias hidrológicas de praias, climatérica, de repouso, de recreio e de turismo seja uma única, abrangendo todo o concelho de Cascais, sob a superintendência de uma só comissão de iniciativa», decisão reconfirmada por decreto de 1924-09-05. Mercê do plano delineado por Fausto Cardoso de Figueiredo e Augusto Carreira de Sousa, em 1914, para a fundação de uma «Estação Climatérica, Termal e Sportiva» no Estoril, o litoral do concelho – que desde 1870 se transformara para receber os lisboetas durante o período do ano consagrado aos banhos de mar – foi dotado de um conjunto significativo de infraestruturas de apoio à atividade turística, que conduziu ao nascimento da «Costa do Sol», designação que, englobando a orla marítima de Carcavelos a Cascais, seria oficializada pela lei n.º 1909, de 1935-05-22. À Comissão de Iniciativa sucedeu, por decreto de 1937-05-18, a Junta de Turismo de Cascais. Já por decreto de 1957-07-26 se estabeleceu que a zona de turismo passasse a coincidir com a do concelho e que o órgão responsável pela sua administração se designasse Junta de Turismo da Costa do Sol, denominação que veio a desaparecer em 1979-05-31, para dar lugar à Junta de Turismo da Costa do Estoril, extinta em 2008, «para efeitos de organização do planeamento turístico».

HISTÓRIA CUSTODIAL E ARQUIVÍSTICA: O fundo, que integrava o arquivo da Junta de Turismo da Costa do Estoril, foi doado pela Entidade Regional de Turismo de Lisboa e Vale do Tejo à Câmara Municipal de Cascais, através do AHMCS

FONTE IMEDIATA DE AQUISIÇÃO OU TRANSFERÊNCIA: Doação aprovada em sessão da Câmara Municipal de Cascais, em 2009-04-20

ÂMBITO E CONTEÚDO: A documentação reflete a atividade da Comissão de Iniciativa para Fomento da Indústria de Turismo de Cascais, depois apelidada de Comissão de Iniciativa e Turismo do Concelho de Cascais, Junta de Turismo de Cascais, Junta de Turismo da Costa do Sol e, por fim, Junta de Turismo da Costa do Estoril, no domínio das funções definidas por legislação

SISTEMA DE ORGANIZAÇÃO: O fundo é constituído por 3 secções: Regulamentação e Órgãos da Junta; Secretaria e Arquivo e Gestão Financeira e Património; e por 24 séries: Atas de sessões (1922-2007); Termos de posse (1929-1974); Relatórios e contas de gerência (1922-1926); Planos de atividade (1953-1978); Planos de atividades turísticas (1970-1975); Registo de correspondência (1973-1994); Correspondência recebida e expedida (1975-1976); Processos de gestão de equipamentos (1978-2007); Processos de gestão de eventos (1977-1993); Catálogos e prospectos de eventos (1962-1984); Inventário artístico de património do Patriarcado de Lisboa no concelho de Cascais (1970); Catálogo da biblioteca da Junta de Turismo (d. 1950); Informações à imprensa (1978); Recortes de imprensa (1972-1995); Planos de desenvolvimento do turismo (1979-1993); Divulgação turística (1953-1978); Livro de visitantes da Sala de Arqueologia do Museu-Biblioteca Condes de Castro Guimarães (1940-1960); Registo diário de receita e despesa (1993-1999); Registo mensal de receita (1982-1997); Registo mensal de despesa (1998-1999); Receitas de imposto

turístico (1969-1973); Orçamentos suplementares do Plano de Atividade Turística (1962-1976); Processos de obras (1970); Certidões de Juízo das Execuções Fiscais-administrativas do Concelho de Cascais (1936) e Guias de receita eventual (1930)

CONDIÇÕES DE ACESSO: Restrições: Cf. Decreto-Lei 16/93 de 23 de janeiro, Art.º 17.º, n.ºs 2 e 3. *Diário da República*, I Série A. 19 (1993-01-23) 264-270. Regime geral de arquivos e do património arquivístico

INSTRUMENTOS DE DESCRIÇÃO: Inventário on-line

NOTAS: O fundo encontra-se acondicionado em 76 cx., 8 lv. e 11 ds.

REGRAS OU CONVENÇÕES: DIREÇÃO GERAL DE ARQUIVOS; PROGRAMA DE NORMALIZAÇÃO DA DESCRIÇÃO EM ARQUIVO; GRUPO DE TRABALHO DE NORMALIZAÇÃO DA DESCRIÇÃO EM ARQUIVO - *Orientações para a descrição arquivística*. 2.º v. Lisboa: DGARQ, 2007. ISBN 978-972-8107-91-8

DATA DA DESCRIÇÃO: 2014-05-26

REGEDORIA DA FREGUESIA DE CASCAIS

Registo de

<i>Numero de Ordem</i>	<i>Data</i>	<i>Entidade remetente</i>	<i>Numero do officio</i>
1	19 Janeiro 1939	Secretario da Comissao Recenseamento Eleitoral Cascais	21 28/1/39
2	24 " "	Presidente da Camara Municipal Cascais	23/1/39
3	10 Março "	Presidente da Camara Municipal de Cascais	367 7/3/39
4	8 " "	Chefe da 5ª Divisao Servicos Policiais	518 7-3-39
5	13 " "	Chefe da 5ª Divisao de Servicos Policiais	554 14-3-39
6	13 " "	Chefe da 5ª Divisao de Servicos Policiais	562-A 11-8-39
7	24 " "	Chefe da 5ª Divisao de Servicos Policiais	673 22-8-39
8	13 Abril "	Chefe da 5ª Divisao de Servicos Policiais	848 11/4/39
9	26 " "	Chefe da 5ª Divisao de Servicos	987 25/4/39
10	23 Junho "	Delegado do Governo de Cascais	3221 23/VI/39
11	26 " "	chefe da Secretaria da Camara de Cascais	15 26/XII/40

Registo de correspondência recebida pela Regedoria da Freguesia de Cascais, d. 1939-01-19 [PT/CMCSC-AHMCSC/AACD/RFCS]

CÓDIGO DE REFERÊNCIA: PT/CMCSC-AHMCSC/AACD/RFCS

TÍTULO: Regedoria da Freguesia de Cascais

DATAS: 1939-01-19 | 1943-03-31

NÍVEL DE DESCRIÇÃO: Fundo

EXTENSÃO/DIMENSÃO: 0,11 m. l. – 1 lv.

SUPORTE: Papel

NOME DO PRODUTOR: Regedoria da Freguesia de Cascais

HISTÓRIA ADMINISTRATIVA: O Regedor de Paróquia, magistrado administrativo instituído pelo Código Administrativo de 1836, aprovado por decreto de 1836-12-01, encontrava-se subordinado ao Administrador do Concelho, até à extinção do cargo, por decreto de 1927-12-31. Desde então, passou a depender do Presidente da Câmara Municipal, pelo que, de acordo com o Código Administrativo de 1936, aprovado por decreto-lei de 1936-12-31, lhe cumpria «executar e fazer executar todas as ordens e deliberações municipais que lhe forem comunicadas pelo Presidente da Câmara». As suas competências exerciam-se, sobretudo, ao nível da segurança pública e sanitária, pelo que era também responsável por «velar pela observância das posturas municipais e paroquiais e regulamentos de polícia, levantando autos de transgressão que remeterá à Junta de Freguesia ou à Secretaria da Câmara»; «dar parte às autoridades policiais do concelho dos crimes que tiver notícias e das provas que obtiver para a descoberta de criminosos»; «coadjuvar as autoridades judiciais e policiais em todos os atos de investigação criminal para que o seu concurso seja requerido»; «tomar providências para assegurar a ordem, segurança e tranquilidade pública, segundo instruções recebidas das autoridades policiais do concelho, ou por sua iniciativa,

nos casos urgentes»; «participar imediatamente ao Delegado de Saúde e ao Presidente da Câmara os factos perturbadores da saúde pública de que tenha conhecimento, a aparição de moléstias epidémicas ou suspeitas e as transgressões das leis, regulamentos e posturas sanitárias»; «impedir que se enterrem cadáveres fora dos cemitérios públicos»; «impedir que se faça a inumação de cadáveres sem guia de enterramento passada pela competente conservatória ou posto de registo civil»; «atestar gratuitamente, na impossibilidade absoluta da comparência do facultativo para a verificação do óbito e, caso não haja suspeitas de crimes, que viu o cadáver e quais as informações dadas por pessoas idóneas sobre as causas possíveis da morte» e «convocar os vizinhos para a extinção de incêndios e dirigir os respetivos serviços, quando não estiver presente algum técnico», podendo, nesse sentido, ser coadjuvado por cabos de polícia

HISTÓRIA CUSTODIAL E ARQUIVÍSTICA: O fundo, que integrava o arquivo da Junta de Freguesia de Cascais, foi depositado pela Junta de Freguesia de Cascais, na sequência de contrato estabelecido com a Câmara Municipal de Cascais, através do AHMCSC, ao abrigo do Programa de Recuperação de Arquivos e Documentos de Interesse Municipal (PRADIM)

FONTE IMEDIATA DE AQUISIÇÃO OU TRANSFERÊNCIA: Depósito aprovado em sessão da Câmara Municipal de Cascais, em 2006-09-18

ÂMBITO E CONTEÚDO: A documentação reflete a atividade da Regedoria da Freguesia no domínio das funções definidas por legislação

SISTEMA DE ORGANIZAÇÃO: O fundo é constituído por 1 documento: Registo de correspondência recebida (1939-1943)

CONDIÇÕES DE ACESSO: Restrições: Cf. Decreto-Lei 16/93 de 23 de janeiro, Art.º 17.º, n.ºs 2 e 3. *Diário da República*, I Série A. 19 (1993-01-23) 264-270. Regime geral de arquivos e do património arquivístico

INSTRUMENTOS DE DESCRIÇÃO: Catálogo on-line

NOTAS: O fundo encontra-se acondicionado em 1 cx.

REGRAS OU CONVENÇÕES: DIREÇÃO GERAL DE ARQUIVOS; PROGRAMA DE NORMALIZAÇÃO DA DESCRIÇÃO EM ARQUIVO; GRUPO DE TRABALHO DE NORMALIZAÇÃO DA DESCRIÇÃO EM ARQUIVO - *Orientações para a descrição arquivística*. 2.º v. Lisboa: DGARQ, 2007. ISBN 978-972-8107-91-8

DATA DA DESCRIÇÃO: 2011-12-23

ARQUIVOS DA ADMINISTRAÇÃO LOCAL

CÓDIGO DE REFERÊNCIA:
PT/CMCSC-AHMCSC/AADL

TÍTULO:
Arquivos da Administração Local

NÍVEL DE DESCRIÇÃO:
Grupo de Fundos

SISTEMA DE ORGANIZAÇÃO:
O grupo é constituído por 6 fundos:
Câmara Municipal de Cascais,
Junta de Freguesia de Alcabideche,
Junta de Freguesia de Carcavelos
e Junta de Freguesia de Cascais
Junta de Freguesia do Estoril
Junta de Freguesia de S. Domingos de Rana

CÂMARA MUNICIPAL DE CASCAIS



Foral de Cascais, 1514-11-15 [PT/CMCSC-AHMCSC/AADL/CMC]

CÓDIGO DE REFERÊNCIA: PT/CMCSC-AHMCSC/AADL/CMC

TÍTULO: Câmara Municipal de Cascais

DATAS: 1514-11-15 | 2012

NÍVEL DE DESCRIÇÃO: Fundo

EXTENSÃO/DIMENSÃO: 859,90 m. l. – 6464 cx., 791 lv., 1179 ds. e 46 pt.

SUPORTE: Papel e pergaminho

NOME DO PRODUTOR: Câmara Municipal de Cascais

HISTÓRIA ADMINISTRATIVA: A autonomia de Cascais parece dever-se à privilegiada situação da sua baía, que cedo a transformou num porto concorrido. Por carta régia de 1364-06-07, seria, então, separada do concelho de Sintra e elevada a vila, com jurisdição cível e crime, em troca de um imposto adicional de 200 libras por ano, para além dos direitos já devidos ao monarca. Este documento não definiu, porém, o território que constituiria o seu termo, pelo que, aparentemente, apenas o povoado passou a ser considerado autónomo. A carta régia de 1370-04-08 colmatou esta lacuna, delimitando uma área de quase 100 km², muito semelhante à do atual concelho, aquando da entrega de Cascais, como feudo, a Gomes Lourenço do Avelar, poderoso valido do rei. Não obstante, esta carta de criação de senhorio nada prescrevia acerca da organização do concelho – comunidade vicinal constituída em território de extensão muito variável, cujos moradores (os vizinhos) eram dotados de maior ou menor autonomia administrativa – desconhecendo-se, assim, a data em que se terão realizado as primeiras eleições. Em 1377 já existia, pelo menos, um alvazil para os pleitos cíveis, assim como um juiz, porventura correspondente ao segundo alvazil: o dos feitos crimes. Em

1383 a organização estava completa, compondo-se de dois alvazis, dois vereadores, um procurador, um porteiro e um pregoeiro, sendo as reuniões promovidas num pequeno largo à porta do castelo, até que, no início do século XV, se encontrem referências a um «Paço do Concelho», cuja localização e características são, por ora, desconhecidas. Apesar da conquista e saque do castelo pelos castelhanos em 1373 e do bloqueio do porto em 1382 e 1384, assistir-se-ia, entretanto, ao crescimento da vila no exterior das muralhas e à criação, ainda no final do século XIV, das paróquias de Santa Maria de Cascais, de S. Vicente de Alcabideche e de S. Domingos de Rana. Mercê do aumento do movimento do seu porto, em 1488, D. João II ordenaria a edificação de uma nova torre defensiva na vila, que, em 1514-11-15, receberia o seu primeiro foral, uma vez que continuava a utilizar o de Sintra. O concelho, tal como fora primitivamente constituído, englobava, ainda, pelo facto de avançar até à «Ribeira de Oeiras», uma pequena parte do reguengo com este nome, que terminava na foz do Tejo e acabaria por adquirir individualidade própria, transformando-se, mesmo, numa circunscrição de regime equiparável ao dos verdadeiros municípios. Por alvará de 1759-08-11, o «reguengo a par de Oeiras», que veio, depois, a ser também conhecido por vila de Bucicos, seria associado a outras áreas do território do concelho de Cascais para a formação da vila de Carcavelos, não obstante se manter sob a alçada da donatária de Cascais. Recuaram, assim, até à «Ribeira de Carcavelos» os confins da extremidade oriental do concelho, que perdeu, com as povoações do Arneiro, Carcavelos, Rebelva, S. Domingos de Rana e Sassoeiros, a Torre da Aguilha e restantes lugares entre a mesma ribeira e a foz do Tejo. O projeto foi decerto gizado por Sebastião José de Carvalho e Melo, já então Conde de Oeiras e grande proprietário na vila de Bucicos, a quem interessava libertar a região do jugo alheio, sobretudo no tocante à cobrança dos tributos, tanto mais que havia alcançado, por carta régia de 1759-07-13, a elevação de Oeiras à categoria de vila. Na sequência da

morte da última donatária de Cascais e Carcavelos, D. Ana José Maria da Graça de Meneses e Castro, em 1762-09-07, a Coroa apoderar-se-ia das duas vilas, aproveitando a oportunidade para extinguir, por alvará de 1764-04-09, a de Carcavelos e anexar o seu território ao de Oeiras, tanto mais que, poucos dias antes, em 1764-04-05, se assistira à independência jurídica do concelho de Cascais, com a nomeação do primeiro juiz de fora. Anos depois, em 1840-05-17 ocorreria a anexação da paróquia da Ressurreição de Cristo, cuja igreja fora destruída aquando do terramoto de 1755, à de Nossa Senhora da Assunção, surgindo, então, a paróquia de Nossa Senhora da Assunção e da Ressurreição de Cristo, em Cascais. Desta forma, por ocasião do censo populacional de 1864, o concelho compunha-se de três freguesias: Nossa Senhora da Assunção e Ressurreição de Cristo (Cascais), S. Vicente de Alcabideche e S. Domingos de Rana. Por decreto de 1895-09-26, aquando da extinção do concelho de Oeiras, Cascais passou, também, a agregar as freguesias de Carcavelos, Carnaxide, Oeiras e S. Julião da Barra. Todavia, em 1898-01-13, por ocasião da restauração do concelho de Oeiras, a freguesia de Carcavelos manter-se-ia agregada a Cascais. Pela lei n.º 447, de 1915-09-18 fundou-se, ainda, a freguesia do Estoril, que, com sede em S. João do Estoril, se compunha das «povoações do Estoril, S. João do Estoril, Cai-Água [atual S. Pedro do Estoril], Livramento, Alapraia e Galiza, do concelho de Cascais, que, para tal efeito, são desanexadas das paróquias de Cascais, Alcabideche e S. Domingos de Rana». Finalmente, pelo decreto-lei n.º 39.208, de 1953-05-14, fundou-se a freguesia da Parede, com territórios até então pertencentes à freguesia de S. Domingos de Rana. O poder administrativo detido pelos municípios constitui uma emanção do poder do Estado. Inicialmente eram os próprios interessados que proviam às necessidades da vida coletiva, buscando, em comum, as soluções e designando os magistrados que as poriam em prática. A constituição dos concelhos e a obtenção de forais confirmariam o seu regime próprio, determinando,

ainda, as prestações devidas à Coroa ou ao senhor da terra. A administração municipal foi, depois, uniformizada, pelas ordenações afonsinas, de meados do século XV; pelas ordenações manuelinas, promulgadas em 1521; e pela reforma dos forais, entre 1497 e 1520. O Liberalismo conduziria a importantes alterações neste domínio, muitas vezes antagónicas, promovendo-se, então, políticas de ingerência ou de concessão de autonomia aos municípios. Desta forma, ainda que o Código Administrativo de 1832 pretendesse converter as Câmaras Municipais em simples órgãos consultivos dos Provedores, antecessores dos Administradores dos Concelhos, o de 1836 ampliaria a competência deliberativa das mesmas. Em 1842 subordinar-se-iam as deliberações camarárias à fiscalização do Administrador do Concelho, que detinha voto consultivo nas sessões, reforçando-se, ainda, a tutela do governo através das Juntas Gerais do Distrito e criando-se um Conselho Municipal, cujo voto favorável era, por exemplo, necessário para o lançamento de impostos. O Código Administrativo de 1878 suprimiria o Conselho Municipal, restringindo a tutela do Governo e alargando as faculdades tributárias dos municípios. Em 1886 estabelecer-se-ia, mesmo, a representação das minorias nas vereações. Todavia, o Código Administrativo de 1896 encarregar-se-ia de restabelecer a apertada tutela de 1842 e o poder dos magistrados administrativos, suprimindo os concelhos de 3.ª ordem. Proclamada a República, a lei n.º 88, de 1913-08-07, estabelecerá uma Câmara Municipal desdobrada em Senado e Comissão Executiva, organização que se manteria, em Cascais, pelo menos até 1926-09-06, sujeitando determinadas deliberações ao referendo da Junta de Freguesia. Por sua vez, o Código Administrativo de 1940 dividiria os concelhos em urbanos e rurais, sendo, então, Cascais definido como concelho de 1.ª ordem. A Constituição de 1976 contribuiu para a afirmação da realidade e força do poder local, apostando nas autarquias locais – freguesias, municípios e regiões administrativas – para a descentralização administrativa. As

autarquias locais, pessoas coletivas de população e território, dotadas de órgãos representativos que visam a prossecução dos interesses próprios, comuns e específicos das respetivas populações, têm por objetivo a satisfação das necessidades das comunidades locais, nomeadamente no que concerne ao desenvolvimento socioeconómico, ordenamento do território, abastecimento público, saneamento básico, saúde, educação, cultura, ambiente e desporto. Dispondo de pessoal, património e finanças próprios, a sua administração compete aos respetivos órgãos, razão pela qual a tutela do Estado sobre a gestão patrimonial e financeira dos municípios e das freguesias é meramente inspetiva e só pode ser exercida segundo as formas e nos casos previstos na lei. Deste modo, encontra-se salvaguardada a democraticidade e a autonomia do poder local, cuja legitimidade das decisões decorre da eleição dos seus órgãos executivos – a Câmara Municipal e a Junta de Freguesia – e deliberativos – a Assembleia Municipal e a Assembleia de Freguesia. A lei n.º 159, de 1999-09-14, e a lei n.º 169, de 1999-09-18, alterada e republicada pela lei n.º 5-A, de 2002-11-01, estabelecem, respetivamente, o quadro de atribuições e competências para as autarquias locais e as competências e regime jurídico de funcionamento dos órgãos dos municípios e das freguesias

HISTÓRIA CUSTODIAL E ARQUIVÍSTICA: Na sequência da criação do AHMCSC, em 1987, a documentação produzida e recebida pela Câmara Municipal de Cascais no exercício das suas funções, então considerada de conservação permanente, foi transferida para este serviço, a fim de ser tratada arquivisticamente, com vista à sua preservação e acessibilização. O fundo tem vindo a ser enriquecido com novas transferências

FONTE IMEDIATA DE AQUISIÇÃO OU TRANSFERÊNCIA: Transferência, d. 1987-08-25

ÂMBITO E CONTEÚDO: A documentação reflete a atividade da Câmara Municipal de Cascais no domínio das funções definidas por legislação

SISTEMA DE ORGANIZAÇÃO: O fundo encontra-se em tratamento, sendo, por ora, constituído por 18 secções: Constituição e Regulamentação do Município; Órgãos do Município (Câmara Municipal, Comissão Executiva, Conselho Municipal, Assembleia Municipal, Serviços Municipalizados de Águas e Celeiro Municipal); Serviços Administrativos (Expediente, Taxas e Licenças, Pessoal, Arquivo, Notariado Privativo e Consultadoria, Assessoria Técnica e Contencioso); Património; Serviços Financeiros (Contabilidade, Tesouraria e Aquisições e Aprovisionamento); Impostos, Eleições; Funções Militares; Segurança Pública; Justiça; Controlo das Atividades Económicas; Urbanismo (Planos Municipais de Ordenamento do Território, Estudos e Projetos, Loteamentos, Toponímia e Numeração Policial e Obras Particulares); Obras (Edificações Municipais ou de Interesse Municipal, Rede Viária, Águas e Saneamento, Iluminação Pública, Eletricidade e Telecomunicações e Oficinas, Parques de Máquinas e Viaturas); Serviços Urbanos (Mercados, Feiras e Jardins, Matadouro, Higiene, Limpeza e Veterinário Municipal, Águas e Saneamento, Cemitérios e Eletricidade, Iluminação Pública e Telecomunicações); Habitação; Saúde e Assistência; Educação; Cultura (Museus; Promoção e Animação Cultural; Património Histórico e Cultural e Bibliotecas e Arquivos); e por 530 séries, pesquisáveis na FRD de cada uma das secções: Registo de leis (1692-1892); Registo das coleções de jesuítas (1760-1802); Foral (1514); Recenseamento paroquial (1843-1844) Atas de sessões da Câmara Municipal (1630-2005); Propostas de deliberação da Câmara Municipal (1940-1977); Registo de deliberações da Câmara Municipal (1899-1924); Minutas de atas de sessões da Câmara Municipal (1866-1921); Posturas (1587-1942); Editais, avisos e regulamentos (1892-1986); Registo e alteração de posturas (1891-1939); Registo de

editais (1915-1941); Planos de atividade da Câmara Municipal (1947-1992); Relatórios de atividades e contas da Câmara Municipal (1951-1999); Distribuição de pelouros (1932-1974); Autos de posse de membros de órgãos consultivos da administração municipal e serviços municipalizados (1955-1977); Atas para a verificação de poderes e autos de posse de vereadores (1941-1956); Álbuns fotográficos (1930-2011); Atas de sessões da Comissão Executiva (1914-1926); Registo de deliberações da Comissão Executiva (1914-1925); Atas de sessões do Conselho Municipal (1937-1974); Atas de verificação de poderes de vogais do Conselho Municipal (1941-1954); Registo de correspondência recebida pelo Conselho Municipal (1978-1982); Correspondência recebida pelo Conselho Municipal (1945-1980); Atas de eleição de representações das Juntas de Freguesia no Conselho Municipal (1941-1953); Termos de posse do Conselho Municipal (1937); Correspondência recebida e expedida da Assembleia Municipal (1977-1986); Correspondência recebida pela Assembleia Municipal (1985); Copiador de correspondência expedida pela Assembleia Municipal (1978-1986); Editais (1978-1985); Projeto de regimento da Assembleia Municipal (1977); Registo de mandatos e de assiduidade da Assembleia Municipal (1980-1985); Registo de correspondência recebida pela Assembleia Municipal (1977-1985); Atas de sessões do Conselho de Administração dos Serviços Municipalizados de Águas (1955-1978); Minutas de atas de sessões dos Serviços Municipalizados de Águas (1964-1969); Planos e relatórios de atividade dos Serviços Municipalizados de Águas (1972-1983); Registo diário da escrituração do Celeiro Municipal (1918-1919); Livro razão do Celeiro Municipal (1918-1919); Registo de contas auxiliares do Celeiro Municipal (1918-1919); Registo de devedores e credores do Celeiro Municipal (1918-1919); Registo de correspondência recebida (1850-1982); Correspondência recebida (1833-1954); Registo de correspondência recebida de proveniência diversa (1914-1954); Registo de correspondência recebida confidencial

(1932-1939); Registo de correspondência recebida pelo chefe de secretaria (1929-1941); Registo de correspondência recebida, requerimentos, propostas e deliberações de Câmara (1882-1886); Registo de correspondência expedida (1937-1974); Copiadores de correspondência expedida (1837-1998); Registo de correspondência expedida pela secretaria (1937-1977); Copiadores de correspondência expedida pela secretaria (1928-1939); Copiadores de correspondência recebida para pedidos de informações (1977-1979); Registo de correspondência recebida de teor administrativo (1978-1982); Registo de circulação de documentos e correspondência recebida (1929-1946); Copiador de telegramas (1933-1941); Registo de processos (1913-1971); Registo de requerimentos (1882-1991); Copiadores de ordens de serviço (1928-1973); Ordens e notas de serviço (1915-1987); Registo de requerimentos de certidão (1939-1993); Copiadores de certidões (1929-1940); Processos de atestados e certidões (1890-1994); Registo de avisos para intimação (1945-1954); Registo de autos e termos (1907-1923); Registo de termos de justificação administrativa (1944-1976); Registo de tramitação de requerimentos (1914-1920); Requerimentos (1836-1979); Registo de requerimentos e ofícios precatórios recebidos pelo Juízo das Execuções Fiscais Administrativas (1935-1955); Registo de ofícios precatórios recebidos nos Tribunais do Trabalho (1958-1977); Registo geral de licenças e matrículas (1920-1939); Registo de licenças (1765-1933); Registo de documentos diversos (1895-1914); Registo de pedidos de licença para exercício de comércio e indústria (1939); Registo de matrículas de veículos (1865-1928); Registo de matrículas de trens (1892-1934); Registo de matrículas de carroças e carros de bois (1914-1970); Registo de veículos isentos de taxas (1936-1944); Registo de licenças de veículos de outros concelhos (1894-1896); Declarações de veículos (1924-1933); Baixas, averbamentos e pedidos de segundas vias de livretes de circulação de veículos de tração animal (1945-1970); Registo de licenças de condução de veículos de tração animal

(1941-1955); Registo de matrículas de cocheiros (1916-1948); Registo de matrículas de carroceiros (1915-1954); Processos de matrícula de cocheiros (1916-1952); Processos de matrícula de carroceiros (1918-1955); Registo de matrículas de carroceiros e cocheiros de outros concelhos (1930-1934); Registo de matrículas de ciclistas (1913-1942); Registo de licenças de condução de velocípedes (1959-1963); Declarações de ciclistas (1925-1939); Processos de licença de condução de velocípedes (1941-1969); Registo de chapas de veículos não automóveis e bicicletas (1935-1944); Registo de veículos automóveis (1929-1946); Registo de matrículas de cães (1896-1969); Registo de matrículas de cães vulgares (1919-1922); Registo de matrículas de cães de luxo (1919-1922); Declarações de canídeos (1931-1939); Registo de cadernetas de folhas de fiscalização, chapas de veículos, bicicletas e cães (1938); Registo de requerimentos para carta de caçador (1968-1986); Registo de licenças de caça (1913-1970); Declarações de licença de caça (1916-1923); Registo de licenças de uso e posse de furão (1924-1967); Registo de licenças para criação de furão (1943-1967); Registo de licenças de gado (1937-1947); Registo de requerimentos para licença de porta aberta (1937-1941); Registo de requerimentos para vistoria de estabelecimentos insalubres (1939); Registo de licenças de estabelecimentos (1937); Termos de idoneidade e abonação para venda de valores selados (1971-1977); Registo de alvarás (1942-1977); Registo de alvarás para transmissão de bens imobiliários (1960-1962); Registo de alvarás de concessão de terrenos (1946-1955); Registo de alvarás de remissão obrigatória de foros (1946-1977); Registo de alvarás relativos ao quadro de pessoal (1955-1978); Registo de alvarás de estabelecimentos insalubres, incómodos, perigosos e tóxicos (1915-1945); Autos para concessão de alvarás (1911-1934); Registo de avenças (1914-1926); Registo de baldios (1746-1757); Processos de ocupação de via pública (1960-1964); Processos de registo de velocípedes (1958-1994); Registo de correspondência e informações recebidas

(1954-1978); Registo de funcionários (1909-1938); Cadastro geral (1929); Registo de cartões de identidade (1947-1979); Atas de concursos (1941-1955); Contratos de prestação de serviço (1943-1965); Registo de diplomas de funções públicas (1891-1969); Autos de compromisso de honra (1933-1935); Autos de posse (1963-1969); Autos de ajuramentação do pessoal dos caminhos-de-ferro (1952-1981); Registo de assiduidade (1920-1957); Registo de louvores, castigos, suspensões e demissões de funcionários (1929-1937); Registo de vencimentos, salários e subsídios mensais (1930); Extratos de folhas de vencimentos (1941-1985); Registo de requerimentos de diuturnidades (1976-1982); Atas da Direção da Caixa de Aposentações (1939-1945); Conta corrente da Caixa de Aposentações (1914- 1945); Registo de títulos da dívida pública e outros pertencentes à Caixa de Aposentações à guarda do tesoureiro (1939-1943); Registo de descontos para a Caixa de Aposentações (1929-1934); Registo de descontos dos vencimentos e salários por motivo de sentença e outros (1963-1978); Registo de requerimentos para abono de família e prestações complementares (1975-1985); Índices de documentos de arquivo (1720-1929); Regulamento de documentos considerados importantes (1874-1931); Registo de correspondência recebida pelo Notariado Privativo (1955-1970); Registo de custas (1928-1974); Registo de emolumentos (1930-1981); Registo diário de emolumentos do Notariado Privativo (1938); Registo mensal e divisão de emolumentos (1930-1936); Consultadoria jurídica do Dr. F. da Silva Fernandes (1907-1986); Registo de termos e autos (1876-1899); Autos de arrematação de rendas e bens (1740-1953); Registo de rendas fixas e outros rendimentos de bens próprios (1938-1980); Registo de baldios (1938-1960); Registo de foros e foreiros (1767-1946); Registo de foros e foreiros das extintas irmandades (1749-1920); Processos de aforamento, aquisição e venda de terrenos (1700-1974); Registo de bens imóveis (1951-1954); Registo de bens móveis (1933-1975); Registo de receita (1842-1933); Conta corrente mensal de

receita por alíneas (1933-1986); Conta corrente de rendimentos virtuais e eventuais (1920-1924); Responsabilidade do tesoureiro em conta de rendimentos virtuais (1933-1985); Relações de documentos de cobrança (1850-1913); Conta corrente com cobradores de rendimentos arrecadados por senhas (1969-1983); Conta corrente de cadernetas com cobradores de impostos (1933-1968); Contas correntes com o armazém pelo fornecimento de cadernetas de cobrança de impostos em feiras, mercados, praças e sentinas (1947-1983); Contas correntes com agentes de fiscalização (1947-1952); Registo de tomada de contas de tesoureiro de multas em proveito de Juízo (1848); Registo de verbas recebidas da Companhia Real dos Caminhos-de-Ferro Portugueses (1898-1899); Registo de compensações (1934-1970); Registo de importâncias de emolumentos, expediente e registo cobradas pela Secção Administrativa (1932-1936); Registo de guias de relaxe (1964-1985); Registo de processos executivos (1935-1969); Registo de custas de processos de execução fiscal (1936-1951); Apontamentos sobre execuções fiscais e administrativas (1936-1939); Verbetes de devedores em processo de execução (1929-1953); Conta corrente com despesas orçamentais (1891-1986); Registo diário de mandados e ordens de pagamento (1850-1985); Registo de guias de pagamento a diversas entidades por consignação de receitas (1934-1946); Registo de pagamento de vencimentos (1824-1843); Registo de receita e despesa referente a obras e estradas (1890-1979); Registo de despesas de expediente da secretaria efetuadas por conta do fundo permanente (1933-1973); Registo de débitos comunicados pela Repartição de Engenharia (1930-1978); Registo de receita e despesa do almoxarifado da dízima nova do pescado da vila de Cascais (1823-1833); Conta corrente de empréstimos e auxílios pecuniários (1859-1867); Registo de receita e despesa das calçadas e bens do concelho (1774-1838); Registo de receita e despesa de viação municipal (1885-1886); Registo de receita e despesa referente ao extinto concelho de Oeiras (1895);

Registo de movimento de fundos de viação na Caixa Geral de Depósitos (1905-1910); Conta corrente com a utilização de receitas pela alienação de bens próprios e mobiliários (1945-1976); Responsabilidade do tesoureiro em dinheiro, documentos de cobrança, receita eventual e documentos de despesa (1915-1985); Conta corrente com instituições de crédito (1905-1917); Conta corrente com o arquiteto Filipe Nobre de Figueiredo (1951-1973); Registo de guias de depósitos de garantia (1933-1965); Conta corrente de selos de vistorias (1951-1954); Conta corrente com mais-valias (1951-1967); Conta corrente com entidades (1911-1938); Registo anual de dívidas ativas e passivas (1848-1902); Contas de gerência (1836-1991); Acórdãos do Tribunal Administrativo sobre apreciação de contas (1836-1882); Registo de orçamentos (1914-1945); Conta corrente com hospitais (1954-1973); Registo de contribuintes que compareceram em Juízo para liquidação de dívidas (1946-1951); Registo de guias de depósito para construção de arruamentos (1942-1943); Registo de correspondência recebida pela contabilidade (1978-1981); Conta especial com a Sociedade Estoril-Plage (1944-1953); Correspondência recebida pela Contabilidade (1942); Informações e correspondência expedidas pela Contabilidade (1957-1963); Guias de entrega ao Estado e entidades por consignação de receitas (1942-1955); Contas correntes de todos os rendimentos virtuais liquidados, cobrados e anulados (1933-1964); Conta corrente de rendimentos públicos liquidados, cobrados e anulados (1970); Registo diário de documentos de despesa liquidados (1896-1964); Registo de receita e despesa (1755-1966); Registo de receita eventual (1914-1933); Balancetes (1914); Termos de balanço (1935-1950); Registo de sessões da Comissão de Compras (1945-1979); Registo de encargos por compras (1950); Registo de requisições de clorato (1943-1953); Processos de aquisição (1928-1978); Registo de impressos, livros e artigos de expediente pelo armazém enviados à secretaria (1935); Registo de entrada de

sisas (1789-1825); Registo do lançamento de sisas (1647-1835); Registo de verbas de bens de raiz (1753-1803); Registo de verbas de sisas de bens de raiz (1737-1840); Autos cíveis do Juízo das Sisas (1801-1808); Registo de guias de vinhos e aguardentes (1799-1934); Registo de rendimentos de real de água (1675-1911); Registo de entradas de vinhos e carnes sujeitos ao pagamento de real de água (1720-1834); Registo de arrobação de carnes de talhos (1778-1841); Arrecadação do real de água pelo arrobamento dos açougues (1778-1837); Contas do tesoureiro relativas à aplicação do real de água na reparação da canalização de águas (1781-1828); Manifestos do real de água e avenças (1828-1829); Registo mensal de avenças sujeitas ao real de água (1896-1918); Registo trimestral de avenças sujeitas a contribuições municipais indiretas (1898-1918); Registo de documentos de cobrança de impostos municipais indiretos (1896-1908); Registo de termos de manifesto de contribuições municipais (1856-1881); Registo de subsídio literário (1786-1826); Registo de provisões de arrematação e condições que ligam os rendeiros do subsídio literário (1804-1827); Registo de receita da décima para o real de água (1812-1825); Autos cíveis de denúncia ao juízo da décima (1825-1826); Registo da décima (1834-1836); Registo de receita de imposto dos novos selos (1812-1834); Registo de receita do novo imposto da contribuição extraordinária (1812-1818); Registo de receita dos novos impostos pertencentes à Junta dos Juros (1812-1834); Registo de receita do Usual (1675-1697); Registo de receita do imposto indireto, real de água e matadouro (1913-1926); Registo de receita de impostos da venda de carnes verdes no matadouro (1914-1915); Registo da receita proveniente dos impostos diretos e indiretos da Câmara (1905-1908); Registo de coletados com a contribuição municipal direta (1914-1923); Registo de coletados com a contribuição municipal direta, sobre juros de capitais (1916-1920); Registo de coletados com impostos diretos municipais sobre a taxa complementar (1922-1924); Registo de correspondência recebida pelo juiz

do contencioso dos impostos e outros rendimentos municipais (1956-1978); Registo de propostas de avenças de impostos indiretos (1947-1962); Registo de avenças do imposto sobre águas de mesa (1940-1941); Processos relativos a impostos indiretos (1940-1964); Propostas de avenças de impostos indiretos (1946-1964); Baixas de avenças (1912-1964); Processos de avença sobre peixe (1954-1963); Baixas de avenças sobre peixe (1958-1964); Controlo de impostos indiretos de peixe vendido para consumo em mercados (1946-1947); Registo de impostos indiretos sobre peixe trazido de fora do concelho cobrado por avença (1954-1964); Controlo de pagamento de impostos indiretos por avençado (1947-1964); Registo de impostos diretos (1930-1932); Processos de anulação de contribuição (1932-1933); Registo da taxa anual fixa de turismo (1934-1971); Registo de taxas fixas de turismo (1954-1959); Registo de percentagens e descontos dos adicionais às contribuições do Estado (1935-1984); Registo de percentagens de imposto de turismo cobradas em hotéis, pensões, restaurantes, estalagens e casas de hóspedes (1938-1979); Registo de receita da taxa de turismo da Junta de Turismo, cobrada diretamente pela Câmara Municipal (1941-1977); Registo de cadernetas de turismo (1948-1963); Registo de importâncias sujeitas a imposto de turismo por estabelecimento (1952-1979); Processos de transgressão fiscal da taxa e percentagem de turismo (1935-1957); Registo de declaração de rendas de casas alugadas (1938-1977); Fichas de registo do imposto de turismo sobre casas arrendadas (1946-1966); Registo de pagamento de imposto de turismo sobre casas arrendadas (1953); Processos de rendas de casa sujeitas a imposto de turismo (1936-1945); Relações de declaração de rendas de casa (1955-1956); Registo de pagamento de contribuintes sujeitos a imposto de comércio e indústria – Grupo B (1973-1980); Registo de pagamentos retirados de contribuintes sujeitos a imposto de comércio e indústria (1950-1976); Registo de pagamentos pendentes de contribuintes sujeitos a imposto de comércio e indústria (1973-

1978); Registo de pagamento de contribuintes sujeitos a imposto de comércio e indústria – Grupos A e C (1953-1980); Registo de pagamento de contribuintes com sede no concelho sujeitos a imposto de comércio e indústria (1973-1980); Registo de pagamento de contribuintes com sede no concelho e estabelecimentos noutros concelhos sujeitos a imposto de comércio e indústria (1971-1978); Registo de pagamento de contribuintes com sede noutros concelhos e estabelecimentos em Cascais sujeitos a imposto de comércio e indústria (1970-1978); Registo de pagamentos retirados de contribuintes com sede no concelho sujeitos a imposto de comércio e indústria (1965-1977); Processos de criação, votação e cobrança de imposto de comércio e indústria (1972-1979); Róis de contribuição municipal direta (1859-1928); Róis de lançamento da contribuição de prestação de trabalho para a viação municipal (1866-1896); Relações de cobrança de impostos indiretos (1920-1921); Relações para descarga de cobrança de impostos (1859-1952); Processos de certidão de contribuição industrial (1931-1932); Registo de lançamento de impostos diretos de 10% (1890-1899); Recenseamento eleitoral (1842-1934); Atas de sorteio de jurados para recenseamento eleitoral (1856-1867); Relações de jurados para recenseamento eleitoral (1856-1867); Atas da comissão de recenseamento eleitoral (1881-1899); Registo de correspondência recebida referente a recenseamento eleitoral (1931-1941); Registo de correspondência expedida pela comissão de recenseamento eleitoral (1885-1968); Registo de requerimentos relativos a recenseamento eleitoral (1931); Atas de eleições de juiz substituto do juiz de fora, vereadores e provedor da câmara (1822-1837); Processos de eleições e referendos (1835-1959); Recenseamento militar dos mancebos aos 20 anos (1856-1980); Recenseamento militar dos mancebos aos 17 anos (1912-1937); Recenseamento militar extraordinário (1916-1918); Atas da comissão de recrutamento militar (1887-1937); Registo de correspondência recebida sobre recenseamento militar (1928-1941); Copiadores de

correspondência expedida sobre recenseamento militar (1888-1939); Registo de petições relativas a recenseamento militar (1892-1910); Livro auxiliar de recenseamento militar (1883-1980); Registo de fogos e moradores do distrito da 4.^a companhia de capitania-mor das ordenanças de Oeiras e Cascais (1796-1829); Processos de recenseamento militar (1840-1996); Cadernetas militares (1915-1949); Registo de vistos em documentos de estrangeiros (1911-1953); Registo de autorizações de residência (1938-1946); Fichas de registo, vistos e autorização de residência de estrangeiros (1928-1953); Registo de cartas de naturalização (1929-1939); Registo de autos de opção de naturalidade (1936-1948); Registo de termos e autos de declaração de nacionalidade (1931-1940); Relações de legalização de residência de estrangeiros (1936-1949); Registo de hotéis e hospedarias (1944-1954); Registo de hóspedes (1933-1954); Processos de emigração (1948-1978); Registo de cabos-chefes e cabos de polícia da freguesia de Alcabideche (1938-1965); Autos de posse de guardas-noturnos (1938-1954); Processos individuais de guardas-noturnos (1951-1954); Guias de condução de presos (1949-1951); Registo de autos de transgressão (1914-1985); Processos de autos de transgressão (1876-1939); Processos de participações (1938-1941); Registo de porte de arma (1933-1950); Registo de alvarás para venda de armas de fogo e cartuchos (1949-1967); Relações de licenças para uso, porte e venda de armas (1949-1954); Processos de venda e compra de armas (1930-1954); Registo de porte de arma de caça (1935-1944); Registo de processos de porte de armas de caça e recreio (1940); Processos de licença de uso e porte de arma de caça (1943-1976); Licenças para uso e porte de arma de caça (1946-1949); Registo de autorizações a particulares para uso de explosivos (1932-1941); Registo de compra e venda de pólvora bombardeira (1947); Registo de requisições de dinamite (1923-1938); Registo de requerimentos de certificado de registo criminal (1929-1963); Processos de certificado de registo criminal (1953-1957); Guias de multas

de estrangeiros (1935-1946); Processos de objetos achados (1948-1953); Atestados de residência (1953); Atestados de pobreza de estrangeiros para não pagamento de emolumentos de vistos (1942-1947); Registo de autos de transgressão por motivo de obras (1958-1960); Registo de correspondência recebida relativa a segurança pública (1941-1942); Registo e controlo de correspondência recebida de hospitais (1965-1966); Copiadores de correspondência expedida relativa a segurança pública (1938-1954); Correspondência recebida e expedida com a PIDE (1937-1947); Relações de envio de boletins, mapas e talões à PIDE (1940-1954); Correspondência recebida e expedida para instrução de processos de emigração (1947-1954); Registo de coimas ou achados do verde (1674-1823); Protocolos de audiências do juiz almotacé ou de fora (1779-1832); Registo de audiências do juiz almotacé (1805-1834); Registo de audiência de correição da Câmara Municipal (1781-1827); Registo de condenações da Câmara Municipal (1800-1836); Cartas precatórias (1744-1864); Registo de entradas de cereais (1779-1838); Entrada e saída de produtos (1842-1919); Registo de géneros manifestados para consumo (1933-1938); Registo de preços médios de géneros e artigos (1930-1980); Registo de colheita de amostras de leite (1932-1933); Registo de manifestos agrícolas (1929-1960); Estatísticas mensais de pecuária (1925-1930); Registo de termos de obrigações por empréstimos à Comissão dos Socorros aos Lavradores (1834-1835); Registo de minas (1906-1958); Registo de vendedores ambulantes (1974-1978); Processos de afixação de publicidade (1930-1973); Licenças de distribuição de programas (1970); Processos de licenciamento de atividade (1931-1939); Processos de renovação de licenças de vendedores de leite (1936-1938); Guias de venda de prego de arame (1943-1946); Controlo da distribuição de pregos (1943-1946); Estudos e planos de urbanização (1988); Anteprojetos de remodelação do centro de Cascais (1958-1962); Projetos de urbanização (1938-1977); Estudos urbanísticos (1964-1974); Levantamentos

topográficos (1929-1963); Processos de cópias de desenhos (1944-1959); Registo de loteamentos (1973-1976); Registo de nomenclatura de ruas (1930-1960); Registo de alterações de números de polícia de ruas (1930-1934); Processos de obras particulares (1837-1957); Processos de licença para pequenas obras, reparações e ocupação de via pública (1930-1968); Processos de licença para prorrogação de prazo de obras (1953-1961); Processos de obras particulares indeferidas (1938); Processos de obras sem licença (1928-1972); Registo de processos de obras particulares (1929-1978); Relações de proprietários intimados para reparações (1960-1964); Registo de vistorias a casas construídas e reconstruídas (1928-1986); Autos de vistoria para habitação (1929-1940); Registo de vistorias a habitações para efeito de beneficiações higiénicas (1954-1967); Processos de vistoria a casas de aluguer (1951-1957); Registo de termos e declarações de responsabilidade de técnicos de obras (1897-1977); Processos de inscrição de engenheiros, arquitetos e construtores civis (1930-1971); Processos de instalações elétricas (1955-1983); Processos de mais-valias e encargos (1958-1975); Processos de demolição (1939-1974); Registo de taxas (1962-1964); Anteprojetos (1944-1958); Registo de informações relativas a projetos de obras particulares (1958-1967); Registo de licenças de obras (1944-1947); Registo de informações de processos de obras (1960-1977); Registo de obras com projeto (1961-1975); Registo de obras sem projeto (1962-1965); Registo de obras por deliberações (1966-1977); Registo de obras participadas (1932-1979); Registo de obras não participadas (1977-1979); Registo de empreitadas (1957-1979); Registo de mandados de intimação, avisos, ordens e notas de serviço (1931-1941); Processos de inquérito (1954-1983); Correspondência recebida e informações relativas a obras (1960-1977); Correspondência recebida e expedida relativa a obras (1930-1977); Registo de projetos de casas económicas e para operários (1930-1973); Processos de gestão de pessoal das Obras (1954-1963); Registo de despesa

relativa a obras (1947); Processos de obra de edifícios municipais ou de interesse municipal (1890-1987); Processos de construção, reparação e conservação de arruamentos, túneis e pontes (1877-1984); Processos de construção de infraestruturas para abastecimento de água (1878-1966); Registo de correspondência recebida e informações relativas ao fornecimento de energia elétrica (1977); Registo de despesa de eletricidade consumida nas estações de tratamento e elevação de esgotos (1963-1966); Processos de aquisição de veículos e equipamentos (1931-1964); Registo de taxas de utilização de mercados e feiras (1949-1978); Registo de cadernetas do mercado municipal (1931-1934); Registo de entradas no mercado da fruta (1932-1936); Registo de entradas no mercado do peixe (1932-1941); Registo de cadernetas de jardins (1931-1934); Caderneta de vendas de flores (1916); Registo de receita dos mercados (1901-1924); Registo de movimento de gado (1914-1919); Registo de abates e vendas (1916-1919); Registo de guias de pagamento de fornecimento de carne (1916-1917); Relações de existências de gado e venda de carne, couros e peles (1894-1936); Propostas de arrematação relativas ao matadouro (1885-1919); Registos de autos de posse de membros da Comissão Municipal de Higiene (1950-1951); Registo de sessões da Junta de Higiene Municipal (1931-1949); Registo de declarações referentes à construção de plataformas anti-moscas (1939); Panfletos da campanha anti-moscas (1938); Propostas de arrematação relativas a higiene pública (1860-1964); Registo do valor da água consumida na estação de caminho-de-ferro de Cascais (1898-1914); Registo de receita e despesa da Empresa de Águas de Vale de Cavalos (1911-1913); Correspondência relativa à Empresa de Águas de Vale de Cavalos (1898-1920); Registo de ações das Empresas Reunidas das Águas de Vale de Cavalos e Parede (1916-1940); Registo de vales de correio e cheques para pagamento de água e limpeza de fossas (1951-1954); Registo de pagamento de ligação de esgotos a coletores municipais (1930-1965);

Registo de mais-valias a prestações (1953-1961); Processos relativos a ligações de esgotos e taxas de saneamento (1930-1983); Reclamações relativas a águas e saneamentos (1933-1946); Registo de processos de pagamentos de água em relaxe (1977-1978); Registo de enterramentos em lugares de maiores de idade no Cemitério de Alcabideche (1909-1929); Registo de enterramentos em lugares de menores de idade no Cemitério de Alcabideche (1909-1934); Registo de termos de concessão de terrenos para mausoléus de jazigos no Cemitério da Guia (1890-1893); Registo de aluguer de jazigos municipais nos cemitérios da Guia e Alcabideche (1915-1965); Registo de jazigos particulares (1900-1967); Registo de enterramentos (1880-1891); Certidões de óbitos e bilhetes de enterramentos de maiores de idade no Cemitério da Guia (1893-1915); Certidões de óbitos e bilhetes de enterramentos de menores de idade no Cemitério da Guia (1892-1906); Relações de enterramentos nos cemitérios de S. Domingos de Rana e Alcabideche (1893-1895); Propostas de arrematação relativas a eletricidade, iluminação pública e telecomunicações (1910-1953); Informações sobre energia elétrica (1976-1977); Atas da Comissão de Casas Económicas do Concelho de Cascais (1930-1933); Atas da Comissão Concelhia para os Desalojados (1976-1979); Processos para atribuição de casas para pobres (1960-1974); Processos referentes a arrendamento para habitação de edifícios municipais (1945-1955); Registo de expostos (1784-1888); Registo de despesas com expostos (1782-1809); Registo de termos de posse e atas de sessões do Instituto Municipal de Assistência e Trabalho (1921-1922); Registo de requerimentos enviados ao Instituto Municipal de Assistência e Trabalho (1921-1922); Registo de correspondência recebida do Instituto Municipal de Assistência e Trabalho (1921-1922); Copiador de correspondência expedida do Instituto Municipal de Assistência e Trabalho (1921-1922); Registo dos protegidos do Instituto Municipal de Assistência e Trabalho (1921-1922); Conta corrente do Instituto Municipal de Assistência e Trabalho (1921-1923); Diário de despesa do

Instituto Municipal de Assistência e Trabalho (1921-1923); Diário auxiliar do Instituto Municipal de Assistência e Trabalho (1921-1922); Livro razão do Instituto Municipal de Assistência e Trabalho (1921-1922); Livro caixa do Instituto Municipal de Assistência e Trabalho (1921-1923); Registo de subsídios de lactação (1919-1920); Registo de guias de internamento (1937-1948); Processos de concessão de guias de internamento a doentes pobres (1906-1939); Fichas individuais de tratamento de doentes pobres (1943-1964); Faturas de internamento de doentes pobres (1966-1970); Contas de gerência da Casa de Trabalho da Nossa Senhora da Assunção (1959-1965); Contas de gerência da Casa de Trabalho de Santo António do Estoril (1967-1969); Contas de gerência do Centro de Abrigo dos Pequenininos (1955-1962); Contas de gerência do Centro Paroquial de Assistência de Alcabideche (1967-1968); Registo de atas da Junta Escolar do Concelho de Cascais (1881-1890); Correspondência recebida pela Junta Escolar do Concelho de Cascais (1881-1923); Copiador de correspondência expedida da Junta Escolar do Concelho de Cascais (1884-1892); Correspondência recebida e expedida sobre Delegados Paroquiais (1871-1895); Registo de autos de posse e juramento de professores de instrução pública (1882-1883); Registo de assiduidade de professores de escolas oficiais (1914-1918); Registo de exames de alunos (1884-1894); Recenseamento de crianças em idade escolar (1876-1915); Registo de assiduidade de professores (1911-1918); Registo de assiduidade e aproveitamento de alunos (1870-1921); Processos de concurso de professores (1882-1918); Processos de exames (1664-1920); Documentos de despesa relativos a educação (1837-1926); Relatórios de atividades culturais (1990-2002); Registo de correspondência recebida sobre assuntos culturais (1994-1995); Correspondência recebida, expedida e informações sobre cultura (1982-2001); Registo de assiduidade de funcionários do Departamento de Cultura (1999-2012); Documentos de despesa do Departamento de Cultura (1992-2012); Gestão de espaços

culturais (1997-2011); Apoio a iniciativas culturais (1986-2012); Registo fotográfico de atividades culturais (1997-2003); Medalhas de mérito municipal (1994-2006); Correspondência recebida pelo Museu-Biblioteca Condes de Castro Guimarães (1930-1948); Copiador de correspondência expedida e informações produzidas pelo Museu-Biblioteca Condes de Castro Guimarães (1930-1985); Registo de receita e despesa do Museu-Biblioteca Condes de Castro Guimarães (1930-1950); Registo de despesa do Museu-Biblioteca Condes de Castro Guimarães (1937-1950); Registo de ordens de pagamento do Museu-Biblioteca Condes de Castro Guimarães (1937-1947); Documentos de despesa do Museu-Biblioteca Condes de Castro Guimarães (1929-1975); Contas e Orçamentos do Museu-Biblioteca Condes de Castro Guimarães (1930-1950); Registo de descontos do Museu-Biblioteca Condes de Castro Guimarães para Fundo de Desemprego (1937-1948); Processos de descontos do Museu-Biblioteca Condes de Castro Guimarães para Fundo de Desemprego (1938-1941); Registo de visitantes e vendas do Museu-Biblioteca Condes de Castro Guimarães (1936-1950); Inventário e requisições de livros do Museu-Biblioteca Condes de Castro Guimarães (1920-1960); Registo de leitores do Museu-Biblioteca Condes de Castro Guimarães (1930-2001); Regulamento de concurso para conservador do Museu-Biblioteca Condes de Castro Guimarães (1943-1948); Avisos na imprensa para venda de propriedades do Conde de Castro Guimarães (1929-1932); Biblioteca Itinerante (1953-1999); Correspondência recebida e expedida com associações e coletividades (1933-2012); Relatórios de atividade de associações (1993-2004); Registo de assiduidade (1998-2005); Apoio a iniciativas culturais (1990-2011); Materiais de divulgação (1998-2004); Ofertas institucionais (1990-2012) e Registo fotográfico de eventos promovidos por associações (1992-2003)

CONDIÇÕES DE ACESSO: Restrições: Cf. Decreto-Lei 16/93 de 23 de janeiro, Art.º 17.º, n.ºs 2 e 3. *Diário da República*, I Série A. 19 (1993-01-23) 264-270. Regime geral de arquivos e do património arquivístico

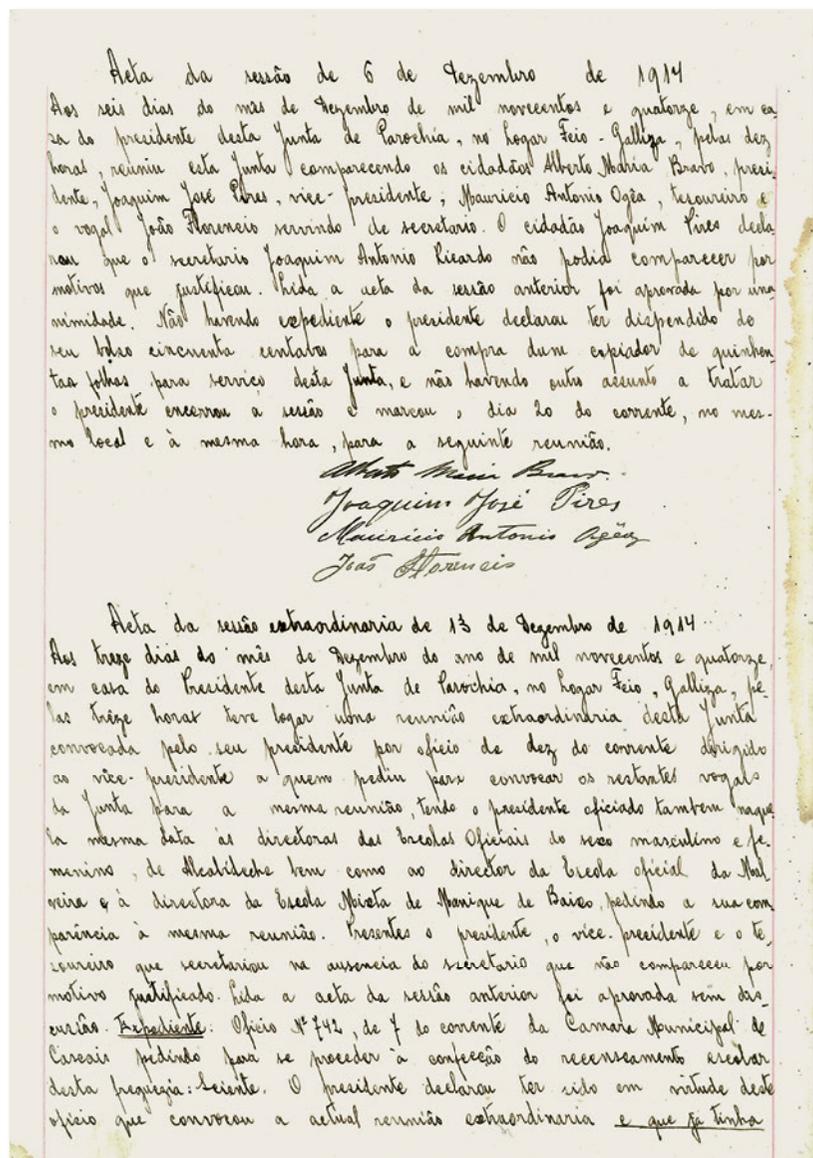
INSTRUMENTOS DE DESCRIÇÃO: Guia on-line. Inventários e catálogos setoriais on-line

NOTAS: : O fundo encontra-se, por ora, acondicionado em 6464 cx., 771 lv., 1179 ds. e 46 pt.

REGRAS OU CONVENÇÕES: DIREÇÃO GERAL DE ARQUIVOS; PROGRAMA DE NORMALIZAÇÃO DA DESCRIÇÃO EM ARQUIVO; GRUPO DE TRABALHO DE NORMALIZAÇÃO DA DESCRIÇÃO EM ARQUIVO - *Orientações para a descrição arquivística*. 2.º v. Lisboa: DGARQ, 2007. ISBN 978-972-8107-91-8

DATA DA DESCRIÇÃO: 2014-05-26

JUNTA DE FREGUESIA DE ALCABIDECHE



Ata de sessão da Junta de Freguesia de Alcabideche, 1914-12-06

[PT/CMCSC-AHMCSC/AADL/JFAL]

CÓDIGO DE REFERÊNCIA: PT/CMCSC-AHMCSC/AADL/JFAL

TÍTULO: Junta de Freguesia de Alcabideche

DATAS: 1910-12-05 | 1984-05-30

NÍVEL DE DESCRIÇÃO: Fundo

EXTENSÃO/DIMENSÃO: 3,19 m. l. - 40 lv., 1 ds. e 26 pt.

SUPORTE: Papel

NOME DO PRODUTOR: Junta de Freguesia de Alcabideche

HISTÓRIA ADMINISTRATIVA: «Freguesia» e «Paróquia» foram sinónimos até ao Liberalismo. Por não existir uma estrutura civil apartada da eclesiástica, o termo «freguês» – aglutinação da expressão latina «fillius ecclesiae», filho da igreja, ou de «filius gregis», filho do rebanho – servia para designar os paroquianos, que eram, por assim dizer, «fregueses» do pároco. As Juntas de Paróquias foram instituídas em 1830-11-27, tendo por objetivo «administrar todos os negócios, que forem de interesse puramente local» e sendo, então, compostas por três, cinco ou sete membros, conforme o número de fogos que abrangessem, cuja eleição, para mandatos bienais, cumpria aos «chefes de família, ou cabeças de fogo, domiciliados no distrito da Paróquia». Por decreto de 1835-07-18, seriam instituídas enquanto «corpo administrativo» autónomo da organização eclesiástica, ainda que os limites territoriais dos territórios que geriam fossem geralmente coincidentes com os das antigas paróquias. De acordo com este diploma cumpria à Junta de Paróquia: «cuidar na conservação e reparo da igreja que está a cargo dos paroquianos e nas despesas do culto divino a que estão obrigados»; «reger e prover na administração de quaisquer rendimentos ou esmolas que estejam applicadas para a fábrica desta parte da igreja»; «nomear de entre os vizinhos da paróquia um morador

dos mais abastados, que sirva por espaço de um ano de tesoureiro, para receber quaisquer dinheiros pertencentes ao comum da paróquia»; «regular a administração de quaisquer bens, edifícios ou rendimentos que possa haver pertencentes à Paróquia»; «tomar contas ao Comissário de Paróquia das receitas e despesas dela, as quais este será obrigado a apresentar na primeira sessão do ano» e «requerer à Câmara Municipal o estabelecimento das posturas que forem necessárias para o bom regulamento da freguesia e sobre os objetos que possam interessar essencialmente aos vizinhos da paróquia». Por decreto de 1836-12-31 estabelecer-se-ia que «as Juntas poderão celebrar as suas sessões na sacristia da Paróquia, em quaisquer casas de despacho, ou onde melhor convier; mas nunca no corpo da igreja», definindo-se detalhadamente as suas atribuições: «inventariar [...] todos os bens e rendimentos [...] pertencentes à Paróquia e à fábrica da igreja»; «inventariar separadamente [...] todos os paramentos, vasos sagrados, alfaías e quaisquer utensílios pertencentes à fábrica»; «cuidar na conservação e reparo da igreja que estiver a cargo dos paroquianos e nas despesas do culto divino a que eles são obrigados»; «examinar e discutir o orçamento e despesa que o regedor de paróquia lhes [...] apresentar»; «regular os meios de prover às despesas da paróquia por donativos ou subscrições voluntárias dos vizinhos»; «deliberar sobre a necessidade de contribuir para as despesas da Paróquia as irmandades e confrarias que nela se acharem eretas»; «designar quando há necessidade de lançar-se alguma finta ou derrama sobre os paroquianos»; «prover na administração de todos os bens, edifícios e rendimentos pertencentes à mesma paróquia [...] e bem assim na administração dos bens e rendimentos pertencentes a ermidas ou capelas dependentes das igrejas paroquiais» e «requerer à Câmara Municipal do concelho o estabelecimento das posturas que forem necessárias para o bom regulamento da Freguesia e sobre os objetos que possam interessar essencialmente aos moradores dela», em especial «para dessecação de pântanos, águas estagnadas,

remoção de tudo quanto possa inficionar [sic] o ar e as águas e melhoramento de tudo que possa interessar a saúde pública da Paróquia»; «para conservação, limpeza e reparo das fontes, poços, canos e presas de água do uso comum da Paróquia, ou de parte considerável dela»; «para a conservação e plantação de quaisquer bosques e arvoredos, pertencentes ao comum da paróquia, assim dos que já existirem, como dos que de novo puderem ser semeados, ou plantados para formosura dos caminhos e lugares públicos e para abastecimento das lenhas e madeiras»; «para a boa guarda dos campos, searas, bosques, arvoredos, vinhas, pastos [...], pedindo para este fim à Câmara do Concelho, se a necessidade o exigir, a nomeação de um ou mais Guardas Rurais» e «para a conservação das terras cultivadas que pertençam ao comum da Paróquia». Também «havendo terrenos baldios em que os vizinhos da Paróquia pretendam semear ou plantar bosques, arrotear ou amanho terras ou fazer qualquer outra cultura com o fim de criarem um rendimento para ocorrer às suas despesas, a Junta os poderá pedir à Câmara». Tinha, igualmente, por missão «requerer à Câmara Municipal [...] a extinção das posturas que forem prejudiciais à Freguesia», cumprindo-lhe, ainda, «formar as listas dos cidadãos que podem votar e ser votados nas eleições de Paróquia, nas das Câmaras Municipais e na dos Eleitores de Distrito». Enquanto «comissões de beneficência pública» era também da sua atribuição «tomar [...] com o Regedor [...] o rol das pessoas que têm direito a ser sustentadas pela pública beneficência, a saber: pobres inválidos, tais como crianças, velhos e enfermos sem casa nem domicílio, impossibilitados de subsistir pelo seu trabalho e pobres que em seu domicílio sofrem graves necessidades por sua idade, moléstias e falta de trabalho»; «promover e solicitar para [estes] indivíduos [...] a entrada nos respetivos hospitais ou casas de asilo de mendicidade»; «promover as medidas legais de repressão de mendicidade, indicando aos magistrados aqueles indivíduos que, podendo trabalhar e não sendo por isso classificados no quadro da Paróquia na qualidade de

mendigos, vivem como tais»; «velar pelos expostos, já mandando pôr na Roda os que aparecerem de novo, já fiscalizando o seu bom tratamento em casa das amas» e «enviar à Câmara Municipal e ao Administrador nas épocas competentes, tanto a relação dos terrenos, baldios, etc. [...] como o arrolamento dos moradores da Paróquia com a indicação das propriedades que possuem, das suas profissões e rendimentos, etc.» Por lei de 1840-10-26, a presidência das Juntas de Paróquia passou a ser da responsabilidade dos párocos, até que o Código Administrativo de 1878 aprovasse a livre escolha do Presidente. Não obstante, a partir de 1895 o cargo voltaria a ser entregue aos párocos, que apenas seriam afastados destas funções após a implantação da República, que definiria, por lei de 1913-08-07, a organização de paróquias civis, com limites territoriais idênticos aos eclesiásticos. Por lei de 1916-06-23, a Paróquia civil passou a designar-se por Freguesia, pelo que a antiga Junta de Paróquia deu lugar à Junta de Freguesia, fixando-se, definitivamente, a diferença entre as estruturas civil e eclesiástica, que os códigos administrativos de 1936 e de 1940 manteriam, com pequenas alterações. A Constituição de 1976 contribuiu para a afirmação da realidade e força do poder local, apostando nas autarquias locais – freguesias, municípios e regiões administrativas – para a descentralização administrativa. As autarquias locais, pessoas coletivas de população e território, dotadas de órgãos representativos que visam a prossecução dos interesses próprios, comuns e específicos das respetivas populações, têm por objetivo a satisfação das necessidades das comunidades locais, nomeadamente no que concerne ao desenvolvimento socioeconómico, ordenamento do território, abastecimento público, saneamento básico, saúde, educação, cultura, ambiente e desporto. Dispondo de pessoal, património e finanças próprios, a sua administração compete aos respetivos órgãos, razão pela qual a tutela do Estado sobre a gestão patrimonial e financeira dos municípios e das freguesias é meramente inspetiva e só pode ser exercida segundo as

formas e nos casos previstos na lei. Deste modo, encontra-se salvaguardada a democraticidade e a autonomia do poder local, cuja legitimidade das decisões decorre da eleição dos seus órgãos executivos – a Câmara Municipal e a Junta de Freguesia – e deliberativos – a Assembleia Municipal e a Assembleia de Freguesia. A lei n.º 159, de 1999-09-14, e a lei n.º 169, de 1999-09-18, alterada e republicada pela lei n.º 5-A, de 2002-11-01, estabelecem, respetivamente, o quadro de atribuições e competências para as autarquias locais e as competências e regime jurídico de funcionamento dos órgãos dos municípios e das freguesias. Ainda que a paróquia de S. Vicente de Alcabideche deva remontar ao século XIV, o mais antigo livro de atas da Junta de Paróquia de Alcabideche, conservado no cartório da igreja, remete a sua criação, nos novos moldes, para 1841-09-26

HISTÓRIA CUSTODIAL E ARQUIVÍSTICA: O fundo foi depositado pela Junta de Freguesia de Alcabideche, na sequência de contrato estabelecido com a Câmara Municipal de Cascais, através do AHMCSC

FONTE IMEDIATA DE AQUISIÇÃO OU TRANSFERÊNCIA: Depósito aprovado em sessão da Câmara Municipal de Cascais, em 1996-06-05

ÂMBITO E CONTEÚDO: A documentação reflete a atividade da Junta de Freguesia no domínio das funções definidas por legislação

SISTEMA DE ORGANIZAÇÃO: O fundo é constituído por 5 secções: Órgãos da Freguesia (Junta de Freguesia e Assembleia de Freguesia); Serviços Administrativos; Serviços Financeiros; Património e Eleições; e por 33 séries: Atas de sessões da Junta de Freguesia (1914-1970); Editais (1926-1970); Atas de sessões da Assembleia de Freguesia (1977-1982); Propostas de deliberação e minutas de atas de sessão da Assembleia

de Freguesia (1977-1982); Projeto de regimento (1977); Regimento (1977); Comissão de Moradores do Zambujeiro (1975-1980); Atas de sessões da Comissão de Moradores de Alcabideche (1975-1976); Ordens de trabalhos, listas de presenças e minutas de atas de sessões da Comissão de Moradores de Alcabideche (1975); Eleições e nomeações de representantes da Comissão de Moradores de Alcabideche (1975); Correspondência recebida e expedida pela Comissão de Moradores de Alcabideche (1975-1976); Documentos para apreciação da Comissão de Moradores de Alcabideche (1976); Lista de voluntários para limpeza e arranjos nas escolas promovidos pela Comissão de Moradores de Alcabideche (1974-1975); Talões de sorteio (1975); Registo de correspondência recebida (1934-1971); Correspondência recebida (1915-1977); Copiadores de correspondência expedida (1925-1977); Registo de requerimentos com emolumentos (1948-1984); Registo de requerimentos sem emolumentos (1961-1980); Requerimentos (1932-1954); Declarações de responsabilidade (1955); Registo de covais de menores do cemitério de Alcabideche (1929-1948); Registo de despesa (1935-1972); Registo de receita e despesa (1935-1975); Registo de orçamentos (1935-1954); Caderno de aperfeiçoamentos da matriz urbana (1941-1971); Relações de pobreza e subsídios (1926); Tabela de taxas de licença para estabelecimentos comerciais (1970); Centro Paroquial de Assistência de Alcabideche (1960-1963); Processo de construção de gares rodoviárias para camionagem de passageiros de serviços públicos (1967); Diplomas do prémio de distinção Cesaltina Mendes Bastos Fialho Gouveia (1970); Bens da Igreja de Alcabideche (1910-1926) e Recenseamento Eleitoral (1931-1950)

CONDIÇÕES DE ACESSO: RESTRIÇÕES: Cf. Decreto-Lei 16/93 de 23 de janeiro, Art.º 17.º, n.ºs 2 e 3. *Diário da República*, I Série A. 19 (1993-01-23) 264-270. Regime geral de arquivos e do património arquivístico

INSTRUMENTOS DE DESCRIÇÃO: Inventário on-line

NOTAS: O fundo encontra-se acondicionado em 29 cx.

REGRAS OU CONVENÇÕES: DIREÇÃO GERAL DE ARQUIVOS; PROGRAMA DE NORMALIZAÇÃO DA DESCRIÇÃO EM ARQUIVO; GRUPO DE TRABALHO DE NORMALIZAÇÃO DA DESCRIÇÃO EM ARQUIVO - *Orientações para a descrição arquivística*. 2.º v. Lisboa: DGARQ, 2007. ISBN 978-972-8107-91-8

DATA DA DESCRIÇÃO: 2011-12-23

igreja»; «nomear de entre os vizinhos da paróquia um morador dos mais abastados, que sirva por espaço de um ano de tesoureiro, para receber quaisquer dinheiros pertencentes ao comum da paróquia»; «regular a administração de quaisquer bens, edifícios ou rendimentos que possa haver pertencentes à Paróquia»; «tomar contas ao Comissário de Paróquia das receitas e despesas dela, as quais este será obrigado a apresentar na primeira sessão do ano» e «requerer à Câmara Municipal o estabelecimento das posturas que forem necessárias para o bom regulamento da freguesia e sobre os objetos que possam interessar essencialmente aos vizinhos da paróquia». Por decreto de 1836-12-31 estabelecer-se-ia que «as Juntas poderão celebrar as suas sessões na sacristia da Paróquia, em quaisquer casas de despacho, ou onde melhor convier; mas nunca no corpo da igreja», definindo-se detalhadamente as suas atribuições: «inventariar [...] todos os bens e rendimentos [...] pertencentes à Paróquia e à fábrica da igreja»; «inventariar separadamente [...] todos os paramentos, vasos sagrados, alfaias e quaisquer utensílios pertencentes à fábrica»; «cuidar na conservação e reparo da igreja que estiver a cargo dos paroquianos e nas despesas do culto divino a que eles são obrigados»; «examinar e discutir o orçamento e despesa que o regedor de paróquia lhes [...] apresentar»; «regular os meios de prover às despesas da paróquia por donativos ou subscrições voluntárias dos vizinhos»; «deliberar sobre a necessidade de contribuir para as despesas da Paróquia as irmandades e confrarias que nela se acharem eretas»; «designar quando há necessidade de lançar-se alguma finta ou derrama sobre os paroquianos»; «prover na administração de todos os bens, edifícios e rendimentos pertencentes à mesma paróquia [...] e bem assim na administração dos bens e rendimentos pertencentes a ermidas ou capelas dependentes das igrejas paroquiais» e «requerer à Câmara Municipal do concelho o estabelecimento das posturas que forem necessárias para o bom regulamento da Freguesia e sobre os objetos que possam interessar essencialmente aos moradores dela», em

especial «para dessecamento de pântanos, águas estagnadas, remoção de tudo quanto possa inficionar [sic] o ar e as águas e melhoramento de tudo que possa interessar a saúde pública da Paróquia»; «para conservação, limpeza e reparo das fontes, poços, canos e presas de água do uso comum da Paróquia, ou de parte considerável dela»; «para a conservação e plantação de quaisquer bosques e arvoredos, pertencentes ao comum da paróquia, assim dos que já existirem, como dos que de novo puderem ser semeados, ou plantados para formatura dos caminhos e lugares públicos e para abastecimento das lenhas e madeiras»; «para a boa guarda dos campos, searas, bosques, arvoredos, vinhas, pastos [...], pedindo para este fim à Câmara do Concelho, se a necessidade o exigir, a nomeação de um ou mais Guardas Rurais» e «para a conservação das terras cultivadas que pertençam ao comum da Paróquia». Também «havendo terrenos baldios em que os vizinhos da Paróquia pretendam semear ou plantar bosques, arrotear ou amansar terras ou fazer qualquer outra cultura com o fim de criarem um rendimento para ocorrer às suas despesas, a Junta os poderá pedir à Câmara». Tinha, igualmente, por missão «requerer à Câmara Municipal [...] a extinção das posturas que forem prejudiciais à Freguesia», cumprindo-lhe, ainda, «formar as listas dos cidadãos que podem votar e ser votados nas eleições de Paróquia, nas das Câmaras Municipais e na dos Eleitores de Distrito». Enquanto «comissões de beneficência pública» era também da sua atribuição «tomar [...] com o Regedor [...] o rol das pessoas que têm direito a ser sustentadas pela pública beneficência, a saber: pobres inválidos, tais como crianças, velhos e enfermos sem casa nem domicílio, impossibilitados de subsistir pelo seu trabalho e pobres que em seu domicílio sofrem graves necessidades por sua idade, moléstias e falta de trabalho»; «promover e solicitar para [estes] indivíduos [...] a entrada nos respetivos hospitais ou casas de asilo de mendicidade»; «promover as medidas legais de repressão de mendicidade, indicando aos magistrados aqueles indivíduos que, podendo trabalhar e não sendo por

isso classificados no quadro da Paróquia na qualidade de mendigos, vivem como tais»; «velar pelos expostos, já mandando pôr na Roda os que aparecerem de novo, já fiscalizando o seu bom tratamento em casa das amas» e «enviar à Câmara Municipal e ao Administrador nas épocas competentes, tanto a relação dos terrenos, baldios, etc. [...] como o arrolamentos dos moradores da Paróquia com a indicação das propriedades que possuem, das suas profissões e rendimentos, etc.» Por lei de 1840-10-26, a presidência das Juntas de Paróquia passou a ser da responsabilidade dos párocos, até que o Código Administrativo de 1878 aprovasse a livre escolha do Presidente. Não obstante, a partir de 1895 o cargo voltaria a ser entregue aos párocos, que apenas seriam afastados destas funções após a implantação da República, que definiria, por lei de 1913-08-07, a organização de paróquias civis, com limites territoriais idênticos aos eclesiásticos. Por lei de 1916-06-23, a Paróquia civil passou a designar-se por Freguesia, pelo que a antiga Junta de Paróquia deu lugar à Junta de Freguesia, fixando-se, definitivamente, a diferença entre as estruturas civil e eclesiástica, que os códigos administrativos de 1936 e de 1940 manteriam, com pequenas alterações. A Constituição de 1976 contribuiu para a afirmação da realidade e força do poder local, apostando nas autarquias locais – freguesias, municípios e regiões administrativas – para a descentralização administrativa. As autarquias locais, pessoas coletivas de população e território, dotadas de órgãos representativos que visam a prossecução dos interesses próprios, comuns e específicos das respetivas populações, têm por objetivo a satisfação das necessidades das comunidades locais, nomeadamente no que concerne ao desenvolvimento socioeconómico, ordenamento do território, abastecimento público, saneamento básico, saúde, educação, cultura, ambiente e desporto. Dispondo de pessoal, património e finanças próprios, a sua administração compete aos respetivos órgãos, razão pela qual a tutela do Estado sobre a gestão patrimonial e financeira dos municípios e das freguesias é

meramente inspetiva e só pode ser exercida segundo as formas e nos casos previstos na lei. Deste modo, encontra-se salvaguardada a democraticidade e a autonomia do poder local, cuja legitimidade das decisões decorre da eleição dos seus órgãos executivos – a Câmara Municipal e a Junta de Freguesia – e deliberativos – a Assembleia Municipal e a Assembleia de Freguesia. A lei n.º 159, de 1999-09-14, e a lei n.º 169, de 1999-09-18, alterada e republicada pela lei n.º 5-A, de 2002-11-01, estabelecem, respetivamente, o quadro de atribuições e competências para as autarquias locais e as competências e regime jurídico de funcionamento dos órgãos dos municípios e das freguesias. O concelho de Cascais, cujos limites seriam definidos por carta régia de 1370-04-08, aquando da sua entrega, como feudo, a Gomes Lourenço do Avelar, englobava, ainda, pelo facto de avançar até à «Ribeira de Oeiras», uma pequena parte do reguengo com este nome, que terminava na foz do Tejo e acabaria por adquirir individualidade própria, transformando-se, mesmo, numa circunscrição de regime equiparável ao dos verdadeiros municípios. Por alvará de 1759-08-11, o «reguengo a par de Oeiras», que veio, depois, a ser também conhecido por vila de Bucicos, seria associado a outras áreas do território do concelho de Cascais, para a formação da vila de Carcavelos, não obstante se manter sob a alçada da donatária de Cascais. Recuaram, então, até à «Ribeira de Carcavelos» os confins da extremidade oriental do concelho, que assim perdeu, com as povoações do Arneiro, Carcavelos, Rebelva, S. Domingos de Rana e Sassoeiros, a Torre da Aguilha e restantes lugares entre a mesma ribeira e a foz do Tejo. O projeto foi decerto gizado por Sebastião José de Carvalho e Melo, já então Conde de Oeiras e grande proprietário na vila de Bucicos, a quem interessava libertar a região do jugo alheio, sobretudo no tocante à cobrança dos tributos, tanto mais que havia alcançado, por carta régia de 1759-07-13, a elevação de Oeiras à categoria de vila. Na sequência da morte da última donatária de Cascais e Carcavelos, D. Ana José Maria da Graça

de Meneses e Castro, em 1762-09-07, a Coroa apoderar-se-ia das duas vilas, aproveitando a oportunidade para extinguir, por alvará de 1764-04-09, a de Carcavelos e anexar o seu território ao de Oeiras. Por decreto de 1895-09-26, aquando da extinção do concelho de Oeiras, Cascais passou, também, a agregar as freguesias de Carcavelos, Carnaxide, Oeiras e S. Julião da Barra. Todavia, em 1898-01-13, aquando da restauração do concelho de Oeiras, a freguesia de Carcavelos manter-se-ia agregada a Cascais

HISTÓRIA CUSTODIAL E ARQUIVÍSTICA: O fundo foi depositado pela Junta de Freguesia de Carcavelos, na sequência de contrato estabelecido com a Câmara Municipal de Cascais, através do AHMCSC

FONTE IMEDIATA DE AQUISIÇÃO OU TRANSFERÊNCIA: Depósito efetivado em 1992, na sequência de contrato estabelecido com a CMCS, através do AHMCSC

ÂMBITO E CONTEÚDO: A documentação reflete a atividade da Junta de Freguesia de Carcavelos no domínio das funções definidas por legislação

SISTEMA DE ORGANIZAÇÃO: O fundo é constituído por 2 secções: Órgãos da Freguesia (Junta de Freguesia) e Serviços Administrativos; e por 2 séries: Atas de sessões (1836-1911) e Correspondência recebida (1911-1914)

INSTRUMENTOS DE DESCRIÇÃO: Inventário on-line

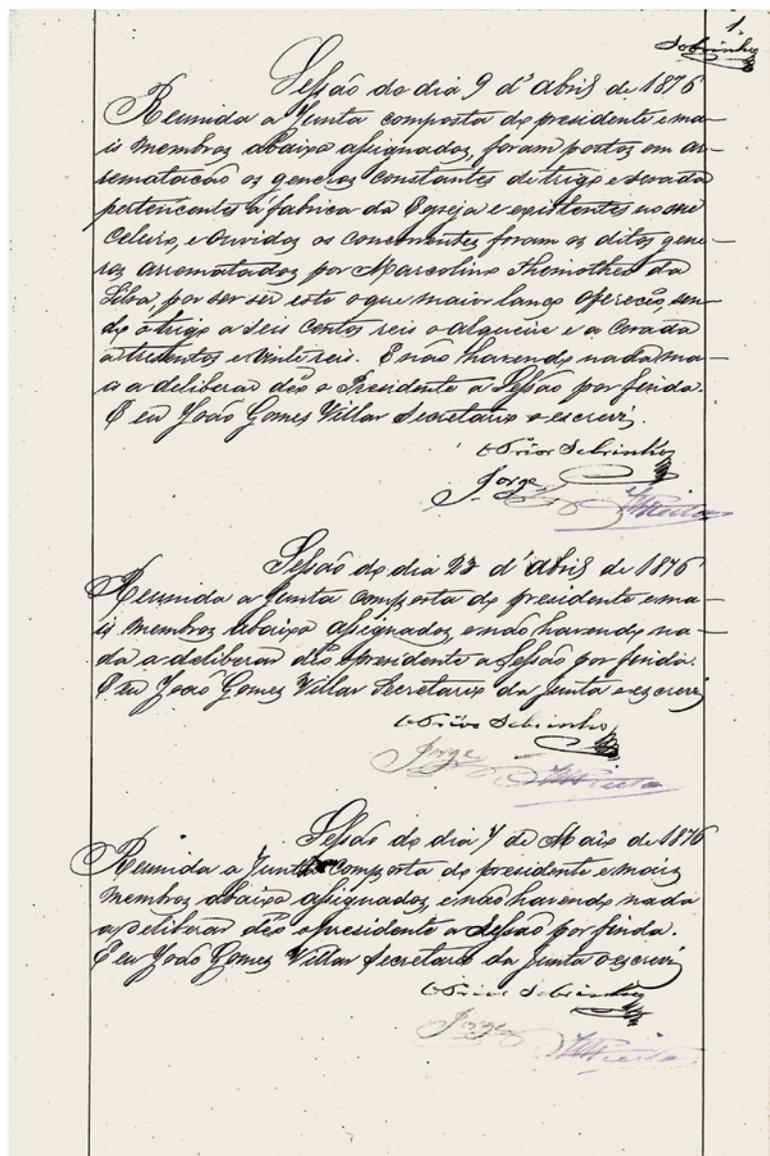
NOTAS: O fundo encontra-se acondicionado em 1 cx.

REGRAS OU CONVENÇÕES: DIREÇÃO GERAL DE ARQUIVOS; PROGRAMA DE NORMALIZAÇÃO DA DESCRIÇÃO EM ARQUIVO; GRUPO DE TRABALHO DE NORMALIZAÇÃO DA DESCRIÇÃO EM ARQUIVO -

Orientações para a descrição arquivística. 2.º v. Lisboa: DGARQ, 2007. ISBN 978-972-8107-91-8

DATA DA DESCRIÇÃO: 2011-12-23

JUNTA DE FREGUESIA DE CASCAIS



Ata de sessão da Junta de Freguesia de Cascais, 1876-04-09 [PT/CMCSC-AHMCSC/AADL/JFCS]

CÓDIGO DE REFERÊNCIA: PT/CMCSC-AHMCSC/AADL/JFCS

TÍTULO: Junta de Freguesia de Cascais

DATAS: 1782-02-04 | 2000-11-06

NÍVEL DE DESCRIÇÃO: Fundo

EXTENSÃO/DIMENSÃO: 7,61 m. l. – 119 lv., 135 pt. e 30 env.

SUPORTE: Papel

NOME DO PRODUTOR: Junta de Freguesia de Cascais

HISTÓRIA ADMINISTRATIVA: «Freguesia» e «Paróquia» foram sinónimos até ao Liberalismo. Por não existir uma estrutura civil apartada da eclesiástica, o termo «freguês» – aglutinação da expressão latina «fillius ecclesiae», filho da igreja, ou de «filius gregis», filho do rebanho – servia para designar os paroquianos, que eram, por assim dizer, «fregueses» do pároco. As Juntas de Paróquias foram instituídas em 1830-11-27, tendo por objetivo «administrar todos os negócios, que forem de interesse puramente local» e sendo, então, compostas por três, cinco ou sete membros, conforme o número de fogos que abrangessem, cuja eleição, para mandatos bienais, cumpria aos «chefes de família, ou cabeças de fogo, domiciliados no distrito da Paróquia». Por decreto de 1835-07-18, seriam instituídas enquanto «corpo administrativo» autónomo da organização eclesiástica, ainda que os limites territoriais dos territórios que geriam fossem geralmente coincidentes com os das antigas paróquias. De acordo com este diploma cumpria à Junta de Paróquia: «cuidar na conservação e reparo da igreja que está a cargo dos paroquianos e nas despesas do culto divino a que estão obrigados»; «reger e prover na administração de quaisquer rendimentos ou esmolas que estejam aplicadas para a fábrica desta parte da

igreja»; «nomear de entre os vizinhos da paróquia um morador dos mais abastados, que sirva por espaço de um ano de tesoureiro, para receber quaisquer dinheiros pertencentes ao comum da paróquia»; «regular a administração de quaisquer bens, edifícios ou rendimentos que possa haver pertencentes à Paróquia»; «tomar contas ao Comissário de Paróquia das receitas e despesas dela, as quais este será obrigado a apresentar na primeira sessão do ano» e «requerer à Câmara Municipal o estabelecimento das posturas que forem necessárias para o bom regulamento da freguesia e sobre os objetos que possam interessar essencialmente aos vizinhos da paróquia». Por decreto de 1836-12-31 estabelecer-se-ia que «as Juntas poderão celebrar as suas sessões na sacristia da Paróquia, em quaisquer casas de despacho, ou onde melhor convier; mas nunca no corpo da igreja», definindo-se detalhadamente as suas atribuições: «inventariar [...] todos os bens e rendimentos [...] pertencentes à Paróquia e à fábrica da igreja»; «inventariar separadamente [...] todos os paramentos, vasos sagrados, alfaias e quaisquer utensílios pertencentes à fábrica»; «cuidar na conservação e reparo da igreja que estiver a cargo dos paroquianos e nas despesas do culto divino a que eles são obrigados»; «examinar e discutir o orçamento e despesa que o regedor de paróquia lhes [...] apresentar»; «regular os meios de prover às despesas da paróquia por donativos ou subscrições voluntárias dos vizinhos»; «deliberar sobre a necessidade de contribuir para as despesas da Paróquia as irmandades e confrarias que nela se acharem eretas»; «designar quando há necessidade de lançar-se alguma finta ou derrama sobre os paroquianos»; «prover na administração de todos os bens, edifícios e rendimentos pertencentes à mesma paróquia [...] e bem assim na administração dos bens e rendimentos pertencentes a ermidas ou capelas dependentes das igrejas paroquiais» e «requerer à Câmara Municipal do concelho o estabelecimento das posturas que forem necessárias para o bom regulamento da Freguesia e sobre os objetos que possam interessar essencialmente aos moradores dela», em

especial «para dessecamento de pântanos, águas estagnadas, remoção de tudo quanto possa inficionar [sic] o ar e as águas e melhoramento de tudo que possa interessar a saúde pública da Paróquia»; «para conservação, limpeza e reparo das fontes, poços, canos e presas de água do uso comum da Paróquia, ou de parte considerável dela»; «para a conservação e plantação de quaisquer bosques e arvoredos, pertencentes ao comum da paróquia, assim dos que já existirem, como dos que de novo puderem ser semeados, ou plantados para formosura dos caminhos e lugares públicos e para abastecimento das lenhas e madeiras»; «para a boa guarda dos campos, searas, bosques, arvoredos, vinhas, pastos [...], pedindo para este fim à Câmara do Concelho, se a necessidade o exigir, a nomeação de um ou mais Guardas Rurais» e «para a conservação das terras cultivadas que pertençam ao comum da Paróquia». Também «havendo terrenos baldios em que os vizinhos da Paróquia pretendam semear ou plantar bosques, arrotear ou amansar terras ou fazer qualquer outra cultura com o fim de criarem um rendimento para ocorrer às suas despesas, a Junta os poderá pedir à Câmara». Tinha, igualmente, por missão «requerer à Câmara Municipal [...] a extinção das posturas que forem prejudiciais à Freguesia», cumprindo-lhe, ainda, «formar as listas dos cidadãos que podem votar e ser votados nas eleições de Paróquia, nas das Câmaras Municipais e na dos Eleitores de Distrito». Enquanto «comissões de beneficência pública» era também da sua atribuição «tomar [...] com o Regedor [...] o rol das pessoas que têm direito a ser sustentadas pela pública beneficência, a saber: pobres inválidos, tais como crianças, velhos e enfermos sem casa nem domicílio, impossibilitados de subsistir pelo seu trabalho e pobres que em seu domicílio sofrem graves necessidades por sua idade, moléstias e falta de trabalho»; «promover e solicitar para [estes] indivíduos [...] a entrada nos respetivos hospitais ou casas de asilo de mendicidade»; «promover as medidas legais de repressão de mendicidade, indicando aos magistrados aqueles indivíduos que, podendo trabalhar e não sendo por

isso classificados no quadro da Paróquia na qualidade de mendigos, vivem como tais»; «velar pelos expostos, já mandando pôr na Roda os que aparecerem de novo, já fiscalizando o seu bom tratamento em casa das amas» e «enviar à Câmara Municipal e ao Administrador nas épocas competentes, tanto a relação dos terrenos, baldios, etc. [...] como o arrolamento dos moradores da Paróquia com a indicação das propriedades que possuem, das suas profissões e rendimentos, etc.» Por lei de 1840-10-26, a presidência das Juntas de Paróquia passou a ser da responsabilidade dos párocos, até que o Código Administrativo de 1878 aprovasse a livre escolha do Presidente. Não obstante, a partir de 1895 o cargo voltaria a ser entregue aos párocos, que apenas seriam afastados destas funções após a implantação da República, que definiria por lei de 1913-08-07, a organização de paróquias civis, com limites territoriais idênticos aos eclesiásticos. Por lei de 1916-06-23, a Paróquia civil passou a designar-se por Freguesia, pelo que a antiga Junta de Paróquia deu lugar à Junta de Freguesia, fixando-se, definitivamente, a diferença entre as estruturas civil e eclesiástica, que os códigos administrativos de 1936 e de 1940 manteriam, com pequenas alterações. A Constituição de 1976 contribuiu para a afirmação da realidade e força do poder local, apostando nas autarquias locais – freguesias, municípios e regiões administrativas – para a descentralização administrativa. As autarquias locais, pessoas coletivas de população e território, dotadas de órgãos representativos que visam a prossecução dos interesses próprios, comuns e específicos das respetivas populações, têm por objetivo a satisfação das necessidades das comunidades locais, nomeadamente no que concerne ao desenvolvimento socioeconómico, ordenamento do território, abastecimento público, saneamento básico, saúde, educação, cultura, ambiente e desporto. Dispondo de pessoal, património e finanças próprios, a sua administração compete aos respetivos órgãos, razão pela qual a tutela do Estado sobre a gestão patrimonial e financeira dos municípios e das freguesias é

meramente inspetiva e só pode ser exercida segundo as formas e nos casos previstos na lei. Deste modo, encontra-se salvaguardada a democraticidade e a autonomia do poder local, cuja legitimidade das decisões decorre da eleição dos seus órgãos executivos – a Câmara Municipal e a Junta de Freguesia – e deliberativos – a Assembleia Municipal e a Assembleia de Freguesia. A lei n.º 159, de 1999-09-14, e a lei n.º 169, de 1999-09-18, alterada e republicada pela lei n.º 5-A, de 2002-11-01, estabelecem, respetivamente, o quadro de atribuições e competências para as autarquias locais e as competências e regime jurídico de funcionamento dos órgãos dos municípios e das freguesias. Ainda que a vila de Cascais integrasse, inicialmente, a paróquia de S. Pedro de Penaferrim, ao crescer para fora da área do castelo durante o século XV, conquistaria, também, a sua autonomia eclesiástica, pelo menos desde meados do século XVI. À paróquia de Nossa Senhora da Assunção – a Matriz Velha – associar-se-ia, no início do século seguinte, a nova paróquia de Nossa Senhora da Ressurreição de Cristo, na margem esquerda da Ribeira das Vinhas, junto à ponte que ligava aos caminhos de Sintra e Lisboa. Por ordem régia de 1840-05-17, esta paróquia, cuja igreja fora destruída aquando do terramoto de 1755, seria anexada à de Nossa Senhora da Assunção, surgindo, então, a paróquia de Nossa Senhora da Assunção e da Ressurreição de Cristo, que estaria na base da constituição da Junta de Paróquia de Cascais

HISTÓRIA CUSTODIAL E ARQUIVÍSTICA: O fundo foi depositado pela Junta de Freguesia de Cascais, na sequência de contrato estabelecido com a Câmara Municipal de Cascais, através do AHMCSC, ao abrigo do Programa de Recuperação de Arquivos e Documentos de Interesse Municipal (PRADIM)

FONTE IMEDIATA DE AQUISIÇÃO OU TRANSFERÊNCIA: Depósito aprovado em sessão da Câmara Municipal de Cascais, em 2006-09-18

ÂMBITO E CONTEÚDO: A documentação reflete a atividade da Junta de Freguesia de Cascais no domínio das funções definidas por legislação

SISTEMA DE ORGANIZAÇÃO: O fundo é constituído por 8 secções: Órgãos da Freguesia (Junta de Freguesia e Assembleia de Freguesia); Serviços Administrativos; Serviços Financeiros; Património; Impostos e Contribuições; Eleições; Habitação e Educação; e por 44 séries: Atas de sessões da Junta de Freguesia (1876-1993); Editais (1906-1923); Autos de posse (1975); Atas de sessões da Assembleia de Freguesia (1977-1994); Documentos para apreciação da Assembleia de Freguesia (1990-1992); Registo das comissões de moradores (1975); Atas de sessões da Comissão de Moradores do Bairro do Cobre (1975-1977); Documentos para apreciação da Comissão de Moradores do Bairro do Cobre (1975-1976); Registo de correspondência recebida (1942-1994); Registo de correspondência expedida (1974-2000); Copiadores de correspondência expedida (1881-1922); Correspondência recebida e expedida (1880-1990); Registo de requerimentos de atestados (1948-1977); Requerimentos e cópias de atestados (1937-1950); Registo de emolumentos de atestados (1942-1995); Autorizações de atestados de assistência judiciária e emancipação (1977-1980); Requerimentos e cópias de certidões (1940-1941); Certidões de legados pios (1894-1910); Registo de termos de identidade, idoneidade e justificação administrativa (1979-1997); Registo de cartões de identidade de funcionários (1994-1996); Concurso "Passa Poesia em Cascais" (1996); Registo de receita (1981-1985); Guias de receita eventual (1945-1950); Registo de despesa (1954-1985); Autorizações de pagamento (1883-1950); Registo de receita e despesa (1879-1990); Entrada e saída de fundos (1876-1888); Contas de gerência (1889-1950); Caderneta de depósito bancário (1920); Contas de gerência da Irmandade do Santíssimo Sacramento (1912-1921); Processos de arrematação da obra da igreja matriz (1906-

1912); Registo de foros e rendas (1858-1881); Escrituras de aforamento (1782-1873); Cobrança de foros (1908-1918); Inventário de bens da Junta (1969-1977); Inventário de bens da Paróquia (1920); Registo da contribuição direta paroquial (1881-1908); Talões de contribuição voluntária para o Fundo de Assistência e Fins Sociais (1946-1950); Recenseamento eleitoral (1938-1948); Atos eleitorais (1913-1955); Registo de pedidos de habitação (1975-1978); Registo de habitações devolutas (1975); Mapas de assiduidade das alunas da Escola Feminina (1887-1889) e Inventário do património da Escola-Cantina 1.º de Maio de 1922 (1922-1923)

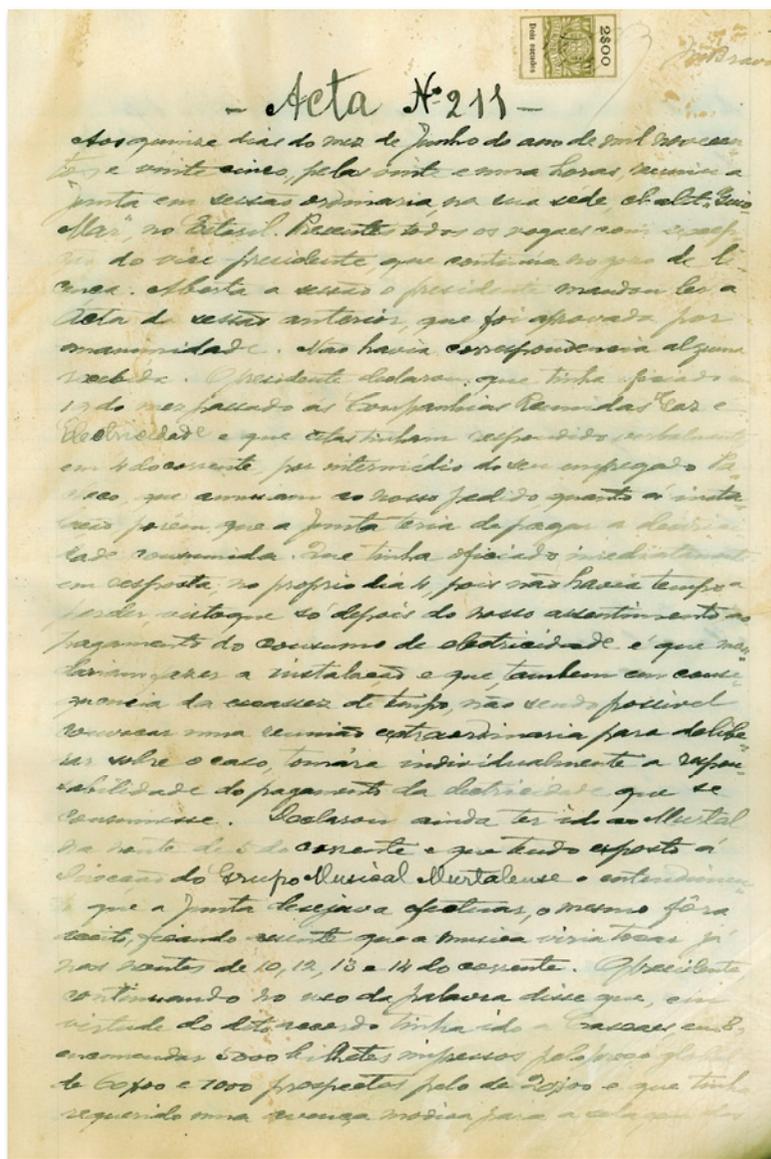
CONDIÇÕES DE ACESSO: Restrições: Cf. Decreto-Lei 16/93 de 23 de janeiro, Art.º 17.º, n.ºs 2 e 3. *Diário da República*, I Série A. 19 (1993-01-23) 264-270. Regime geral de arquivos e do património arquivístico

INSTRUMENTOS DE DESCRIÇÃO: Inventário on-line

NOTAS: O fundo encontra-se acondicionado em 68 cx. e 1 lv.

REGRAS OU CONVENÇÕES: DIREÇÃO GERAL DE ARQUIVOS; PROGRAMA DE NORMALIZAÇÃO DA DESCRIÇÃO EM ARQUIVO; GRUPO DE TRABALHO DE NORMALIZAÇÃO DA DESCRIÇÃO EM ARQUIVO - *Orientações para a descrição arquivística*. 2.º v. Lisboa: DGARQ, 2007. ISBN 978-972-8107-91-8

DATA DA DESCRIÇÃO: 2015-06-01



Ata de sessão da Junta de Freguesia do Estoril, 1925-06-15
[AHMCSC/AADL/JFEST]

CÓDIGO DE REFERÊNCIA: PT/CMCSC-AHMCSC/AADL/JFEST

TÍTULO: Junta de Freguesia do Estoril

DATAS: 1916-01-20 | 2000

NÍVEL DE DESCRIÇÃO: Fundo

EXTENSÃO/DIMENSÃO: [7,92 m.l. – 92 lv. e 78 pt.]

SUPORTE: Papel

NOME DO PRODUTOR: Junta de Freguesia do Estoril

HISTÓRIA ADMINISTRATIVA: «Freguesia» e «Paróquia» foram sinónimos até ao Liberalismo. Por não existir uma estrutura civil apartada da eclesiástica, o termo «freguês» - aglutinação da expressão latina «fillius ecclesiae», filho da igreja, ou de «fillius gregis», filho do rebanho - servia para designar os paroquianos, que eram, por assim dizer, «fregueses» do pároco. As Juntas de Paróquias foram instituídas em 1830-11-27, tendo por objetivo «administrar todos os negócios, que forem de interesse puramente local» e sendo, então, compostas por três, cinco ou sete membros, conforme o número de fogos que abrangessem, cuja eleição, para mandatos bienais, cumpria aos «chefes de família, ou cabeças de fogo, domiciliados no distrito da Paróquia». Por decreto de 1835-07-18, seriam instituídas enquanto «corpo administrativo» autónomo da organização eclesiástica, ainda que os limites territoriais dos territórios que geriam fossem geralmente coincidentes com os das antigas paróquias. De acordo com este diploma cumpria à Junta de Paróquia: «cuidar na conservação e reparo da igreja que está a cargo dos paroquianos e nas despesas do culto divino a que estão obrigados»; «reger e prover na administração de quaisquer rendimentos ou esmolas que estejam aplicadas para a fábrica desta parte da igreja»; «nomear de entre os vizinhos da paróquia um morador

dos mais abastados, que sirva por espaço de um ano de tesoureiro, para receber quaisquer dinheiros pertencentes ao comum da paróquia»; «regular a administração de quaisquer bens, edifícios ou rendimentos que possa haver pertencentes à Paróquia»; «tomar contas ao Comissário de Paróquia das receitas e despesas dela, as quais este será obrigado a apresentar na primeira sessão do ano» e «requerer à Câmara Municipal o estabelecimento das posturas que forem necessárias para o bom regulamento da freguesia e sobre os objetos que possam interessar essencialmente aos vizinhos da paróquia». Por decreto de 1836-12-31 estabelecer-se-ia que «as Juntas poderão celebrar as suas sessões na sacristia da Paróquia, em quaisquer casas de despacho, ou onde melhor convier; mas nunca no corpo da igreja», definindo-se detalhadamente as suas atribuições: «inventariar [...] todos os bens e rendimentos [...] pertencentes à Paróquia e à fábrica da igreja»; «inventariar separadamente [...] todos os paramentos, vasos sagrados, alfaias e quaisquer utensílios pertencentes à fábrica»; «cuidar na conservação e reparo da igreja que estiver a cargo dos paroquianos e nas despesas do culto divino a que eles são obrigados»; «examinar e discutir o orçamento e despesa que o regedor de paróquia lhes [...] apresentar»; «regular os meios de prover às despesas da paróquia por donativos ou subscrições voluntárias dos vizinhos»; «deliberar sobre a necessidade de contribuir para as despesas da Paróquia as irmandades e confrarias que nela se acharem eretas»; «designar quando há necessidade de lançar-se alguma finta ou derrama sobre os paroquianos»; «prover na administração de todos os bens, edifícios e rendimentos pertencentes à mesma paróquia [...] e bem assim na administração dos bens e rendimentos pertencentes a ermidas ou capelas dependentes das igrejas paroquiais» e «requerer à Câmara Municipal do concelho o estabelecimento das posturas que forem necessárias para o bom regulamento da Freguesia e sobre os objetos que possam interessar essencialmente aos moradores dela», em especial «para dessecação de pântanos, águas estagnadas,

remoção de tudo quanto possa inficionar [sic] o ar e as águas e melhoramento de tudo que possa interessar a saúde pública da Paróquia»; «para conservação, limpeza e reparo das fontes, poços, canos e presas de água do uso comum da Paróquia, ou de parte considerável dela»; «para a conservação e plantação de quaisquer bosques e arvoredos, pertencentes ao comum da paróquia, assim dos que já existirem, como dos que de novo puderem ser semeados, ou plantados para formosura dos caminhos e lugares públicos e para abastecimento das lenhas e madeiras»; «para a boa guarda dos campos, searas, bosques, arvoredos, vinhas, pastos [...], pedindo para este fim à Câmara do Concelho, se a necessidade o exigir, a nomeação de um ou mais Guardas Rurais» e «para a conservação das terras cultivadas que pertençam ao comum da Paróquia». Também «havendo terrenos baldios em que os vizinhos da Paróquia pretendam semear ou plantar bosques, arrotear ou amanhoar terras ou fazer qualquer outra cultura com o fim de criarem um rendimento para ocorrer às suas despesas, a Junta os poderá pedir à Câmara». Tinha, igualmente, por missão «requerer à Câmara Municipal [...] a extinção das posturas que forem prejudiciais à Freguesia», cumprindo-lhe, ainda, «formar as listas dos cidadãos que podem votar e ser votados nas eleições de Paróquia, nas das Câmaras Municipais e na dos Eleitores de Distrito». Enquanto «comissões de beneficência pública» era também da sua atribuição «tomar [...] com o Regedor [...] o rol das pessoas que têm direito a ser sustentadas pela pública beneficência, a saber: pobres inválidos, tais como crianças, velhos e enfermos sem casa nem domicílio, impossibilitados de subsistir pelo seu trabalho e pobres que em seu domicílio sofrem graves necessidades por sua idade, moléstias e falta de trabalho»; «promover e solicitar para [estes] indivíduos [...] a entrada nos respetivos hospitais ou casas de asilo de mendicidade»; «promover as medidas legais de repressão de mendicidade, indicando aos magistrados aqueles indivíduos que, podendo trabalhar e não sendo por isso classificados no quadro da Paróquia na qualidade de

mendigos, vivem como tais»; «velar pelos expostos, já mandando pôr na Roda os que aparecerem de novo, já fiscalizando o seu bom tratamento em casa das amas» e «enviar à Câmara Municipal e ao Administrador nas épocas competentes, tanto a relação dos terrenos, baldios, etc. [...] como o arrolamento dos moradores da Paróquia com a indicação das propriedades que possuem, das suas profissões e rendimentos, etc.» Por lei de 1840-10-26, a presidência das Juntas de Paróquia passou a ser da responsabilidade dos párocos, até que o Código Administrativo de 1878 aprovasse a livre escolha do Presidente. Não obstante, a partir de 1895 o cargo voltaria a ser entregue aos párocos, que apenas seriam afastados destas funções após a implantação da República, que definiria, por lei de 1913-08-07, a organização de paróquias civis, com limites territoriais idênticos aos eclesiásticos. Por lei de 1916-06-23, a Paróquia civil passou a designar-se por Freguesia, pelo que a antiga Junta de Paróquia deu lugar à Junta de Freguesia, fixando-se, definitivamente, a diferença entre as estruturas civil e eclesiástica, que os códigos administrativos de 1936 e de 1940 manteriam, com pequenas alterações. A Constituição de 1976 contribuiu para a afirmação da realidade e força do poder local, apostando nas autarquias locais - freguesias, municípios e regiões administrativas - para a descentralização administrativa. As autarquias locais, pessoas coletivas de população e território, dotadas de órgãos representativos que visam a prossecução dos interesses próprios, comuns e específicos das respetivas populações, têm por objetivo a satisfação das necessidades das comunidades locais, nomeadamente no que concerne ao desenvolvimento socioeconómico, ordenamento do território, abastecimento público, saneamento básico, saúde, educação, cultura, ambiente e desporto. Dispondo de pessoal, património e finanças próprios, a sua administração compete aos respetivos órgãos, razão pela qual a tutela do Estado sobre a gestão patrimonial e financeira dos municípios e das freguesias é meramente inspetiva e só pode ser exercida segundo as

formas e nos casos previstos na lei. Deste modo, encontra-se salvaguardada a democraticidade e a autonomia do poder local, cuja legitimidade das decisões decorre da eleição dos seus órgãos executivos - a Câmara Municipal e a Junta de Freguesia - e deliberativos - a Assembleia Municipal e a Assembleia de Freguesia. A lei n.º 159, de 1999-09-14, e a lei n.º 169, de 1999-09-18, alterada e republicada pela lei n.º 5-A, de 2002-11-01, estabelecem, respetivamente, o quadro de atribuições e competências para as autarquias locais e as competências e regime jurídico de funcionamento dos órgãos dos municípios e das freguesias. A freguesia do Estoril foi fundada em 1915-09-18. Sedeada em S. João do Estoril, compunha-se das «povoações do Estoril, S. João do Estoril, Cai-Água [futuro S. Pedro do Estoril], Livramento, Alapraia e Galiza, do concelho de Cascais, que, para tal efeito, são desanexadas das paróquias de Cascais, Alcabideche e S. Domingos de Rana». A Lei n.º 22, de 2012-05-30 - que aprovou o regime jurídico da reorganização administrativa territorial autárquica, agregando freguesias - e a Lei n.º 11-A, de 2013-01-28, que deu cumprimento à reorganização administrativa do território das freguesias - conduziram à agregação das freguesias de Cascais e Estoril e à criação da Junta da União de Freguesias de Cascais e Estoril

HISTÓRIA CUSTODIAL E ARQUIVÍSTICA: O fundo foi depositado pela Junta de Freguesia do Estoril, na sequência de contrato estabelecido com a Câmara Municipal de Cascais, através do AHMCSC, ao abrigo do Programa de Recuperação de Arquivos e Documentos de Interesse Municipal (PRADIM)

FONTE IMEDIATA DE AQUISIÇÃO OU TRANSFERÊNCIA: Depósito aprovado em sessão da Câmara Municipal de Cascais, em 2015-07-20

ÂMBITO E CONTEÚDO: A documentação reflete a atividade da Junta de Freguesia do Estoril no domínio das funções definidas por estatutos

SISTEMA DE ORGANIZAÇÃO: O fundo é constituído por 3 secções: Órgãos da Freguesia; Serviços Administrativos e Serviços Financeiros e Património; e por 3 subsecções: Junta de Freguesia (1925-1998); Assembleia de Freguesia (1977-1997) e Comissão Democrática Administrativa (1975-1976); e por 28 séries: Atas de sessões (1925-1998); Atas de sessões extraordinárias (1977-1998); Atas de sessões plenárias (1975-1976); Atas de sessões com outras entidades (1975-1976); Atas de sessões (1977-1996); Convocatórias de Assembleia de Freguesia (1980-1997); Regimento (1980-1990); Editais (1983-1997); Atas de sessões (1975-1976); Registo de correspondência recebida pela Junta de Freguesia (1981-1999); Correspondência recebida pela Assembleia de Freguesia (1991-1999); Registo de correspondência expedida pela Junta de Freguesia (1976-1999); Registo de correspondência expedida pela Assembleia de Freguesia (1996-1998); Correspondência recebida e expedida pela Junta de Freguesia (1975-1998); Copiador de correspondência expedida pela Junta (1979-1998); Correspondência recebida pela Assembleia de Freguesia (1977-1994); Copiador de correspondência expedida pela Assembleia de Freguesia (1977-1992); Processos eleitorais (1932-1945); Iniciativas culturais (1993-1994); Gestão de recursos humanos (1969-1997); Cheias de 1983 (1983-1985); Delimitação da Freguesia de Estoril (1916-1945); Contas de gerência, balancetes e contas correntes da despesa (1976-2000); Balancetes (1975-1980); Registo da receita (1968-1985); Registo da despesa (1973-1985); Registo de caixa (1969-1991) e Gestão de património (1958-1997)

CONDIÇÕES DE ACESSO: Restrições: Cf. Decreto-Lei 16/93 de 23 de janeiro, Art.º 17.º, n.ºs 2 e 3. Diário da República, I Série

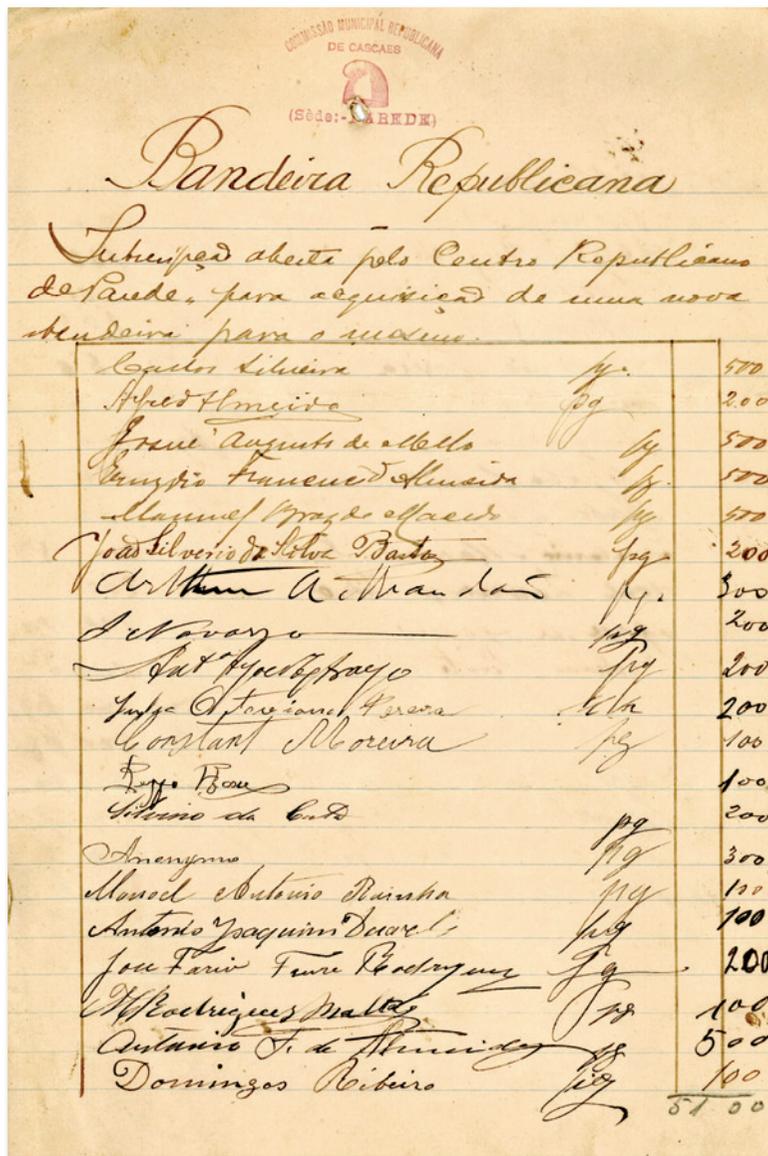
A. 19 (1993-01-23) 264-270. Regime geral de arquivos e do património arquivístico

INSTRUMENTOS DE DESCRIÇÃO: Inventário on-line

NOTAS: O fundo encontra-se, por ora, acondicionado em 72 cx.

REGRAS OU CONVENÇÕES: DIREÇÃO GERAL DE ARQUIVOS; PROGRAMA DE NORMALIZAÇÃO DA DESCRIÇÃO EM ARQUIVO; GRUPO DE TRABALHO DE NORMALIZAÇÃO DA DESCRIÇÃO EM ARQUIVO - Orientações para a descrição arquivística. 2.º v. Lisboa: DGARQ, 2007. ISBN 978-972-8107-91-8

DATA DA DESCRIÇÃO: 2016-06-01



Subscrição para aquisição de bandeira para o Centro Republicano da Parede, 1908-02-26 [AHMCSC/AADL/JFSDR]

CÓDIGO DE REFERÊNCIA: PT/CMCSC-AHMCSC/AADL/JFSD

TÍTULO: Junta de Freguesia de S. Domingos de Rana

DATAS: 1653 | 1979-03-01

NÍVEL DE DESCRIÇÃO: Fundo

EXTENSÃO/DIMENSÃO: 2,09 m.l. – 58 lv. e 7 pt.

SUPORTE: Papel

NOME DO PRODUTOR: Junta de Freguesia de S. Domingos de Rana

HISTÓRIA ADMINISTRATIVA: «Freguesia» e «Paróquia foram sinónimos até ao Liberalismo. Por não existir uma estrutura civil apartada da eclesiástica, o termo «freguês» - aglutinação da expressão latina «fillius ecclesiae», filho da igreja, ou de «filius gregis», filho do rebanho - servia para designar os paroquianos, que eram, por assim dizer, «fregueses» do pároco. As Juntas de Paróquias foram instituídas em 1830-11-27, tendo por objetivo «administrar todos os negócios, que forem de interesse puramente local» e sendo, então, compostas por três, cinco ou sete membros, conforme o número de fogos que abrangessem, cuja eleição, para mandatos bienais, cumpria aos «chefes de família, ou cabeças de fogo, domiciliados no distrito da Paróquia». Por decreto de 1835-07-18, seriam instituídas enquanto «corpo administrativo» autónomo da organização eclesiástica, ainda que os limites territoriais dos territórios que geriam fossem geralmente coincidentes com os das antigas paróquias. De acordo com este diploma cumpria à Junta de Paróquia: «cuidar na conservação e reparo da igreja que está a cargo dos paroquianos e nas despesas do culto divino a que estão obrigados»; «reger e prover na administração de quaisquer rendimentos ou esmolas que

estejam aplicadas para a fábrica desta parte da igreja»; «nomear de entre os vizinhos da paróquia um morador dos mais abastados, que sirva por espaço de um ano de tesoureiro, para receber quaisquer dinheiros pertencentes ao comum da paróquia»; «regular a administração de quaisquer bens, edifícios ou rendimentos que possa haver pertencentes à Paróquia»; «tomar contas ao Comissário de Paróquia das receitas e despesas dela, as quais este será obrigado a apresentar na primeira sessão do ano» e «requerer à Câmara Municipal o estabelecimento das posturas que forem necessárias para o bom regulamento da freguesia e sobre os objetos que possam interessar essencialmente aos vizinhos da paróquia». Por decreto de 1836-12-31 estabelecer-se-ia que «as Juntas poderão celebrar as suas sessões na sacristia da Paróquia, em quaisquer casas de despacho, ou onde melhor convier; mas nunca no corpo da igreja», definindo-se detalhadamente as suas atribuições: «inventariar [...] todos os bens e rendimentos [...] pertencentes à Paróquia e à fábrica da igreja»; «inventariar separadamente [...] todos os paramentos, vasos sagrados, alfaias e quaisquer utensílios pertencentes à fábrica»; «cuidar na conservação e reparo da igreja que estiver a cargo dos paroquianos e nas despesas do culto divino a que eles são obrigados»; «examinar e discutir o orçamento e despesa que o regedor de paróquia lhes [...] apresentar»; «regular os meios de prover às despesas da paróquia por donativos ou subscrições voluntárias dos vizinhos»; «deliberar sobre a necessidade de contribuir para as despesas da Paróquia as irmandades e confrarias que nela se acharem eretas»; «designar quando há necessidade de lançar-se alguma finta ou derrama sobre os paroquianos»; «prover na administração de todos os bens, edifícios e rendimentos pertencentes à mesma paróquia [...] e bem assim na administração dos bens e rendimentos pertencentes a

ermidas ou capelas dependentes das igrejas paroquiais» e «requerer à Câmara Municipal do concelho o estabelecimento das posturas que forem necessárias para o bom regulamento da Freguesia e sobre os objetos que possam interessar essencialmente aos moradores dela», em especial «para dessecamento de pântanos, águas estagnadas, remoção de tudo quanto possa inficionar [sic] o ar e as águas e melhoramento de tudo que possa interessar a saúde pública da Paróquia»; «para conservação, limpeza e reparo das fontes, poços, canos e presas de água do uso comum da Paróquia, ou de parte considerável dela»; «para a conservação e plantação de quaisquer bosques e arvoredos, pertencentes ao comum da paróquia, assim dos que já existirem, como dos que de novo puderem ser semeados, ou plantados para formosura dos caminhos e lugares públicos e para abastecimento das lenhas e madeiras»; «para a boa guarda dos campos, searas, bosques, arvoredos, vinhas, pastos [...], pedindo para este fim à Câmara do Concelho, se a necessidade o exigir, a nomeação de um ou mais Guardas Rurais» e «para a conservação das terras cultivadas que pertençam ao comum da Paróquia». Também «havendo terrenos baldios em que os vizinhos da Paróquia pretendam semear ou plantar bosques, arrotear ou amanho terras ou fazer qualquer outra cultura com o fim de criarem um rendimento para ocorrer às suas despesas, a Junta os poderá pedir à Câmara». Tinha, igualmente, por missão «requerer à Câmara Municipal [...] a extinção das posturas que forem prejudiciais à Freguesia», cumprindo-lhe, ainda, «formar as listas dos cidadãos que podem votar e ser votados nas eleições de Paróquia, nas das Câmaras Municipais e na dos Eleitores de Distrito». Enquanto «comissões de beneficência pública» era também da sua atribuição «tomar [...] com o Regedor

[...] O rol das pessoas que têm direito a ser sustentadas pela pública beneficência, a saber: pobres inválidos, tais como crianças, velhos e enfermos sem casa nem domicílio, impossibilitados de subsistir pelo seu trabalho e pobres que em seu domicílio sofrem graves necessidades por sua idade, moléstias e falta de trabalho»; «promover e solicitar para [estes] indivíduos [...] a entrada nos respetivos hospitais ou casas de asilo de mendicidade»; «promover as medidas legais de repressão de mendicidade, indicando aos magistrados aqueles indivíduos que, podendo trabalhar e não sendo por isso classificados no quadro da Paróquia na qualidade de mendigos, vivem como tais»; «velar pelos expostos, já mandando pôr na Roda os que aparecerem de novo, já fiscalizando o seu bom tratamento em casa das amas» e «enviar à Câmara Municipal e ao Administrador nas épocas competentes, tanto a relação dos terrenos, baldios, etc. [...] como o arrolamento dos moradores da Paróquia com a indicação das propriedades que possuem, das suas profissões e rendimentos, etc.» Por lei de 1840-10-26, a presidência das Juntas de Paróquia passou a ser da responsabilidade dos párocos, até que o Código Administrativo de 1878 aprovasse a livre escolha do Presidente. Não obstante, a partir de 1895 o cargo voltaria a ser entregue aos párocos, que apenas seriam afastados destas funções após a implantação da República, que definiria, por lei de 1913-08-07, a organização de paróquias civis, com limites territoriais idênticos aos eclesiásticos. Por lei de 1916-06-23, a Paróquia civil passou a designar-se por Freguesia, pelo que a antiga Junta de Paróquia deu lugar à Junta de Freguesia, fixando-se, definitivamente, a diferença entre as estruturas civil e eclesiástica, que os códigos administrativos de 1936 e de 1940 manteriam, com pequenas alterações. A Constituição de 1976 contribuiu

para a afirmação da realidade e força do poder local, apostando nas autarquias locais - freguesias, municípios e regiões administrativas - para a descentralização administrativa. As autarquias locais, pessoas coletivas de população e território, dotadas de órgãos representativos que visam a prossecução dos interesses próprios, comuns e específicos das respetivas populações, têm por objetivo a satisfação das necessidades das comunidades locais, nomeadamente no que concerne ao desenvolvimento socioeconómico, ordenamento do território, abastecimento público, saneamento básico, saúde, educação, cultura, ambiente e desporto. Dispondo de pessoal, património e finanças próprios, a sua administração compete aos respetivos órgãos, razão pela qual a tutela do Estado sobre a gestão patrimonial e financeira dos municípios e das freguesias é meramente inspetiva e só pode ser exercida segundo as formas e nos casos previstos na lei. Deste modo, encontra-se salvaguardada a democraticidade e a autonomia do poder local, cuja legitimidade das decisões decorre da eleição dos seus órgãos executivos - a Câmara Municipal e a Junta de Freguesia - e deliberativos - a Assembleia Municipal e a Assembleia de Freguesia. A lei n.º 159, de 1999-09-14, e a lei n.º 169, de 1999-09-18, alterada e republicada pela lei n.º 5-A, de 2002-11-01, estabelecem, respetivamente, o quadro de atribuições e competências para as autarquias locais e as competências e regime jurídico de funcionamento dos órgãos dos municípios e das freguesias. O território da paróquia de S. Domingos de Rana - cuja fundação parece remontar aos finais do século XIV - foi integrado no termo de Cascais, por carta régia de D. Fernando, de 1370-04-08. Todavia, quando, por alvará de 1759-08-11, o «reguengo a par de Oeiras», que veio, depois, a ser também conhecido por vila de Bucicos, se associou a outras áreas do território do

concelho de Cascais, para a formação da vila de Carcavelos, recuaram até à «Ribeira de Carcavelos» os confins da extremidade oriental do concelho. Desta forma, perderam-se, com as povoações do Arneiro, Carcavelos, Rebelva, S. Domingos de Rana e Sassoeiros, a Torre da Aguilha e restantes lugares entre a mesma ribeira e a foz do Tejo, até que, na sequência da morte da última donatária de Cascais e Carcavelos, D. Ana José Maria da Graça de Meneses e Castro, em 1762-09-07, a Coroa se apoderasse das duas vilas, aproveitando a oportunidade para extinguir, por alvará de 1764-04-09, a de Carcavelos e anexar o seu território ao de Oeiras. De acordo com o recenseamento eleitoral de 1842, S. Domingos de Rana já integrava, então, o concelho de Cascais. Em 1953, aquando da constituição da freguesia da Parede, perdeu parte do seu território, nomeadamente o acesso ao mar

COMISSÃO MUNICIPALISTA REPUBLICANA DE CASCAIS: A Comissão Republicana de Cascais foi fundada na Parede, em 1908-01-13, por iniciativa do cortador Josué Augusto de Melo, do proprietário António Sacavém, dos barbeiros António Ferreira Baeta, António de Almeida e Emídio Francisco de Almeida, do caixeiro António Joaquim Novais Teixeira e do farmacêutico Artur Augusto Brandão, que então se reuniram num sótão do armazém de José João Dinis para eleger os seus dirigentes. A comissão passou a ser composta por António Sacavém, Emídio de Almeida, Artur Augusto Brandão, António Joaquim Novais Teixeira e pelo boticário Miguel Rodrigues dos Santos que, em conjunto com os elementos que os elegeram, puderam, desde então, afirmar-se como os republicanos «históricos» do concelho. Entretanto assistiu-se à formação de comissões paroquiais e ao aumento da propaganda republicana, que encontrou em S. Domingos de Rana, Alcabideche e Carcavelos os seus principais baluartes. As eleições de

1908-11-01 manteriam o regenerador Jaime Artur da Costa Pinto na presidência da Câmara Municipal, ainda que as votações para as juntas de paróquia, realizadas em 1908-11-2, tivessem dado vitória aos republicanos em todas as circunscrições exceto na de Cascais. Não obstante a progressão dos ideais republicanos ter sido pontualmente abalada pelo aprisionamento de alguns dos seus defensores, nomeadamente carbonários, a inauguração, em 1909-10-09, do Centro Escolar de Instrução Primária da Vila de Cascais, na Rua da Palmeira, a custas dos republicanos do concelho, constitui momento alto de uma campanha que também se soube fazer valer do ensino para recrutar novos apoiantes. Aos republicanos da Parede se ficou igualmente a dever a criação da escola da Comissão Municipal Republicana, em 1909 e da Escola 31 de Janeiro, em 1911. Em 1910-10-05, quando o iate Amélia zarpuou de Cascais para conduzir o Infante D. Afonso até à Ericeira, onde a família real embarcaria com destino ao exílio, já a bandeira verde e rubra da República estava pronta para ser içada na Cidadela por D. Fernando Castelo Branco, que após esse ato resignou ao cargo de Administrador do Concelho. Seria sucedido por João José Dinis, destacado líder republicano da Parede, que se deslocou até à vila, acompanhado pelas bandas da Sociedade Musical União Paredense e da Sociedade União Capricho Carcavelense, a fim de proclamar o novo regime à janela dos Paços do Concelho, designando como seu secretário Emídio Francisco de Almeida, que já desempenhava as mesmas funções na Comissão Municipal Republicana. Em 1910-10-13 seria eleito um novo corpo de vereadores, composto por João José Dinis, Emídio Francisco, José Augusto do Nascimento, José Joaquim Ribeiro Rosado e Abeilard Raul Fragoso de Vasconcelos, que assumiria igualmente o cargo de Presidente. Ainda que o republicanismo saísse vitorioso e se instaurasse um novo regime político, tal

não evitaria as inúmeras fraturas políticas internas, a frequente instabilidade e precariedade dos órgãos de gestão municipal e as constantes trocas de acusações, tantas vezes transmitidas através da imprensa da época

HISTÓRIA CUSTODIAL E ARQUIVÍSTICA: O fundo foi depositado pela Junta de Freguesia de S. Domingos de Rana, na sequência de contrato estabelecido com a Câmara Municipal de Cascais, através do AHMCSC, ao abrigo do Programa de Recuperação de Arquivos e Documentos de Interesse Municipal (PRADIM)

FONTE IMEDIATA DE AQUISIÇÃO OU TRANSFERÊNCIA: Depósito aprovado em sessão da Câmara Municipal de Cascais, em 2015-07-20

ÂMBITO E CONTEÚDO: A documentação reflete a atividade da Junta de Freguesia de S. Domingos de Rana e da Comissão Municipalista Republicana de Cascais no domínio das funções definidas por legislação

SISTEMA DE ORGANIZAÇÃO: O fundo é constituído por 3 secções: Órgãos e Regulamentos; Serviços Administrativos e Serviços Financeiros; e por 13 séries: Atas de sessões (1909-1978); Atas de sessões da Junta Consultiva (1926); Atas de sessões do Congresso das Juntas de Freguesia do Concelho de Cascais (1926); Lei Orgânica das Juntas Consultivas e Congressos das Freguesias (1926); Registo de correspondência recebida (1932-1979); Registo de correspondência expedida (1975-1979); Copiador de correspondência expedida (1912-1926); Registo de requerimentos (1932-1944); Prémios Dr. Manuel d'Arriaga, Genoveva e Magina (1907-1932); Auto das Contas da Capela instituída por João Rodrigues da Rocha e embargos da Junta Paroquial de S. Domingos de Rana contra o Hospital de S. José (1653-1933); Mandados de pagamento (1922-1929); Recibos de cobrança de impostos paroquiais (1925-1927) e Registo de emolumentos (1939-1975). O subfundo

(Comissão Municipalista Republicana de Cascais) é constituído por um documento: Registo de Caixa da Comissão Municipalista Republicana de Cascais

CONDIÇÕES DE ACESSO: Restrições: Cf. Decreto-Lei 16/93 de 23 de janeiro, Art.º 17.º, n.ºs 2 e 3. Diário da República, I Série A. 19 (1993-01-23) 264-270. Regime geral de arquivos e do património arquivístico

INSTRUMENTOS DE DESCRIÇÃO: Inventário on-line

NOTAS: O fundo encontra-se, por ora, acondicionado em 19 cx.

REGRAS OU CONVENÇÕES: DIREÇÃO GERAL DE ARQUIVOS; PROGRAMA DE NORMALIZAÇÃO DA DESCRIÇÃO EM ARQUIVO; GRUPO DE TRABALHO DE NORMALIZAÇÃO DA DESCRIÇÃO EM ARQUIVO - Orientações para a descrição arquivística. 2.º v. Lisboa: DGARQ, 2007. ISBN 978-972-8107-91-8

DATA DA DESCRIÇÃO: 2016-06-01

ARQUIVOS ASSOCIATIVOS

CÓDIGO DE REFERÊNCIA:
PT/CMCSC-AHMCSC/AASS

TÍTULO:
Arquivos Associativos

NÍVEL DE DESCRIÇÃO:
Grupo de Fundos

SISTEMA DE ORGANIZAÇÃO:

O grupo é constituído por 34 fundos : Associação Empresarial do Concelho de Cascais, Associação Escola 31 de Janeiro, Associação Humanitária de Bombeiros Voluntários de Alcabideche, Associação Humanitária de Bombeiros Voluntários de S. Domingos de Rana e Carcavelos, Associação Naval de Lisboa, Associação de Socorros Mútuos de Alcabideche, Centro de Cultura e Desporto do Pessoal do Município de Cascais, Clube Nacional de Ginástica, Comissão Concelhia da União Nacional em Cascais, Clube Naval de Cascais, Clube Naval de Lisboa, Club da Praia, Estudantina Recreativa de S. Domingos de Rana, Federação Portuguesa de Remo, Grupo de Instrução Musical e Beneficência da Rebelva; Grupo de Instrução Popular da Amoreira, Grupo Musical e Desportivo 9 de Abril de Trajouce, Grupo Musical e Desportivo 31 de Janeiro de Manique de Baixo, Grupo Recreativo e Dramático 1.º de Maio de Tires, Grupo Recreativo e Familiar de Murches, Grupo Recreativo Matos-Cheirinhos, , Grupo de Solidariedade Musical e Desportiva de Talaíde, Grupo Sportivo de Carcavelos, Parede Futebol Clube, Saint Julian's School Association, Sporting Club de Cascais, Sociedade de Educação Social de S. João do Estoril, Sociedade de Instrução e Recreio de Janes e Malveira, Sociedade Musical Sportiva Alvidense, Sociedade Musical União Paredense, Sociedade Propaganda de Cascais, Sociedade Recreativa Musical de Carcavelos e Troupe União 1.º de Dezembro Caparidense



Apólice de seguro da Associação Empresarial do Concelho de Cascais,
1918-04-20 [PT/CMCSC-AHMCSC/AASS/AECC]

CÓDIGO DE REFERÊNCIA: PT/CMCSC-AHMCSC/AASS/AECC

TÍTULO: Associação Empresarial do Concelho de Cascais

DATAS: [1912| 1996-11-28]

NÍVEL DE DESCRIÇÃO: Fundo

EXTENSÃO/DIMENSÃO: 7,79 m. l. - 14 pt. e 46 lv.

SUPORTE: Papel, madeira e metal

NOME DO PRODUTOR: Associação Empresarial do Concelho de Cascais

HISTÓRIA ADMINISTRATIVA: A Associação Empresarial do Concelho de Cascais sucedeu à Associação Comercial e Industrial de Cascais, fundada em 1913-03-01, que, em 1941 se passou a designar por Grémio do Comércio dos Concelhos de Oeiras, Cascais e Sintra. Dois anos depois mudou o seu nome para Grémio do Comércio dos Concelhos de Oeiras e Cascais, vindo, em 1944, a circunscrever a sua área de atuação ao concelho de Cascais. Já depois da revolução de 1974-04-25 surgiria a Associação Comercial do Concelho de Cascais, em prol do direito das entidades patronais a constituírem as suas próprias associações de classe. Em 2001-01-29, em reconhecimento da ação desenvolvida em benefício dos associados, fomentando atividades destinadas a solucionar problemas económicos e sociais, foi declarada como de Utilidade Pública. Em 2003-11 procedeu-se à alteração dos seus estatutos, de modo a abranger todas as atividades empresariais do concelho. Alterou-se, ainda, a sua designação para Associação Empresarial do Concelho de Cascais, de forma a prestar apoio técnico aos empresários em nome individual ou constituídos em sociedade seus associados, com vista ao cumprimento da legislação aplicável à atividade empresarial

HISTÓRIA CUSTODIAL E ARQUIVÍSTICA: O fundo foi depositado pela Associação Empresarial do Concelho de Cascais, na sequência de contrato estabelecido com a Câmara Municipal de Cascais, através do AHMC, ao abrigo do Programa de Recuperação de Arquivos e Documentos de Interesse Municipal (PRADIM)

FONTE IMEDIATA DE AQUISIÇÃO OU TRANSFERÊNCIA: Depósito aprovado em sessão da Câmara Municipal de Cascais, em 2014-09-15

ÂMBITO E CONTEÚDO: A documentação reflete a atividade da Associação Empresarial do Concelho de Cascais no domínio das funções definidas por estatutos

SISTEMA DE ORGANIZAÇÃO: O fundo é constituído por 4 secções: Constituição e Órgãos; Secretaria e Arquivo; Gestão Financeira e Patrimonial e Documentos bibliográficos e museológicos por 29 séries: Atas da Assembleia Geral (1914-1939); Registo de presenças na Assembleia Geral (1944-1975); Registo de tomadas de posse (1914-1930); Atas da Direção e do Conselho Fiscal (1916-1986); Ordem de Trabalhos da Reunião de Direção (1991); Ata da Associação com comerciantes de venda de vinho a retalho (1936); Ata de Reunião da Associação do Comércio e Indústria do Concelho de Cascais - Grémio da Construção Civil e relação dos sócios convocados (1936); Relatório e Conta de Gerência (1985); Registo de correspondência recebida (1975-1983); Registo de correspondência expedida (1980-1983); Correspondência recebida (1951-1973); Registo de sócios (1914-1918); Registo de assiduidade (1973-1987); Processo de ação especial de despejo (1982-1985); Título e licença de exploração de instalação elétrica (1916-1920); Apólice de seguro (1920); Fotografias (1960-1970); Processo de inauguração do hipermercado Jumbo (1970-1973); Registo de caixa (1929-1992); Balancetes (1944-1991); Registo de receita (1967-1974); Registo de ordens de pagamento (1941-

1945); Registo auxiliar (1971-1991); Registo de controlo de quotização (1941-1991); Registo de inventário (1944-1976); Biblioteca (1983-1988) e Hemeroteca (1912-1991)

CONDIÇÕES DE ACESSO: Restrições: Cf. Decreto-Lei 16/93 de 23 de janeiro, Art.º 17.º, n.ºs 2 e 3. *Diário da República*, I Série A. 19 (1993-01-23) 264-270. Regime geral de arquivos e do património arquivístico

INSTRUMENTOS DE DESCRIÇÃO: Inventário on-line

NOTAS: O fundo encontra-se acondicionado em 53 cx. e 24 lv.

REGRAS OU CONVENÇÕES: DIREÇÃO GERAL DE ARQUIVOS; PROGRAMA DE NORMALIZAÇÃO DA DESCRIÇÃO EM ARQUIVO; GRUPO DE TRABALHO DE NORMALIZAÇÃO DA DESCRIÇÃO EM ARQUIVO - *Orientações para a descrição arquivística*. 2.º v. Lisboa: DGARQ, 2007. ISBN 978-972-8107-91-8

DATA DA DESCRIÇÃO: 2015-06-01

Acta da sessão da assembleia geral extraordinaria de 31 de março de 1913.

Aos trinta e um dias do mez de março de mil novecentos e doze, pelas tres horas da tarde, achando-se reunidos em assembleia geral extraordinaria vinte e cinco socios da Escola Primaria trinta e um de Janeiro de Parede, foi pelo Presidente da Commissão organizadora d'esta mesma escola proposto o cidadão José Joaquim Ribeiro Rosado a presidir a esta reunião e qual por sua vez convidou para secretariar os cidadãos José Maria d'Andrade e João Silveiro da Silva Bastos. Pelo Presidente foram presentes as contas da receita e despesa do mez de exercício do corrente anno que depois de lidas foram por unanimidade approvadas. Pediu a palavra o cidadão Abeillard Paul traço de Vasconcellos, que descreveu de uma maneira rapida a forma da fundação d'esta escola e agradeceu a boa vontade de todos os socios, auxiliando a Commissão organizadora de que faz parte, a levar a effecto a fundação d'esta escola. Pelo cidadão Manuel Alves d'Almeida foi proposto um voto de agradecimento pela boa vontade e actividade que a Commissão organizadora manifestou durante a sua fundação. A assembleia approvou por unanimidade. Pelo secretario José Maria d'Andrade foram lidos o estatuto os quaes foram immediatamente approvados na generalidade pela assembleia. Em seguida foram discutidos na especialidade e approvados por unanimidade, procedendo-se logo á eleição dos corpos gerentes, ficando assim substituidos: Assembleia Geral. Presidente José Joaquim Ribeiro Rosado, vice Presidente Joaquim José Bastos, primeiro secretario Abeillard Paul, segundo secretario João Silveiro

Ata de Assembleia Geral da Associação Escola 31 de Janeiro, 1912-03-31

[PT/CMCSC-AHMCSC/AASS/AEJ]

CÓDIGO DE REFERÊNCIA: PT/CMCSC-AHMCSC/AASS/AEJ

TÍTULO: Associação Escola 31 de Janeiro

DATAS: 1912-03-31 | 2005

NÍVEL DE DESCRIÇÃO: Fundo

EXTENSÃO/DIMENSÃO: 13,64 m.l. – 123 cx. e 1 lv.

SUPORTE: Papel

NOME DO PRODUTOR: Associação Escola 31 de Janeiro

HISTÓRIA ADMINISTRATIVA: A Associação Escola 31 de Janeiro remonta a 1911-01-31, contando, entre os seus sócios fundadores, com influentes republicanos locais da Parede, como Abeillard de Vasconcelos, Joaquim José Ribeiro Rosado, António de Sousa Máximo, José Maria de Andrade, Josué Augusto de Melo e António Máximo Ribeiro. Face à insuficiência da oferta proporcionada pela rede de ensino público, esta associação sem fins lucrativos pugnou, desde então, pela criação de uma escola, cuja atividade se iniciaria em 1912-03-01, em instalações alugadas, no primeiro andar do chalet Periquito, sito no Largo 31 de Janeiro, na Parede. A opção pelo alargamento do ensino ao maior número de crianças, tão cara ao ideal republicano, em detrimento da obtenção de lucros, afetaria a capacidade de sustentabilidade da escola, que durante os primeiros anos dependeu do pagamento das quotas dos associados e da esporádica realização de atividades lúdicas e culturais. A sua missão estendeu-se, frequentemente, para além das obrigações educacionais, pelo que, a partir de 1927, passou, mesmo, a providenciar vacinação, consultas médicas, medicamentos e até vestuário aos alunos mais desfavorecidos. No período de 1939 a 1975 a escola reestruturou-se internamente, assistindo-se à divisão em secções masculina e feminina e à construção de novas

instalações na Rua José Elias Garcia. Não obstante durante o Estado Novo o ensino perder alguma da sua autonomia para se transformar num difusor da ideologia do regime, após a revolução de 1974-04-25, a Associação Escola 31 de Janeiro pôde retomar, de novo, a sua missão fundadora: «contribuir para o desenvolvimento da instrução na Parede», investindo no alargamento das instalações, por meio da construção de dois novos edifícios

HISTÓRIA CUSTODIAL E ARQUIVÍSTICA: O fundo foi depositado pela Associação Escola 31 de Janeiro, na sequência de contrato estabelecido com a Câmara Municipal de Cascais, através do AHMCSC, ao abrigo do Programa de Recuperação de Arquivos e Documentos de Interesse Municipal (PRADIM)

FONTE IMEDIATA DE AQUISIÇÃO OU TRANSFERÊNCIA: Depósito aprovado em sessão da Câmara Municipal de Cascais, em 2011-04-18

ÂMBITO E CONTEÚDO: A documentação reflete a atividade da Associação Escola 31 de Janeiro no domínio das funções definidas por estatutos

SISTEMA DE ORGANIZAÇÃO: O fundo encontra-se em tratamento, sendo, por ora, constituído por 3 secções: Regulamentação e Órgãos do Município; Secretaria e Arquivo e Gestão Financeira e de Património; e por 30 séries: Atas de Assembleias Gerais (1912-1973); Atas da Direção (1935-1990); Termos de posse (1937-1978); Registo de presença de sócios em Assembleias Gerais (1931-1984); Estatutos e regulamentos (1947-1997); Relatórios de atividade e contas de gerência (1960-2000); Legislação (1936-2001); Copiadores de correspondência expedida (1969-1995); Correspondência recebida e expedida (1944-1998); Correspondência recebida e expedida com a Câmara Municipal de Cascais, Junta de Freguesia de Parede e Câmara Municipal de Porto de Mós (1987-1995); Correspondência recebida e expedida com a

Direção-Geral do Ensino Particular e Cooperativo, Secretaria de Estado da Educação e Ministério da Educação (1980-1993); Correspondência recebida e expedida com a Associação de Proprietários de Estabelecimentos Particulares (1990-1995); Correspondência recebida e expedida com entidades bancárias e Caixa Geral de Aposentações (1984-2001); Processos de admissão de sócios (1981-1997); Processos de professores e educadores (1961-1988); Impostos e outras contribuições (1950-2001); Processos de inscrição de alunos (1966-2005); Circulares, ordens de serviço e discurso (1946-1964); Registo de receita e despesa (1941-1943); Balancetes, diários centralizados, lançamentos diretos, folhas de caixa e mapas do meio (1970-1993); Controlo de pagamento de quotas (1986-1989); Documentos de caixa (1970-2001); Documentos bancários (1965-2000); Registo de compras (1977-1993); Aquisição de material e mobiliário escolar (1974-2001); Folhas de controlo de chamadas telefónicas (1979-1996); Registo de património móvel (1968-1970); Processos de obras (1969-1999); Processo de arrendamento (1912-1963) e Apólices de seguro e averbamento de registo predial (1942-1969)

CONDIÇÕES DE ACESSO: Restrições: Cf. Decreto-Lei 16/93 de 23 de janeiro, Art.º 17.º, n.ºs 2 e 3. Diário da República, I Série A. 19 (1993-01-23) 264-270. Regime geral de arquivos e do património arquivístico

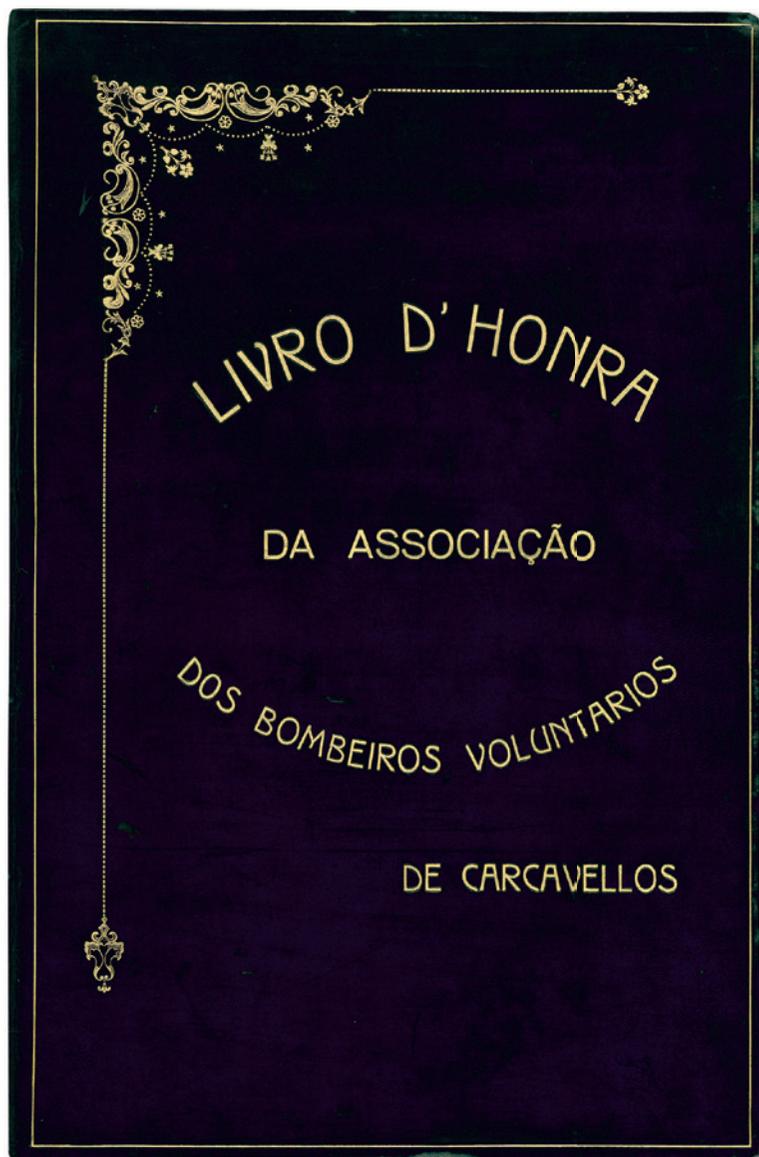
INSTRUMENTOS DE DESCRIÇÃO: Inventário on-line

NOTAS: O fundo encontra-se acondicionado em 123 cx. e 1 lv.

REGRAS OU CONVENÇÕES: DIREÇÃO GERAL DE ARQUIVOS; PROGRAMA DE NORMALIZAÇÃO DA DESCRIÇÃO EM ARQUIVO; GRUPO DE TRABALHO DE NORMALIZAÇÃO DA DESCRIÇÃO EM ARQUIVO - Orientações para a descrição arquivística. 2.º v. Lisboa: DGARQ, 2007. ISBN 978-972-8107-91-8

DATA DA DESCRIÇÃO: 2015-06-01

ASSOCIAÇÃO HUMANITÁRIA DE BOMBEIROS VOLUNTÁRIOS DE S. DOMINGOS DE RANA E CARCAVELOS **REVISTO**



Livro de Honra da Associação dos Bombeiros Voluntários de Carcavelos, 1931-03-23 | 2014-07-05 [PT/CMCSC-AHMCSC/AASS/AHBCR]

CÓDIGO DE REFERÊNCIA: PT/CMCSC-AHMCSC/AASS/AHBCR

TÍTULO: Associação Humanitária de Bombeiros Voluntários de S. Domingos de Rana e Carcavelos

DATAS: 1912-10-03 | 2014-07-05

NÍVEL DE DESCRIÇÃO: Fundo

EXTENSÃO/DIMENSÃO: 3,96 m.l. – 5 pt. e 76 lv.

SUPORTE: Papel

NOME DO PRODUTOR: Associação Humanitária de Bombeiros Voluntários de S. Domingos de Rana e Carcavelos

HISTÓRIA ADMINISTRATIVA: A Estação de Serviço Contra Incêndios n.º 3, instalada em Carcavelos pela Associação Humanitária e Recreativa Cascaense, tornou-se autónoma em 1926-01-19, vindo, pouco depois, a denominar-se como Associação dos Bombeiros Voluntários de Carcavelos, a que se sucedeu, mais tarde, a denominação de Associação Humanitária de Bombeiros Voluntários de S. Domingos de Rana e Carcavelos. Esta instituição de caráter humanitário, sem fins lucrativos, tem como principais objetivos a prevenção e o combate a incêndios, o socorro às populações, nomeadamente em caso de incêndios e inundações, bem como o socorro a naufragos e buscas subaquáticas

HISTÓRIA CUSTODIAL E ARQUIVÍSTICA: O fundo foi depositado pela Associação Humanitária de Bombeiros Voluntários de S. Domingos de Rana e Carcavelos, na sequência de contrato estabelecido com a Câmara Municipal de Cascais, através do AHMC, ao abrigo do Programa de Recuperação de Arquivos e Documentos de Interesse Municipal (PRADIM)

FONTE IMEDIATA DE AQUISIÇÃO OU TRANSFERÊNCIA: Depósito aprovado em sessão da Câmara Municipal de Cascais, em 2014-10-12

ÂMBITO E CONTEÚDO: A documentação reflete a atividade da Associação Humanitária de Bombeiros Voluntários de S. Domingos de Rana e Carcavelos no domínio das funções definidas por estatutos

SISTEMA DE ORGANIZAÇÃO: O fundo é constituído por 3 secções: Regulamentação e Órgãos; Secretaria e Arquivo e Gestão Financeira e Património; e por 25 séries: Estatutos (1997-1999); Atas da Assembleia Geral (1926-1997); Registo de presenças na Assembleia Geral (1931-1990); Atas da Direção (1924-2010); Atas do Conselho Fiscal (1945-2001); Atas da Comissão de Festas (1994); Atas da Comissão Executiva Pró-Sede (1956-1989); Atas da Assembleia Geral da Secção Desportiva (1986-2001); Registo individual do comando (1930-1967); Registo de correspondência recebida e expedida (1926-2001); Registo de sócios (1926-1988); Livro de Honra (1931-2014); Diplomas de mérito (1936-1985); Registo de incêndios e ocorrências (1912-1946); Registo de caixa (1926-1988); Balancete trimestral e geral (1930-1989); Registo de conta corrente (1926-1980); Registo de receitas (1963-1984); Registo de despesas (1965-1969); Registo de Caixa de Auxílio da Associação dos Bombeiros Voluntários de Carcavelos (1958-1962); Registo de caixa do posto médico (1962-1979); Registo de bar e conta de gerência da secção desportiva (2000-2001); Registo de inscrição de honra e campanha de subscrição (1929); Registo do serviço de reboque, ambulância e de pronto socorro (1968-1980) e Registo do património móvel (1926-1933)

CONDIÇÕES DE ACESSO: Restrições: Cf. Decreto-Lei 16/93 de 23 de janeiro, Art.º 17.º, n.ºs 2 e 3. Diário da República, I Série A. 19 (1993-01-23) 264-270. Regime geral de arquivos e do património arquivístico

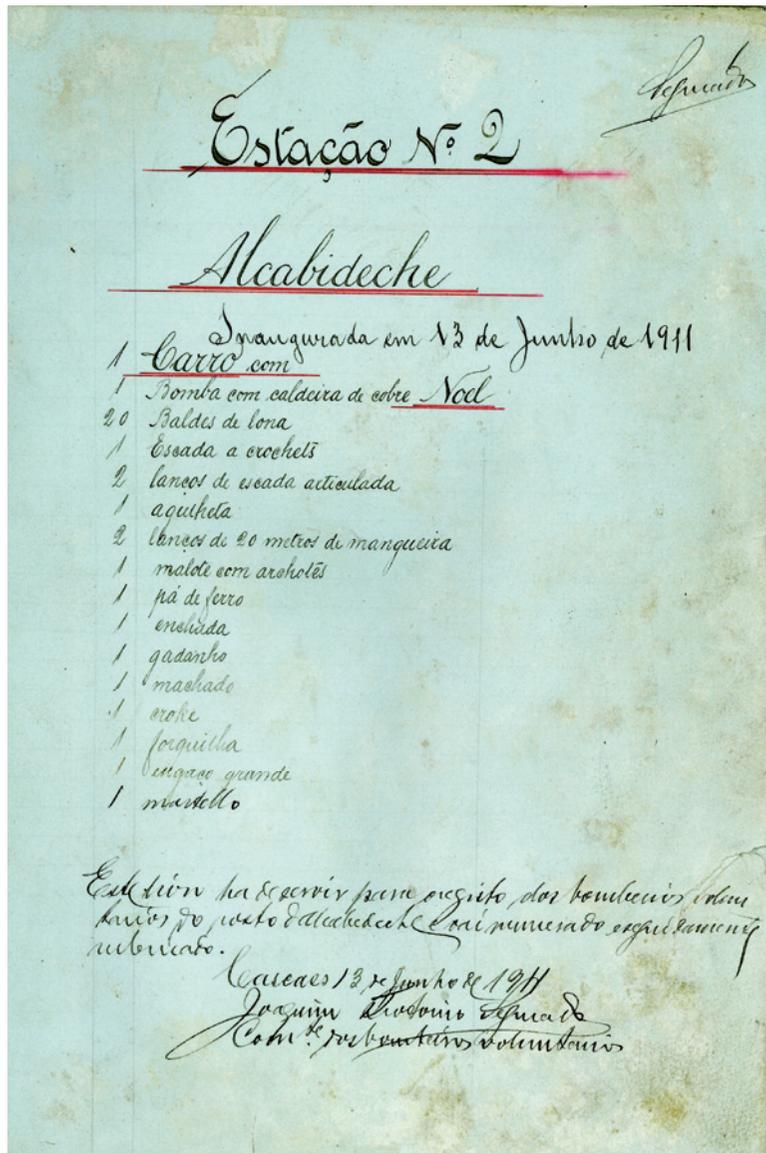
INSTRUMENTOS DE DESCRIÇÃO: Inventário on-line

NOTAS: O fundo encontra-se acondicionado em 14 cx. e 2 lv.

REGRAS OU CONVENÇÕES: DIREÇÃO GERAL DE ARQUIVOS; PROGRAMA DE NORMALIZAÇÃO DA DESCRIÇÃO EM ARQUIVO; GRUPO DE TRABALHO DE NORMALIZAÇÃO DA DESCRIÇÃO EM ARQUIVO - Orientações para a descrição arquivística. 2.º v. Lisboa: DGARQ, 2007. ISBN 978-972-8107-91-8

DATA DA DESCRIÇÃO: 2015-06-01

ASSOCIAÇÃO HUMANITÁRIA DOS BOMBEIROS VOLUNTÁRIOS DE ALCABIDECHE **REVISTO**



Registo dos equipamentos e ocorrências da Estação n.º 2 da Associação Humanitária de Bombeiros Voluntários de Alcabideche, 1911-06-13

[PT/CMCSC-AHMCSC/AASS/AHBVA]

CÓDIGO DE REFERÊNCIA: PT/CMCSC-AHMCSC/AASS/AHBVC

TÍTULO: Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Alcabideche

DATAS: 1911-06-03 | 2008-07-02

NÍVEL DE DESCRIÇÃO: Fundo

EXTENSÃO/DIMENSÃO: 11,55 m. l. – 22 lv. e 96 pt.

SUPORTE: Papel

NOME DO PRODUTOR: Associação Humanitária de Bombeiros Voluntários de Alcabideche

HISTÓRIA ADMINISTRATIVA: Criada em 1927-04-17, a Associação Humanitária de Bombeiros Voluntários de Alcabideche resultou da fusão entre o Grupo União Alcabidechense, já existente em 1910 e a Estação de Serviço Contra Incêndios n.º 2, que a então denominada Associação Humanitária e Recreativa Cascaense estabeleceu em Alcabideche, em 1911-06-13. Instalar-se-ia na sede do Grupo União Alcabidechense, inaugurada em 1926-04-11, a expensas de João Pires Correia, que custeou também os instrumentos e fardas para o agrupamento musical e a primeira viatura de combate a incêndios, conhecida por "automóvel do salão". Ao primeiro quartel da Associação, gizado em 1928 pelo arquiteto Norte Júnior, sucedeu o atual edifício, inaugurado em 1992-12, em que para além de um centro clínico se desenvolvem diversas atividades desportivas

HISTÓRIA CUSTODIAL E ARQUIVÍSTICA: O fundo foi depositado pela Associação Humanitária de Bombeiros Voluntários de Alcabideche, na sequência de contrato estabelecido com a Câmara Municipal de Cascais, através do AHMC, ao abrigo do Programa de Recuperação de Arquivos e Documentos de Interesse Municipal (PRADIM)

FONTE IMEDIATA DE AQUISIÇÃO OU TRANSFERÊNCIA: Depósito aprovado em sessão da Câmara Municipal de Cascais, em 2014-02-24

ÂMBITO E CONTEÚDO: A documentação reflete a atividade da Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Alcabideche no domínio das funções definidas por estatutos

SISTEMA DE ORGANIZAÇÃO: O fundo é constituído por 6 secções: Constituição, Regulamentação e Órgãos; Secretaria e Arquivo; Gestão de Recursos Humanos; Gestão do Posto Clínico; Gestão Financeira e Gestão do Património; e por 37 séries: Estatutos (1914-1992); Regulamentos e normas (1940-2000); Atas da Assembleia Geral (1926-1996); Convocatórias de Assembleias Gerais (2004); Lista de candidaturas aos órgãos da Associação (1999); Atas da Direção (1927-2008); Relatórios, contas e registo de ocorrências (1911-1988); Correspondência recebida (1937-2005); Copiador de correspondência expedida (1948-2005); Protocolos (1991-1995); Processos de licenciamento de estabelecimentos (1980-2003); Comemorações (1999-2005); Relação de sócios (1990); Atividades culturais e desportivas (1980-2002); Fotografias, recortes de imprensa e boletins informativos (1950-2008); Processos individuais (1996-2002); Remunerações (1996-2002); Listagem de pessoal (1997-2002); Justificações de faltas (1998-2004); Formação profissional (1986-2006); Relação diária de serviços e ocorrências (1993-2000); Relação do corpo de bombeiros profissionais (1992-1998); Fichas clínicas de medicina no trabalho e de desporto (1999-2001); Balancetes (1998-2004); Relação de guias de receita (1998-2001); Relação de guias de despesa (1930-2004); Conta de gerência (1988-2005); Registo de conta corrente (2003-2005); Registo de caixa (1936-2004); Contrato e faturas dos SMAS (1990-2001); Registo de quotização (1993-1999); Registo de cobrança

(1995-2005); Registo de cobrança do Posto Clínico (2004); Processos de obra (1958-1980); Aluguer de espaços (1994-1997); Processo de instalação de gerador do posto BSC (1996-2002) e Processos de viaturas (1933-2002)

CONDIÇÕES DE ACESSO: Restrições: Cf. Decreto-Lei 16/93 de 23 de janeiro, Art.º 17.º, n.ºs 2 e 3. Diário da República, I Série A. 19 (1993-01-23) 264-270. Regime geral de arquivos e do património arquivístico

INSTRUMENTOS DE DESCRIÇÃO: Inventário on-line

NOTAS: O fundo encontra-se acondicionado em 105 cx.

REGRAS OU CONVENÇÕES: DIREÇÃO GERAL DE ARQUIVOS; PROGRAMA DE NORMALIZAÇÃO DA DESCRIÇÃO EM ARQUIVO; GRUPO DE TRABALHO DE NORMALIZAÇÃO DA DESCRIÇÃO EM ARQUIVO - Orientações para a descrição arquivística. 2.º v. Lisboa: DGARQ, 2007. ISBN 978-972-8107-91-8

DATA DA DESCRIÇÃO: 2015-06-01



Programa de regata promovida em Cascais pela Real Associação Naval, 1876-09-17 [PT/CMCSC-AHMCSC/AASS/ANL]

CÓDIGO DE REFERÊNCIA: PT/CMCSC-AHMCSC/AASS/ANL

TÍTULO: Associação Naval de Lisboa

DATAS: 1853 | 2005

NÍVEL DE DESCRIÇÃO: Fundo

EXTENSÃO/DIMENSÃO: 12,21 m. l, 111 cx.

SUPORTE: Papel, metal e chumbo

NOME DO(S) PRODUTOR(ES): Associação Naval de Lisboa e Clube Náutico de Portugal

HISTÓRIA(S) ADMINISTRATIVA(S): Em 1855, um grupo de entusiastas da vela, liderado pelo Conde das Alcáçovas, fundou a Comissão Promotora do Real Yacht Club, que se materializaria, em 1856-04-30, na Real Associação Naval, sob a proteção de D. Pedro V, no intuito de «animar a construção e navegação de yachts ou barcos de recreio e promover o divertimento das regatas». A baía de Cascais, que todos os anos recebia os monarcas no período consagrado aos banhos de mar, cedo se transformou num dos campos de regata favoritos para a prática desta modalidade, sobretudo a partir de 1873, data da primeira competição que a agremiação parece ter promovido na região, com partida na vila e balizas na praia da Água Doce (Parede) e a 1,5 milhas ao sul do ponto inicial. Desde então, a Associação Naval de Lisboa – o mais antigo clube náutico da Península Ibérica em atividade – manteve uma relação privilegiada com o concelho. Em 1893, face à expansão da atividade do remo na Associação, fundaria uma Secção de Remo, organizando, em 1900, os primeiros Cursos de Patrão Amador. Em 1911, na sequência da implantação da República, perderia a designação de “Real”, mantendo, contudo, a sua missão, que reafirmou nos estatutos de 1926, uma vez que «a finalidade desta Associação

é o de contribuir para o revigoramento da Raça pelo desporto náutico em todas as suas manifestações». Sendo considerada «instituição de utilidade pública», desde 1936, foi, também, condecorada com a Comenda da Ordem Militar de Cristo, em 1927; com a Medalha de Mérito Desportivo, em 1956; com a Medalha de Honra da Cidade de Lisboa, em 1987; com o Colar de Honra de Mérito Desportivo, em 1998; e com a Medalha Naval Vasco da Gama, em 2001, ano em que a Confederação Portuguesa de Desportos a reconheceu como o clube mais antigo de Portugal. As equipas olímpicas portuguesas de vela contaram, desde 1928, com sócios da Associação Naval de Lisboa, entre os quais se destacaram Duarte Belo, medalha de prata em Swallow nos Jogos Olímpicos de 1948 (com Fernando Belo e Júlio Gourinho); Joaquim Fiúza, medalha de bronze em Stars nos Jogos Olímpicos de 1952 (com Francisco Rebelo de Andrade) e Mário Quina, medalha de prata em Stars nos Jogos Olímpicos de 1960 (com José Quina)

CLUBE NÁUTICO DE PORTUGAL: O Clube Náutico de Portugal foi fundado em 1924-11-15, por dissidência de sócios da Associação Naval de Lisboa, sob a designação inicial de Grupo Náutico Português, que já não utilizava aquando da aprovação dos estatutos de 1946, em que se apresenta como «associação desportiva e de instrução, que se propõe promover o desenvolvimento da arte de navegar à vela e a motor e desportos afins, de modo a estimular o interesse pelo Mar e pelo Turismo Náutico». Extinto em 1969, os seus corpos sociais, sócios e arquivo foram agregados à Associação Naval de Lisboa

HISTÓRIA CUSTODIAL E ARQUIVÍSTICA: Quando o Clube Náutico de Portugal cessou funções, em 1969, o seu arquivo foi integrado no arquivo da Associação Naval de Lisboa. O fundo e subfundo foram depositados pela Associação Naval de Lisboa, na sequência de contrato estabelecido com a Câmara Municipal de Cascais, através do AHMCSC, ao abrigo do Programa de

Recuperação de Arquivos e Documentos de Interesse Municipal (PRADIM).

FONTE IMEDIATA DE AQUISIÇÃO OU TRANSFERÊNCIA: Depósito aprovado em sessão da Câmara Municipal de Cascais, em 2008-06-02

ÂMBITO E CONTEÚDO: A documentação reflete a atividade da Associação Naval de Lisboa e do Clube Náutico de Portugal no domínio das funções definidas por estatutos

SISTEMA DE ORGANIZAÇÃO: O fundo é constituído por 5 secções: Constituição e Regulamentação da Associação; Órgãos da Associação (Assembleia Geral, Conselho Executivo, Secção de Vela e Motonáutica e Secção de Remo e Canoagem); Secretaria e Arquivo (Expediente, Gestão de sócios e embarcações, Património e Atividades desportivas); Gestão Financeira e Documentos Bibliográficos e Museológicos; e por 52 séries: Regulamentos e projetos de regulamentos (1854-1941); Estatutos e projetos de estatutos (1856-1977); Bandeira, galhardete e hino (1884-1912); Atas da Assembleia Geral (1856-1939); Registo de presenças na Assembleia Geral (1950-1969); Documentos para apreciação em reuniões da Assembleia Geral (1854-1948); Atas para aprovação de sócios (1926-1938); Atas do Conselho Executivo (1914-1984); Atas de termos de posse (1949-1963); Relatórios de gerência (1900-1993); Atas da Secção de Vela e Motonáutica (1959-1987); Reclamações e outras ocorrências (1970-1980); Atas da Secção de Remo e Canoagem (1952-1984); Copiador geral de correspondência expedida (1886-1936); Copiador de correspondência expedida pela Secção de Remo (1953-1986); Correspondência recebida e expedida pela Secção de Vela (1856-1999); Correspondência recebida e expedida pela Secção de Remo (1944-1987); Circulares (1889-1981); Federação Portuguesa de Remo (1908-1963); Federação Portuguesa de Vela (1971-1975); Propostas de sócios da

Secção de Remo (1968-1987); Listas de sócios (1975-1992); Pedidos de suspensão de quotas de sócios da Secção de Remo (1962-1969); Pedidos de desistência de consócios da Secção de Remo (1955); Cartões de identidade de sócios e embarcações (1937-1986); Registo de embarcações (1855-1978); Certificados de registo de embarcações (1929-1970); Registo diário de movimento de embarcações da Secção de Remo (1961-1976); Documentos técnicos e processos de construção de embarcações (1856-1966); Processos de acidente (1984-1993); Instalações em Giribita, Pedrouços e Trafaria (1939-1949); Remodelação dos postos de remo em Santo Amaro e Alcântara (1964-1965); Construção do canal Sado-Tejo (1960); Programas, anúncios, resultados e prémios de regatas (1878-2005); Recortes de imprensa (1905-1979); Álbuns fotográficos (1904-1999); Zincogravuras (1940-1970); Livros de caixa (1933-1982); Registo de receita e despesa (1975); Registo de pagamento de quotas de sócios efetivos e honorários (1921-1930); Registo de pagamento de quotas de sócios extraordinários e auxiliares (1921-1930); Borrão de caixa da Secção de Remo (1973-1974); Folhas de caixa da Secção de Remo (1962-1973); Registo de pagamentos de quotas de sócios da Secção de Remo (1936-1941); Relações de pagamento de quotas de sócios da Secção de Remo (1950-1968); Tabelas de preços e serviços (1942-1946); Receita e despesa do estaleiro (1960-1969); Dívidas pendentes (1989); Faturas de fornecedores (1955-1962); Ocupação de tulhas e cabines (1979); Bibliografia (1888-1990) e Medalhas e Carimbos (1910-1988). O subfundo (Clube Náutico de Portugal) é constituído por 3 secções: Constituição e Regulamentação do Clube; Órgãos do Clube (Direção) e Secretaria e Arquivo (Expediente e Atividades desportivas); e por 10 séries: Estatutos (1946); Declaração de constituição (1928); Atas da Direção (1926-1969); Relatórios de gerência (1927-1930); Copiador de correspondência expedida (1925); Circulares (1969); Regulamentos de regatas (1930-1940); Programas de regatas (1951-1953); Álbum fotográfico (1928-1947) e Livro de honra (1925-1945)

CONDIÇÕES DE ACESSO: Restrições: Cf. Decreto-Lei 16/93 de 23 de janeiro, Art.º 17.º, n.ºs 2 e 3. *Diário da República*, I Série A. 19 (1993-01-23) 264-270. Regime geral de arquivos e do património arquivístico

INSTRUMENTOS DE DESCRIÇÃO: Inventário on-line

NOTAS: O fundo e subfundo encontram-se conservados em 111 cx.

REGRAS OU CONVENÇÕES: DIREÇÃO GERAL DE ARQUIVOS; PROGRAMA DE NORMALIZAÇÃO DA DESCRIÇÃO EM ARQUIVO; GRUPO DE TRABALHO DE NORMALIZAÇÃO DA DESCRIÇÃO EM ARQUIVO - *Orientações para a descrição arquivística*. 2.º v. Lisboa: DGARQ, 2007. ISBN 978-972-8107-91-8

DATA DA DESCRIÇÃO: 2014-05-26

*Livro de Registo das Embarcações Nacionais, e Estrangeiras
Terra bucaar refresco, bem como das embarcações que vem directamente a este*

Anno, e Meses.	Qualidade da Embarcação.	Nação.	Nome da Embarcação.	Nome do Capitão.
1848.				
Março. 5.	Boasca.	Portuguesa.	Conceição Maria José da Costa Freire.	
" 8.	D. ^o	"	Albina.	Manuel Ferreira Patacas.
" 16.	Escuna.	Ingleza.	Viglen.	Richard Attridge.
" 28.	Cahique.	Portuguez.	Andorinha.	José Alves.
Abril. 2.	Kiate.	"	D. Pedro L.	Francisco Lopes Baptista.
" 2.	Goleta.	Espanhola.	Nuevo S. Pablo.	D. Pedro Rey.
" 6.	D. ^o	"	Carmen.	D. Juan Antonio Pora.
" 7.	Boasca.	Portuguesa.	Conceição.	Estanislau Franco.
" 17.	Cahique.	Portuguez.	Destemido.	José Coelho da Silva.
" 8.	D. ^o	"	Conceição da Maria José da Costa Freire.	

Registo de sócios da Associação de Socorros Mútuos de Alcabideche,
d. 1890-03-02 [PT/CMCSC-AHMCSC/AASS/ASMA]

CÓDIGO DE REFERÊNCIA: PT/CMCSC-AHMCSC/AASS/ASMA

TÍTULO: Associação de Socorros Mútuos de Alcabideche

DATAS: 1890-01-02 | 1976-03-02

NÍVEL DE DESCRIÇÃO: Fundo

EXTENSÃO/DIMENSÃO: 4,95 m.l. – 42 lv., 68 pt. e 2 doc.

SUPORTE: Papel

NOME DO PRODUTOR: Associação de Socorros Mútuos de Alcabideche

HISTÓRIA ADMINISTRATIVA: Ainda que funcionasse desde 1890-01-02, a inauguração oficial da Associação de Socorros Mútuos de Alcabideche parece remontar a 1892-03-02, tendo por objetivo «socorrer os sócios doentes ou impossibilitados temporariamente de trabalhar e fazer o funeral aos que falecerem». De acordo com os primeiros estatutos, «só podem ser admitidos como sócios os indivíduos que estejam no gozo de perfeita saúde, verificado este facto por exame médico; que tenham boa reputação moral e civil e que não tenham menos de 16 nem mais de 50 anos de idade». Os estatutos de 1933 alargariam a admissão aos maiores de 15 anos, «que provem residir há mais de um ano na freguesia de Alcabideche, ou aos que residam também há mais de um ano em freguesias limítrofes, que não tenham associações congêneres»

HISTÓRIA CUSTODIAL E ARQUIVÍSTICA: O fundo foi depositado pela Junta de Freguesia de Alcabideche, na sequência de contrato estabelecido com a Câmara Municipal de Cascais, através do AHMCSC

FONTE IMEDIATA DE AQUISIÇÃO OU TRANSFERÊNCIA: Depósito aprovado em sessão da Câmara Municipal de Cascais, em 1996-06-05

ÂMBITO E CONTEÚDO: A documentação reflete a atividade da Associação de Socorros Mútuos de Alcabideche, no domínio das funções definidas pelos seus estatutos

SISTEMA DE ORGANIZAÇÃO: O fundo é constituído por 5 secções: Constituição e Regulação da Associação; Órgãos da Associação (Assembleia Geral e Direção); Serviços Administrativos e Financeiros e Gestão de Sócios e Património; e por 43 séries: Estatutos, regulamentos e alvará (1926-1960); Documentos de apoio à elaboração de estatutos (1932-1953); Listas dos corpos gerentes (1948-1969); Homenagem a sócios e colaboradores (1935); Convocatórias (1950-1975); Atas de sessões da Assembleia Geral (1894-1974); Registo de sócios inscritos em sessões da Assembleia Geral (1925-1975); Atas de sessões da Direção (1907-1969); Relatórios e contas da Direção e parecer do Conselho Fiscal (1927-1945); Envelopes timbrados (1950-1976); Correspondência recebida e expedida (1931-1976); Copiadores de correspondência expedida (1929-1943); Registo anual de receita e despesa (1899-1959); Registo trimestral de receita e despesa (1931); Registo mensal de receita e despesa (1890-1894); Registo diário de receita e despesa (1894-1967); Razão auxiliar (1952-1970); Balancetes do razão (1952-1963); Balancetes (1931-1952); Inventário e balanço (1952-1970); Registo de saldos (1932-1971); Guias de receita (1936-1975); Caderneta e boletins bancários (1908-1974); Título de dívida pública (1931); Relação de donativos e prémios (1939-1959); Ordens de pagamento (1918-1975); Guias de pagamento de impostos e taxas ao Estado (1935-1972); Registo diário de despesa (1966-1975); Registo de faturas (1960-1963); Registo de pagamento de quotas (1891-1944); Talões de quotas (1937-1972); Registo de conta corrente do cobrador (1952-

1971); Registo anual de despesa com subsídios, consultas e medicamentos (1890-1970); Registo individual de despesa com subsídios, consultas e medicamentos (1945-1968); Relações de entrega de papeletas (1957-1958); Papeletas com recibos (1923-1967); Recibos (1915-1975); Propostas de sócios (1927-1962); Registo de sócios (1890-1968); Fichas individuais de sócios (1900-1970); Documentos relativos a imóveis e obras na sede (1919-1946); Registo semanal de despesa com fornecimento de obras e serviços (1925-1956) e Seguro de incêndio (1940). Comporta, ainda, Faixa decorativa (1920) e Cartão de Condolências (1920)

CONDIÇÕES DE ACESSO: Restrições: Cf. Decreto-Lei 16/93 de 23 de janeiro, Art.º 17.º, n.ºs 2 e 3. *Diário da República*, I Série A. 19 (1993-01-23) 264-270. Regime geral de arquivos e do património arquivístico

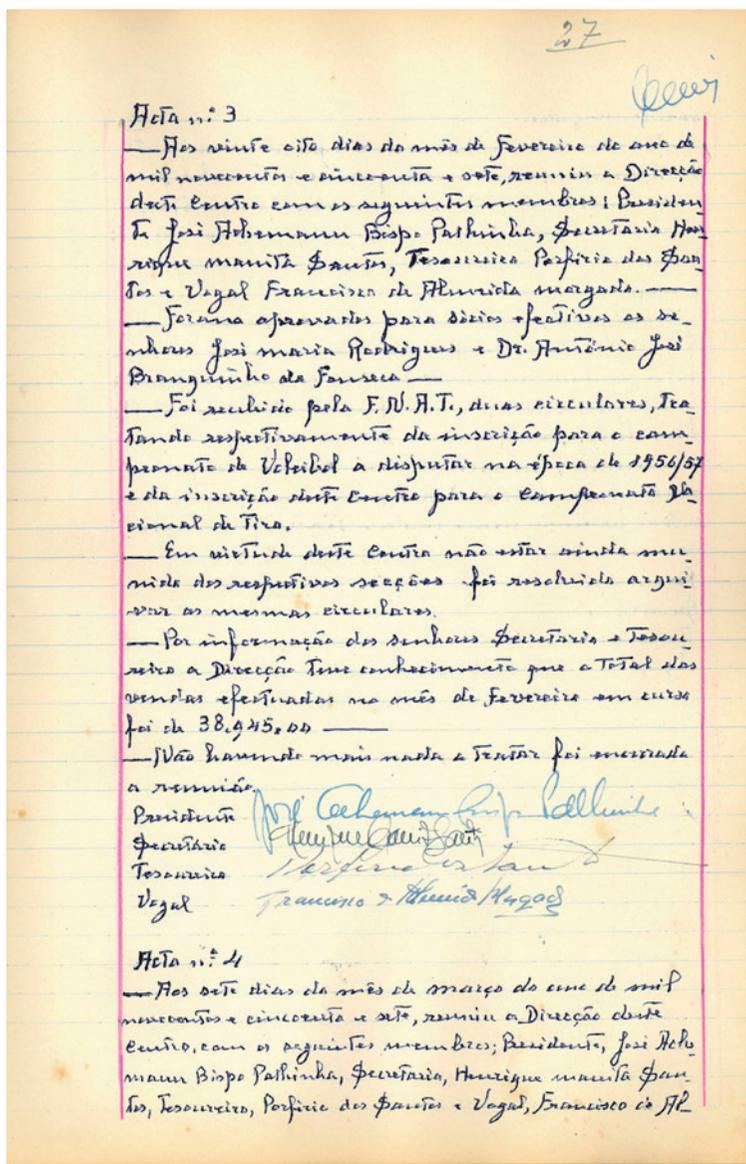
INSTRUMENTOS DE DESCRIÇÃO: Inventário on-line

NOTAS: O fundo encontra-se acondicionado em 45 cx.

REGRAS OU CONVENÇÕES: DIREÇÃO GERAL DE ARQUIVOS; PROGRAMA DE NORMALIZAÇÃO DA DESCRIÇÃO EM ARQUIVO; GRUPO DE TRABALHO DE NORMALIZAÇÃO DA DESCRIÇÃO EM ARQUIVO - *Orientações para a descrição arquivística*. 2.º v. Lisboa: DGARQ, 2007. ISBN 978-972-8107-91-8

DATA DA DESCRIÇÃO: 2014-05-23

CENTRO DE CULTURA E DESPORTO DO PESSOAL DO MUNICÍPIO DE CASCAIS **NOVO**



Ata de reunião da Direção do Centro de Alegria no Trabalho do Pessoal da Câmara Municipal de Cascais, 1957-02-28 [AHMCSC/AASS/CCD]

CÓDIGO DE REFERÊNCIA: PT/CMCSC-AHMCSC/AASS/CCD

TÍTULO: Centro de Cultura e Desporto do Pessoal do Município de Cascais

DATAS: 1954-05-27 | 2011-01-21

NÍVEL DE DESCRIÇÃO: Fundo

EXTENSÃO/DIMENSÃO: 1,21 m.l. – 10 lv. e 30 pt.

SUPORTE: Papel, vegetal e digital

NOME DO PRODUTOR: Centro de Cultura e Desporto do Pessoal do Município de Cascais

HISTÓRIA ADMINISTRATIVA: O denominado Centro de Alegria no Trabalho do Pessoal da Câmara Municipal de Cascais foi criado em 1954-04-14. Os seus estatutos, aprovados em 1954-05-27, definem, desde logo, a sua missão: a promoção da «formação social e moral dos seus associados, o seu desenvolvimento físico e intelectual, criando-lhe condições de bem-estar e recreação, para que se subordine à orientação da FNAT», Fundação Nacional para a Alegria no Trabalho, nascida em 1935 com o propósito de criar as infraestruturas necessárias às atividades culturais, desportivas e recreativas dos trabalhadores e suas famílias. Neste âmbito seriam promovidos conferências e palestras culturais, cursos de formação social e cultural, visitas de estudo, passeios e excursões, festas tradicionais e manifestações folclóricas, espetáculos de cinema e teatro, audições musicais e radiofónicas, incentivando-se, ainda, a criação uma biblioteca, de um museu, de grupos artísticos, de cursos de ginástica e a prática desportiva. O Centro deveria também desenvolver trabalho no campo económico-social, por meio da montagem de cantinas e outros equipamentos

semelhantes. Em ata da Direção datada de 1958-02-03 tomamos conhecimento de que a sua sede provisória funcionava na Rua Marques Leal Pancada, em Cascais. Nas décadas de 1960 a 1980, a Direção do Grupo reunir-se-ia em diferentes locais, na sua maior parte pertencentes à autarquia, casos dos Paços do Concelho e do edifício dos SMAS. Em ata da reunião da Direção de 1989-01-11 já se fazia menção à sede na Rua António Andrade Júnior, na Pampilheira, Cascais. Em 1999-04-14, a Direção aprovaria novos estatutos, nos quais se definiu a alteração do nome para Centro de Cultura e Desporto do Pessoal do Município de Cascais. Enquanto associação sem fins lucrativos constituída pelos trabalhadores do Município de Cascais, tem por missão proporcionar aos seus associados e familiares a satisfação de interesses relacionados com o seu bem-estar, através da promoção de ações de caráter desportivo (provas de atletismo, golfe, pesca-desportiva, BTT, cicloturismo ou futsal), recreativo (passeios pedestres e/ ou histórico-culturais e visitas guiadas dentro e fora do concelho), cultural (grupo de teatro amador, reativação do grupo coral e tertúlias mensais), económico (atribuição de subsídios a associados carenciados) e de solidariedade social (jardim de infância e seguro de saúde de grupo). Atualmente está sediado no Complexo Multisserviços da Câmara Municipal de Cascais, na Estrada de Manique

HISTÓRIA CUSTODIAL E ARQUIVÍSTICA: O fundo foi depositado pelo Centro de Cultura e Desporto do Pessoal do Município de Cascais, na sequência de contrato estabelecido com a Câmara Municipal de Cascais, através do AHMCSC, ao abrigo do Programa de Recuperação de Arquivos e Documentos de Interesse Municipal (PRADIM)

FONTE IMEDIATA DE AQUISIÇÃO OU TRANSFERÊNCIA: Depósito aprovado em sessão da Câmara Municipal de Cascais, em 2014-05-12

ÂMBITO E CONTEÚDO: A documentação reflete a atividade do Centro de Cultura e Desporto do Pessoal do Município de Cascais no domínio das funções definidas por estatutos

SISTEMA DE ORGANIZAÇÃO: O fundo é constituído por 3 secções: Regulamentação e Órgãos; Secretaria e Arquivo e Gestão Financeira e Patrimonial; e por 22 séries: Estatutos (1954-1999); Atas da Assembleia Geral (1994-1997); Atas da Direção (1954-1997); Atas (1975-1976); Convocatórias da Assembleia Geral (2006-2008); Convocatórias da Assembleia Geral (2006-2008); Convocatórias de reunião de Direção (1995-2008); Lista de corpos gerentes, programas de ação e delegação de competências (1993-1997); Procurações (1982-1988); Plano de atividades e orçamento (1992-2010); Relatório e contas (1959-1991); Comunicados e tabelas de preços (1980-2007); Registo de correspondência recebida (1985-2000); Registo de correspondência expedida (1985-1997); Correspondência recebida (1996); Copiador de correspondência expedida (1997-2001); Registo de reclamações (1976-2000); Atividades culturais e desportivas (1980-2010); Fotografias (1990-2000); Registos da cantina (1968-2009); Balancetes (1992); Registos e controlo (2009-2011) e Gestão de equipamentos (2001-2007)

CONDIÇÕES DE ACESSO: Restrições: Cf. Decreto-Lei 16/93 de 23 de janeiro, Art.º 17.º, n.ºs 2 e 3. Diário da República, I Série A. 19 (1993-01-23) 264-270. Regime geral de arquivos e do património arquivístico

INSTRUMENTOS DE DESCRIÇÃO: Inventário on-line

NOTAS: O fundo encontra-se acondicionado em 11 cx.

REGRAS OU CONVENÇÕES: DIREÇÃO GERAL DE ARQUIVOS;
PROGRAMA DE NORMALIZAÇÃO DA DESCRIÇÃO EM ARQUIVO;
GRUPO DE TRABALHO DE NORMALIZAÇÃO DA DESCRIÇÃO EM
ARQUIVO - Orientações para a descrição arquivística. 2.º v.
Lisboa: DGARQ, 2007. ISBN 978-972-8107-91-8

DATA DA DESCRIÇÃO: 2016-06-01

COMISSÃO CONCELHIA DA UNIÃO NACIONAL EM CASCAIS

= 19 37 =

Nacional no Concelho de Cascais =

1.ª de Janeiro de 1937 =

48960	Saldo para Fevereiro	66955
27950	Emprego de 2 horas de 50 fl. (factura emitida em 1.ª de Janeiro de 1937)	2000
	uma argola para Chaves	100
	factura da população Cascais	2000
	Telegrama da Cascais a Lisboa M. Antonio	790
	Despesa com a organização da lista dos cabos	1500
	uma Corrocha de sapo	70
	Porcentagem no cobrador	2795
76210	Total	76210
2.ª de Fevereiro de 1937 =		
66955	uma lampada de 25 r.	400
9600	Divida de M. Antonio	2700
	Porcentagem no cobrador	960
76555	Saldo para Março	72495
76555	Total	76555
3.ª de Março de 1937 =		
	Porcentagem no cobrador	1210
	recibo do fidejussor n.º 2 a 7 da lista dos membros políticos	1500
72495	duas facturas de foguetes	10400
4840	uma " " prospectos	3600
	despesas diversas com a chegada do Ex.º R.º	3500
	Contrib. da chamada de telefone de M. Antonio	2000
	Saldo a depositar para Lisboa	55135
77335	Total	77335

Conta-corrente da Comissão Concelhia da União Nacional em Cascais, 1937

[PT/CMCSC-AHMCSC/AASS/CCUN]

CÓDIGO DE REFERÊNCIA: PT/CMCSC-AHMCSC/AASS/CCUN

TÍTULO: Comissão Concelhia da União Nacional em Cascais

DATAS: 1930-06 | 1938-09

NÍVEL DE DESCRIÇÃO: Fundo

EXTENSÃO/DIMENSÃO: 0,11 m. l. - 2 lv.

SUPORTE: Papel

NOME DO PRODUTOR: Comissão Concelhia da União Nacional em Cascais

HISTÓRIA ADMINISTRATIVA: A Comissão Concelhia da União Nacional, organização política sem carácter ou espírito de partido, tinha por objetivo exprimir o apoio civil ao regime instituído na sequência da revolução de 1926-05-28. Constituiu-se em 1930-07-30, depois do sucesso da política orçamental de Salazar, propondo-se congregar todos os elementos empenhados em construir um regime político que exprimisse o novo sistema do governo, bem diferente do que caracterizava a Constituição de 1911, no sentido do presidencialismo e na base do nacionalismo e da recusa da luta de classes. De acordo com os seus estatutos, aprovados pelo decreto n.º 21608, de 1932-08-20 e modificado pelo decreto n.º 21859, de 1932-11-12, tratava-se de «uma associação sem carácter de partido e independente do Estado, destinada a assegurar, na ordem cívica, pela colaboração dos seus filiados, sem distinção de escola política ou de confissão religiosa, a realização e a defesa dos princípios consignados nestes Estatutos, com pleno acatamento das instituições vigentes». Dirigida por uma Comissão Central, com sede em Lisboa, dispunha de comissões distritais, municipais e de freguesia, que elegiam, de quatro em

quatro anos, os membros dos níveis hierárquicos superiores, sendo as comissões de freguesia eleitas pelos filiados que as integravam. De entre as ações desenvolvidas salientou-se, sobretudo, ao nível da «moralização da ação pública para atos cívicos», como as eleições para a Assembleia Nacional ou para a presidência da República. Por decreto de 1970-10-13, a União Nacional transformou-se em Ação Nacional Popular, vindo a ser extinta pelo decreto n.º 172, de 1974-04-25.

HISTÓRIA CUSTODIAL E ARQUIVÍSTICA: Desconhece-se a forma de ingresso do fundo no AHMCSC

FONTE IMEDIATA DE AQUISIÇÃO OU TRANSFERÊNCIA: Desconhecida

ÂMBITO E CONTEÚDO: A documentação reflete a atividade da Comissão Concelhia da União Nacional em Cascais no domínio das funções definidas por legislação e estatutos. A classificação foi atribuída pelo facto de a União Nacional não ser, então, considerada um partido político, mas uma associação

SISTEMA DE ORGANIZAÇÃO: O fundo é constituído por 2 documentos: Registo de sócios e Conta-corrente (1930-1938)

CONDIÇÕES DE ACESSO: Restrições: Cf. Decreto-Lei 16/93 de 23 de janeiro, Art.º 17.º, n.ºs 2 e 3. *Diário da República*, I Série A. 19 (1993-01-23) 264-270. Regime geral de arquivos e do património arquivístico

INSTRUMENTOS DE DESCRIÇÃO: Catálogo on-line

NOTAS: O fundo encontra-se acondicionado em 1 cx.

REGRAS OU CONVENÇÕES: DIREÇÃO GERAL DE ARQUIVOS; PROGRAMA DE NORMALIZAÇÃO DA DESCRIÇÃO EM ARQUIVO; GRUPO DE TRABALHO DE NORMALIZAÇÃO DA DESCRIÇÃO EM ARQUIVO - *Orientações para a descrição arquivística*. 2.º v. Lisboa: DGARQ, 2007. ISBN 978-972-8107-91-8

DATA DA DESCRIÇÃO: 2011-12-23



Regata de vela na Baía de Cascais [PT/CMCSC-AHMCSC/AASS/CNC]

CÓDIGO DE REFERÊNCIA: PT/CMCSC-AHMCSC/AASS/CNC

TÍTULO: Clube Naval de Cascais

DATAS: 1905 | 2012-10

NÍVEL DE DESCRIÇÃO: Fundo

EXTENSÃO/DIMENSÃO: 7,04 m.l. – 55 lv. e 189 pt.

SUPORTE: Papel, cerâmica e tecido

NOME DO PRODUTOR: Clube Naval de Cascais

HISTÓRIA ADMINISTRATIVA: Em 1937, a Sociedade de Propaganda de Cascais fundou a Secção Náutica Afonso Sanches, que já enquanto Clube Náutico Afonso Sanches inauguraria, em 1938, um Posto Náutico na Praia da Ribeira, embrião do futuro Clube Naval de Cascais, designação constante em ofício timbrado que dirigiu à Câmara Municipal de Cascais, em 1940-09-19. Assumiu, desde a sua fundação, papel de relevo no desenvolvimento dos desportos náuticos, com especial destaque ao nível da vela, nomeadamente por intermédio da sua Escola de Vela, montada em 1950, por ocasião da comemoração do décimo segundo aniversário do Clube. Para além da formação de velejadores portugueses - muitos dos quais com projeção internacional - foi também responsável pela organização de algumas das mais relevantes competições nas várias classes de vela, entre as quais se destacam os Campeonatos do Mundo e da Europa das classes Optimist, Laser, 470 e Star; os Campeonatos da Europa da Classe Laser, em 1997; e os Campeonatos do Mundo de Vela da ISAF, em 2007, um dos mais importantes eventos desportivos alguma vez realizados em Portugal. Não obstante a construção do novo cais sul, em 1964, que dotou o Clube Naval de Cascais de melhores condições para a prática da vela; em 2007, as

instalações da Esplanada Príncipe D. Luís Filipe foram de novo alvo de profunda remodelação, que resultou na instalação de um Centro de Alto Rendimento de Vela em Cascais

HISTÓRIA CUSTODIAL E ARQUIVÍSTICA: O fundo foi depositado pelo Clube Naval de Cascais, na sequência de contrato estabelecido com a Câmara Municipal de Cascais, através do AHMC, ao abrigo do Programa de Recuperação de Arquivos e Documentos de Interesse Municipal (PRADIM)

FONTE IMEDIATA DE AQUISIÇÃO OU TRANSFERÊNCIA: Depósito aprovado em sessão da Câmara Municipal de Cascais, em 2013-05-27

ÂMBITO E CONTEÚDO: A documentação reflete a atividade do Clube Naval de Cascais no domínio das funções definidas por estatutos

SISTEMA DE ORGANIZAÇÃO: O fundo é constituído por 6 secções: Constituição e Regulamentação; Órgãos do Clube; Secretaria e Arquivo; Gestão Financeira e Recursos Humanos; Património e Documentos Bibliográficos e Museológicos; e por 13 subsecções: Assembleia Geral (1939-2004); Direção (1950-1993); Conselho Fiscal (1939-1992); Conselho Geral (1984-1992); Comissão Executiva (1983-1993); Comissão Desportiva (1960-1984); Comissão de Trabalhadores (1975); Comissão Administrativa (1938-1940); Expediente (1968-2001); Gestão de Sócios e Embarcações (1938-2008); Atividades Desportivas e Sociais (1905-2007); Contabilidade e Tesouraria (1950-2009) e Recursos Humanos (1960-1994) e por 63 séries: Constituição do clube e diploma de utilidade pública (1984-2000); Regulamentos e propostas de regulamentos (1982); Estatutos e projetos de estatutos (1932-2005); Tomadas de posse de órgãos de clube (1939-1982); Atas de sessões (1939-1998); Livros de presenças em reuniões de Assembleia Geral (1950-1989); Propostas,

convocatórias e nomeações (1970-2004); Documentos para apreciação em reuniões (1948-1950); Atas de sessões (1950-1993); Circulares, avisos, informações e credenciais (1982-1993); Atas de reunião (1939-1940); Pareceres e relatórios (1990-1992); Circulares e convocatórias (1984-1992); Atas de reunião (1983-1985); Ordens de serviço (1993); Circulares, avisos e informações (1984-1993); Diretivas de execução permanente (1984-1988); Atas de exames para obtenção de cartas de marinheiro (1960-1966); Regulamentos desportivos (1984); Anúncios (1984); Atas de reunião (1975); Atas de reunião (1938-1940); Correspondência recebida (1986-2001); Correspondência expedida (1984-2001); Reclamações e sugestões (1982-1997); Catálogo de biblioteca (1968); Propostas de admissão de sócios (1938-2008); Anexos às propostas de admissão de sócios (1989-1991); Relação de sócios (1939-1983); Fichas onomásticas de sócios (1944-1998); Registo de iates (1954-1987); Registo de barcos de recreio (1942-1980); Procurações de sócios (1983-2004); Regulamentos de sócios, embarcações, portões e horário de funcionamento (1986); Regulamento relativo à cobrança de quotas e serviços (1986); Diários de controlo de condições climatéricas e marítimas (1968-1973); Diários de bordo (1952-1953); Diários dos serviços de socorro da baía de Cascais (1949-1951); Relação de barcos (1955-1960); Propaganda (1980-2005); Livros de convidados (1960-1970); Recortes de imprensa (1937-2007); Fotografias (1905-2006); Eventos (1905-2004); Regulamentos de atividades desportivas (1986-1992); Relatórios e contas de gerência (1950-2009); Registo de despesa e receita (1984-1993); Documentos de despesa (1986-1999); Documentos de receita (1985-1987); Controle de contas (1983-1992); Tabela de serviços (1983); Estatuto de pessoal (1982); Regulamento do pessoal (1982); Cadastro do pessoal (1960-1994); Justificação de faltas (1988); Projetos de obras (1958-2005); Estudos prévios (1997); Propostas, orçamentos e plano de pagamentos (1990-1993);

Cadernos de encargos e plantas (1991-1993); Relatórios de fiscalização e propostas para prestação de serviços (1954-2006); Galhardetes (2000); Baixela de porcelana (1990-2000) e Revista Hippocampus (2008-2012)

CONDIÇÕES DE ACESSO: Restrições: Cf. Decreto-Lei 16/93 de 23 de janeiro, Art.º 17.º, n.ºs 2 e 3. Diário da República, I Série A. 19 (1993-01-23) 264-270. Regime geral de arquivos e do património arquivístico

INSTRUMENTOS DE DESCRIÇÃO: Inventário on-line

NOTAS: O fundo encontra-se acondicionado em 64 cx.

REGRAS OU CONVENÇÕES: DIREÇÃO GERAL DE ARQUIVOS; PROGRAMA DE NORMALIZAÇÃO DA DESCRIÇÃO EM ARQUIVO; GRUPO DE TRABALHO DE NORMALIZAÇÃO DA DESCRIÇÃO EM ARQUIVO - Orientações para a descrição arquivística. 2.º v. Lisboa: DGARQ, 2007. ISBN 978-972-8107-91-8

DATA DA DESCRIÇÃO: 2015-06-01

CLUBE NACIONAL DE GINÁSTICA **NOVO**



Atletas do Clube Nacional de Ginástica, c. 1950
[AHMCSC/AASS/CNG]

CÓDIGO DE REFERÊNCIA: PT/CMCSC-AHMCSC/AASS/CNG

TÍTULO: Clube Nacional de Ginástica

DATAS: 1951-02-02 | 2010

NÍVEL DE DESCRIÇÃO: Fundo

EXTENSÃO/DIMENSÃO: 1,51 m.l. – 9 lv. e 3 pt.

SUPORTE: Papel

NOME DO PRODUTOR: Clube Nacional de Ginástica

HISTÓRIA ADMINISTRATIVA: O Clube Nacional de Ginástica (CNG) foi fundado em 1950-06-05 na localidade da Parede. O nome foi proposto por Guilherme Guedes, figura ligada às atividades desportivas, especialmente à ginástica, que viria a ser o seu primeiro Presidente. A sua sede na Vila Moita, sita na Av. da República, foi inaugurada em 1954-05-02, onde funcionou até 1997-06, quando foi transferida para o complexo desportivo do antigo Rádio Clube Português, na Rua Machado Santos. Especialmente vocacionado para a formação juvenil, teve como principal objetivo a criação de um espaço que dispusesse de sala de reuniões, albergasse um recanto de leitura e promovesse a prática do bridge e de várias modalidades desportivas, como o voleibol, a ginástica, o ténis e o pingue-pongue. Nos novos estatutos, aprovados em 1992, pode ler-se que o clube «tem por objetivo a prática e o desenvolvimento da educação física, de todos os desportos em geral e da ginástica em especial e também promover meios de recreação e de cultura para os seus Associados». Nos anos de 1974 e 1975 o CNG seria palco de grandes debates políticos, que originaram cisões graves, reflexo das mudanças em curso na sociedade portuguesa de então. Ao longo das décadas de 1980 e 1990, o

CNG foi diversificando e aumentando a sua oferta em matéria desportiva, facto que muito se deveu à construção de um pavilhão polivalente, à montagem de novos courts de ténis, de um campo de voleibol de areia e de mais ginásios, bem como aos melhoramentos implementados no campo de futebol, modalidade entretanto integrada. Atualmente promove várias atividades desportivas, tais como aikido, judo, karaté, bridge, capoeira, dança (contemporânea, clássica, fusion e fitness), futebol de 7, ginástica (formativa, acrobática, rítmica, de manutenção e infantil), hidroginástica, natação, pilates, yoga, tiro ao alvo e zumba, entre outras. Faculta também a formação musical através de aulas de canto, instrumento e composição lecionadas na sua Escola de Música

HISTÓRIA CUSTODIAL E ARQUIVÍSTICA: O fundo foi depositado pelo Clube Nacional de Ginástica, na sequência de contrato estabelecido com a Câmara Municipal de Cascais, através do AHMCSC, ao abrigo do Programa de Recuperação de Arquivos e Documentos de Interesse Municipal (PRADIM)

FONTE IMEDIATA DE AQUISIÇÃO OU TRANSFERÊNCIA: Depósito aprovado em sessão da Câmara Municipal de Cascais, em 2015-11-23

ÂMBITO E CONTEÚDO: A documentação reflete a atividade do Clube Nacional de Ginástica no domínio das funções definidas por estatutos

SISTEMA DE ORGANIZAÇÃO: O fundo é constituído por 2 secções: Órgãos e Regulamentos e Secretaria e Arquivo; e por 7 séries: Atas da Assembleia Geral (1951-2015); Registo de presenças na Assembleia Geral (1952-2016); Tomadas de posse (1952-2015); Regulamentos (1964); Propostas e moções (1964); Correspondência recebida (1969) e Fotografias (1950-2010)

CONDIÇÕES DE ACESSO: Restrições: Cf. Decreto-Lei 16/93 de 23 de janeiro, Art.º 17.º, n.ºs 2 e 3. Diário da República, I Série A. 19 (1993-01-23) 264-270. Regime geral de arquivos e do património arquivístico

INSTRUMENTOS DE DESCRIÇÃO: Inventário on-line

NOTAS: O fundo encontra-se, por ora, acondicionado em 10 cx. e 1 lv.

REGRAS OU CONVENÇÕES: DIREÇÃO GERAL DE ARQUIVOS; PROGRAMA DE NORMALIZAÇÃO DA DESCRIÇÃO EM ARQUIVO; GRUPO DE TRABALHO DE NORMALIZAÇÃO DA DESCRIÇÃO EM ARQUIVO - Orientações para a descrição arquivística. 2.º v. Lisboa: DGARQ, 2007. ISBN 978-972-8107-91-8

DATA DA DESCRIÇÃO: 2016-06-01

Real Club Naval de Lisboa

Proposta d'admissão

Apresentada em sessão de _____ de _____ de 190__

Approvada em sessão de _____ de _____ de 190__

N.º de socio 361

Deseja ser admitido socio o Ex.^{mo} Sr. Jorge O'Neill

_____ de _____ annos d'idade

natural de _____ com a profissão de ^(a) _____

_____ morador na Rua das Flores-

Lisboa 10 de Maio de 1902.

O proponente Charles H. Bleck O Proposto Lump O'Neil

(a) Sendo militar, funcionario publico ou do commercio, deve declarar respectivamente, o cargo a que pertence, repartição ou escriptorio, e sua categoria.

902-011

Proposta de admissão de Jorge O'Neill como sócio do Real Club Naval de Lisboa, 1902-05-10 [PT/CMCSC-AHMCSC/AASS/CNL]

CÓDIGO DE REFERÊNCIA: PT/CMCSC-AHMCSC/AASS/CNL

TÍTULO: Clube Naval de Lisboa

DATAS: 1891-11-18 | 2003-10

NÍVEL DE DESCRIÇÃO: Fundo

EXTENSÃO/DIMENSÃO: 27,5 m.l. – 159 ds., 85 env., 88 lv., 50 mç. e 198 pt.

SUPORTE: Papel

NOME DO PRODUTOR: Clube Naval de Lisboa

HISTÓRIA ADMINISTRATIVA: A primeira reunião oficial do Conselho Diretor do Club Naval de Lisboa decorreu em 1891, ainda sob a designação de Comissão Instaladora, cujos estatutos foram aprovados em 1892-01-27. Em 1893, o Príncipe D. Luís Filipe já era Comodoro honorário desta «associação humanitária e de instrução náutica». No ano seguinte, também D. Maria Pia e o Infante D. Afonso aceitaram os títulos de protetores da agremiação, aos quais se seguiram, em 1895, a Rainha D. Amélia e D. Carlos, que em 1896 lhe concedeu o título de Real e, no ano seguinte, passou a desempenhar funções de Comodoro. Destinado a «animar a construção de iates, ou barcos de recreio, desenvolver o ensino da arte de navegar à vela e a remos, desenvolver o gosto pelas diversões marítimas, promover e efetivar regatas nos rios e baías próprias para esse efeito, e finalmente, logo que as circunstâncias lho permitam, organizar um posto de socorros a náufragos e uma escola de natação», o Real Club Naval de Lisboa tendeu a assumir-se desde a sua formação enquanto uma das mais ativas agremiações ao nível da divulgação do remo e da vela. Em 1900 possuía 179 associados, inaugurando, em 1901, uma Secção em Cascais, que cedo registou inscrições de vulto

e se destacou por ocasião da organização de algumas das mais célebres regatas promovidas na Baía, que se impusera enquanto local privilegiado para a prática da vela em Portugal. Nesse ano fundaria, ainda, as secções da Azambuja, da Trafaria e de Portimão, a que seguiriam as de Luanda e do Funchal, nos anos de 1902 e 1904, respetivamente, bem como o Posto Náutico de Pedrouços, em 1903. Para além de importantes regatas de vela e de remo, organizou, também, em 1906, a primeira regata de motonáutica em Portugal, apostando, ainda, na natação, como o denota o facto de, em 1907, João Barata, nadador do Clube, ter vencido a primeira travessia do Tejo a nado. Em 1928, Frederico Burnay, Carlos Bleck, António Herédia, Ernesto Mendonça e João Penha Lopes, sócios do Clube, representaram Portugal nos Jogos Olímpicos, na modalidade de vela. Em 1931, no mesmo ano em que se mandou construir a primeira piscina do Clube, o Presidente da República conceder-lhe-ia a Comenda da Ordem Militar de Cristo, classificando-o, no ano seguinte, como «instituição de utilidade pública». Em 1932, inaugurou-se, ainda, a Delegação de Portimão, a que se sucedeu, em 1940, a abertura da Secção de Lagos e, em 1943, da primeira Escola de Treinadores de Remo portuguesa. Em virtude das obras de construção da Estrada Marginal, o Clube seria forçado a abandonar o posto náutico que estabelecera em Cascais, em 1944, ano que parece encetar um período de crise, que se manteria, pelo menos, até 1965, data em que na sede do Clube se construiu um tanque de remo para oito desportistas. Já em 1980 se fundou a Secção de Levantamento de Pesos, dotada de ginásio apetrechado para o efeito. Em 1991 a Câmara Municipal de Lisboa cederia ao Clube um novo edifício para a armazenagem de embarcações

HISTÓRIA CUSTODIAL E ARQUIVÍSTICA: O fundo foi depositado pelo Clube Naval de Lisboa, na sequência de contrato estabelecido com a Câmara Municipal de Cascais, através do AHMCS, ao abrigo do Programa de Recuperação de Arquivos e Documentos de Interesse Municipal (PRADIM)

FONTE IMEDIATA DE AQUISIÇÃO OU TRANSFERÊNCIA: Depósito aprovado em sessão da Câmara Municipal de Cascais, em 2007-02-26

ÂMBITO E CONTEÚDO: A documentação reflete a atividade do Clube Naval de Lisboa no domínio das funções definidas por estatutos

SISTEMA DE ORGANIZAÇÃO: O fundo é constituído por 5 secções e 10 subsecções: Constituição e Regulamentação do Clube; Órgãos do Clube (Assembleia Geral, Direção, Conselho Técnico e de Regatas, Secção de Motor, Secção de Natação); Secretaria e Arquivo (Expediente, Gestão de sócios e embarcações, Atividades desportivas e sociais); Gestão Financeira e de Recursos Humanos (Contabilidade e Tesouraria, Recursos Humanos); Documentos bibliográficos e museológicos; e por 64 séries e 8 subséries: Regulamentos e projetos de regulamentos (1921-1922); Estatutos e projetos de estatutos (1920-1929); Atas de sessões (1910-1988); Registos de presenças da Mesa (1920-1962); Avisos, propostas e nomeações (1906-1974); Correspondência expedida e recebida (1929-1930); Processos de inquérito (1944-1956); Atas de sessões (1891-1980); Atas do Júri de Exames (1901-1956); Avisos, comunicados e ordens de serviço (1921-1941); Obtenção de cartas de navegador (1914-1941); Atas de sessões (1893-1949); Borrão de regatas (1949-1955); Organização de regatas (1937-1995); Atas de sessões (1914-1915); Atas de sessões (1934-1936); Organização de provas de natação (1950-1953); Protocolos de entrega de documentos (1928-1939); Copiador de correspondência expedida (1932-1984) - (Copiador de correspondência expedida para associações (1951-1954); Copiador de correspondência expedida para sócios e particulares (1932-1984); Registo de correspondência recebida (1973-1982); Correspondência recebida (1948-1995) - Correspondência recebida de entidades oficiais (1993-

1995); Correspondência recebida de associações (1953-1995); Correspondência recebida de sócios e particulares (1941-1951); Correspondência expedida e recebida (1911-1994) - Correspondência expedida e recebida de entidades oficiais (1937-1977); Correspondência expedida e recebida de associações (1931-1984); Correspondência expedida e recebida de sócios e particulares (1932-1967); Quadro de classificação de arquivo (1982); Registo de controlo da fotocopiadora (1986-1988); Procedimentos de gestão interna (1931-1962); Registo de propostas de admissão de sócios (1951-1957); Propostas de admissão de sócios (1902-1986); Registo de desistência de sócios (1918-1929); Fichas onomásticas de sócios (1903-1990); Fichas numéricas de sócios (1897-1983); Cartões de sócios (1973-1983); Propostas para registo de embarcações (1940-1960); Registo de iates (1902-1939); Registo onomástico de armazenagens e de armários (1970); Atestados e declarações de aptidão física de alunos (1988-1994); Registo de presença de alunos (1939-1997); Provas escritas da escola de vela (1989); Processos de construção do barco-escola de vela (1942-1945); Requisições de embarcações (1986-1988); Revalidação de licença de natação (1953-1954); Registo e controlo de alunos de natação (1953-1959); Manutenção da piscina (1968-1979); Manutenção do ginásio e provas de musculação (1992-1994); Campeonatos de automóveis (1948); Relatórios de passeios e discursos (1932-1935); Contas de gerência (1939-1988); Balanços (1965-1979); Balancetes (1912-1990); Livros razão (1943-1984); Livros diários e Diários auxiliares (1965-1984); Borrão de caixa (1943-1980); Livros de caixa (1914-1985); Cobranças de quotas, de armazenagens e de armários (1957-1979); Registos bancários (1982-1992); Documentos de receita e despesa (1916-2003); Talões de pagamento de sócios (1982-1988); Fichas de pagamento de quotas (1926-1996); Duplicados de recibos emitidos (1960-1984); Orçamentos

(1903-1930); Registo de despesas (1960-1962); Registo do pessoal do quadro permanente (1928-1932); Abonos, subsídios, quotizações de sindicatos e justificações de faltas (1972-1994); Candidaturas a anúncios de emprego (1994) e Recortes de imprensa (1937-1947)

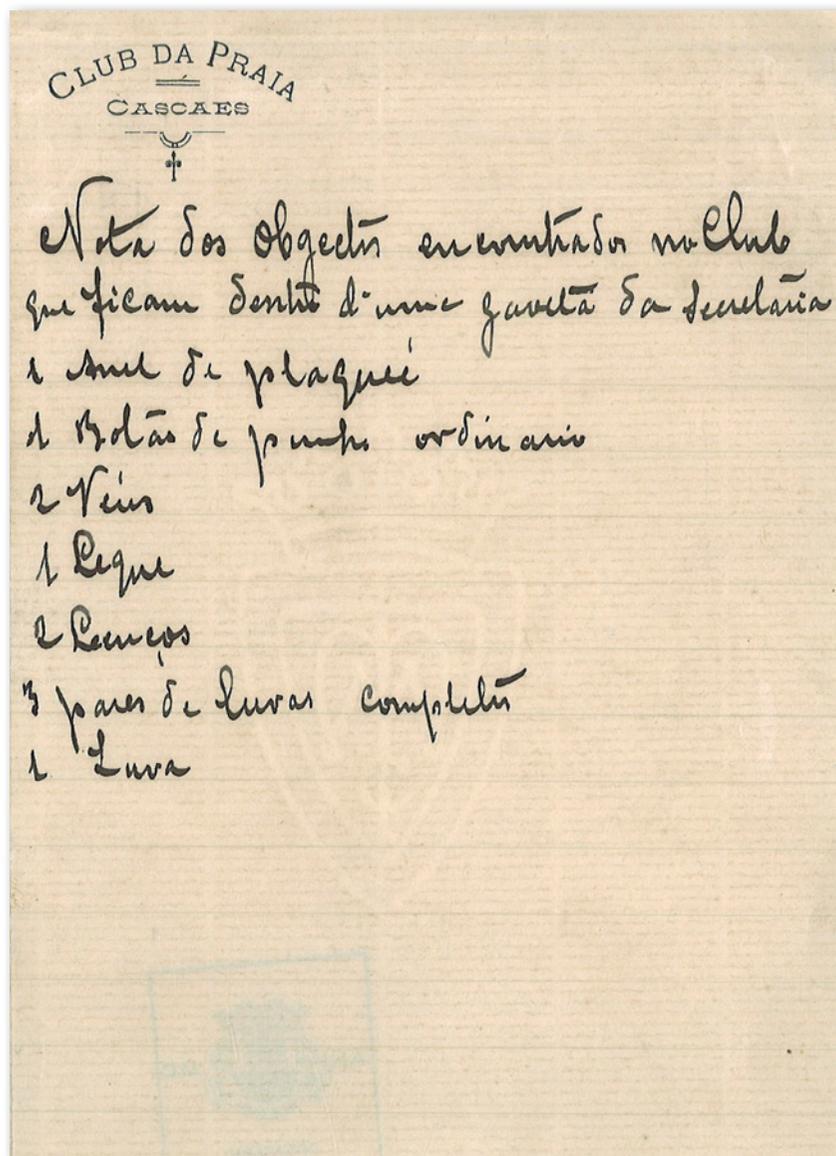
CONDIÇÕES DE ACESSO: Restrições: Cf. Decreto-Lei 16/93 de 23 de janeiro, Art.º 17.º, n.ºs 2 e 3. *Diário da República*, I Série A. 19 (1993-01-23) 264-270. Regime geral de arquivos e do património arquivístico

INSTRUMENTOS DE DESCRIÇÃO: Inventário on-line

NOTAS: O fundo encontra-se acondicionado em 250 cx.

REGRAS OU CONVENÇÕES: DIREÇÃO GERAL DE ARQUIVOS; PROGRAMA DE NORMALIZAÇÃO DA DESCRIÇÃO EM ARQUIVO; GRUPO DE TRABALHO DE NORMALIZAÇÃO DA DESCRIÇÃO EM ARQUIVO - *Orientações para a descrição arquivística*. 2.º v. Lisboa: DGARQ, 2007. ISBN 978-972-8107-91-8

DATA DA DESCRIÇÃO: 2015-06-01



Lista de objetos encontrados no Club da Praia, 1905

[PT/CMCSC-AHMCSC/AASS/CPR]

CÓDIGO DE REFERÊNCIA: PT/CMCSC-AHMCSC/AASS/CPR

TÍTULO: Club da Praia

DATAS: 1904 | 1905

NÍVEL DE DESCRIÇÃO: Fundo

EXTENSÃO/DIMENSÃO: 0,11 m.l. – 4 lv. e 1 doc.

SUPORTE: Papel

NOME DO PRODUTOR: Club da Praia

HISTÓRIA ADMINISTRATIVA: Desconhecem-se as datas de inauguração e de encerramento do Club da Praia, cuja documentação se resume aos anos de 1904 e 1905. Frequentado pela elite local e pelos visitantes a banhos em Cascais, o número de sócios oscilou, neste período, entre 220 e 260, sendo as quotizações, o «jogo carteadado» e a venda de cartas e de entradas extraordinárias as suas principais fontes de rendimento. Mantém-se, todavia, a dúvida quanto à correta classificação desta entidade, pelas abundantes referências à sua atividade enquanto casino

HISTÓRIA CUSTODIAL E ARQUIVÍSTICA: Desconhece-se a forma de ingresso do fundo no AHMCSC

FONTE IMEDIATA DE AQUISIÇÃO OU TRANSFERÊNCIA: Desconhecida

ÂMBITO E CONTEÚDO: A documentação reflete a atividade do Clube da Praia no domínio das funções definidas por alvará, que desconhecemos

SISTEMA DE ORGANIZAÇÃO: O fundo é constituído por 3 séries: Registo de receita (1904), Registo de receita e despesa (1904) e Registo de sócios (1904-1905). Comporta, ainda, Lista de objetos encontrados no Clube (1905)

INSTRUMENTOS DE DESCRIÇÃO: Catálogo on-line

NOTAS: O fundo encontra-se acondicionado em 1 cx. Cf. PT/CMCSC-AHMCSC/CMCSC/P/013, uma vez que um dos livros de receita do Clube foi utilizado pela Câmara Municipal de Cascais, para registo de subsídios de lactação

REGRAS OU CONVENÇÕES: DIREÇÃO GERAL DE ARQUIVOS; PROGRAMA DE NORMALIZAÇÃO DA DESCRIÇÃO EM ARQUIVO; GRUPO DE TRABALHO DE NORMALIZAÇÃO DA DESCRIÇÃO EM ARQUIVO - *Orientações para a descrição arquivística*. 2.º v. Lisboa: DGARQ, 2007. ISBN 978-972-8107-91-8

DATA DA DESCRIÇÃO: 2013-06-01

ESTUDANTINA RECREATIVA DE S. DOMINGOS DE RANA

NOVO



Banda da Estudantina Recreativa de S. Domingos de Rana, 1939

[AHMCSC/AASS/ERSR]

CÓDIGO DE REFERÊNCIA: PT/CMCSC-AHMCSC/AASS/ERSR

TÍTULO: Estudantina Recreativa de S. Domingos de Rana

DATAS: 1940 | 1978-10-31

NÍVEL DE DESCRIÇÃO: Fundo

EXTENSÃO/DIMENSÃO: 0,52 m.l. – 8 pt.

SUPORTE: Papel

NOME DO PRODUTOR: Estudantina Recreativa de S. Domingos de Rana

HISTÓRIA ADMINISTRATIVA: A Estudantina Recreativa de S. Domingos de Rana foi fundada em 1926-03-26 por um grupo de residentes em Rana que, orientados pelo Maestro Alvaro Santos, resolvera formar um agrupamento musical constituído por 10 músicos e 2 aprendizes. A primeira sede do grupo – uma casa composta por uma pequena sala com palco, onde se promoviam bailes semanais – foi cedida por Maria Sabido, vindo os instrumentos a ser adquiridos por meio de ofertas ou comprados por subscrição entre os habitantes do lugar. A nova sede da coletividade, pré-inaugurada em 1956-03-25, seria erigida num terreno oferecido pelo Dr. Luís Salinas Dias Monteiro e sua mulher, com projeto e direção de obras a cargo do Eng.º Joaquim Freitas de Moraes, materiais doados por Vasco d'Orey e apoio financeiro do Conde de Riba d'Ave. Até finais da década de 1950 a associação teria a seu cargo a preparação dos Festejos de Setembro, em honra de S. Sebastião. Em 1964, quando a coletividade se dedicava sobretudo à organização de bailes, festas e serões, José Maria Lagarto financiou a compra dos fardamentos da Banda. Em 1968 já se realizavam estudos para ampliação da sede, tão necessária para a criação de um posto de enfermagem e de

pequenos socorros dedicado especialmente aos associados mas aberto a toda a população. Nasceu neste período o rancho folclórico, composto por 22 elementos. Por razões ainda por apurar, a sede foi alvo de buscas por parte da PIDE, o que implicou alguns estragos materiais. Uma das possíveis justificações terá sido o facto de ali se terem administrado cursos de alfabetização até à 4.ª classe, entre 1971 e 1974. Chegou a promover modalidades como o xadrez, a ginástica infantil, o atletismo, o futebol e o ténis de mesa. Atualmente dispõe de grupos de dança contemporânea e oriental, da prática de savate (ou boxe francês) e de cicloturismo, para além de atividades e workshops na área da música

HISTÓRIA CUSTODIAL E ARQUIVÍSTICA: O fundo foi depositado pela Estudantina Recreativa de S. Domingos de Rana, na sequência de contrato estabelecido com a Câmara Municipal de Cascais, através do AHMCSC, ao abrigo do Programa de Recuperação de Arquivos e Documentos de Interesse Municipal (PRADIM)

FONTE IMEDIATA DE AQUISIÇÃO OU TRANSFERÊNCIA: Depósito aprovado em sessão da Câmara Municipal de Cascais, em 2014-12-15

ÂMBITO E CONTEÚDO: A documentação reflete a atividade da Estudantina Recreativa de S. Domingos de Rana no domínio das funções definidas por estatutos

SISTEMA DE ORGANIZAÇÃO: O fundo é constituído por 2 secções: Constituição e Regulamentos e Secretaria e Arquivo; e por 8 séries: Estatutos (1978); Regulamentos (1978); Correspondência recebida (1948); Licença de representação de peça teatral: A luz dos Povos (1953); Processo de licenciamento (1957-1967); Contrato de autorização de espetáculos (1967); Documento estatístico (1967) e Fotografias (1940-1960)

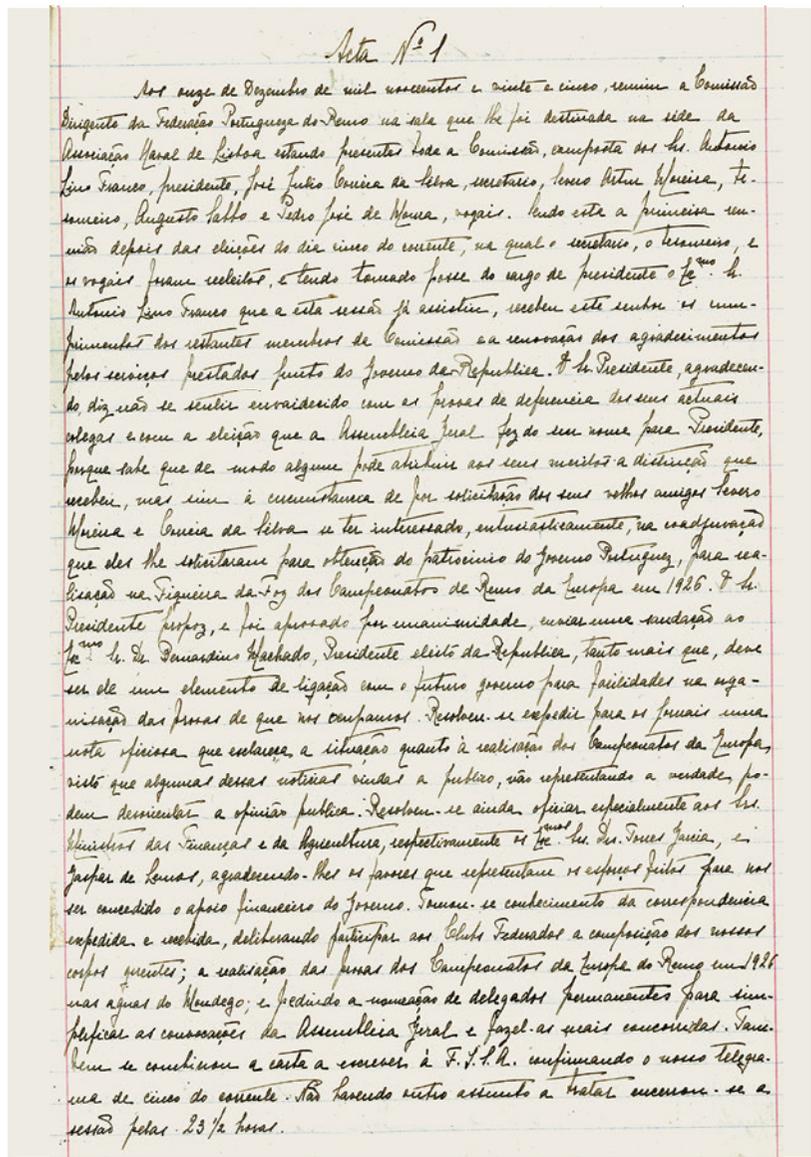
CONDIÇÕES DE ACESSO: Restrições: Cf. Decreto-Lei 16/93 de 23 de janeiro, Art.º 17.º, n.ºs 2 e 3. Diário da República, I Série A. 19 (1993-01-23) 264-270. Regime geral de arquivos e do património arquivístico

INSTRUMENTOS DE DESCRIÇÃO: Inventário on-line

NOTAS: O fundo encontra-se acondicionado em 1 cx. e 1 pt.

REGRAS OU CONVENÇÕES: DIREÇÃO GERAL DE ARQUIVOS; PROGRAMA DE NORMALIZAÇÃO DA DESCRIÇÃO EM ARQUIVO; GRUPO DE TRABALHO DE NORMALIZAÇÃO DA DESCRIÇÃO EM ARQUIVO - Orientações para a descrição arquivística. 2.º v. Lisboa: DGARQ, 2007. ISBN 978-972-8107-91-8

DATA DA DESCRIÇÃO: 2016-06-01



Ata de reunião da direção da Federação Portuguesa de Remo, 1925-12-11
[PT/CMCSC-AHMCSC/AASS/FPR]

CÓDIGO DE REFERÊNCIA: PT/CMCSC-AHMCSC/AASS/FPR

TÍTULO: Federação Portuguesa de Remo

DATAS: 1925-12-11 | 2006-12-21

NÍVEL DE DESCRIÇÃO: Fundo

EXTENSÃO/DIMENSÃO: 12,67 m.l. – 86 lv. e 79 pt.

SUPORTE: Papel

NOME DO PRODUTOR: Federação Portuguesa de Remo

HISTÓRIA ADMINISTRATIVA: A Federação Portuguesa de Remo foi fundada em 1920-04, por ocasião do Congresso Náutico Nacional promovido na cidade do Porto, pela Associação Naval de Lisboa, Associação Naval 1.º de Maio, Clube Fluvial Portuense, Clube Naval de Lisboa, Ginásio Clube Figueirense, Sport Algés e Dafundo e Sport Clube do Porto. Encontra-se filiada desde 1922 na Fédération Internationale des Sociétés d’Aviron. De acordo com o decreto-lei n.º 248-B, de 2008-12-31, «as federações desportivas são pessoas coletivas constituídas sob a forma de associação sem fins lucrativos que, englobando clubes ou sociedades desportivas, associações de âmbito territorial, ligas profissionais, se as houver, praticantes, técnicos, juizes e árbitros, e demais entidades que promovam, pratiquem ou contribuam para o desenvolvimento da respetiva modalidade». Os seus estatutos, aprovados em 2009-07-27 e alterados em Assembleia Geral de 2011-11-12, atestam a sua missão: «representar, difundir, promover, controlar, dirigir e regulamentar a prática da modalidade do remo em Portugal, em todas as suas disciplinas, variantes e competições», razão pela qual lhe cumpre «estimular a criação de novos clubes e a extensão da prática da modalidade a outras entidades»,

«defender os interesses desportivos dos seus associados junto das entidades governamentais e demais entidades públicas e privadas» e «representar o remo nacional junto das suas federações congêneres estrangeiras e organismos internacionais»

HISTÓRIA CUSTODIAL E ARQUIVÍSTICA: O fundo foi depositado pela Federação Portuguesa de Remo, na sequência de contrato estabelecido com a Câmara Municipal de Cascais, através do AHMCSC, ao abrigo do Programa de Recuperação de Arquivos e Documentos de Interesse Municipal (PRADIM)

FONTE IMEDIATA DE AQUISIÇÃO OU TRANSFERÊNCIA: Depósito aprovado em sessão da Câmara Municipal de Cascais, em 2009-04-20

ÂMBITO E CONTEÚDO: A documentação reflete a atividade da Federação Portuguesa de Remo no domínio das funções definidas por estatutos. O fundo é constituído por 3 secções: Regulamentação e Órgãos; Secretaria e Arquivo e Gestão Financeira; e por 19 séries: Atas de Assembleias Gerais (1929-1996); Atas da Direção (1925-1998); Atas do Conselho Técnico (1993-1994); Atas dos Júris dos Exames do Curso de Juizes Árbitros (1945-1961); Atas do Júri das regatas do Campeonato Peninsular de Remo (1945-1947); Registo de termos de posse da Comissão Regional de Remo da Zona Centro (1982-1988); Plano e Orçamento (1988-2006); Relatórios e contas (1952-2002); Registo de correspondência recebida (1972-1996); Registo de correspondência expedida (1988-1995); Correspondência recebida e expedida (1976-1999); Relação de treinadores (1986-1989); Registo de inscritos (1933-1999); Regulamentos, programa de treinos e planos de construção de equipamentos (1954-1998); Projetos de estádios náuticos (1942-1952); Dossiê de imprensa (1998-1999); Zincogravuras (1940); Registo de receita e despesa (1950-1994) e Registo de devedores e credores (1945-1955)

SISTEMA DE ORGANIZAÇÃO: O fundo é constituído por 3 secções: Regulamentação e Órgãos; Secretaria e Arquivo e Gestão Financeira; e por 19 séries: Atas de Assembleias Gerais (1929-1996); Atas da Direção (1925-1998); Atas do Conselho Técnico (1993-1994); Atas dos Júris dos Exames do Curso de Juizes Árbitros (1945-1961); Atas do Júri das regatas do Campeonato Peninsular de Remo (1945-1947); Registo de termos de posse da Comissão Regional de Remo da Zona Centro (1982-1988); Plano e Orçamento (1988-2006); Relatórios e contas (1952-1996); Registo de correspondência recebida (1972-1996); Registo de correspondência expedida (1988-1995); Correspondência recebida e expedida (1976-1999); Relação de treinadores (1986-1989); Registo de inscritos (1933-1999); Regulamentos, programa de treinos e planos de construção de equipamentos (1954-1998); Projetos de estádios náuticos (1942-1952); Dossiê de imprensa (1998-1999); Zincogravuras (1940); Registo de receita e despesa (1950-1994) e Registo de devedores e credores (1945-1955)

CONDIÇÕES DE ACESSO: Restrições: Cf. Decreto-Lei 16/93 de 23 de janeiro, Art.º 17.º, n.ºs 2 e 3. *Diário da República*, I Série A. 19 (1993-01-23) 264-270. Regime geral de arquivos e do património arquivístico

INSTRUMENTOS DE DESCRIÇÃO: Inventário on-line

NOTAS: O fundo encontra-se acondicionado em 97 cx. e 25 ds.

REGRAS OU CONVENÇÕES: DIREÇÃO GERAL DE ARQUIVOS; PROGRAMA DE NORMALIZAÇÃO DA DESCRIÇÃO EM ARQUIVO; GRUPO DE TRABALHO DE NORMALIZAÇÃO DA DESCRIÇÃO EM ARQUIVO - *Orientações para a descrição arquivística*. 2.º v. Lisboa: DGRARQ, 2007. ISBN 978-972-8107-91-8

DATA DA DESCRIÇÃO: 2014-05-23

GRUPO DE INSTRUÇÃO MUSICAL E BENEFICÊNCIA DA REBELVA **NOVO**



Pormenor de atuação em peça de teatro do Grupo Instrução Musical da Rebelva, c. 1980 [AHMCSC/AASS/GIMBR]

CÓDIGO DE REFERÊNCIA: PT/CMCSC-AHMCSC/AASS/GIMBR

TÍTULO: Grupo de Instrução Musical e Beneficência da Rebelva

DATAS: 1931 | 2011

NÍVEL DE DESCRIÇÃO: Fundo

EXTENSÃO/DIMENSÃO: 0,11 m.l. – 3 lv. e 12 pt.

SUPORTE: Papel

NOME DO PRODUTOR: Grupo de Instrução Musical e Beneficência da Rebelva

HISTÓRIA ADMINISTRATIVA: A história desta coletividade começou na noite de S. João de 1931, quando se apurava o resultado dos festejos realizados em honra do padroeiro da Rebelva. Um grupo de rapazes resolveu, então, criar uma sociedade com o propósito de promover o ensino da música, nomeadamente através da constituição de uma escola que permitisse a criação de uma banda para animar as festas do S. João da Rebelva, que se realizavam desde 1725. Nesse sentido, compraram instrumentos a prestações e contrataram o Mestre Julião Esteves. Foi assim que em 1931-07-27 nasceu o Grupo de Instrução Musical e Beneficência da Rebelva ou GIMBR. No início, reunia-se num palheiro, passando depois para os fundos de uma adega, que, após obras de melhoramento, serviu de sede por mais de 20 anos, dando continuidade aos trabalhos de música, beneficência e teatro que sempre contaram com a participação dos habitantes locais. Em 1953, o sócio João Evangelista Teixeira doou à coletividade um terreno com 600 m² para a construção de uma nova sede. Em 1954-05-23 seria lançada a primeira pedra daquela que ainda hoje é a sua casa, num projeto desenvolvido gratuitamente por Francisco Pais Abrantes. Atualmente, o GIMBR tem vindo a organizar Tardes Dançantes aos sábados e domingos e a promover a prática das

seguintes atividades: ballet, karaté, ginástica, zumba, danças de salão, ioga, entre outras

HISTÓRIA CUSTODIAL E ARQUIVÍSTICA: O fundo foi depositado pelo Grupo de Instrução Musical e Beneficência da Rebelva, na sequência de contrato estabelecido com a Câmara Municipal de Cascais, através do AHMCSC, ao abrigo do Programa de Recuperação de Arquivos e Documentos de Interesse Municipal (PRADIM)

FONTE IMEDIATA DE AQUISIÇÃO OU TRANSFERÊNCIA: Depósito aprovado em sessão da Câmara Municipal de Cascais, em 2015-04-06

ÂMBITO E CONTEÚDO: A documentação reflete a atividade do Grupo de Instrução Musical e Beneficência da Rebelva no domínio das funções definidas por estatutos

SISTEMA DE ORGANIZAÇÃO: O fundo é constituído por 3 secções: Órgãos e Regulamentos; Secretaria e Arquivo e Gestão de Património; e por 10 séries: Atas da Assembleia Geral (1972-1986); Regulamentos (1988); História do Grupo (1931-2000); Correspondência recebida (2002); Livro de Honra (1983-2001); Medalha de Mérito (2000); Atividades culturais e desportivas (1938-2011); Fotografias (1950-2005); Processo de classificação do Cantinho de S. João Batista (1997-2004) e Mapas de localização (1998-2000)

CONDIÇÕES DE ACESSO: Restrições: Cf. Decreto-Lei 16/93 de 23 de janeiro, Art.º 17.º, n.ºs 2 e 3. Diário da República, I Série A. 19 (1993-01-23) 264-270. Regime geral de arquivos e do património arquivístico

INSTRUMENTOS DE DESCRIÇÃO: Inventário on-line

NOTAS: O fundo encontra-se acondicionado em 1 cx.

REGRAS OU CONVENÇÕES: DIREÇÃO GERAL DE ARQUIVOS; PROGRAMA DE NORMALIZAÇÃO DA DESCRIÇÃO EM ARQUIVO; GRUPO DE TRABALHO DE NORMALIZAÇÃO DA DESCRIÇÃO EM ARQUIVO - Orientações para a descrição arquivística. 2.º v. Lisboa: DGARQ, 2007. ISBN 978-972-8107-91-8

DATA DA DESCRIÇÃO: 2016-06-01



Panfleto anunciando peça de teatro e baile a realizar no Grupo de Instrução Popular da Amoreira, 1950-11-12 [PT/CMCSC-AHMCSC/AASS/GIPA]

CÓDIGO DE REFERÊNCIA: PT/CMCSC-AHMCSC/AASS/GIPA

TÍTULO: Grupo de Instrução Popular da Amoreira

DATAS: 1930 | 2013-06-31

NÍVEL DE DESCRIÇÃO: Fundo

EXTENSÃO/DIMENSÃO: 1,65 m.l. – 19 lv. e 42 pt.

SUPORTE: Papel e Poliéster

NOME DO PRODUTOR: Grupo de Instrução Popular da Amoreira

HISTÓRIA ADMINISTRATIVA: Fundado em 1934, no intuito de promover atividades recreativas e o ensino da música, o Grupo instalou-se inicialmente na Rua Carlos Anjos, na Amoreira. Aí organizou diversos bailes a fim de angariar fundos destinados à construção de uma sede, cuja primeira pedra seria lançada em 1936-12-13. O edifício sofreu diversas alterações, sendo reinaugurado em 1957-12-22, com mais um piso, o que possibilitou a diversificação das suas atividades, nomeadamente ao nível da instrução, do teatro amador, da música e do desporto.

HISTÓRIA CUSTODIAL E ARQUIVÍSTICA: O fundo foi depositado pelo Grupo de Instrução Popular da Amoreira, na sequência de contrato estabelecido com a Câmara Municipal de Cascais, através do AHMC, ao abrigo do Programa de Recuperação de Arquivos e Documentos de Interesse Municipal (PRADIM)

FONTE IMEDIATA DE AQUISIÇÃO OU TRANSFERÊNCIA: Depósito aprovado em sessão da Câmara Municipal de Cascais, em 2014-12-15

ÂMBITO E CONTEÚDO: A documentação reflete a atividade do Grupo de Instrução Popular da Amoreira no domínio das funções definidas por estatutos

SISTEMA DE ORGANIZAÇÃO: O fundo é constituído por 4 secções: Constituição e Órgãos; Secretaria e Arquivo; Gestão Financeira e Patrimonial e Documentos Bibliográficos; e por 36 séries: Estatutos (1974); Atas da Assembleia Geral (1966-1990); Atas da Direção (1973-2013); Atas do Conselho Fiscal (1939-1979); Relatório e Contas (1964-2006); Relação dos Presidentes da Associação (1934-1970); Registo de correspondência expedida (1976-1993); Correspondência recebida (1936-2001); Copiador da correspondência expedida (1958-1989); Registo de sócios (1980-2000); Procedimento disciplinar (1979-2000); Atividades culturais e desportivas (1948-1995); Programas e panfletos (1950-1996); Fotografias (1950-1990); Recortes de imprensa (1951-2005); Celebração de Protocolo entre a Câmara Municipal de Cascais e o Grupo de Instrução Popular da Amoreira para a Criação de Bibliotecas Piloto (1983-1990); Projeto da Associação de Coletividades do concelho de Cascais (1990); Modelos de impressos (1960-1970); Oferta de sócio (1985); Registo de receita (1982-2005); Registo de despesa (1982-2007); Registo de caixa (1974-1983); Registo de compras (1975); Registo de conta corrente (1978-1980); Livro Razão (1982); Balancetes (1958-1987); Receita e despesa de iniciativas (1979-1980); Controlo de quotização (1974-1985); Título de empréstimo para financiamento de obras (1970-1980); Documentos bancários (1979-1993); Documentos de despesa (1958-1979); Folhas de caixa (1978-2007); Contratos de exploração e inventários do bar (1966-1978); Obras na sede (1980-1986); Aquisição de viatura (1993) e Hemeroteca (1981-1993)

CONDIÇÕES DE ACESSO: Restrições: Cf. Decreto-Lei 16/93 de 23 de janeiro, Art.º 17.º, n.ºs 2 e 3. Diário da República, I Série A. 19 (1993-01-23) 264-270. Regime geral de arquivos e do património arquivístico

INSTRUMENTOS DE DESCRIÇÃO: Inventário on-line

NOTAS: O fundo encontra-se acondicionado em 15 cx. e 10 lv.

REGRAS OU CONVENÇÕES: DIREÇÃO GERAL DE ARQUIVOS; PROGRAMA DE NORMALIZAÇÃO DA DESCRIÇÃO EM ARQUIVO; GRUPO DE TRABALHO DE NORMALIZAÇÃO DA DESCRIÇÃO EM ARQUIVO - *Orientações para a descrição arquivística*. 2.º v. Lisboa: DGARQ, 2007. ISBN 978-972-8107-91-8

DATA DA DESCRIÇÃO: 2015-06-01



Prova de Ciclismo organizada pelo Grupo Musical e de Desportivo de Trajouce [AHMCSC/AASS/GMDT]

CÓDIGO DE REFERÊNCIA: PT/CMCSC-AHMCSC/AASS/GMDT

TÍTULO: Grupo Musical e Desportivo 9 de Abril de Trajouce

DATAS: 1970 | 2006-05-07

NÍVEL DE DESCRIÇÃO: Fundo

EXTENSÃO/DIMENSÃO: 0,33 m.l. – 14 lv. e 7 pt.

SUPORTE: Papel

NOME DO PRODUTOR: Grupo Musical e Desportivo 9 de Abril de Trajouce

HISTÓRIA ADMINISTRATIVA: O Grupo Musical e Desportivo 9 de Abril de Trajouce é uma coletividade de cultura e recreio que deve a sua existência ao propósito do ensino e da beneficência. Foi fundado em 1931-04-09 com o nome Grupo Musical 9 de Abril, em homenagem à bravura demonstrada pelos soldados do 13º Batalhão de Infantaria, comandado pelo Capitão Bento Roma, na batalha de Lacouture (La Lys), durante a Primeira Guerra Mundial. Inicialmente sediado em casa de Joaquim Lopes da Silva, veio, depois, a instalar-se num edifício alugado a Joaquim Filipe Moreira por 50\$00 mensais. Em 1969-10, a associação encetou negociações com a autarquia para a utilização de terrenos anexos à sede, que já se encontrava muito degradada, para aí poder construir um novo edifício. Em 1987-04-09 o Grupo passou a designar-se por Grupo Musical e Desportivo 9 de Abril de Trajouce, na sequência da fusão com a União Desportiva Recreativa e Cultural de Trajouce, aprovando novos estatutos em que definiu como objetivos «a promoção cultural dos sócios, através da educação cultural, física e desportiva e a ação recreativa, visando a sua formação humana integral». Ao longo da década de 1980 o grupo promoveu sessões de cinema semanais e bailes mensais animados pelo seu conjunto musical, para além de organizar as tradicionais marchas anuais pela Páscoa e Pascoela e espetáculos do seu Grupo Folclórico. Para

além do futebol, divulgaria o atletismo, a ginástica, o hóquei em campo, o cicloturismo e o karaté, para além dos espetáculos do grupo de teatro amador

HISTÓRIA CUSTODIAL E ARQUIVÍSTICA: O fundo foi depositado pelo Grupo Musical e Desportivo 9 de Abril de Trajouce, na sequência de contrato estabelecido com a Câmara Municipal de Cascais, através do AHMCSC, ao abrigo do Programa de Recuperação de Arquivos e Documentos de Interesse Municipal (PRADIM)

FONTE IMEDIATA DE AQUISIÇÃO OU TRANSFERÊNCIA: Depósito aprovado em sessão da Câmara Municipal de Cascais, em 2014-12-15

ÂMBITO E CONTEÚDO: A documentação reflete a atividade do Grupo Musical e Desportivo 9 de Abril de Trajouce no domínio das funções definidas por estatutos

SISTEMA DE ORGANIZAÇÃO: O fundo é constituído por 3 secções: Constituição e Órgãos; Secretaria e Arquivo e Gestão Financeira e Patrimonial; e por 12 séries: Estatutos (1978-1987); Atas da Assembleia Geral (1979-2006); Atas de Direção (1980-1999); Correspondência recebida (1978-1981); Copiador de correspondência expedida (1986); Ficha de inscrição de sócios (1970-1980); Registo de ocorrências e disciplinar de sócios (1973-1982); Atividades desportivas (1978-1980); Balancetes (1975-1993); Registo de receita e despesa do bar (1982-1991); Controlo de quotização (1994-2000) e Inventários (1977-2000)

CONDIÇÕES DE ACESSO: Restrições: Cf. Decreto-Lei 16/93 de 23 de janeiro, Art.º 17.º, n.ºs 2 e 3. Diário da República, I Série A. 19 (1993-01-23) 264-270. Regime geral de arquivos e do património arquivístico

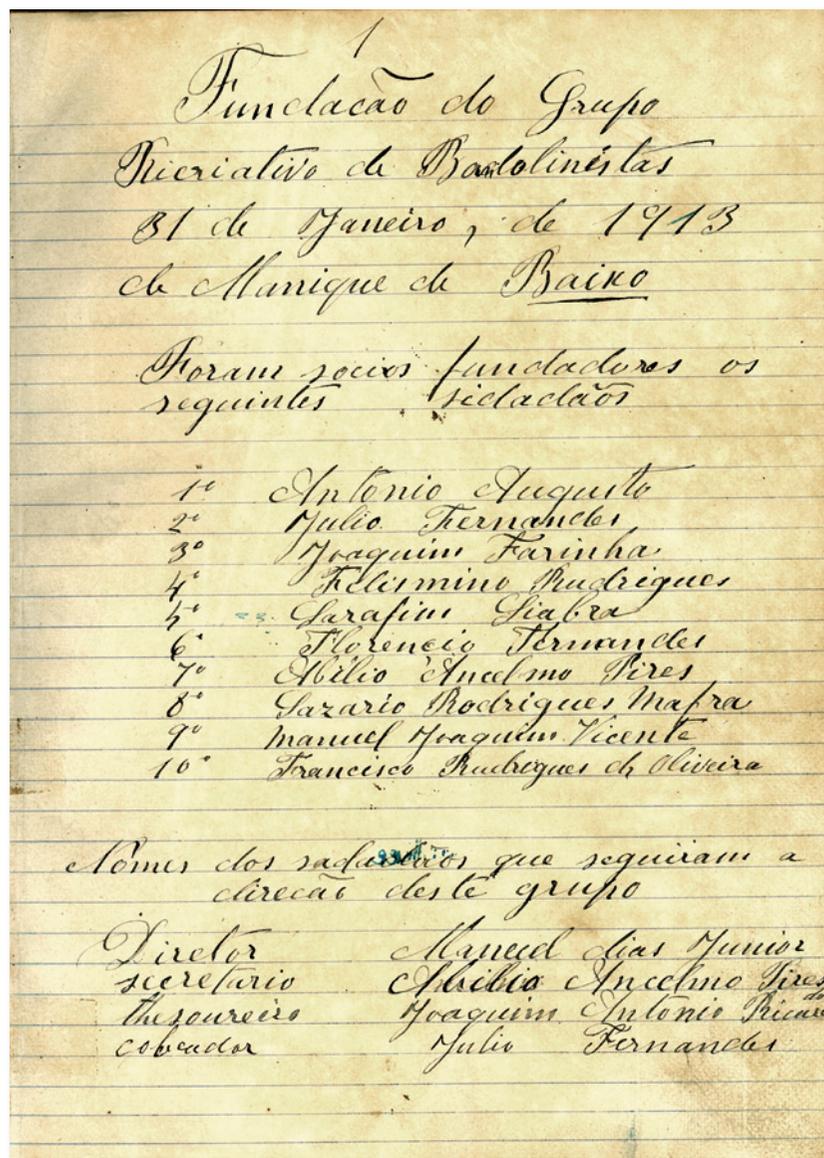
INSTRUMENTOS DE DESCRIÇÃO: Inventário on-line

NOTAS: O fundo encontra-se acondicionado em 3 cx.

REGRAS OU CONVENÇÕES: DIREÇÃO GERAL DE ARQUIVOS; PROGRAMA DE NORMALIZAÇÃO DA DESCRIÇÃO EM ARQUIVO; GRUPO DE TRABALHO DE NORMALIZAÇÃO DA DESCRIÇÃO EM ARQUIVO - Orientações para a descrição arquivística. 2.º v. Lisboa: DGARQ, 2007. ISBN 978-972-8107-91-8

DATA DA DESCRIÇÃO: 2016-06-01

GRUPO MUSICAL E DESPORTIVO 31 DE JANEIRO DE MANIQUE DE BAIXO **REVISTO**



Lista de sócios fundadores do Grupo Recreativo de Bandolinistas 31 de Janeiro de Manique de Baixo, em 1913 [PT/CMCSC-AHMCSC/AASS/GMMB]

CÓDIGO DE REFERÊNCIA: PT/CMCSC-AHMCSC/AASS/GMMB

TÍTULO: Grupo Musical e Desportivo 31 de Janeiro de Manique de Baixo

DATAS: 1913-01-31 | 2013

NÍVEL DE DESCRIÇÃO: Fundo

EXTENSÃO/DIMENSÃO: 0,33 m. l. – 2 lv. e 3 pt.

SUPORTE: Papel

NOME DO PRODUTOR: Grupo Musical e Desportivo 31 de Janeiro de Manique de Baixo

HISTÓRIA ADMINISTRATIVA: O Grupo Musical e Desportivo 31 de Janeiro de Manique de Baixo teve origem no Grupo Recreativo de Bandolinistas 31 de Janeiro de 1913, fundado nessa data, em homenagem aos homens da intentona republicana que a 1891-01-31 tentou derrubar a monarquia, no Porto. Foram seus fundadores António Augusto, Júlio Fernandes, Joaquim Farinha, Felismino Rodrigues, Serafim Seabra, Florêncio Fernandes, Abílio Anselmo Pires, Lázaro Rodrigues Mafra, Manuel Joaquim Vicente e Francisco Rodrigues de Oliveira, sabendo-se que, de acordo com o regulamento mais antigo que se conhece, tinha por objetivo «abrilhantar esta localidade com a sua modesta existência», por meio da promoção de dois bailes mensais. Na década de 1930, passou a designar-se Grupo Musical de Beneficência 31 de Janeiro de Manique de Baixo, até que, trinta anos depois, mudou o nome para Grupo Musical 31 de Janeiro de Manique de Baixo. Em 1976-02-20 fundiu-se com o Grupo Desportivo de Manique de Baixo, fundado em 1945-05-01, passando, então, a apelar-se Grupo Musical e Desportivo 31 de Janeiro de Manique de Baixo, com o fim de promover atividades desportivas e culturais, entre as

quais se destacam as tradicionais Festas de Nossa Senhora das Neves de Manique de Baixo, que em outubro animam as ruas da localidade

HISTÓRIA CUSTODIAL E ARQUIVÍSTICA: O fundo foi depositado pelo Grupo Musical e Desportivo 31 de Janeiro de Manique de Baixo, na sequência de contrato estabelecido com a Câmara Municipal de Cascais, através do AHMC, ao abrigo do Programa de Recuperação de Arquivos e Documentos de Interesse Municipal (PRADIM)

FONTE IMEDIATA DE AQUISIÇÃO OU TRANSFERÊNCIA: Depósito aprovado em sessão da Câmara Municipal de Cascais, em 2013-12-18

ÂMBITO E CONTEÚDO: A documentação reflete a atividade do Grupo Musical e Desportivo 31 de Janeiro de Manique de Baixo no domínio das funções definidas por estatutos

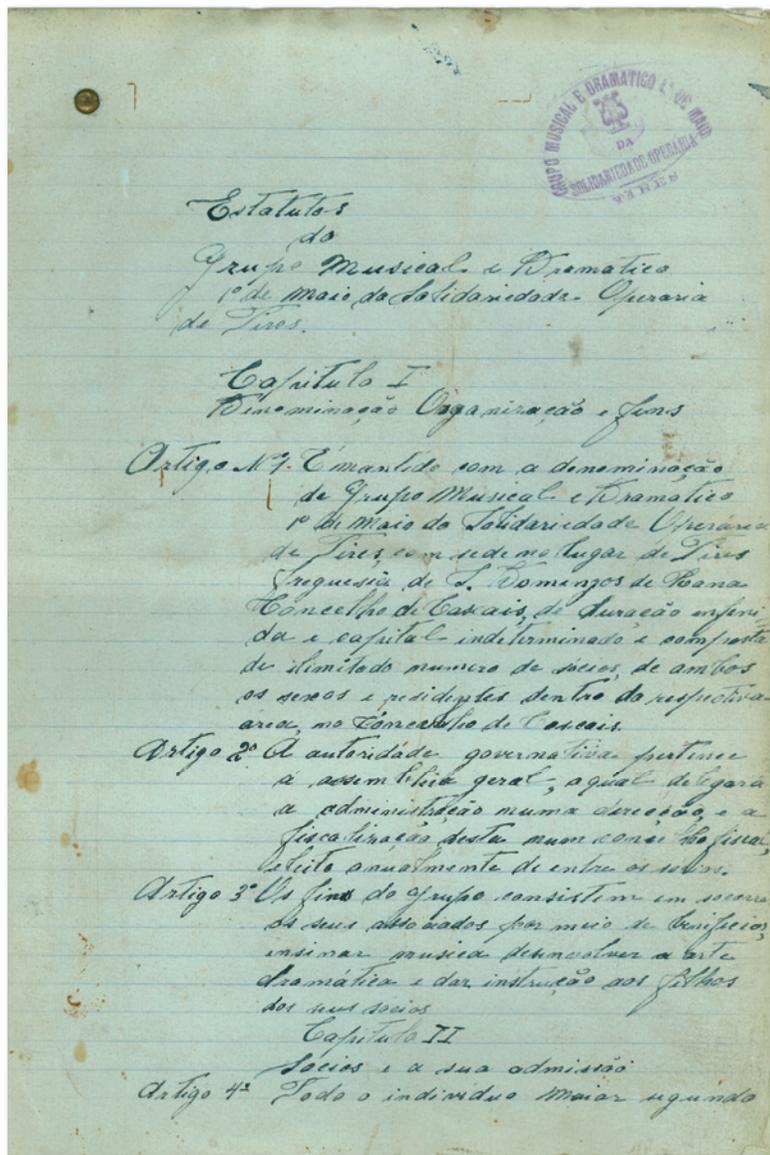
SISTEMA DE ORGANIZAÇÃO: O fundo é constituído por 3 séries: Registo de sócios, atas de sessões e autos de posse da Direção; Copiador de correspondência expedida, Balancetes, Regulamento e Inventário (1913-1933); Correspondência recebida (1934-1980) e Convites e recortes de imprensa (1998-2012)

CONDIÇÕES DE ACESSO: Restrições: Cf. Decreto-Lei 16/93 de 23 de janeiro, Art.º 17.º, n.ºs 2 e 3. Diário da República, I Série A. 19 (1993-01-23) 264-270. Regime geral de arquivos e do património arquivístico

INSTRUMENTOS DE DESCRIÇÃO: Inventário on-line

NOTAS: O fundo encontra-se acondicionado em 3 cx.

DATA DA DESCRIÇÃO: 2014-05-26



Estatutos do Grupo Musical e Dramático 1º de Maio da Solidariedade Operária de Tires, 1935-09-28 [PT/CMCCSC-AHMCSC/AASS/GRDT]

CÓDIGO DE REFERÊNCIA: PT/CMCSC-AHMCSC/AASS/GRDT

TÍTULO: Grupo Recreativo e Dramático 1.º de Maio de Tires

DATAS: 1918-01 | 2009-03-16

NÍVEL DE DESCRIÇÃO: Fundo

EXTENSÃO/DIMENSÃO: 1,21 m. l. – 23 lv. e 15 pt.

SUPORTE: Papel

NOME DO PRODUTOR: Grupo Recreativo e Dramático 1.º de Maio de Tires

HISTÓRIA ADMINISTRATIVA: O Grupo Musical e Dramático 1º de Maio de Solidariedade Operária Tires foi fundado em 1919-05-01, com o objetivo de promover atividades recreativas, culturais e desportivas, passando a designar-se, em 1964, por Grupo Recreativo e Dramático 1º de Maio de Tires. A sua sede viria a ser inaugurada em 1951, dez anos após o início das obras. Tendo por principal atividade a música, que se manteve até à década de 1960 e o teatro amador, até 1983, promoveu, ainda, sessões de cinema, provas de ciclismo e os festejos dos santos populares, sempre com grande adesão por parte da população. Atualmente, a Associação dispõe de um grupo de danças de salão, de um grupo etnográfico e de um grupo coral para adultos

HISTÓRIA CUSTODIAL E ARQUIVÍSTICA: O fundo foi depositado pelo Grupo Recreativo e Dramático 1.º de Maio de Tires, na sequência de contrato estabelecido com a Câmara Municipal de Cascais, através do AHMC, ao abrigo do Programa de Recuperação de Arquivos e Documentos de Interesse Municipal (PRADIM)

FONTE IMEDIATA DE AQUISIÇÃO OU TRANSFERÊNCIA: Depósito aprovado em sessão da Câmara Municipal de Cascais, em 2014-05-12

ÂMBITO E CONTEÚDO: A documentação reflete a atividade do Grupo Recreativo e Dramático 1.º de Maio de Tires e da Caixa de Auxílio na Doença dos Operários da Construção Civil de Tires e Arredores no domínio das funções definidas por estatutos

SISTEMA DE ORGANIZAÇÃO: O fundo é constituído por 3 secções: Regulamentação e Órgãos; Secretaria e Arquivo e Gestão Financeira e Patrimonial; e por 14 séries: Estatutos (1935); Atas da Assembleia Geral (1920-2001); Atas da Direção (1953-1966); Registo de presenças na Assembleia Geral (1923-1956); Relatórios da Direção (1970-1971); Correspondência recebida e expedida (1919-1979); Registo de sócios (1919-1999); Atividades culturais e desportivas (1950-2009); Balancetes (1934-1981); Registo de empréstimos (1970-1971); Comissão de fundos de ofertas (1961-1970); Concessão do bar (1973); Registo de movimentos bancários (1935-1963) e Processos de obras (1962-1980). O subfundo (Caixa de Auxílio na Doença dos Operários da Construção Civil de Tires e Arredores) é constituído por 2 secções: Órgãos e Gestão Financeira; e por 11 séries: Atas da Assembleia Geral (1925-1978); Convocatórias da Assembleia Geral (1969); Registo de presenças na Assembleia Geral (1925-1970); Balancetes (1925-1946); Balancete geral de cobrança de assinaturas da Comissão (1943-1962); Inscrição de sócios e registo de pagamentos (1925-1949); Registo de cobrança de quotas (1938-1969); Registo de inscrição de sócios e descarga de quotas (1925-1969); Cartão de sócio, vinhetas e verbete de descarga de quotas (1969); Registo de despesas de tesouraria (1937-1968) e Documentos bibliográficos (1918-1955)

CONDIÇÕES DE ACESSO: Restrições: Cf. Decreto-Lei 16/93 de 23 de janeiro, Art.º 17.º, n.ºs 2 e 3. Diário da República, I Série A. 19 (1993-01-23) 264-270. Regime geral de arquivos e do património arquivístico

INSTRUMENTOS DE DESCRIÇÃO: Inventário on-line

NOTAS: O fundo encontra-se acondicionado em 11 cx.

REGRAS OU CONVENÇÕES: DIREÇÃO GERAL DE ARQUIVOS; PROGRAMA DE NORMALIZAÇÃO DA DESCRIÇÃO EM ARQUIVO; GRUPO DE TRABALHO DE NORMALIZAÇÃO DA DESCRIÇÃO EM ARQUIVO - *Orientações para a descrição arquivística*. 2.º v. Lisboa: DGARQ, 2007. ISBN 978-972-8107-91-8

DATA DA DESCRIÇÃO: 2015-06-01

12
 Acto da Fundação
 do Grupo Musical e Familiar de
 Murches

Nas vinte e duas do mez de Dezembro
 de mil e novecentos e trinta e sete,
 reuniram-se vinte e dois individuos de sexo
 masculino que fizeram a resoluçãõ para
 organizar um grupo no lugar de
 Murches que lhe deram o nome
 de Grupo Musical e Familiar de
 Murches, entrando na ordem da
 organizaçãõ foi nomeado um
 Direcçãõ que foi composta pelos sr. Sr.
 Presidente Belchior das Santos secretario
 Augusto das Reis Sobrinho Tesoureiro
 Cipriano das Reis Cayado que foi
 aprovada por unanimidade foi tambem nome
 ado para fazer a cobranca do Grupo o
 Sr. Quintino Gonçalves entrando-se
 na decisãõ, da cota foi arbitrado que
 todo saio pagasse a quantia de

Ata de reunião da Assembleia Geral do Grupo Recreativo e Familiar de Murches, 1937-12-20 [AHMCSC/AASS/GRFM]

CÓDIGO DE REFERÊNCIA: PT/CMCSC-AHMCSC/AASS/GRFM

TÍTULO: Grupo Recreativo e Familiar de Murches

DATAS: 1937-12-20 | 2015-01-01

NÍVEL DE DESCRIÇÃO: Fundo

EXTENSÃO/DIMENSÃO: 0,33 m.l. – 12 lv. e 7 pt.

SUPORTE: Papel

NOME DO PRODUTOR: Grupo Recreativo e Familiar de Murches

HISTÓRIA ADMINISTRATIVA: Em 1937-12-20, vários músicos que se reuniam periodicamente na Aldeia de Juso fundaram o Grupo Musical e Familiar de Murches, com o objetivo de criar uma banda musical. Viria, depois, a alterar o seu nome para Grupo Recreativo e Familiar de Murches, aquando do seu ingresso na Associação de Cultura e Recreio de Lisboa. Para além dos bailes que promoveu desde o início da sua atividade, contou, na década de 1940, com uma banda de música composta por 16 elementos. Nas décadas de 1980 e 1990 participou em várias atividades municipais, tais como as marchas populares e o Carnaval de Cascais. Em 2009-07-30, a associação e a Câmara Municipal de Cascais assinaram um contrato-programa que visava a construção de um pavilhão desportivo para a coletividade, localizado junto à Escola do 1º Ciclo, em terreno cedido pela autarquia. Este equipamento seria inaugurado em 2013-09-15, tendo, desde então, participado ativamente na promoção de modalidades como o hóquei em patins, futsal, basquetebol, patinagem artística, karaté, voleibol, ginástica de manutenção e danças de salão

HISTÓRIA CUSTODIAL E ARQUIVÍSTICA: O fundo foi depositado pelo Grupo Recreativo e Familiar de Murches, na sequência

de contrato estabelecido com a Câmara Municipal de Cascais, através do AHMCSC, ao abrigo do Programa de Recuperação de Arquivos e Documentos de Interesse Municipal (PRADIM)

FONTE IMEDIATA DE AQUISIÇÃO OU TRANSFERÊNCIA: Depósito aprovado em sessão da Câmara Municipal de Cascais, em 2015-06-22

ÂMBITO E CONTEÚDO: A documentação reflete a atividade do Grupo Recreativo e Familiar de Murches no domínio das funções definidas por estatutos

SISTEMA DE ORGANIZAÇÃO: O fundo é constituído por 3 secções: Regulamentação e Órgãos; Secretaria e Arquivo e Gestão Financeira e Patrimonial; e por 12 séries: Estatutos (1937-1938); Atas da Assembleia Geral (1937-1981); Atas da Direção (1973-1996); Correspondência recebida (2003-2004); Registo de sócios (1970-2015); Recortes de imprensa (1980-1981); Registo de caixa (1938-1967); Registo de receita (1975-2007); Registo de receita do bar (1988-2001); Balancetes (1985-1991); Registo de inventário (1969-2007) e Processo de construção do pavilhão e licenciamento da sede (1983-2007)

CONDIÇÕES DE ACESSO: Restrições: Cf. Decreto-Lei 16/93 de 23 de janeiro, Art.º 17.º, n.ºs 2 e 3. Diário da República, I Série A. 19 (1993-01-23) 264-270. Regime geral de arquivos e do património arquivístico

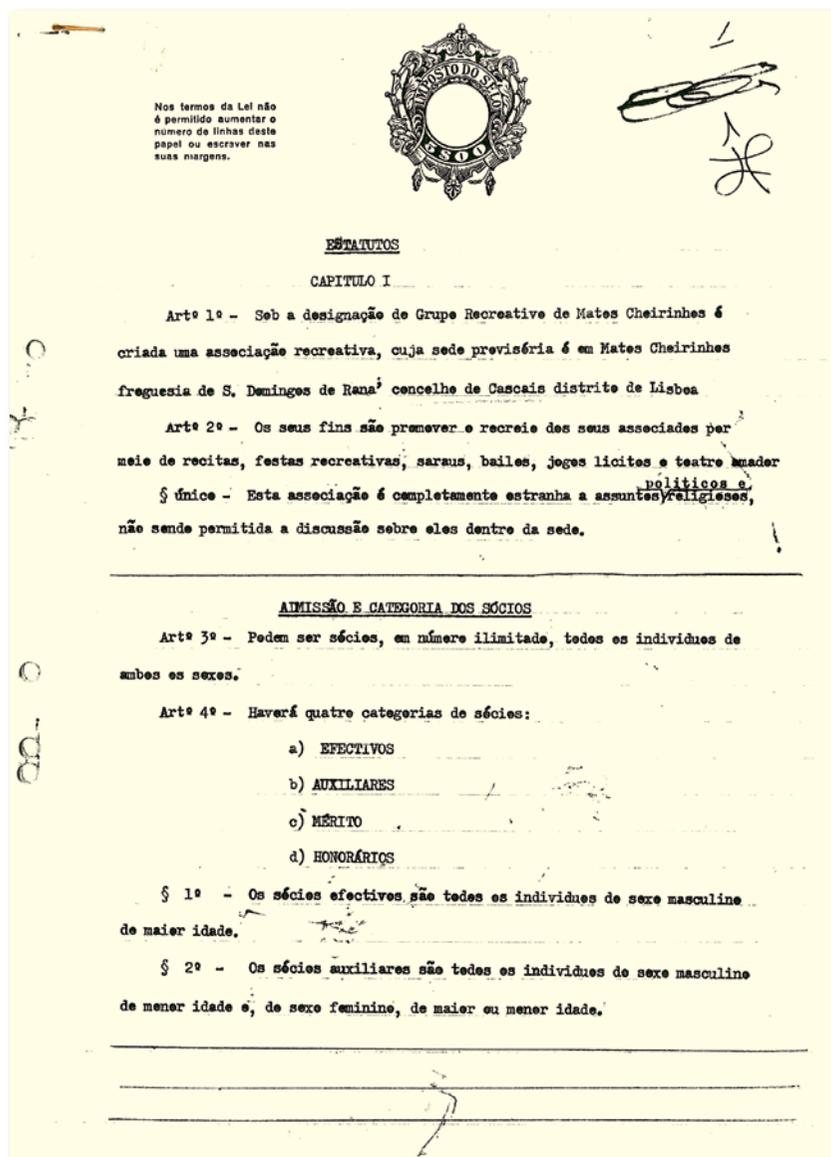
INSTRUMENTOS DE DESCRIÇÃO: Inventário on-line

NOTAS: O fundo encontra-se acondicionado em 3 cx.

REGRAS OU CONVENÇÕES: DIREÇÃO GERAL DE ARQUIVOS; PROGRAMA DE NORMALIZAÇÃO DA DESCRIÇÃO EM ARQUIVO; GRUPO DE TRABALHO DE NORMALIZAÇÃO DA DESCRIÇÃO EM ARQUIVO - Orientações para a descrição arquivística. 2.º v. Lisboa: DGARQ, 2007. ISBN 978-972-8107-91-8

DATA DA DESCRIÇÃO: 2016-06-01

GRUPO RECREATIVO MATOS-CHEIRINHOS



Estatutos do Grupo Recreativo Matos-Cheirinhos, 1962

[PT/CMCSC-AHMCSC/AASS/GRMC]

CÓDIGO DE REFERÊNCIA: PT/CMCSC-AHMCSC/AASS/GRMC

TÍTULO: Grupo Recreativo Matos-Cheirinhos

DATAS: 1962-04-03 | 2013-04-23

NÍVEL DE DESCRIÇÃO: Fundo

EXTENSÃO/DIMENSÃO: 0,335 m. l. – 3 cx. e 1 CD

SUPORTE: Papel e digital

NOME DO PRODUTOR: Grupo Recreativo Matos-Cheirinhos

HISTÓRIA ADMINISTRATIVA: O Grupo Recreativo Matos-Cheirinhos foi fundado por sócios do Grupo Musical e Dramático 1.º de Maio da Solidariedade Operária de Tires que, residindo em Matos-Cheirinhos, desejavam constituir uma associação na localidade. Após algumas reuniões preparatórias, organizadas em 1960 a 1962, por Augusto Catana Mendonça e Raul Moreira Sabido, o Grupo Recreativo de Matos-Cheirinhos seria definitivamente fundado em 1962-04-19, com a participação de António Maria Marques, Artur Moreira Sabido, Carlos Moreira da Costa, Delfim dos Santos Sabido, Germano Galvão Duarte, José Eduardo Dias Pereira, José Luís Sabido, Jaime da Fonseca Paiva, Otílio Joaquim, Raul Moreira Sabido, Sesinando Tomé Sabido, Teodoro Júlio e Valdir dos Anjos. Tendo definido nos seus estatutos, como objeto social, a atividade cultural, desportiva e recreativa, aquando da sua fundação, as atividades desenvolviam-se numa sede provisória - um pequeno telheiro - oferecido, a título temporário e sem qualquer contrapartida financeira, por Delfim Sabido. Entre as atividades que desde então desenvolveu, destacou-se o teatro amador, que exibiu ininterruptamente, durante doze anos - apesar das dificuldades na realização de ensaios e estreias, impostas pelas deficientes condições da

sede provisória - dezenas de peças de teatro, nos palcos de outras sociedades congéneres, em Cascais e nos concelhos de Sintra e Oeiras. A partir de 1967, já na nova sede construída num terreno cedido pela Câmara Municipal de Cascais, o Grupo continuou a promover atividades de cariz recreativo, cultural e desportivo, tornando-se, mesmo, numa referência na área do ciclismo. Na verdade, a sua escola tem, ao longo dos anos, contribuído para a formação de gerações de atletas que se destacaram no panorama desportivo nacional e internacional

HISTÓRIA CUSTODIAL E ARQUIVÍSTICA: O fundo foi depositado pelo Grupo Recreativo de Matos-Cheirinhos em 2013-09-02, na sequência de contrato estabelecido com a Câmara Municipal de Cascais, através do AHMC, ao abrigo do Programa de Recuperação de Arquivos e Documentos de Interesse Municipal (PRADIM)

FONTE IMEDIATA DE AQUISIÇÃO OU TRANSFERÊNCIA: Depósito aprovado em sessão da Câmara Municipal de Cascais, em 2013-09-02

ÂMBITO E CONTEÚDO: : A documentação reflete a atividade do Grupo Recreativo Matos-Cheirinhos no domínio das funções definidas por estatutos

SISTEMA DE ORGANIZAÇÃO: O fundo é constituído por 3 secções: Regulamentação e Constituição; Secretaria e Arquivo e Gestão de Património; e por 13 séries: Estatutos (1962-1989); Regulamentos (1989); Hino (2012); Presenças em Assembleias Gerais (1962-2013); Atas de Assembleia Geral (1962-2013); Atas de Direção (1985-1998); Propostas de sócios (1981-1999); Registo e controlo de sócios (1984-1993); Fotografias (1980-2010); Recortes de Imprensa (1990-2012); Boletim Informativo (1995); Peças de Teatro (1963-1974) e Escrituras (1962-2009)

CONDIÇÕES DE ACESSO: Restrições: Cf. Decreto-Lei 16/93 de 23 de janeiro, Art.º 17.º, n.ºs 2 e 3. Diário da República, I Série A. 19 (1993-01-23) 264-270. Regime geral de arquivos e do património arquivístico

INSTRUMENTOS DE DESCRIÇÃO: Inventário on-line

NOTAS: O fundo encontra-se acondicionado em 3 cx. e 1 CD.

DATA DA DESCRIÇÃO: 2014-05-26



Equipa de futebol do Grupo Sportivo de Carcavelos, 1924

[AHMCSC/AASS/GSC]

CÓDIGO DE REFERÊNCIA: PT/CMCSC-AHMCSC/AASS/GSC

TÍTULO: Grupo Sportivo de Carcavelos

DATAS: 1922-01-18 | 2005-06-20

NÍVEL DE DESCRIÇÃO: Fundo

EXTENSÃO/DIMENSÃO: 0,55 m.l. – 18 lv. e 6 pt.

SUPORTE: Papel

NOME DO PRODUTOR: Grupo Sportivo de Carcavelos

HISTÓRIA ADMINISTRATIVA: A história do Grupo Sportivo de Carcavelos, oficialmente fundado em 1921-03-05, encontra as suas raízes no final da primeira década do século XX, quando Aníbal Firmino da Silva, filho do caseiro da Quinta da Alagoa, recebeu uma bicicleta como prémio numa quermesse, com a qual começou a treinar regularmente. Foi nessa altura que Eduardo e José Martins, irmãos apaixonados pelo desporto e importadores do modelo de bicicleta francês Olympique, convenceram Joaquim António Pinto e José Coelho a formar na localidade um clube dedicado ao ciclismo, para que Aníbal Firmino da Silva pudesse levar mais longe o seu talento para a modalidade. O grupo escolheria o seu nome inspirando-se no "Sports", um dos mais populares jornais desportivos da época. O símbolo adotado foi, naturalmente, uma roda, optando-se, ainda, pelas cores verde e branca. A associação começou a funcionar numa oficina defronte da farmácia de Carcavelos, cedo angariando novos associados, que formariam equipa com Firmino da Silva, como José Sequeira Júnior, António Cristiano e António Augusto de Carvalho, que venceu a I Volta a Portugal em Bicicleta em 1927-05-15. Na sequência da sua participação na V Volta a Portugal, os membros desta equipa ficariam conhecidos como os «açambarcadores de troféus», devido aos

muitos prémios que foram conquistando. Aníbal Firmino da Silva manter-se-ia sempre no clube, vencendo o Campeonato de Portugal por três anos consecutivos e afirmando-se como recordista da Volta a Lisboa. A época de ouro do ciclismo carcavelense terminaria, contudo, em 1964. A secção de futebol do grupo foi criada em 1923, cedo rivalizando com as suas congéneres de Oeiras, Cascais e Parede. Em 1928-11-07 filiou-se na Associação de Futebol de Lisboa, somando vitórias ao longo das décadas de 1930 e 1940, quando já treinava nos campos da Quinta Nova de Santo António, onde veio a receber um terreno ao lado do campo relvado, que ainda hoje utiliza. Na década de 1980 formou-se uma equipa de futebol feminino, que ganharia o I Torneio Internacional em 1983, mas que acabou por ser extinta em 1992. Em 1994, os seniores chegaram à 1.ª Divisão Distrital e em 1995 sagraram-se novamente campeões da 1.ª Divisão da Associação de Futebol de Lisboa. O Grupo veio a fomentar a prática do atletismo e do pingue-pongue nas décadas de 1920 e 1930, respetivamente, ainda que outras atividades comesçassem também a ganhar protagonismo: o grupo de teatro e a secção de música que esteve na base da Orquestra Solmar, presente em muitos serões e espetáculos até à sua extinção em 1960. Raul Manuel Correia Dinis, um dos maiores vultos do halterofilismo português, começou a sua carreira nesta associação no final da década de 1960, onde veio a formar uma secção dedicada à modalidade, que também integrou, sob a orientação de Ernesto Sales, antiga glória deste desporto. De 1970 a 1990, Raul Dinis foi recordista nacional, participando em 10 campeonatos da Europa e nos Jogos Olímpicos de Munique e de Los Angeles. Chegou, mesmo, a ser o n.º 5 do ranking mundial. Na década de 1950 nasceu a secção de ginástica, que se instalou no salão polivalente da associação. O ténis transformar-se-ia, depois, numa das mais dinâmicas secções deste grupo, sendo praticado no Parque da Quinta da Alagoa, em Carcavelos, onde possui dois courts. Atualmente a associação oferece, ainda, a frequência de aulas de taekwondo

e de ginástica. A sua sede foi transferida para a Rua Capitão Plácido de Abreu, em 1935/1936, onde continua a funcionar

HISTÓRIA CUSTODIAL E ARQUIVÍSTICA: O fundo foi depositado pelo Grupo de Solidariedade Musical e O fundo foi depositado pelo Grupo Sportivo de Carcavelos, na sequência de contrato estabelecido com a Câmara Municipal de Cascais, através do AHMCSC, ao abrigo do Programa de Recuperação de Arquivos e Documentos de Interesse Municipal (PRADIM)

FONTE IMEDIATA DE AQUISIÇÃO OU TRANSFERÊNCIA: Depósito aprovado em sessão da Câmara Municipal de Cascais, em 2015-11-23

ÂMBITO E CONTEÚDO: A documentação reflete a atividade do Grupo Sportivo de Carcavelos no domínio das funções definidas por estatutos

SISTEMA DE ORGANIZAÇÃO: O fundo é constituído por 2 secções: Órgãos e Secretaria e Arquivo e por 9 séries: Atas da Assembleia Geral (1922-2000); Atas da Direção (1944-2005); Autos de posse (1936-1974); Registo de presenças na Assembleia Geral (1948-1984); Convocatória da Assembleia Geral (1979-1980); Lista de candidatura aos órgãos dirigentes e programa (1979); Relatório de atividades e contas (1978-1980); Correspondência recebida (1969) e Fotografias (1924-1990)

CONDIÇÕES DE ACESSO: Restrições: Cf. Decreto-Lei 16/93 de 23 de janeiro, Art.º 17.º, n.ºs 2 e 3. Diário da República, I Série A. 19 (1993-01-23) 264-270. Regime geral de arquivos e do património arquivístico

INSTRUMENTOS DE DESCRIÇÃO: Inventário on-line

NOTAS: O fundo encontra-se acondicionado em 5 cx.

REGRAS OU CONVENÇÕES: DIREÇÃO GERAL DE ARQUIVOS;
PROGRAMA DE NORMALIZAÇÃO DA DESCRIÇÃO EM ARQUIVO;
GRUPO DE TRABALHO DE NORMALIZAÇÃO DA DESCRIÇÃO EM
ARQUIVO - Orientações para a descrição arquivística. 2.º v.
Lisboa: DGARQ, 2007. ISBN 978-972-8107-91-8

DATA DA DESCRIÇÃO: 2016-06-01

GRUPO DE SOLIDARIEDADE MUSICAL E DESPORTIVA DE TALAÍDE **NOVO**



Banda do Grupo de Solidariedade Musical e Desportiva de Talaíde, c. 1950
[AHMCSC/AASS/GSMDT]

CÓDIGO DE REFERÊNCIA: PT/CMCSC-AHMCSC/AASS/GSMDT

TÍTULO: Grupo de Solidariedade Musical e Desportiva de Talaíde

DATAS: 1930-04-06 | 2015-03-10

NÍVEL DE DESCRIÇÃO: Fundo

EXTENSÃO/DIMENSÃO: 0,66 m.l. – 18 lv. e 51 pt.

SUPORTE: Papel

NOME DO PRODUTOR: Grupo de Solidariedade Musical e Desportiva de Talaíde

HISTÓRIA ADMINISTRATIVA: Em 1930-04-20 Domingos de Andrade, Luís Andrade, Francisco Freire, Júlio Freire, Joaquim Freire, Veríssimo Duarte e António Feliciano fundaram o Grupo de Solidariedade e Instrução de Talaíde, destinado à criação de um posto médico para dar assistência à população local. Tendo iniciado a sua atividade numa casa de Domingos de Andrade, em 1941-07-01 passou a funcionar num celeiro, propriedade de Fernando José de Figueiredo Sabido, que contratualizou o aluguer do espaço por 70\$00 mensais. Na década de 1930 o Grupo criaria o primeiro agrupamento musical: uma Tuna, com 24 instrumentistas de cordas, que nos anos 50 deu lugar às orquestras e grupos de baile e posteriormente aos conjuntos, com especial destaque para "Os Monroes" e "7ª Arte". Em 1948-04-20 a associação recebeu o seu primeiro estandarte. A Assembleia Geral reunida em 1967-06-09 aprovou a alteração do nome da associação para Grupo de Solidariedade Musical e Desportiva de Talaíde, tanto mais que, com a integração do Operário Futebol Clube de Talaíde em 1961, a antiga denominação já não correspondia inteiramente às características do Grupo. Em 1967 seriam aprovados novos estatutos, passando, então, a ter por missão «promover o desenvolvimento e a prática de

todos os desportos em geral, tendentes a concorrer para a educação física dos seus associados, devendo, no entanto, ter sempre em atividade as suas secções de futebol e recreativa». A Escola de Música foi reativada em 1980 e passou a ter a seu cargo a Orquestra Juvenil. Na década de 1980 foi formada a Banda de Música, que tem vindo a participar em concertos, arruadas, marchas populares, encontros de bandas civis de Oeiras e Cascais e nas festas do Bom Jesus dos Navegantes, de Nossa Senhora da Conceição da Abóboda e de Nossa Senhora do Cabo, entre outras. Em tempos chegou a dispor de grupo folclórico. Desde a sua fundação que o grupo está vocacionado para as atividades culturais, especialmente nas áreas da música e da dança, das quais se destacam as desenvolvidas pela banda filarmónica, pela Escola de Música, pela Orquestra Juvenil, para além daquelas que os grupos de danças de salão, hip-hop, jogos tradicionais e de teatro apresentam. As modalidades desportivas praticadas são o futebol, o pólo aquático, a ginástica e o karaté. A associação possui também uma biblioteca. Em 2012, as suas instalações foram reabilitadas com o apoio da Câmara Municipal de Cascais, em 2015-12-30 a autarquia viria a adquirir a sede do Grupo, cujo contrato de cedência foi assinado em 2016-03-12. Desde então, o seu palco recebeu o nome de Efigénio Pedro Freire, diretor da associação por quase cinquenta anos e músico que ali desenvolveu a sua atividade ao longo de seis décadas

HISTÓRIA CUSTODIAL E ARQUIVÍSTICA: O fundo foi depositado pelo Grupo de Solidariedade Musical e Desportiva de Talaíde, na sequência de contrato estabelecido com a Câmara Municipal de Cascais, através do AHMCSC, ao abrigo do Programa de Recuperação de Arquivos e Documentos de Interesse Municipal (PRADIM)

FONTE IMEDIATA DE AQUISIÇÃO OU TRANSFERÊNCIA: Depósito aprovado em sessão da Câmara Municipal de Cascais, em 2014-12-15

ÂMBITO E CONTEÚDO: A documentação reflete a atividade do Grupo de Solidariedade Musical e Desportiva de Talaíde no domínio das funções definidas por estatutos

SISTEMA DE ORGANIZAÇÃO: O fundo é constituído por 3 secções: Constituição e Órgãos; Secretaria e Arquivo e Gestão Financeira e Patrimonial; e por 23 séries: Estatutos (1930-2010); Regulamentos (2000-2010); Atas da Assembleia Geral (1965-1994); Atas da Direção (1963-2003); Presenças, inscrição e intervenções na Assembleia Geral (1972-1997); Convocatória de reunião (1984); Relatório de atividades (1988-2003); Atribuição de estatuto de utilidade pública (2014); Correspondência recebida (1963-2005); Copiador de correspondência expedida (1990-2000); Comunicados aos sócios (1980-1986); Cartões de sócios (1965-2005); Diplomas, certificados e homenagens (1981-2008); Modelos de impressos (1990-2005); Atividades culturais e desportivas (1965-2015); Fotografias (1950-2014); Folhetos, programas e boletins (1976-2011); Recortes de imprensa (1992-2009); Balancetes (1967-1979); Registo de receita e despesa (1989-2001); Registo de cobrança de quotização (1960-1970); Processo de obra (1980-1991) e Apólice de seguro (1973-1974)

CONDIÇÕES DE ACESSO: Restrições: Cf. Decreto-Lei 16/93 de 23 de janeiro, Art.º 17.º, n.ºs 2 e 3. Diário da República, I Série A. 19 (1993-01-23) 264-270. Regime geral de arquivos e do património arquivístico

INSTRUMENTOS DE DESCRIÇÃO: Inventário on-line

NOTAS: O fundo encontra-se acondicionado em 6 cx.

REGRAS OU CONVENÇÕES: DIREÇÃO GERAL DE ARQUIVOS;
PROGRAMA DE NORMALIZAÇÃO DA DESCRIÇÃO EM ARQUIVO;
GRUPO DE TRABALHO DE NORMALIZAÇÃO DA DESCRIÇÃO EM
ARQUIVO - Orientações para a descrição arquivística. 2.º v.
Lisboa: DGARQ, 2007. ISBN 978-972-8107-91-8

DATA DA DESCRIÇÃO: 2016-06-01



Equipa de futebol do Parede Futebol Clube, c. 1940

[AHMCSC/AASS/PFC]

CÓDIGO DE REFERÊNCIA: PT/CMCSC-AHMCSC/AASS/PFC

TÍTULO: Parede Futebol Clube

DATAS: 1928-02-08 | 2015-07-14

NÍVEL DE DESCRIÇÃO: Fundo

EXTENSÃO/DIMENSÃO: 1,58 m.l. – 5 lv. e 15 pt.

SUPORTE: Papel

NOME DO PRODUTOR: Parede Futebol Clube

HISTÓRIA ADMINISTRATIVA: Fundado em 1928-02-08, o Parede Foot-Ball Club, Parede Futebol Clube ou simplesmente PFC teve a primeira reunião oficial em 1928-03-02, na qual foi eleita a sua comissão organizadora, composta por Manuel Campos, Manuel Parente, Alfredo Costeira e Wenceslau B. Guerra e o Presidente, António Inácio Júnior. Nesta altura, o PFC contava já com 65 sócios e reunia-se na Alfaiataria Moderna ou na casa de Manuel Parente, até que em 1929-04-01 estabelecesse a primeira sede na Rua Capitão Leitão. O clube viu nascer o seu primeiro campo de futebol – o Campo do Mato Frade – nos terrenos a norte da quinta da Condessa d'Edla, propriedade de Almirante Nunes da Mata, que os fundadores tiveram de terraplanar. No jogo inaugural, realizado em 1928-04-22, venceria o Oeiras Futebol Clube, participando, em 1930, no Campeonato da Associação de Futebol de Lisboa. A modalidade passou, então, a ser praticada no Campo do Bairro Olival, até que o desenvolvimento urbanístico da Parede obrigasse a nova mudança de instalações, desta vez para um terreno a poente da Quinta do Grandela, onde hoje se situa o bairro de Santa Terezinha. Utilizaria este campo até 1956, vindo, depois, a envidar esforços para jogar em campos emprestados, o que acabaria por conduzir à cessação da atividade da equipa. Para

além da secção de futebol o Clube contou com uma secção de atletismo – que conquistou o primeiro troféu em 1933: a Taça Leite da Mota – assim como uma secção de ciclismo, cuja primeira vitória ocorreu em 1931, no Grande Prémio do Outono, organizado pela Sociedade de Propaganda da Costa do Sol. Ainda assim, sob a égide de Augusto Osório Pereira, a modalidade que mais entusiasmo parece ter suscitado foi o hóquei em patins, que em 1954 passou a constituir uma secção. A primeira taça conquistada nesta modalidade permitiria, desde logo, o ingresso na Divisão de Honra na época de 1949-1950. Em 1954 a equipa venceu o Campeonato Nacional da 2ª Divisão e em 1960 tornou-se campeã nacional. Em 1966 o jogador Manuel Cardoso foi convocado para a Seleção Nacional, vindo, então, Portugal a sagrar-se vice-campeão mundial. Já em 1975, José Carlos Gomes foi campeão europeu de juniores, integrando, depois, a Seleção Nacional de Seniores que venceu o Campeonato do Mundo de 1982. No final da década de 1950, o PFC organizou também uma equipa de futebol de salão. O clube mudar-se-ia para o pavilhão polidesportivo situado na Rua Marquês de Pombal, erguido com a colaboração de algumas entidades oficiais e da população local. Todavia, esta estrutura acabaria por ser demolida, mudando-se o clube, em 2009, para a Escola Secundária Fernando Lopes Graça, com a qual estabeleceu um protocolo de forma a poder usufruir das suas instalações. Atualmente, o Parede Futebol Clube promove sobretudo as modalidades de hóquei em patins, patinagem artística, patinagem de velocidade e taekwondo, estando prevista para breve a criação de uma escola de futsal

HISTÓRIA CUSTODIAL E ARQUIVÍSTICA: O fundo foi depositado pelo Parede Futebol Clube, na sequência de contrato estabelecido com a Câmara Municipal de Cascais, através do AHMCSC, ao abrigo do Programa de Recuperação de Arquivos e Documentos de Interesse Municipal (PRADIM)

FONTE IMEDIATA DE AQUISIÇÃO OU TRANSFERÊNCIA: Depósito aprovado em sessão da Câmara Municipal de Cascais, em 2015-07-20

ÂMBITO E CONTEÚDO: A documentação reflete a atividade do Parede Futebol Clube no domínio das funções definidas por estatutos

SISTEMA DE ORGANIZAÇÃO: O fundo é constituído por 3 secções: Constituição e Regulamentação; Secretaria e Arquivo e Gestão Financeira e Patrimonial e por 14 séries: Atas de reunião de Direção (1973-1982); Estatutos e regulamentos (1995-2010); Registo de presenças na Assembleia Geral (1967-1994); Correspondência recebida (1995-1998); Copiador de correspondência expedida (1995-1997); Registo de sócios (1928-1995); Cartão de sócio (2002-2003); Comemorações (1954); Diplomas (1934-1941); Atividades desportivas (1991-2008); Fotografias (1930-2015); Jornais e recortes de imprensa (1932-1995); Pagamento de subsídios (1995-1996) e Processos de obra particular (1997-2004)

CONDIÇÕES DE ACESSO: Restrições: Cf. Decreto-Lei 16/93 de 23 de janeiro, Art.º 17.º, n.ºs 2 e 3. Diário da República, I Série A. 19 (1993-01-23) 264-270. Regime geral de arquivos e do património arquivístico

INSTRUMENTOS DE DESCRIÇÃO: Inventário on-line

NOTAS: O fundo encontra-se acondicionado em 3 cx. e 13 doc.

REGRAS OU CONVENÇÕES: DIREÇÃO GERAL DE ARQUIVOS; PROGRAMA DE NORMALIZAÇÃO DA DESCRIÇÃO EM ARQUIVO; GRUPO DE TRABALHO DE NORMALIZAÇÃO DA DESCRIÇÃO EM ARQUIVO - Orientações para a descrição arquivística. 2.º v. Lisboa: DGARQ, 2007. ISBN 978-972-8107-91-8

DATA DA DESCRIÇÃO: 2016-06-01



Título de ações da Companhia do Sporting Club de Cascais, 1905-08-01
[PT/CMCSC-AHMCSC/AASS/SCC]

CÓDIGO DE REFERÊNCIA: PT/CMCSC-AHMCSC/AASS/SCC

TÍTULO: Sporting Club de Cascais

DATAS: 1892-08-31 | 1974-10-30

NÍVEL DE DESCRIÇÃO: Fundo

EXTENSÃO/DIMENSÃO: 0,99 m.l. – 33 lv., 15 pt. e 2 doc.

SUPORTE: Papel

NOME DO PRODUTOR: Sporting Club de Cascais

HISTÓRIA ADMINISTRATIVA: O Sporting Club de Cascais foi fundado em 1879-10-15, como sociedade desportiva e recreativa, com acesso por quotas pagas anualmente, dotada de alvará desde 1880-03-18. A instalação do Sporting Club de Cascais nos terrenos da antiga Parada da Cidadela determinou a designação porque passou a ser conhecido: a Parada. Nas palavras de Pedro Falcão, «A Parada, onde se juntava a nobreza, estava para Cascais como o anel de brasão está para quem o trás no dedo». Também Ramalho Ortigão, em 1888-10, anotaria a seu propósito que «o Sporting Club [...] deu ao lugar um arzinho de civilização, que não deixa de surpreender um pouco numa praia nacional. Vários jogos de jardim foram corretamente estabelecidos e são assiduamente frequentados», denunciando a relevância do clube para a história do desporto em Portugal, nomeadamente no que concerne à divulgação do ténis e do futebol. Em 1904-12-31, a Assembleia Geral do clube aprovou por unanimidade a sua conversão em Sociedade Anónima de Responsabilidade Limitada, passando, em 1910-06, a designar-se por Real Sporting Club de Cascais, até que a República conduzisse à excisão da distinção conferida por D. Manuel II. Em 1935-06-

14 a Sociedade foi dissolvida, regressando à designação de Sporting Club de Cascais, enquanto «sociedade desportiva de duração ilimitada [qu]e tem como fim principal promover toda a qualidade de exercícios desportivos, especialmente o jogo de Law-Tennis [sic] e ainda facilitar diversões aos associados dentro ou fora da sede do Club». A sua atividade findaria após a revolução de 1974-04-25

HISTÓRIA CUSTODIAL E ARQUIVÍSTICA: O fundo foi recolhido pela Câmara Municipal de Cascais aquando do encerramento do clube, em cujas instalações funciona atualmente o Museu do Mar – Rei D. Carlos I, sendo, depois, transferido para o AHMCSC

FONTE IMEDIATA DE AQUISIÇÃO OU TRANSFERÊNCIA: Transferência, em 1989.

ÂMBITO E CONTEÚDO: A documentação reflete a atividade do Sporting Club de Cascais no domínio das funções definidas por estatutos

SISTEMA DE ORGANIZAÇÃO: O fundo é constituído por 4 secções: Órgãos do Clube (Assembleia Geral e Direção); Expediente; Contabilidade e Gestão de Sócios e Atividades Desportivas; e por 24 Séries: Atas de sessões da Assembleia Geral (1904-1935); Atas de sessões da Direção (1905-1933); Registo de correspondência recebida (1953-1957); Correspondência recebida (1947-1967); Copiador de correspondência expedida (1948-1967); Copiador de correspondência recebida e expedida (1947-1973); Cartões-de-visita e convites (1948-1966); Impressos, regulamentos e programas (1949-1958); Borrão de receita e despesa (1904-1950); Registo de receita e despesa (1948-1970); Registo diário de receita e despesa (1892-1970); Livro razão (1951-1954); Livro razão auxiliar (1951-1965); Balancete do razão (1953-1969); Registo de

quotizações (1947-1951); Registo de ações (1907-1932); Listagem e certificados de ações (1931-1932); Títulos de ações (1905); Registo de sócios (1904-1924); Índice de sócios (1902-1918); Registo de convidados (1955-1971); Registo de jogadores de ténis (1971-1974); Registo de jogadores de minigolfe (1971-1972) e Recortes de imprensa (1950). Comporta, ainda, Carta relativa a transferência de bens do clube para particular (1973) e Cartão de sócio extraordinário (1900)

CONDIÇÕES DE ACESSO: Restrições: Cf. Decreto-Lei 16/93 de 23 de janeiro, Art.º 17.º, n.ºs 2 e 3. *Diário da República*, I Série A. 19 (1993-01-23) 264-270. Regime geral de arquivos e do património arquivístico

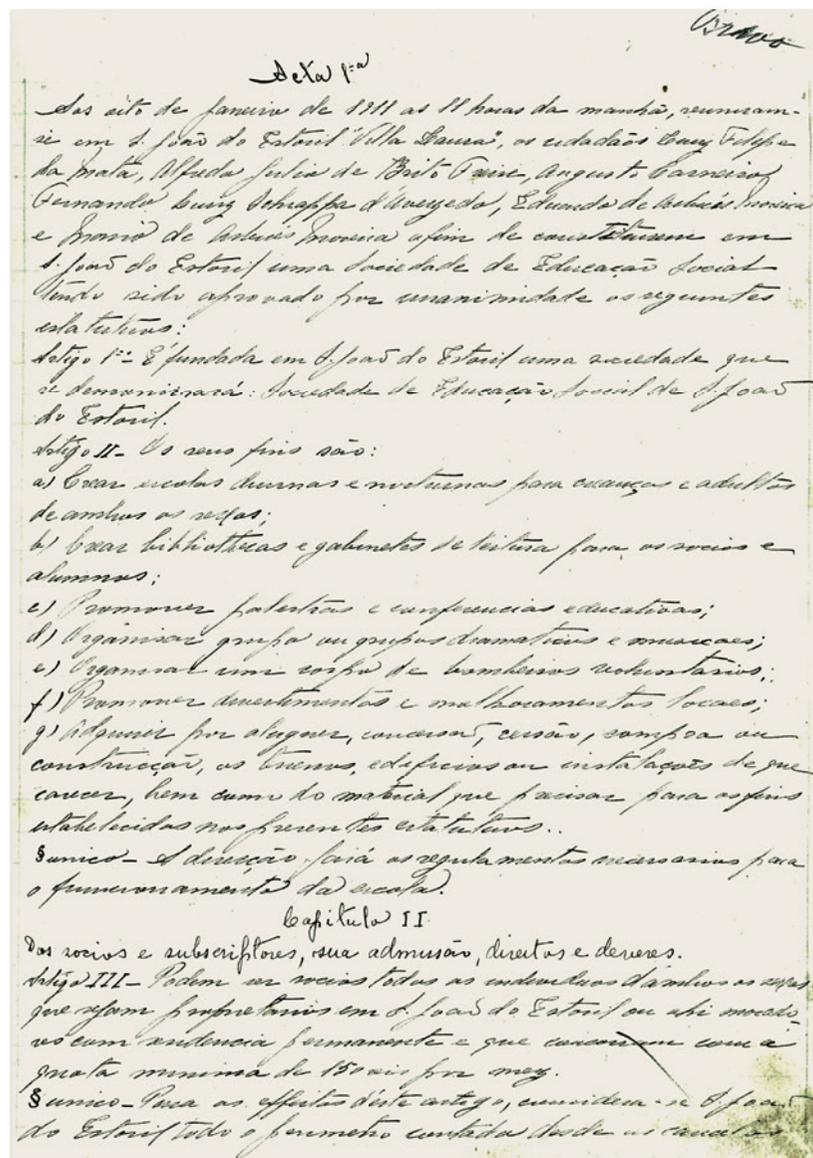
INSTRUMENTOS DE DESCRIÇÃO: Inventário on-line

NOTAS: O fundo encontra-se acondicionado em 9 cx.

REGRAS OU CONVENÇÕES: DIREÇÃO GERAL DE ARQUIVOS; PROGRAMA DE NORMALIZAÇÃO DA DESCRIÇÃO EM ARQUIVO; GRUPO DE TRABALHO DE NORMALIZAÇÃO DA DESCRIÇÃO EM ARQUIVO - *Orientações para a descrição arquivística*. 2.º v. Lisboa: DGARQ, 2007. ISBN 978-972-8107-91-8

DATA DA DESCRIÇÃO: 2013-06-01

SOCIEDADE DE EDUCAÇÃO SOCIAL DE S. JOÃO DO ESTORIL **REVISTO**



Ata de reunião da direção da Sociedade de Educação Social de S. João do Estoril, 1911-11-08 [PT/CMCSC-AHMCSC/AASS/SESJ]

CÓDIGO DE REFERÊNCIA: PT/CMCSC-AHMCSC/AASS/SESJ

TÍTULO: Sociedade de Educação Social de S. João do Estoril

DATAS: 1898-10-22 | 1991-02-01

NÍVEL DE DESCRIÇÃO: Fundo

EXTENSÃO/DIMENSÃO: 5,99 m.l. – 33 lv. e 34 pt.

SUPORTE: Papel

NOME DO PRODUTOR: Sociedade de Educação Social de S. João do Estoril

HISTÓRIA ADMINISTRATIVA: A Sociedade de Educação Social de S. João do Estoril foi fundada em 1911-01-08, poucos meses após a implantação da República, por destacados habitantes locais, como Luís Filipe da Mata, Alfredo Júlio de Brito Freire, Augusto Carneiro, Fernando Luís Schiapa de Azevedo, Eduardo de Arbués Moreira e Mário de Arbués Moreira, para «criar escolas diurnas e noturnas para crianças e adultos de ambos os sexos; criar bibliotecas e gabinetes de leitura para os sócios e alumnos; promover palestras e conferencias educativas; organizar grupo ou grupos dramaticos e musicais; organizar um corpo de Bombeiros Voluntarios; promover divertimentos e melhoramentos locais; [e] adquirir por aluguer, concessão, cessão, compra ou construção dos terrenos, edificios ou instalações de que carecer, bem como o material que precisar para os fins estabelecidos». A sua escola seria inaugurada em 1911-03-12, num dos fortes junto à Praia da Poça, transitando, ainda em 1913, para o chalet Guiomar, nas imediações do Vale de Santa Rita. Não obstante, na sequência da doação de um terreno por Florinda Leal e da obtenção de valiosos donativos por parte de beneméritos locais, a Sociedade de Educação

Social projetou a construção de um novo edifício, apenas inaugurado em 1954, junto à rua que veio a receber o nome da associação. Poucos anos depois, a escola foi rebatizada como Externato Florinda Leal, em homenagem à benfeitora

HISTÓRIA CUSTODIAL E ARQUIVÍSTICA: O fundo foi depositado pela Sociedade de Educação Social de S. João do Estoril, na sequência de contrato estabelecido com a Câmara Municipal de Cascais, através do AHMCSC, ao abrigo do Programa de Recuperação de Arquivos e Documentos de Interesse Municipal (PRADIM)

FONTE IMEDIATA DE AQUISIÇÃO OU TRANSFERÊNCIA: Depósito aprovado em sessão da Câmara Municipal de Cascais, em 2010-05-03

ÂMBITO E CONTEÚDO: A documentação reflete a atividade da Sociedade de Educação Social de S. João do Estoril no domínio das funções definidas por estatutos

SISTEMA DE ORGANIZAÇÃO: O fundo é constituído por 4 secções: Constituição e Regulamentação; Secretaria e Arquivo; Património e Gestão Financeira; e por 35 séries: Regulamentos e estatutos (1911-1983); Atas da Assembleia Geral (1913-1988); Atas da Direção (1911-1985); Atas do Conselho Administrativo (1984-1986); Atas do Conselho Escolar (1987-1989); Termos de posse da Assembleia Geral e da Direção (1913-1941); Convocatórias para a Assembleia Geral (1952-1991); Registo de presenças em Assembleias Gerais (1913-1956); Registo de sócios, subscritores e protetores (1911-1930); Registo de correspondência recebida (1973-1989); Correspondência recebida (1975-1982); Copiadores de correspondência expedida (1920-1989); Correspondência recebida e expedida (1953-1987); Instruções e comunicações internas (1956-1990); Registo de assiduidade do pessoal

(1983-1988); Relatórios de professores (1987-1989); Registo de assiduidade e aproveitamento de alunos (1915-1927); Relações de alunos (1977-1980); Inquéritos a encarregados de educação (1989); Registo de fotocópias e chamadas telefónicas (1987-1991); Assistência técnica a fotocopiadora (1989-1990); Recortes de imprensa (1930-1985); Festas e comemorações de aniversários (1960-1986); Homenagem ao jornal "A Nossa Terra" (1960-1961); Registo de bens imóveis (1898-1959); Processos de obras (1980-1987); Inventário de património móvel (1974); Catálogos de material escolar e didático (1960-1970); Registo de receita e despesa (1911-1986); Registo de receita e despesa de reconstrução da escola (1951-1965); Registo de quotas (1965); Guias de pagamento de IRS (1989-1990); Documentos bancários (1912-1953); Orçamentos (1956-1974) e Requisições de material (1952-1990)

CONDIÇÕES DE ACESSO: Restrições: Cf. Decreto-Lei 16/93 de 23 de janeiro, Art.º 17.º, n.ºs 2 e 3. *Diário da República*, I Série A. 19 (1993-01-23) 264-270. Regime geral de arquivos e do património arquivístico

INSTRUMENTOS DE DESCRIÇÃO: Inventário on-line

NOTAS: O fundo encontra-se acondicionado em 14 cx. e 1 lv.

REGRAS OU CONVENÇÕES: DIREÇÃO GERAL DE ARQUIVOS; PROGRAMA DE NORMALIZAÇÃO DA DESCRIÇÃO EM ARQUIVO; GRUPO DE TRABALHO DE NORMALIZAÇÃO DA DESCRIÇÃO EM ARQUIVO - *Orientações para a descrição arquivística*. 2.º v. Lisboa: DGARQ, 2007. ISBN 978-972-8107-91-8

DATA DA DESCRIÇÃO: 2013-06-01

SOCIEDADE DE INSTRUÇÃO E RECREIO DE JANES E MALVEIRA

REVISTO

25

Marchas

N.º	nomes	Autores	Partitura	Partes
351	Esplanha Flamenga	P.D. Sallas	Partitura	Partes
	Dris. ben-said	" "	Partitura	Partes
352	Escritores e Artistas	Teller	Guião	Partes
	El bitri	elbrougal	Guião	Partes
a	Hacia el triunfo	J. Blanco	Guião	Partes
	El Matador	Marcha Andrieu		Partes
357	Espadarte	" "		Partes
	Talisman	" "		Partes
358	El Hombre Bueno	P.D. P. Garcia	Partitura	Partes
	El Gato elbontez	" J. Fernandez	Guião	Partes
363	Talento	" "	Guião	Partes
	El Portuguésito	P. Calle A. Benjamim	Guião	Partes
364	Geo musical	Marcha P. Ribeiro	Partitura	Partes
	El Capitan	P.D. Araque	Guião	Partes
363	La Terna Para	" F. de Sousa	Guião	Partes
	Estrela do Norte	Marcha P. Lopes	Partitura	Partes
364	Estrelinho	" Soares Jor.	Partitura	Partes
	Bandeira	" Talorda	Partitura	Partes
363	El sol de Sevilla	P.D.	Partitura	Partes
	El Gitano de la Cava	" Alonso	Guião	Partes
364	Trinia	" Quiroga	Guião	Partes
	Echos do lar	" A. da Silva	Partitura	Partes
363	El Florite	" Paans	Guião	Partes
	La ronda des aeroplanes	" "	Partitura	Partes
364	El Negro	P. Calle Tomás Negro	Guião	Partes
	Salero	" Cyriaco	Guião	Partes
363	Clenco gracioso	P.D. Sara e Moura	Partitura	Partes
	Se se é mio	" Oropesa	Partitura	Partes
364	Em Marcha	" J. Lopes	Partitura	Partes
	Aniversário	" "	Partitura	Partes
364	El sitio del Alcazar	Marcha Campina	Guião	Partes
	Hispanica Segunda	Marcha " "	Guião	Partes
	El minho de la palma	" "	Partitura	Partes
	6 duardo VII	" Eilenberg	Partitura	Partes

Registo das obras interpretadas pela Banda Filarmónica da Sociedade de Instrução e Recreio de Janes e Malveira, 1963-1979

[PT/CMCCSC-AHMCSC/AASS/SIJM]

CÓDIGO DE REFERÊNCIA: PT/CMCSC-AHMCSC/AASS/SIJM

TÍTULO: Sociedade de Instrução e Recreio de Janes e Malveira

DATAS: 1918 | 2012-05-11

NÍVEL DE DESCRIÇÃO: Fundo

EXTENSÃO/DIMENSÃO: 9,70 m. l.- 40 lv. e 224 pt.

SUPORTE: Papel

NOME DO PRODUTOR: Sociedade de Instrução e Recreio de Janes e Malveira

HISTÓRIA ADMINISTRATIVA: Em 1938-01-04, um grupo de habitantes de Janes e Malveira da Serra fundou a Sociedade de Instrução e Beneficência de Janes e Malveira, antecessora da Sociedade de Instrução e Recreio de Janes e Malveira. A associação promoveu o ensino da música sob a direção do Maestro Domingos Costa Pinto que, na sequência da aquisição de instrumentos musicais, asseguraria a primeira saída da sua tuna, em 1938-10-29. A primeira pedra da sede foi lançada em 1939-04-06 no lugar do Cancelo, vindo a ser ampliada em 1971-05-10, por meio da construção de um novo edifício, onde continua a desenvolver atividades culturais, na área da música, teatro e dança

HISTÓRIA CUSTODIAL E ARQUIVÍSTICA: O fundo foi depositado pela Sociedade de Instrução e Recreio de Janes e Malveira, na sequência de contrato estabelecido com a Câmara Municipal de Cascais, através do AHMC, ao abrigo do Programa de Recuperação de Arquivos e Documentos de Interesse Municipal (PRADIM)

FONTE IMEDIATA DE AQUISIÇÃO OU TRANSFERÊNCIA: Depósito aprovado em sessão da Câmara Municipal de Cascais, em 2014.06.30

ÂMBITO E CONTEÚDO: A documentação reflete a atividade da Sociedade de Instrução e Recreio de Janes e Malveira no domínio das funções definidas por estatutos

SISTEMA DE ORGANIZAÇÃO: A documentação reflete a atividade da Sociedade de Instrução e Recreio de Janes e Malveira no domínio das funções definidas por estatutos. O fundo é constituído por 5 secções: Constituição, Regulamentos e Órgãos; Secretaria e Arquivo; Gestão Financeira; Atividades Culturais e Desportivas e Património; e por 30 séries: Alvarás e Estatutos (1938-1979); Regulamentos (1938-1989); Atas da Assembleia Geral e Direção (1938-1990); Atas da Direção (1986-2009); Convocatórias e informações à Assembleia Geral (1985); Intervenções na Assembleia Geral (1990); Atas certificadas (1971-2008); Registo dos corpos gerentes (1970-2008); Relatórios, planos de atividade e orçamento (2004-2006); Correspondência recebida (1970-2012); Copiador da correspondência expedida (1976-2006); Registo de sócios (1938-2006); Recortes de imprensa (1947-2005); Fotografias (1918-1990); Diplomas (1985); Registo de caixa (1984-2008); Mapa de movimentos (1985-1996); Registo de compras de matérias-primas subsidiárias e de consumo (1989-1996); Registo de pagamento de encargos com obras e ofertas (1954-1972); Registo de quotização (1938-1951); Registo para o Instituto Nacional de Estatística (1946-1959); Contratos (1981-1995); Atividade Cultural (1957-2008); Licença de recinto (1962); Registo da história dos jogos (1986-1989); Escola de Música (1960-1990); Banda Filarmónica (1960-1980); Registo de presenças na Banda (1979-1980); Atas da Comissão de Obras (1986-1987) e Processos de obra (1949-2009)

CONDIÇÕES DE ACESSO: Restrições: Cf. Decreto-Lei 16/93 de 23 de janeiro, Art.º 17.º, n.ºs 2 e 3. Diário da República, I Série A. 19 (1993-01-23) 264-270. Regime geral de arquivos e do património arquivístico

INSTRUMENTOS DE DESCRIÇÃO: Inventário on-line

NOTAS: O fundo encontra-se acondicionado em 63 cx., 10 lv. e 1 doc.

REGRAS OU CONVENÇÕES: DIREÇÃO GERAL DE ARQUIVOS; PROGRAMA DE NORMALIZAÇÃO DA DESCRIÇÃO EM ARQUIVO; GRUPO DE TRABALHO DE NORMALIZAÇÃO DA DESCRIÇÃO EM ARQUIVO - *Orientações para a descrição arquivística*. 2.º v. Lisboa: DGARQ, 2007. ISBN 978-972-8107-91-8

DATA DA DESCRIÇÃO: 2015-06-01

ST. JULIAN'S SCHOOL
QUINTA NOVA — CARCAVELOS — (PORTUGAL)

PEDIDO DE ADMISSÃO

Os pedidos de admissão serão classificados pela ordem de entrada.
Cada inscrição só é considerada recebida quando preenchidas todas as formalidades e entregues ao Director.
O Boletim Médico deve ser rigorosamente preenchido e enviado antes do aluno ser admitido.
O Colégio reserva-se o direito de recusar a admissão de qualquer aluno sem justificar o motivo.

Nome do aluno (por extenso ou em letra de imprensa)

Data e local do nascimento

Nome do pai ou tutor (em letra de imprensa)

Nacionalidade do Pai Nacionalidade da Mãe Nacionalidade do Aluno

Religião do aluno Profissão do Pai

Deseja que o aluno/a frequente o curso Inglês ou Português?

Eu, abaixo assinado, desejo que o meu filho seja admitido no Colégio como aluno externo principiante em de de 19.....

Recebi um exemplar do prospecto do Colégio, mostrando as propinas a pagar e concordo com as cláusulas dos mesmos.

Tomo o compromisso de avisar, por escrito, com um trimestre de antecedência, quando pretender que o aluno deixe o colégio, ou então de pagar as matrículas referentes àquele período.

Assinatura

Morada (em letra de imprensa)

Data de de 19.....

REFERENCIAS

Os pedidos de admissão para alunos devem ser assinados por duas quaisquer das entidades abaixo mencionadas:

Sócio fundador, Sócio Vitalício ou Governador da Associação de S. Julião um funcionário do Estado Português, Inglês ou Americano (E. U. A.) Oficial do Exército, Banqueiro, Advogado, Médico ou Eclesiástico.

Nos casos de pais, cuja nacionalidade não seja Inglesa Portuguesa ou Americana (E. U. A.) e que não possam obter tais referências, os pedidos de admissão devem ser assinados e chancelados pela Embaixada, Legação ou Consulado do seu país.

Eu, abaixo assinado, declaro que, segundo as informações que possuo, recomendo para ser admitido como aluno desse Colégio.

(Nome do aluno)

Assinatura Na qualidade de

Morada

Data de de 19.....

Eu, abaixo assinado, declaro que, segundo as informações que possuo, recomendo para ser admitido como aluno desse Colégio.

(Nome do aluno)

Assinatura Na qualidade de

Morada

Data de de 19.....

Ficha de inscrição para admissão na Saint Julian's School, 1960
[AHMCSC/AASS/SJS]

CÓDIGO DE REFERÊNCIA: PT/CMCSC-AHMCSC/AASS/SJS

TÍTULO: Saint Julian's School Association

DATAS: 1963 | 2004 - 05

NÍVEL DE DESCRIÇÃO: Fundo

EXTENSÃO/DIMENSÃO: 34,10 m.l. – 310 cx.

SUPORTE: Papel

NOME DO PRODUTOR: Saint Julian's School Association

HISTÓRIA ADMINISTRATIVA: A Saint Julian's School, escola privada internacional instalada na Quinta Nova de Santo António, em Carcavelos, nasceu da vontade da comunidade inglesa residente na área de Lisboa dispor de um estabelecimento que correspondesse plenamente aos seus requisitos. A Eastern Telegraph Company, proprietária desta Quinta, cederia, então, parte das suas instalações para a criação da escola cujo nome se inspirou no Forte de S. Julião da Barra. Abriria as suas portas em 1932-11-25 com 29 alunos, que em 1934 eram já 49. Em 1935 passou a incluir o ensino primário português, para alunos desta nacionalidade, que estendeu, em 1937, até ao 2.º ano do Liceu. Em 1942 nasceu a secção portuguesa, gerida por professores nacionais, que veio a ser alvo de reestruturações e ampliações ao longo dos anos. As propinas eram as mais baixas possíveis, por forma a permitir o ingresso de alunos britânicos menos afortunados, sendo que alguns chegaram a estudar gratuitamente ou através de mecenato. A Segunda Guerra Mundial mudou radicalmente a vida da escola, tornando necessário apurar escrupulosamente a origem dos alunos e do pessoal docente, ao mesmo tempo que recebia alunos refugiados e perdia parte da sua população escolar regular, pois muitas crianças foram enviadas para os EUA. Em 1963,

a Cable & Wireless Company, sucessora da Eastern Telegraph Company, decidiu finalmente vender a Quinta Nova, que veio a ser adquirida pela Saint Julian's School, com donativos da Fundação Calouste Gulbenkian, da Shell, da Mobil e de outras instituições, bem como através de um empréstimo concedido pelo British Council. Nas décadas de 1960 e 1970 os Conselhos Diretivos da escola começaram a equacionar as prioridades educativas no que concerne à relação qualidade/custo, aprovando estatutos em 1965, que vigoraram até 1994. Nas vésperas do 25 de abril de 1974 este estabelecimento de ensino contava com 665 alunos, número que foi baixando gradualmente após a revolução. Porém, a sua aposta na qualidade da oferta curricular e das instalações, que se materializou na aquisição da chamada «Casa B», onde funcionava o Lisbon Sports Club, em 1978; e da casa das máquinas e escritórios da antiga Cable & Wireless Company, em 1982, permitiram à Saint Julian's School afirmar-se como uma das mais prestigiadas escolas britânicas internacionais

HISTÓRIA CUSTODIAL E ARQUIVÍSTICA: O fundo foi depositado pela Saint Julian's School Association, na sequência de contrato estabelecido com a Câmara Municipal de Cascais, através do AHMCSC, ao abrigo do Programa de Recuperação de Arquivos e Documentos de Interesse Municipal (PRADIM)

FONTE IMEDIATA DE AQUISIÇÃO OU TRANSFERÊNCIA: Depósito aprovado em sessão da Câmara Municipal de Cascais, em 2013-12-09

ÂMBITO E CONTEÚDO: A documentação reflete a atividade do Saint Julian's School Association no domínio das funções definidas por estatutos

SISTEMA DE ORGANIZAÇÃO: O fundo é constituído por 1 série: Processos individuais de alunos (1963-2004)

CONDIÇÕES DE ACESSO: Restrições: Cf. Decreto-Lei 16/93 de 23 de janeiro, Art.º 17.º, n.ºs 2 e 3. Diário da República, I Série A. 19 (1993-01-23) 264-270. Regime geral de arquivos e do património arquivístico

INSTRUMENTOS DE DESCRIÇÃO: Inventário on-line

NOTAS: O fundo encontra-se acondicionado em 310 cx.

REGRAS OU CONVENÇÕES: DIREÇÃO GERAL DE ARQUIVOS; PROGRAMA DE NORMALIZAÇÃO DA DESCRIÇÃO EM ARQUIVO; GRUPO DE TRABALHO DE NORMALIZAÇÃO DA DESCRIÇÃO EM ARQUIVO - Orientações para a descrição arquivística. 2.º v. Lisboa: DGARQ, 2007. ISBN 978-972-8107-91-8

DATA DA DESCRIÇÃO: 2016-06-01

SOCIEDADE MUSICAL SPORTIVA ALVIDENSE **REVISTO**



Sessão na Sociedade Musical Sportiva Alvidense, c. 1950

[PT/CMCSC-AHMCSC/AASS/SMSA]

CÓDIGO DE REFERÊNCIA: PT/CMCSC-AHMCSC/AASS/SMSA

TÍTULO: Sociedade Musical Sportiva Alvidense

DATAS: 1919-02-01 | 2009

NÍVEL DE DESCRIÇÃO: Fundo

EXTENSÃO/DIMENSÃO: 4,32 m.l. – 25 lv. e 119 pt.

SUPORTE: Papel

NOME DO PRODUTOR: Sociedade Musical Sportiva Alvidense

HISTÓRIA ADMINISTRATIVA: A Sociedade Musical Sportiva Alvidense tem a sua origem no Grupo Recreativo Futuro Alvidense, fundado em 1919-02-03, por iniciativa de um grupo de 25 músicos, cuja missão aparentemente tão simples - animar e entreter a população - não faria prever tão expressiva longevidade. A primeira Direção desta Sociedade, instalada em edifício alugado, foi constituída por Francisco Duarte, José Bernardino de Almeida, Manuel Bernardino de Almeida, Manuel Lourenço e Mário Granja. Em 1946 passaria a dispor de sede própria, num edifício projetado por Amadeu Afonso Vilar, construtor civil cascalense, em terreno adquirido em hasta pública pelo sócio Ângelo dos Santos. A associação viveu a sua época de ouro na década de 1960, mercê dos seus afamados bailes, aos quais se deslocavam pessoas de toda a Linha de Cascais, Sintra e inclusivamente de Lisboa. Já na década de 1970, a criação de uma escola de música conduziu à formação de uma banda, atualmente composta por cerca de 35 elementos de diversas idades. Ao comemorar, em 2009, noventa anos de existência, a Sociedade Musical Sportiva Alvidense foi distinguida com a Medalha Municipal de Mérito Cultural atribuída pela Câmara Municipal de Cascais, continuando a desenvolver as atividades para as quais foi

fundada, tanto no âmbito cultural como no desportivo, de que são exemplo a Banda, a Escola de Música e a Orquestra Juvenil, assim como o Grupo de Teatro, a Ginástica Formativa e Acrobática, a Ginástica Aeróbica e de Manutenção e as Danças de Salão

HISTÓRIA CUSTODIAL E ARQUIVÍSTICA: O fundo foi depositado pela Sociedade Musical Sportiva Alvidense, na sequência de contrato estabelecido com a Câmara Municipal de Cascais, através do AHMC, ao abrigo do Programa de Recuperação de Arquivos e Documentos de Interesse Municipal (PRADIM)

FONTE IMEDIATA DE AQUISIÇÃO OU TRANSFERÊNCIA: Depósito aprovado em sessão da Câmara Municipal de Cascais, em 2014-02-10

ÂMBITO E CONTEÚDO: A documentação reflete a atividade da Sociedade Musical Sportiva Alvidense no domínio das funções definidas por estatutos

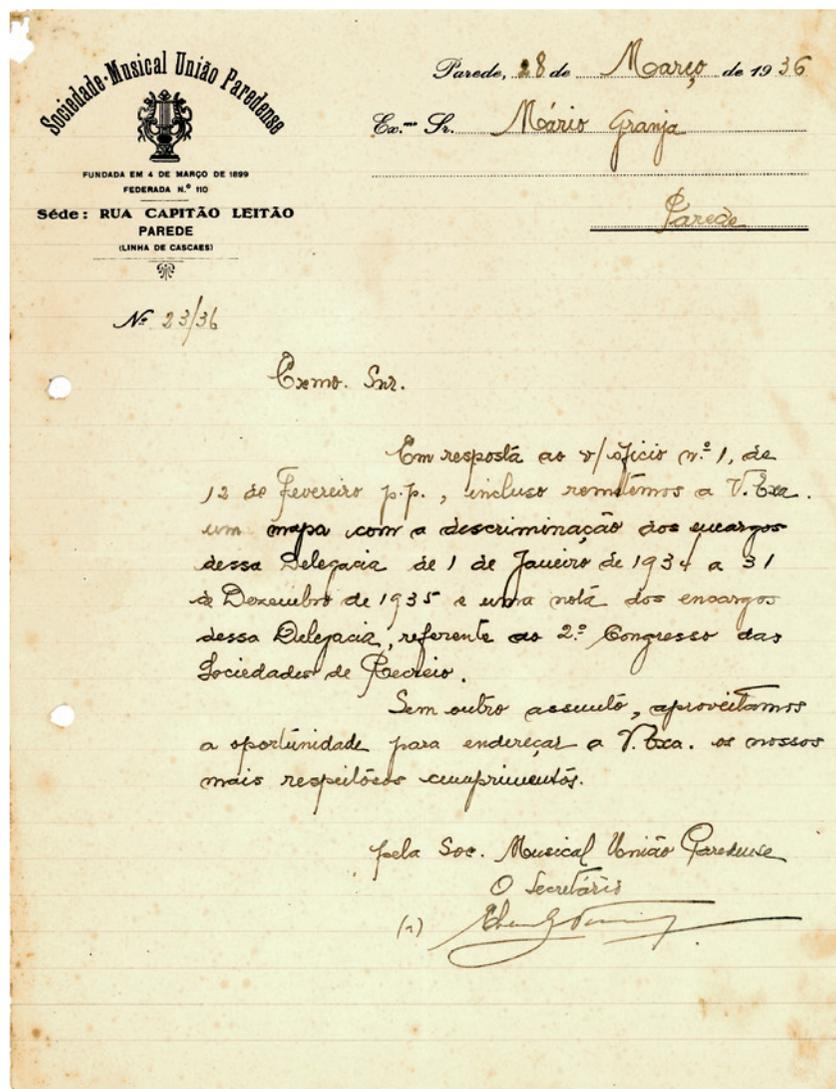
SISTEMA DE ORGANIZAÇÃO: Sistema de Organização: O fundo é constituído por 4 secções: Órgãos e Regulamentação (1919-2006); Secretaria e Arquivo (1919-2009); Gestão Financeira (1920-2004) e Gestão de Património (1955-1987); e por 31 séries: Atas da Assembleia Geral (1919-1995); Atas da Direção (1940-2005); Atas e Pareceres do Conselho Fiscal (1933-1995); Atos de posse (1966-2006); Relatório de atividades (1952-1996); Estatutos e regulamentos (1939-1980); Listas de corpos gerentes (1987-1993); Convocatórias da Assembleia Geral (1979-1995); Correspondência recebida (1942-1999); Copiadores de correspondência expedida (1939-1999); Registo de sócios (1919-2008); Propostas e fichas de sócios (1919-1997); Homenagens (1951-1991); Atividades culturais e desportivas (1936-2000); Álbuns fotográficos (1969-2009); Recortes de imprensa (1969-1995); Registo de caixa (1929-1982); Registo diário (1964-1969); Registo

de receita (1989-1996); Registo de despesa (1989-1996); Registo de devedores e credores (1997); Pagamento de quotas (1999-2000); Registo e títulos de empréstimo (1964-1986); Balancetes (1920-1995); Folhas de receita (1989-1996); Análise da receita e da despesa (1938-1990); Documentos de despesa (1936-2004); Guias de receita (1977-1997); Guias de despesa (1989-1992); Inventário (1987) e Caderno de encargos de obras e exploração de bar (1955-1984)

INSTRUMENTOS DE DESCRIÇÃO: Inventário on-line

NOTAS: O fundo encontra-se acondicionado em 39 cx. e 1 lv.

DATA DA DESCRIÇÃO: 2015-06-01



Ofício enviado pela Sociedade Musical União Paredense, 1936-03-28
[PT/CMCSC-AHMCS/AASS/SMUP]

CÓDIGO DE REFERÊNCIA: PT/CMCSC-AHMCSC/AASS/SMUP

TÍTULO: Sociedade Musical União Paredense

DATAS: 1929-07-15 | 2009-01-14

NÍVEL DE DESCRIÇÃO: Fundo

EXTENSÃO/DIMENSÃO: 8,28 m.l. – 66 cx. e 6 lv.

SUPORTE: Papel

NOME DO PRODUTOR: Sociedade Musical União Paredense

HISTÓRIA ADMINISTRATIVA: A Sociedade Musical União Paredense (SMUP) foi fundada em 1899-03-04, por iniciativa de uma comissão composta por dezenas de paredenses, entre os quais se destacam Agostinho Martins, António Joaquim Duarte, António José Duarte, António José Pereira, António Pedro, António Máximo Ribeiro, António Pereira Duarte, Artur Camilo Duarte, Bernardino Fafaiol, Domingos Moreira, Francisco Octaviano, João Maria Rosa, João Moreira Pimpão, Joaquim Bicho, Joaquim Duarte, José António Martins, José Maria Duarte, José Martins do Ó, Júlio José Ribeiro, Júlio Pereira Bonito, Octaviano Augusto da Rocha Pereira e [?] Santos, que já em 1889-02-18 haviam definido a sua missão: «a criação da música com a finalidade de praticar a instrução musical, o recreio dos espíritos e prestar solidariedade com o misericordioso manto - a beneficência». A SMUP iniciou a sua atividade numa casa sita no Largo do Poço, transferindo-se, em 1900, para a Vivenda Duarte, na Rua Elias Garcia e, no ano seguinte, para o nº 1 da Rua Capitão Leitão. Só em 1950-10-01 se inaugurou a sede definitiva desta coletividade, construída num terreno cedido, em 1932, pelo Almirante José Nunes da Mata, sito na Rua Marquês de Pombal, junto à estação de

caminho-de-ferro da Parede. Para além da sua banda - que em 1910-10-05 promoveria uma memorável jornada até Cascais, para anunciar a implantação da República - a SMUP destacou-se-ia, ainda, pela atuação dos seus grupos corais - um infantil e um adulto misto - e do grupo de teatro, que representou várias peças com grande êxito. Para além do Teatro Infantil, do Teatro de Marionetas e da Escola de Música, desenvolveu outras atividades, como os torneios de pool e de setas, bailes, noites de fados, dança jazz, yoga e xadrez, mantendo, em pleno funcionamento, a Escola de Música, a Banda Filarmónica e a Companhia de Teatro. A excelência da sua atividade valeu-lhe a atribuição de diversos prémios, como a Medalha de Prata da Federação das Sociedades de Educação e Recreio, em 1949; a Medalha de Prata da Federação Portuguesa das Coletividades de Cultura e Recreio em 1975; a Medalha de Mérito Municipal, em 1989 e a Medalha Dourada de Mérito da Freguesia, em 1997. No ano de 2009 recebeu também o estatuto de Instituição de Utilidade Pública

HISTÓRIA CUSTODIAL E ARQUIVÍSTICA: O fundo foi depositado pela Sociedade Musical União Paredense, na sequência de contrato estabelecido com a Câmara Municipal de Cascais, através do AHMC, ao abrigo do Programa de Recuperação de Arquivos e Documentos de Interesse Municipal (PRADIM)

FONTE IMEDIATA DE AQUISIÇÃO OU TRANSFERÊNCIA: Depósito aprovado em sessão da Câmara Municipal de Cascais, em 2013-09-02

ÂMBITO E CONTEÚDO: A documentação reflete a atividade da Sociedade Musical União Paredense

SISTEMA DE ORGANIZAÇÃO: O fundo é constituído por 4 secções: Regulamentação e Órgãos; Secretaria e Arquivo ; Gestão Financeira; Gestão de Património e por 27 séries: Estatutos e projetos (1981-2007); Lista de corpos gerentes (1966-

1986); Atas da Assembleia Geral (1980-1996); Relatórios e contas (1942-2008); Relatório da Delegacia da Sociedade Musical União Paredense na Federação das Sociedades de Educação e Recreio (1929-1936); Registo de correspondência recebida e expedida (1954); Correspondência recebida (1936-2009); Copiador de correspondência expedida, minutas e informações internas (1933-2007); Propostas de sócios (1952-1986); Registos de sócios (1967-1985); Atividades culturais e desportivas (c. 1960-2000); Organização de espetáculos (1970-2004); Registo de caixa (1942-1990); Registo mensal (1944-1953); Livro razão (1951-1953); Livro borrão das quotas (1975-1977); Registo da conta corrente da Comissão de Festas (1942-1949); Registo de receita do bar e da sala de jogo (1983-2000); Documentos de receita e despesa (1947-2006); Balancetes (1944-2007); Extrato de contas e registo de cheques (1971-1996); Mapas de cobranças de quotas (1983-2003); Cadernos de encargos e contratos (1958-2008); Fichas de devedores e credores (1968-1970); Processos de obra particular (1937); Consulta sobre aquisição de mobiliário (1960) e Registo de inventário (1958)

CONDIÇÕES DE ACESSO: Restrições: Cf. Decreto-Lei 16/93 de 23 de janeiro, Art.º 17.º, n.ºs 2 e 3. Diário da República, I Série A. 19 (1993-01-23) 264-270. Regime geral de arquivos e do património arquivístico

INSTRUMENTOS DE DESCRIÇÃO: Inventário on-line

NOTAS: O fundo encontra-se acondicionado em 66 cx. e 6 lv.

DATA DA DESCRIÇÃO: 2015-06-01



CÓDIGO DE REFERÊNCIA: PT/CMCSC-AHMCSC/AASS/SPC

TÍTULO: Sociedade Propaganda de Cascais

DATAS: 1797 | 2015

NÍVEL DE DESCRIÇÃO: Fundo

EXTENSÃO/DIMENSÃO: 1766,21 m. l. – 26 cx. e 1 lv.

SUPORTE: Papel, bronze, tecido e digital

NOME DO PRODUTOR: Sociedade Propaganda de Cascais

HISTÓRIA ADMINISTRATIVA: Fundada em 1934, a Sociedade Propaganda de Cascais tem por objetivos primordiais a divulgação dos costumes, da história, do património e das tradições da vila de Cascais, tendo-se destacado, ao longo da sua história, ao nível da promoção do turismo, sob a divisa «A bem de Cascais». Para além da organização de memoráveis homenagens, procissões, festas, espetáculos, corsos carnavalescos, batalhas de flores, concursos de montras, conferências, exposições, visitas guiadas e edições, a esta Sociedade se deveu a fundação da Secção Náutica Afonso Sanches, atual Clube Naval de Cascais e da Comissão para a Construção da Nova Praça de Touros de Cascais, que veio a ser entregue à Santa Casa da Misericórdia de Cascais. A Sociedade Propaganda de Cascais celebrou-se, ainda, pela organização de dezenas de concursos hípicas, nacionais e internacionais, no Hipódromo de Cascais, desde 1937, mercê do entusiasmo do sócio Manuel Possolo, que ainda hoje continua a honrar. Em 1982-08-30 a Sociedade foi galardoada pelo Município de Cascais com a Medalha de Mérito Municipal; em 1984-05-18, o Presidente da República agraciou-a com o título de Membro Honorário da Ordem Infante D. Henrique; e em 1991-06 foi considerada Instituição de Utilidade Pública

Anúncio ao Carnaval de 1937, organizado pela Sociedade Propaganda de Cascais [PT/CMCSC-AHMCSC/AASS/TUDC]

HISTÓRIA CUSTODIAL E ARQUIVÍSTICA: O fundo foi depositado pela Sociedade Propaganda de Cascais, na sequência de contrato estabelecido com a Câmara Municipal de Cascais, através do AHMCSC, ao abrigo do Programa de Recuperação de Arquivos e Documentos de Interesse Municipal (PRADIM)

FONTE IMEDIATA DE AQUISIÇÃO OU TRANSFERÊNCIA: Depósito aprovado em sessão da Câmara Municipal de Cascais, em 2012-11-19

ÂMBITO E CONTEÚDO: A documentação reflete a atividade da Sociedade Propaganda de Cascais

SISTEMA DE ORGANIZAÇÃO: A documentação que já foi transferida é composta por 4 secções: Órgãos, Constituição e Regulamentação; Secretaria e Arquivo; Gestão Financeira e Património e Documentos Bibliográficos e Museológicos e por 25 séries: Atas da Assembleia Geral (1939-1964); Atas da Comissão Executiva (1935-2005); Propostas para reunião da Comissão Executiva (1939); Atas da Comissão Organizadora das Festas de Carnaval (1936-1937); Relatório de atividades e contas (1941-2015); Alvarás e Estatutos (1939-2004); Fundadores e História da Sociedade (1883-2013); Correspondência recebida e expedida (1934-2012); Processos de gestão de eventos (1932-2011); Processos de gestão de equipamentos (1939-2012); Álbuns fotográficos (1895-1990); Recortes de imprensa, cartazes e panfletos (1874-2013); Medalhas e distinções honoríficas (1982-1984); Livro de Ouro Honra (1934-2001); Registo de caixa (1934-1963); Registo diário (1934-1955); Livro razão (1934-1963); Borrão de receita e despesa (1936-1943); Balancetes (1934-1960); Registo de devedores e credores (1934-1961); Registo de receita e despesa de festas (1934-1948); Mapas e documentos de despesa (1938-1950); Contratos de arrendamento (1938-1996); Notícias e programas de Concurso Hípico (1937-1977) e Círio de Nossa Senhora do Cabo Espichel (cópia 1797-2005)

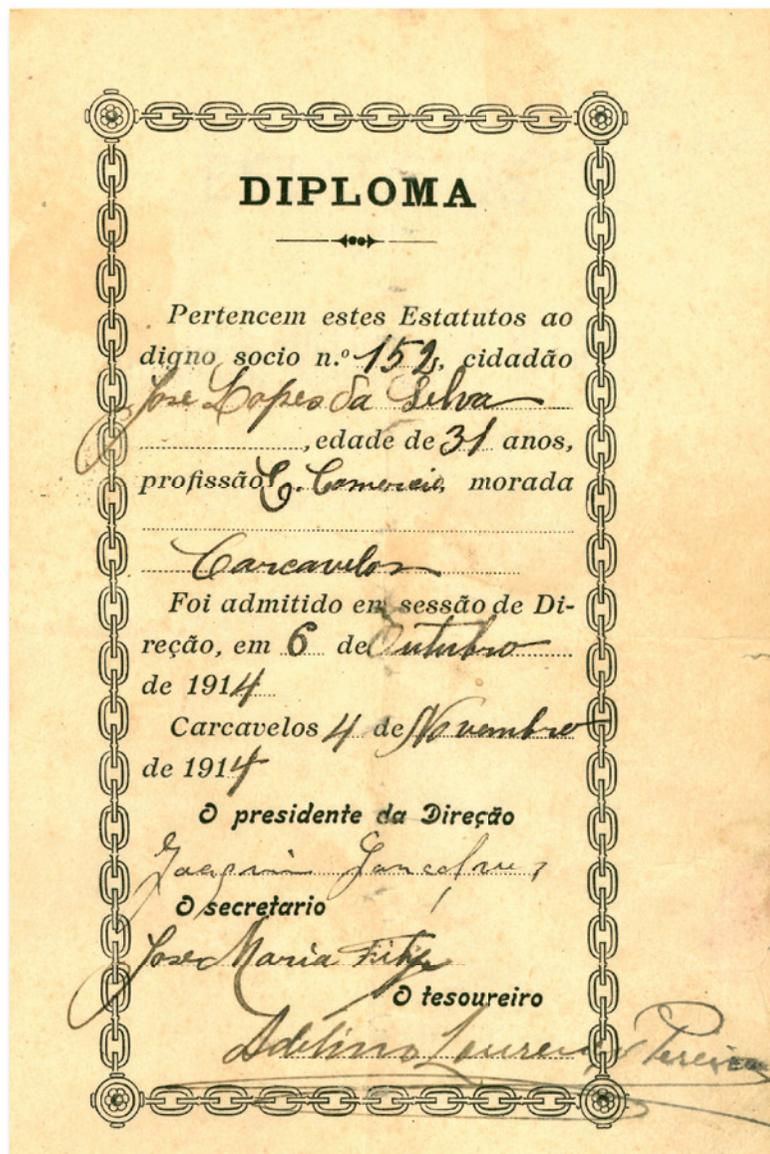
CONDIÇÕES DE ACESSO: Restrições: Cf. Decreto-Lei 16/93 de 23 de janeiro, Art.º 17.º, n.ºs 2 e 3. Diário da República, I Série A. 19 (1993-01-23) 264-270. Regime geral de arquivos e do património arquivístico

INSTRUMENTOS DE DESCRIÇÃO: Inventário on-line

NOTAS: O fundo encontra-se acondicionado em 26 cx., 59 lv. e 147 pt.

REGRAS OU CONVENÇÕES: DIREÇÃO GERAL DE ARQUIVOS; PROGRAMA DE NORMALIZAÇÃO DA DESCRIÇÃO EM ARQUIVO; GRUPO DE TRABALHO DE NORMALIZAÇÃO DA DESCRIÇÃO EM ARQUIVO - Orientações para a descrição arquivística. 2.º v. Lisboa: DGARQ, 2007. ISBN 978-972-8107-91-8

DATA DA DESCRIÇÃO: 2015-06-01



Diploma de admissão de sócio na Sociedade Recreativa e Musical de Carcavelos, 1914-11-04 [PT/CMCCSC-AHMCSC/AASS/SRMC]

CÓDIGO DE REFERÊNCIA: PT/CMCSC-AHMCSC/AASS/SRMC

TÍTULO: Sociedade Recreativa Musical de Carcavelos

DATAS: 1901-10-13 | 2014-03-31

NÍVEL DE DESCRIÇÃO: Fundo

EXTENSÃO/DIMENSÃO: 1,87 m.l. – 52 lv. e 36 pt.

SUPORTE: Papel

NOME DO PRODUTOR: Sociedade Recreativa Musical de Carcavelos

HISTÓRIA ADMINISTRATIVA: Fundada em 1901-10-13, a Sociedade União Capricho Carcavelense passou, em 1912, a designar-se por Sociedade Recreativa Musical de Carcavelos. Tendo por objetivo principal o ensino da música, a associação, inicialmente sedeadada na Praça Moreira da Silva, formou uma banda que em 1910-10-05 anunciaria a implantação da República em Cascais. Em 1913 transitou para novas instalações, na Rua Júlio Moreira da Silva, num edifício que partilhava com os Bombeiros. No ano de 1982 participou nos primeiros Festivais de Música Popular de Portugal, garantindo novo fôlego à sua Escola de Música. Em 1986 foi reconhecida como Pessoa Coletiva de Utilidade Pública, organizando, em 1991, o I Encontro de Bandas de Cascais e formando, em 1998, o Teatro Infantil de Carcavelos, de modo a incentivar as crianças para a arte dramática. Em 2001 recebeu da Presidência da República o título de Membro Honorário da Ordem de Mérito, continuando, desde então, a desenvolver atividades nas áreas da música, teatro e dança, por intermédio de uma Banda Filarmónica, uma Orquestra Ligeira, uma Escola de Música, o Coral Infantil de Carcavelos, o Teatro Infantil de Carcavelos e um Grupo de Dança

HISTÓRIA CUSTODIAL E ARQUIVÍSTICA: O fundo foi depositado pela Sociedade Recreativa Musical de Carcavelos, na sequência de contrato estabelecido com a Câmara Municipal de Cascais, através do AHMC, ao abrigo do Programa de Recuperação de Arquivos e Documentos de Interesse Municipal (PRADIM)

FONTE IMEDIATA DE AQUISIÇÃO OU TRANSFERÊNCIA: Depósito aprovado em sessão da Câmara Municipal de Cascais, em 2013-12-18

ÂMBITO E CONTEÚDO: A documentação reflete a atividade da Sociedade Recreativa Musical de Carcavelos no domínio das funções definidas por estatutos

SISTEMA DE ORGANIZAÇÃO: O fundo é constituído por 5 secções: Constituição, Regulamentos e Órgãos; Secretaria e Arquivo; Gestão Financeira e Património; Atividades Culturais e Documentos Bibliográficos; e por 21 séries: Estatutos (1901-1986); Atas da Assembleia Geral (1901-2014); Convocatória da Assembleia Geral (1996); Atas da Direção (1911-2006); Relatórios e contas (1993-1996); Correspondência recebida e expedida (1934-1993); Registo de sócios (1935-1937); Fotografias e recortes de imprensa (1974-2000); História da Sociedade, discursos e homenagens (1901-2001); Registo de caixa (1908-1989); Balancetes (1945-1963); Registo de receita e despesa (1978-1988); Registo de conta corrente (1937-1944); Registo de quotização (1913-1959); Documentos de despesa (1956-1993); Registo de inventário (1927-1986); Registo de inscrição de músicos na Banda (1913-1938); Registo de atuações da Banda (1926-1946); Cadernetas musicais (1949-1959); Partituras de obras interpretadas pela Banda (1917-1980) e Escola de Música (1982)

CONDIÇÕES DE ACESSO: Restrições: Cf. Decreto-Lei 16/93 de 23 de janeiro, Art.º 17.º, n.ºs 2 e 3. Diário da República, I Série

A. 19 (1993-01-23) 264-270. Regime geral de arquivos e do património arquivístico

INSTRUMENTOS DE DESCRIÇÃO: Inventário on-line

NOTAS: O fundo encontra-se acondicionado em 17 cx.

REGRAS OU CONVENÇÕES: DIREÇÃO GERAL DE ARQUIVOS; PROGRAMA DE NORMALIZAÇÃO DA DESCRIÇÃO EM ARQUIVO; GRUPO DE TRABALHO DE NORMALIZAÇÃO DA DESCRIÇÃO EM ARQUIVO - Orientações para a descrição arquivística. 2.º v. Lisboa: DGARQ, 2007. ISBN 978-972-8107-91-8

DATA DA DESCRIÇÃO: 2015-06-0

TROUPE UNIÃO 1.º DE DEZEMBRO CAPARIDENSE

REVISTO

Troupe União 1.º de Dezembro Caparidense Fundada em 1913.

A sua fundação

As onze horas do dia um de dezembro de mil e novecentos e treze, fundou-se em Caparide numa sala que pertencia e pertence a Sr.ª Maria José Costa e cuja sala ficou sendo a sede da Troupe que ficou assim denominada, Troupe União 1.º de Dezembro Caparidense, fundada em 1913. e sendo esta Troupe dirigida pelo Professor António Pedro D'Oliveira, sendo a comissão organizadora e fundadora desta Troupe Artur da Costa Pereira, Henriques António Duarte, Alfredo Vicente, e Eduardo Costa.

Caparide Sala da Troupe União 1.º de Dezembro Caparidense
a 1 de Dezembro de 1913

A Comissão
Artur da Costa Pereira.

Esta comissão assim mencionada pessoalmente convidou alguns camaradas deste lugar e arredores para assistir a uma Assembleia geral que se realizou na sede onde a Troupe ficou instalada, para assim esta comissão dar os seus princípios de trabalhos para fundação desta Troupe juntamente com os seus camaradas, sendo as propostas apresentadas pela comissão aprovadas por unanimidade, sendo os seguintes pois nas entradas de bilhete para sócio \$16,00 cota semanal para executante \$0,50 para auxiliador o menos \$10,00 por mês, o buffet para os sócios fornecido pela Troupe; a renda da sala e buffet mensalmente \$60,00, ao professor \$100,00 cada ensaio que é aos domingos de tarde, e \$200,00 cada sarau dançante que é todos os terceiros domingos de cada mês e nos Aniversários da Troupe que é em 1 de Dezembro e o papel para músicas é dado pela Troupe, a Troupe dará cordas aos seus executantes para os instrumentos

CÓDIGO DE REFERÊNCIA: PT/CMCSC-AHMCSC/AASS/TUDC

TÍTULO: Troupe União 1.º de Dezembro Caparidense

DATAS: 1913 | 2003

NÍVEL DE DESCRIÇÃO: Fundo

EXTENSÃO/DIMENSÃO: 1,54 m. l. - 23 lv. e 97 pt.

SUPORTE: Papel

NOME DO PRODUTOR: Troupe União 1.º de Dezembro Caparidense

HISTÓRIA ADMINISTRATIVA: A Troupe União 1.º de Dezembro Caparidense foi fundada em 1913-12-01, por uma comissão composta por Artur da Costa Pereira, Henriques [sic] António Duarte, Alfredo Vicente e Eduardo Costa, na sequência da fusão de uma outra troupe que já funcionava na localidade desde 1909 e do Grupo União Familiar Caparidense, criado em 1913-04-23. O Maestro Artur da Costa Pereira assumiu, então, a presidência da nova coletividade, composta por 47 sócios, que funcionou, durante décadas, em instalações cedidas por Maria José Costa, até à inauguração da sua primeira sede, no ano de 1931, em terrenos adquiridos à mesma proprietária. Determinada em promover atividades culturais, desportivas e de lazer, a Troupe União 1.º de Dezembro Caparidense incentivou a criação de grupos de teatro e de ranchos folclóricos, assim como o cicloturismo, a ginástica, o ping-pong, o karatê e o futebol. Celebrizou-se, nas décadas de 1950 e 1960, pela promoção de bailes temáticos e, já em 1976, pela organização de sessões de cinema. Na década de 1990 fundou, ainda, um ATL, com o apoio da Câmara Municipal de Cascais e do benemérito Manuel Boulhosa

Registo de sócios, com menção à fundação da Troupe União 1.º de Dezembro Caparidense, em 1913 [PT/CMCSC-AHMCSC/AASS/TUDC]

HISTÓRIA CUSTODIAL E ARQUIVÍSTICA: O fundo foi depositado pela Troupe União 1.º de Dezembro Caparidense, na sequência de contrato estabelecido com a Câmara Municipal de Cascais, através do AHMC, ao abrigo do Programa de Recuperação de Arquivos e Documentos de Interesse Municipal (PRADIM)

FONTE IMEDIATA DE AQUISIÇÃO OU TRANSFERÊNCIA: Depósito aprovado em sessão da Câmara Municipal de Cascais, em 2012-07-30

ÂMBITO E CONTEÚDO: A documentação reflete a atividade da Troupe União 1.º de Dezembro Caparidense, no domínio das funções definidas por estatutos

SISTEMA DE ORGANIZAÇÃO: O fundo é constituído por 3 secções: Regulamentação e Órgãos da Associação; Secretaria e Arquivo e Gestão Financeira; e por 32 séries: Alvarás e estatutos (1930-1997); Atas de Assembleias Gerais (1923-1982); Atas de Direção (1938-1990); Atas e pareceres do Conselho Fiscal (1933-1982); Tomadas de posse do corpo de gerentes (1929-1969); Registo de presenças de sócios em Assembleias Gerais (1927-1960); Propostas de deliberação, comunicados e minutas de atas (1930-1982); Relatórios e contas de gerência (1936-1961); Copiadores de correspondência expedida (1929-2000); Correspondência recebida (1914-2002); Cartões de associações (1913-1980); Registo e propostas de sócio (1913-1999); Património móvel e imóvel (1934-1995); Gestão da biblioteca (1950-1975); Diplomas e homenagens (1923-1987); Fotografias (1923-1992); Recortes de imprensa (1933-2000); Divulgação de atividades (1920-2003); Letras e pautas de música (1950-1970); Modelos para labores (1950-1960); Atividades culturais e desportivas (1928-1989); Atividades de tempos livres (1955-2000); Registo de receita e despesa (1913-1988); Borrão de caixa (1926-1953); Registo de pagamento de quotas (1913-1998); Registo de contas apresentadas pela

Comissão para a Sede da Associação (1928-1936) e Extratos bancários (1966-1982)

CONDIÇÕES DE ACESSO: Restrições: Cf. Decreto-Lei 16/93 de 23 de janeiro, Art.º 17.º, n.ºs 2 e 3. Diário da República, I Série A. 19 (1993-01-23) 264-270. Regime geral de arquivos e do património arquivístico

INSTRUMENTOS DE DESCRIÇÃO: Inventário on-line

NOTAS: O fundo encontra-se acondicionado em 15 cx. e 1 lv. As fotografias foram apenas depositadas digitalmente

REGRAS OU CONVENÇÕES: DIREÇÃO GERAL DE ARQUIVOS; PROGRAMA DE NORMALIZAÇÃO DA DESCRIÇÃO EM ARQUIVO; GRUPO DE TRABALHO DE NORMALIZAÇÃO DA DESCRIÇÃO EM ARQUIVO - Orientações para a descrição arquivística. 2.º v. Lisboa: DGARQ, 2007. ISBN 978-972-8107-91-8

DATA DA DESCRIÇÃO: 2013-06-01

ARQUIVOS ECLESIÁSTICOS

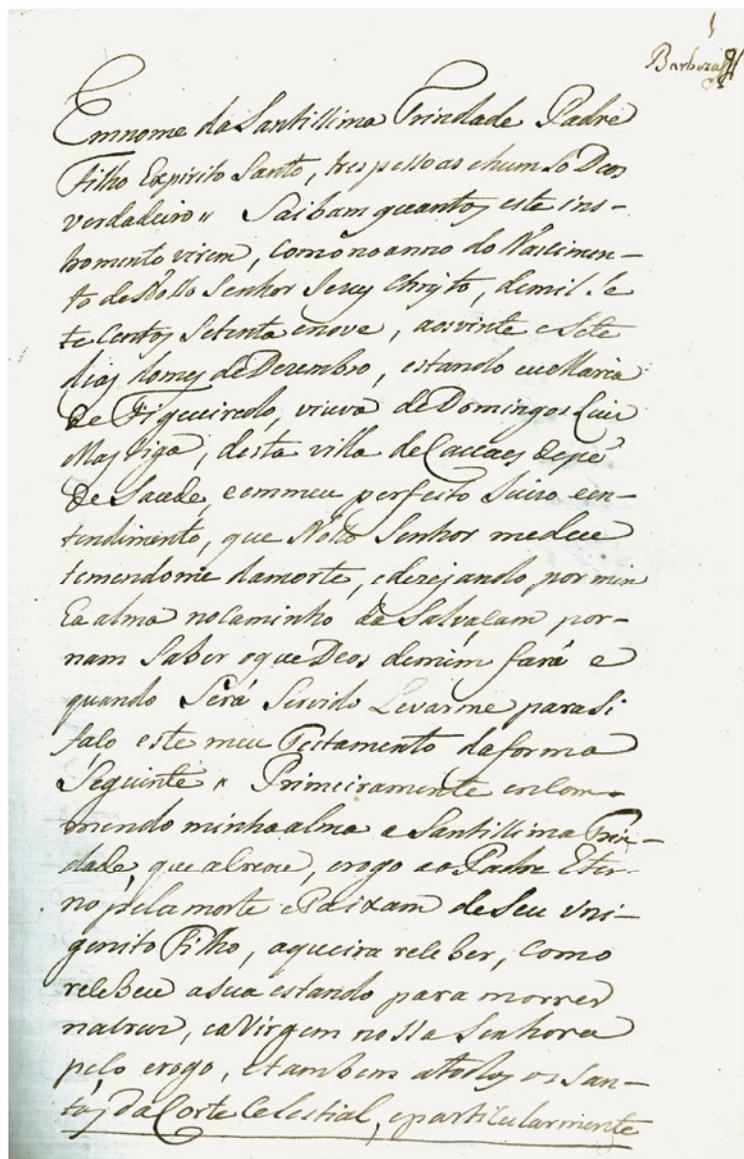
CÓDIGO DE REFERÊNCIA:
PT/CMCSC-AHMCSC/AECL

TÍTULO:
Arquivos Eclesiásticos

NÍVEL DE DESCRIÇÃO:
Grupo de Fundos

SISTEMA DE ORGANIZAÇÃO:
O grupo é constituído por 9 fundos:
Arciprestado de Cascais,
Comissão de Festas de Nossa Senhora da Conceição em Alcabideche,
Comissão de Festas de Nossa Senhora do Cabo Espichel,
Confraria de S. Vicente de Alcabideche,
Confraria de Nossa Senhora da Assunção,
Confraria de Nossa Senhora dos Prazeres e S. Pedro Gonçalves Telmo,
Escrivão do Eclesiástico,
Irmandade de Nossa Senhora do Rosário e
Ordem Terceira de Cascais

ARCIPRESTADO DE CASCAIS



Registo de testamento, 1779-12-29
[PT/CMCSC-AHMCSC/AECL/ARC]

CÓDIGO DE REFERÊNCIA: PT/CMCSC-AHMCSC/AECL/ARC

TÍTULO: Arciprestado de Cascais

DATAS: 1779-12-27 | 1833-02-16

NÍVEL DE DESCRIÇÃO: Fundo

EXTENSÃO/DIMENSÃO: 0,11 m. l. - 2 lv.

SUPORTE: Papel

NOME DO PRODUTOR: Arciprestado de Cascais

HISTÓRIA ADMINISTRATIVA: O arciprestado constituiu uma circunscrição eclesiástica em que se divide a diocese, podendo ser também designado por vicariato, vicariato da vara ou ouvidoria. É constituído por várias paróquias, sendo frequentemente a sua área jurisdicional coincidente com as dos concelhos. O arcipreste, sacerdote a quem o ordinário do lugar confia a administração do arciprestado, constitui um elemento de ligação entre os párocos da sua zona e a cúria diocesana, a quem cumpre zelar pelo cumprimento das normas disciplinares canónicas e pela reta administração dos bens eclesiásticos na área da sua jurisdição

HISTÓRIA CUSTODIAL E ARQUIVÍSTICA: Desconhece-se a forma de ingresso do fundo no AHMCSC

FONTE IMEDIATA DE AQUISIÇÃO OU TRANSFERÊNCIA: Desconhecida

ÂMBITO E CONTEÚDO: A documentação reflete a atividade do Arciprestado de Cascais no domínio das funções definidas

SISTEMA DE ORGANIZAÇÃO: O fundo é constituído por 2 documentos: Registo de testamentos (1779-1833)

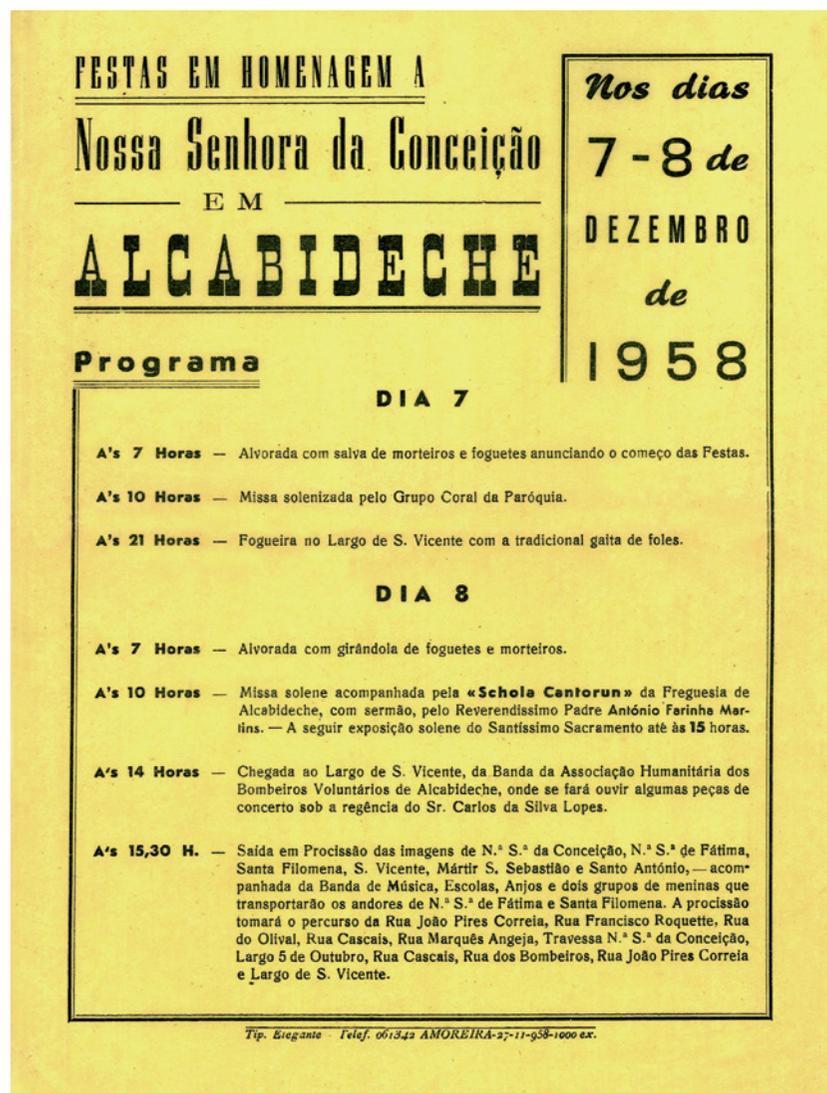
INSTRUMENTOS DE DESCRIÇÃO: Catálogo on-line

NOTAS: Por questões de preservação, os livros foram acondicionados em pastas. O fundo encontra-se acondicionado em 1 cx.

REGRAS OU CONVENÇÕES: DIREÇÃO GERAL DE ARQUIVOS; PROGRAMA DE NORMALIZAÇÃO DA DESCRIÇÃO EM ARQUIVO; GRUPO DE TRABALHO DE NORMALIZAÇÃO DA DESCRIÇÃO EM ARQUIVO - *Orientações para a descrição arquivística*. 2.º v. Lisboa: DGARQ, 2007. ISBN 978-972-8107-91-8

DATA DA DESCRIÇÃO: 2011-12

COMISSÃO DE FESTAS DE NOSSA SENHORA DA CONCEIÇÃO EM ALCABIDECHE



Programa das Festas em homenagem a Nossa Senhora da Conceição, em Alcabideche, 1958-12-07/08 [PT/CMCSC-AHMCSC/AECL/CFSA]

CÓDIGO DE REFERÊNCIA: PT/CMCSC-AHMCSC/AECL/CFSA

TÍTULO: Comissão de Festas de Nossa Senhora da Conceição em Alcabideche

DATAS: 1950-11-29 | 1962-07-15

NÍVEL DE DESCRIÇÃO: Fundo

EXTENSÃO/DIMENSÃO: 0, 11 m. l. – 5 pt.

SUPORTE: Papel

NOME DO PRODUTOR: Comissão de Festas de Nossa Senhora da Conceição em Alcabideche

HISTÓRIA ADMINISTRATIVA: A Comissão de Festas de Nossa Senhora da Conceição tinha por objetivo a promoção de festejos no âmbito da procissão de Nossa Senhora da Conceição. Em 1958, a procissão das imagens de Nossa Senhora da Conceição, Nossa Senhora de Fátima, Santa Filomena, S. Vicente, S. Sebastião e Santo António foi «acompanhada da Banda de Música, Escolas, Anjos e dois grupos de meninas», tendo percorrido o seguinte trajeto: «Rua João Pires Correia, Rua Francisco Roquete, Rua do Olival, Rua [de] Cascais, Rua Marquês [de] Angeja, Travessa de Nossa Senhora da Conceição, Largo 5 de outubro, Rua de Cascais, Rua dos Bombeiros, Rua João Pires Correia e Largo de S. Vicente»

HISTÓRIA CUSTODIAL E ARQUIVÍSTICA: O fundo foi depositado pela Junta de Freguesia de Alcabideche, na sequência de contrato estabelecido com a Câmara Municipal de Cascais, através do AHMCSC

FONTE IMEDIATA DE AQUISIÇÃO OU TRANSFERÊNCIA: Depósito aprovado em sessão da Câmara Municipal de Cascais, em 1996-06-05

ÂMBITO E CONTEÚDO: A documentação reflete a atividade da Comissão de Festas de Nossa Senhora da Conceição em Alcabideche no domínio das funções definidas

SISTEMA DE ORGANIZAÇÃO: O fundo é constituído por 5 documentos: Licença (1955); Receita e Despesa (1950-1955); Documentos de despesa (1950-1962); Registo de donativos (1950-1955) e Divulgação (1958)

CONDIÇÕES DE ACESSO: Restrições: Cf. Decreto-Lei 16/93 de 23 de janeiro, Art.º 17.º, n.ºs 2 e 3. *Diário da República*, I Série A. 19 (1993-01-23) 264-270. Regime geral de arquivos e do património arquivístico

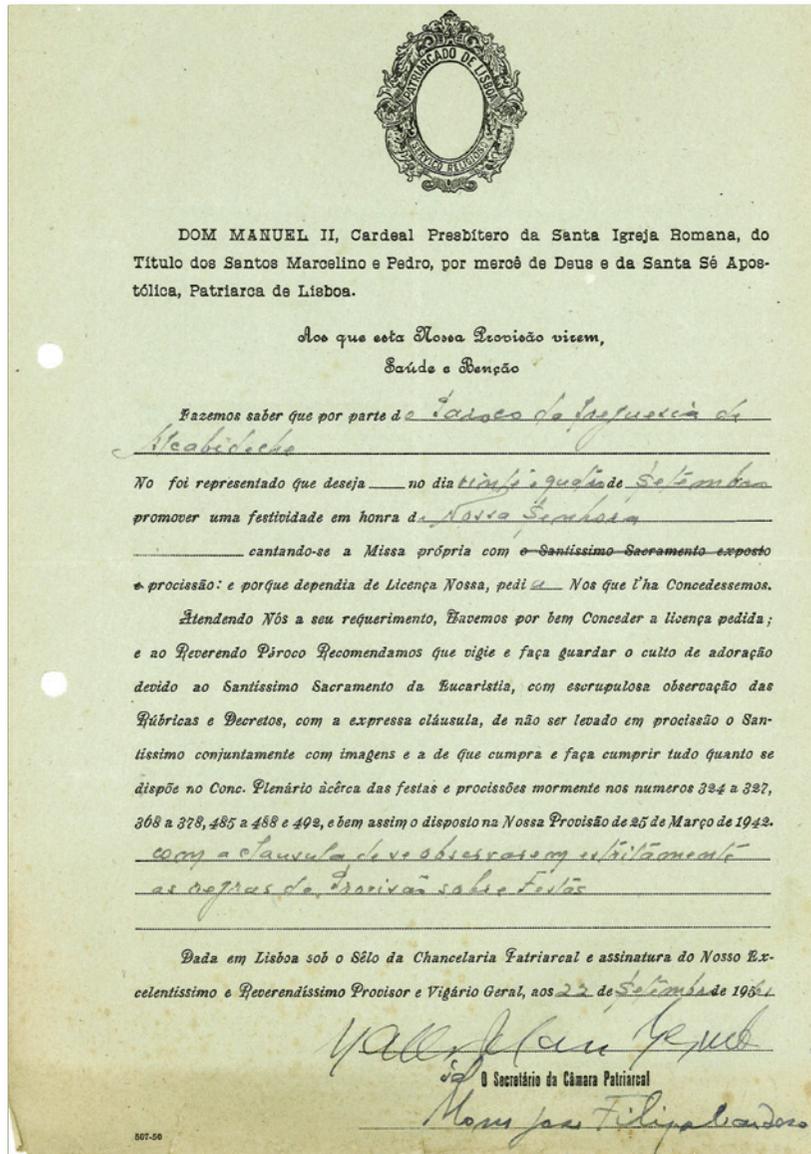
INSTRUMENTOS DE DESCRIÇÃO: Inventário on-line

NOTAS: O fundo encontra-se acondicionado em 1 cx.

REGRAS OU CONVENÇÕES: DIREÇÃO GERAL DE ARQUIVOS; PROGRAMA DE NORMALIZAÇÃO DA DESCRIÇÃO EM ARQUIVO; GRUPO DE TRABALHO DE NORMALIZAÇÃO DA DESCRIÇÃO EM ARQUIVO - *Orientações para a descrição arquivística*. 2.º v. Lisboa: DGARQ, 2007. ISBN 978-972-8107-91-8

DATA DA DESCRIÇÃO: 2011-12-23

COMISSÃO DE FESTAS DE NOSSA SENHORA DO CABO ESPICHEL



Licença para promoção de Festa em honra de Nossa Senhora do Cabo,
1961-09-22 [PT/CMCSC-AHMCSC/AECL/CFSC]

CÓDIGO DE REFERÊNCIA: PT/CMCSC-AHMCSC/AECL/CFSC

TÍTULO: Comissão de Festas de Nossa Senhora do Cabo Espichel

DATAS: 1950-11-29 | 1963-12-10

NÍVEL DE DESCRIÇÃO: Fundo

EXTENSÃO/DIMENSÃO: 0,22 m. l. – 3 lv. e 23 pt.

SUPORTE: Papel

NOME DO PRODUTOR: Comissão de Festas de Nossa Senhora do Cabo Espichel

HISTÓRIA ADMINISTRATIVA: O culto a Nossa Senhora do Cabo, que constitui uma das mais antigas manifestações de religiosidade popular em Portugal, é já mencionado em carta régia de D. Pedro I, de 1366. Tendo por base o miraculoso achamento da imagem de Nossa Senhora, no espigão rochoso do Cabo Espichel, divulgar-se-ia rapidamente pela região saloia das margens do Tejo, razão pela qual, numa das versões da lenda, a descoberta é atribuída a dois anciãos, de Alcibideche e da Caparica. Perde-se no tempo a realização, em Portugal, de romarias cíclicas anuais a diversos santuários, com a participação de romeiros organizados por freguesias. Essas irmandades de romeiros transportavam uma tocha de cera – o círio – para oferecer à divindade, razão pela qual tomaram essa designação. Os “círios” constituem procissões de longo curso, revestindo frequentemente a forma de “giros” entre várias freguesias, geograficamente afastadas entre si. Nestes casos, cada freguesia organiza o culto anualmente e à vez, segundo uma ordem determinada pela tradição. Como atos

coletivos, traduzem-se na deslocação de comunidades de fiéis ao santuário, capela ou igreja, ou, como é atualmente o caso dos “círios saloios” de Nossa Senhora do Cabo, na receção, por essa comunidade, da bandeira e da imagem. Contribuem, por isso, para o reforço dos sentimentos de vizinhança e da coesão social das comunidades, nomeadamente na proteção contra catástrofes naturais. Por esse motivo, e porque o perigo é ou foi coletivo, a promessa deverá ser paga pela comunidade como um todo ou por uma confraria em seu nome, ao longo de sucessivas gerações de romeiros. No dealbar do século XV estava já edificada, ou reedificada, junto ao Cabo Espichel, a pequena capela de Santa Maria do Cabo ou Santa Maria da Pedra de Mua, atualmente conhecida por Ermida da Memória, até onde convergiam grandes romarias. Na verdade, em 1430, trinta paróquias da zona saloia – dos atuais concelhos de Cascais, Lisboa, Loures, Mafra, Odivelas, Oeiras e Sintra – combinaram organizar-se entre si, instituindo um “giro”, em que cada uma prestasse, anualmente e à vez, culto ao santuário do Cabo Espichel. No início do século XVIII retiraram-se paróquias, pelo que o “giro saloio” é, desde então, constituído por apenas 26, entre as quais Alcabideche, Cascais e S. Domingos de Rana. Após um breve interregno registado entre 1910 e 1926, as romarias populares em honra de Nossa Senhora do Cabo foram retomadas, tendo prosseguido até hoje, num ambiente de festa que justifica a organização dos devotos em comissões, de que a Comissão de Festas de Nossa Senhora do Cabo Espichel constitui exemplo

HISTÓRIA CUSTODIAL E ARQUIVÍSTICA: O fundo foi depositado pela Junta de Freguesia de Alcabideche, na sequência de contrato estabelecido com a Câmara Municipal de Cascais, através do AHMCSC. A classificação foi atribuída por função

FONTE IMEDIATA DE AQUISIÇÃO OU TRANSFERÊNCIA: Depósito aprovado em sessão da Câmara Municipal de Cascais, em 1996-06-05

ÂMBITO E CONTEÚDO: A documentação reflete a atividade da Comissão de Festas de Nossa Senhora do Cabo Espichel no domínio das funções definidas

SISTEMA DE ORGANIZAÇÃO: O fundo é constituído por 26 documentos: Licenças (1960-1961); Programas (1958-1960); Minutas de atas de reuniões (1959-1960); Relação de correspondência recebida e expedida (1960); Orçamento (1960); Documentos de receita (1960-1963); Folhas de vencimento (1960); Registo de despesa (1960); Documentos de despesa (1950-1963); Pedidos de donativos (1960-1961); Registo de donativos (1960-1961); Talões de donativos (1960); Lista de distribuição de livros de donativos (1960); Registo de apostas para sorteio (1960); Atribuição de medalhas aos festeiros e mordomas (1960); Segurança e transportes (1960); Eletricidade (1960); Decorações (1957-1960); Instalação sonora (1960); Barracas de feirantes (1960); Fogo-de-artifício (1960); Bandas de música (1956-1960); Grupo de “Zés Pereiras” (1954-1960); Teatro (1960) e Divulgação (1960)

CONDIÇÕES DE ACESSO: Restrições: Cf. Decreto-Lei 16/93 de 23 de janeiro, Art.º 17.º, n.ºs 2 e 3. *Diário da República*, I Série A. 19 (1993-01-23) 264-270. Regime geral de arquivos e do património arquivístico

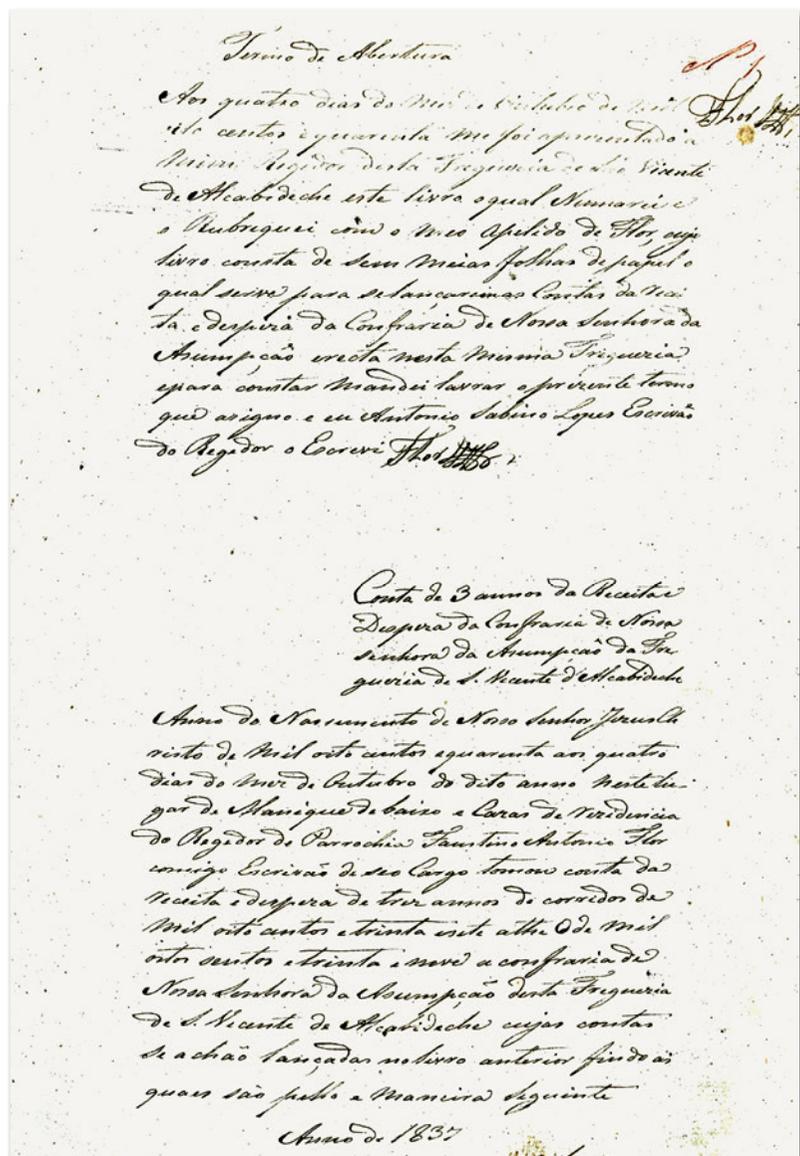
INSTRUMENTOS DE DESCRIÇÃO: Inventário on-line

NOTAS: Por questões de preservação, alguns livros foram acondicionados em pastas. O fundo encontra-se acondicionado em 2 cx.

REGRAS OU CONVENÇÕES: DIREÇÃO GERAL DE ARQUIVOS; PROGRAMA DE NORMALIZAÇÃO DA DESCRIÇÃO EM ARQUIVO; GRUPO DE TRABALHO DE NORMALIZAÇÃO DA DESCRIÇÃO EM ARQUIVO - *Orientações para a descrição arquivística*. 2.º v. Lisboa: DGARQ, 2007. ISBN 978-972-8107-91-8

DATA DA DESCRIÇÃO: 2011-12-23

CONFRARIA DE NOSSA SENHORA DA ASSUNÇÃO



Registo de receita e despesa da Confraria de Nossa Senhora da Assunção, 1841-11-04 [PT/CMCSC-AHMCSC/AECL/CNSA]

CÓDIGO DE REFERÊNCIA: PT/CMCSC-AHMCSC/AECL/CNSA

TÍTULO: Confraria de Nossa Senhora da Assunção

DATAS: 1840-10-04 | 1854-10-03

NÍVEL DE DESCRIÇÃO: Fundo

EXTENSÃO/DIMENSÃO: 0, 11 m. l. – 1 lv. e 2 pt.

SUPORTE: Papel

NOME DO PRODUTOR: Confraria de Nossa Senhora da Assunção

HISTÓRIA ADMINISTRATIVA: A Confraria de Nossa Senhora da Assunção já existia em 1659, tendo por obrigação – de acordo com a descrição do Padre Luís Cardoso, inserida no “Dicionário geográfico”, de 1747 – a manutenção do hospital ou hospício instituído em Alcabideche, por Pedro Domingues, aio do Conde de Monsanto. Em 1856 ordenar-se-ia a sua extinção, ficando a Junta de Paróquia de Alcabideche depositária de todos os seus bens

HISTÓRIA CUSTODIAL E ARQUIVÍSTICA: Desconhece-se a forma de ingresso do fundo no AHMCSC

FONTE IMEDIATA DE AQUISIÇÃO OU TRANSFERÊNCIA: Desconhecida

ÂMBITO E CONTEÚDO: A documentação reflete a atividade da Irmandade de Nossa Senhora da Assunção no domínio das funções definidas

SISTEMA DE ORGANIZAÇÃO: O fundo é constituído por 3 documentos: Registo anual de receita e despesa (1840-1861), Orçamento de receita e despesa (1853) e Ordens de pagamento (1854)

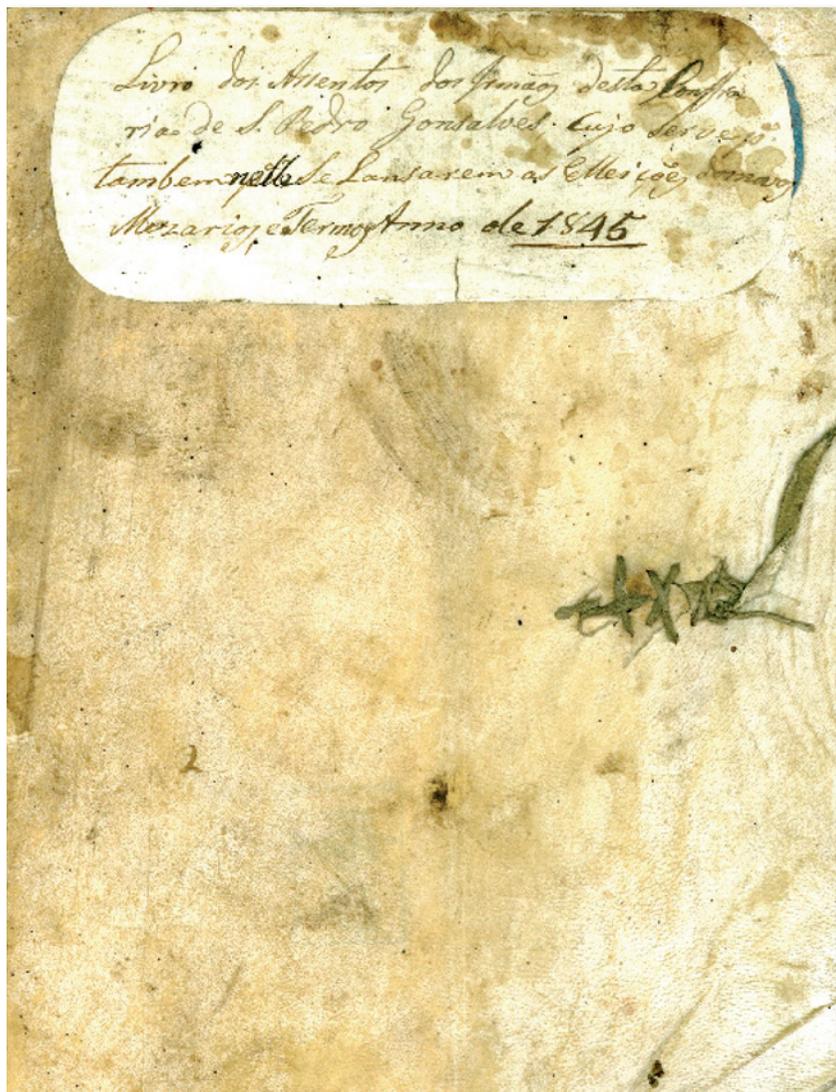
INSTRUMENTOS DE DESCRIÇÃO: Catálogo on-line

NOTAS: Por questões de preservação, os livros foram acondicionados em pastas. O fundo encontra-se acondicionado em 1 cx.

REGRAS OU CONVENÇÕES: DIREÇÃO GERAL DE ARQUIVOS; PROGRAMA DE NORMALIZAÇÃO DA DESCRIÇÃO EM ARQUIVO; GRUPO DE TRABALHO DE NORMALIZAÇÃO DA DESCRIÇÃO EM ARQUIVO - *Orientações para a descrição arquivística*. 2.º v. Lisboa: DGARQ, 2007. ISBN 978-972-8107-91-8

DATA DA DESCRIÇÃO: 2011-12-23

CONFRARIA DE NOSSA SENHORA DOS PRAZERES E S. PEDRO GONÇALVES TELMO



Registo de irmãos e de resultados de eleições da Confraria de S. Pedro Gonçalves, 1845 [PT/CMCSC-AHMCSC/AECL/CSPG]

CÓDIGO DE REFERÊNCIA: PT/CMCSC-AHMCSC/AECL/CSPG

TÍTULO: Confraria de Nossa Senhora dos Prazeres e S. Pedro Gonçalves Telmo

DATAS: 1682-10-05 | 1845

NÍVEL DE DESCRIÇÃO: Fundo

EXTENSÃO/DIMENSÃO: 0, 11 m. l. – 2 lv. e 1 pt.

SUPORTE: Papel

NOME DO PRODUTOR: Confraria de Nossa Senhora dos Prazeres e S. Pedro Gonçalves Telmo

HISTÓRIA ADMINISTRATIVA: A Confraria de Nossa Senhora dos Prazeres e S. Pedro Gonçalves Telmo encontra as suas raízes na Confraria de Nossa Senhora do Socorro, que em 1587 já dispunha de hospital e capela, nas imediações da Praia da Ribeira, em Cascais. Em 1720, a Igreja de S. Pedro Gonçalves, popularizada pela designação de Igreja dos Navegantes, por ter sido construída a expensas desta confraria, ainda não estava completa, mas pronta para a celebração do culto, na sequência da conclusão da capela-mor. Todavia, devido a dificuldades financeiras, por escritura de 1844-09-26, a Confraria seria forçada a estabelecer, com a Ordem Terceira da Penitência, a administração e uso conjunto da igreja. Em 1856 já não existia, como o denuncia a correspondência enviada pela Administração do Concelho ao Provedor da Santa Casa da Misericórdia de Cascais, em que se alude à «extinta Confraria de S. Pedro Gonçalves». Em 1911 a igreja foi, mesmo, entregue à Paróquia de Nossa Senhora da Assunção e da Ressurreição de Cristo, de Cascais. Em 1937, uma comissão fabriqueira –

composta pelo pároco da freguesia, Padre Moisés da Silva, e por D. António e D. Joaquim Castelo Branco, entre outros – decidiu mandar executar varas reparações e concluir as obras da igreja, que seria inaugurada em 1942

HISTÓRIA CUSTODIAL E ARQUIVÍSTICA: O fundo foi transferido para o arquivo da Câmara Municipal de Cascais por intermédio de D. António de Castelo Branco, que o recolheu na Igreja dos Navegantes, eventualmente aquando das obras promovidas entre 1937 e 1942 na Igreja dos Navegantes

FONTE IMEDIATA DE AQUISIÇÃO OU TRANSFERÊNCIA: Transferência para o arquivo da Câmara Municipal de Cascais, eventualmente em 1937

ÂMBITO E CONTEÚDO: A documentação reflete a atividade da Confraria de Nossa Senhora dos Prazeres e S. Pedro Gonçalves Telmo no domínio das funções definidas por alvará

SISTEMA DE ORGANIZAÇÃO: O fundo é constituído por 3 documentos: Alvará (1682); Registo diário da despesa de Tomás Gomes na obra da igreja (1792) e Relação de irmãos e de resultados de eleições da Irmandade de S. Pedro Gonçalves (1845)

INSTRUMENTOS DE DESCRIÇÃO: Catálogo on-line

NOTAS: Por questões de preservação, os livros foram acondicionados em pastas. O fundo encontra-se acondicionado em 1 cx.

REGRAS OU CONVENÇÕES: DIREÇÃO GERAL DE ARQUIVOS; PROGRAMA DE NORMALIZAÇÃO DA DESCRIÇÃO EM ARQUIVO; GRUPO DE TRABALHO DE NORMALIZAÇÃO DA DESCRIÇÃO EM ARQUIVO - *Orientações para a descrição arquivística*. 2.º v. Lisboa: DGARQ, 2007. ISBN 978-972-8107-91-8

DATA DA DESCRIÇÃO: 2013-06-01

CONFRARIA DO SANTÍSSIMO SACRAMENTO DE S. VICENTE DE ALCABIDECHE



Compromisso da Confraria do Santíssimo Sacramento de S. Vicente de Alcabideche, 1657-1744 [PT/CMCSC-AHMCSC/AECL/CSVA]

CÓDIGO DE REFERÊNCIA: PT/CMCSC-AHMCSC/AECL/CSVA

TÍTULO: Confraria do Santíssimo Sacramento de S. Vicente de Alcabideche

DATAS: 1657 | 1744

NÍVEL DE DESCRIÇÃO: Fundo

EXTENSÃO/DIMENSÃO: 0,11 m. l. – 1 lv.

SUPORTE: Papel

NOME DO PRODUTOR: Confraria do Santíssimo Sacramento da Freguesia de S. Vicente de Alcabideche

HISTÓRIA ADMINISTRATIVA: O Compromisso da Confraria do Santíssimo Sacramento de S. Vicente de Alcabideche remonta a 1657. Cumpria aos seus membros manter uma lâmpada de azeite acesa dia e noite junto ao Santíssimo e acompanhá-lo quando era levado da igreja a visitar os enfermos, sendo aceites na Confraria todos os cristãos maiores de 14 anos, inclusive mulheres e escravos. Sabendo-se que, em 1662, possuía uma tumba para enterramento dos irmãos e que, em 1747, o Padre Luís Cardoso se refere à sua existência no "Dicionário geográfico", desconhece-se a data da extinção desta Confraria, não obstante se conhecerem notícias a seu propósito até 1919

HISTÓRIA CUSTODIAL E ARQUIVÍSTICA: Desconhece-se a forma de ingresso do fundo no AHMCSC

FONTE IMEDIATA DE AQUISIÇÃO OU TRANSFERÊNCIA: Desconhecida

ÂMBITO E CONTEÚDO: A documentação reflete a atividade da Confraria do Santíssimo Sacramento de S. Vicente de Alcabideche no domínio das funções definidas por compromisso

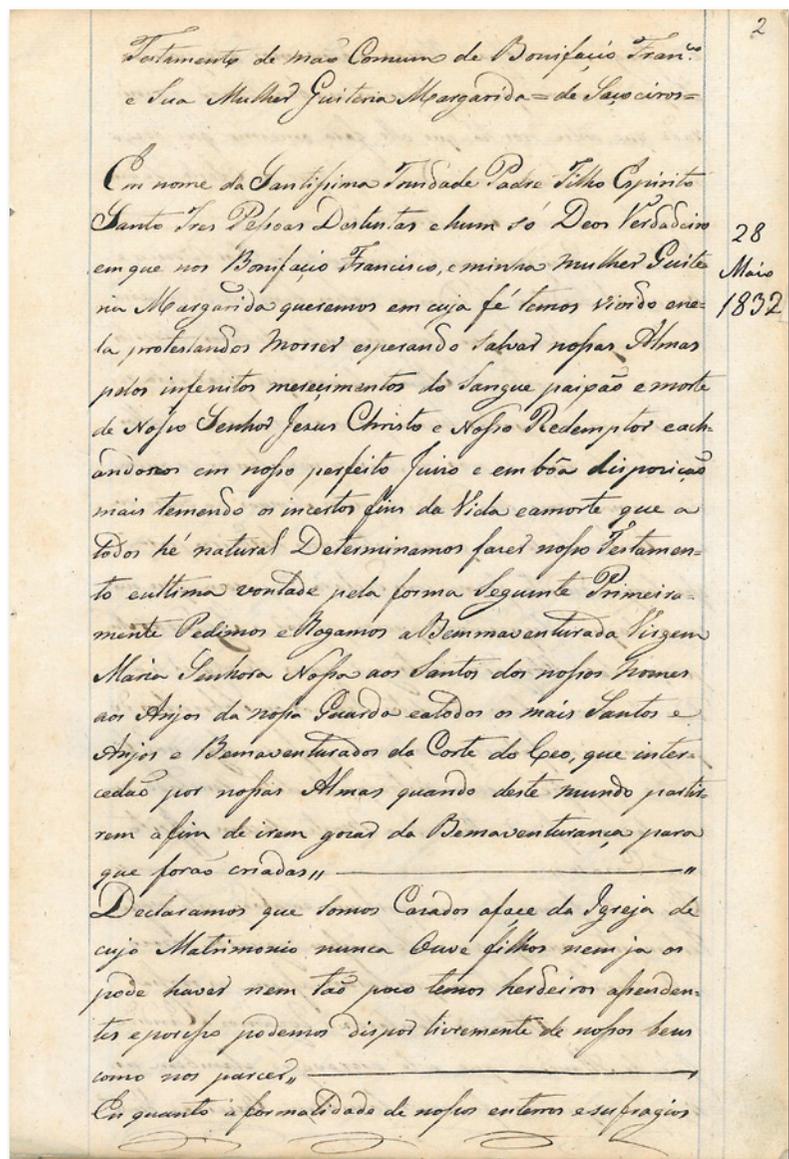
SISTEMA DE ORGANIZAÇÃO: O fundo é constituído por 1 documento: Compromisso (1657-1744)

INSTRUMENTOS DE DESCRIÇÃO: Catálogo on-line

NOTAS: Por questões de preservação, o livro foi acondicionado em pasta. O fundo encontra-se acondicionado em 1 cx.

REGRAS OU CONVENÇÕES: DIREÇÃO GERAL DE ARQUIVOS; PROGRAMA DE NORMALIZAÇÃO DA DESCRIÇÃO EM ARQUIVO; GRUPO DE TRABALHO DE NORMALIZAÇÃO DA DESCRIÇÃO EM ARQUIVO - *Orientações para a descrição arquivística*. 2.º v. Lisboa: DGARQ, 2007. ISBN 978-972-8107-91-8

DATA DA DESCRIÇÃO: 2011-12-23



Testamento, 1932-05-28 [PT/CMCSC-AHMCSC/AECL/EEC]

CÓDIGO DE REFERÊNCIA: PT/CMCSC-AHMCSC/AECL /EEC

TÍTULO: Escrivão do Eclesiástico

DATAS: 1832-05-28 | 1834-06-20

NÍVEL DE DESCRIÇÃO: Fundo

EXTENSÃO/DIMENSÃO: 0,11 m.l. – 1 lv.

SUPORTE: Papel

NOME DO PRODUTOR: Escrivão do Eclesiástico

HISTÓRIA ADMINISTRATIVA: Em produção

HISTÓRIA CUSTODIAL E ARQUIVÍSTICA: Desconhece-se a forma de ingresso do fundo no AHMCSC

FONTE IMEDIATA DE AQUISIÇÃO OU TRANSFERÊNCIA: Desconhecida

ÂMBITO E CONTEÚDO: A documentação reflete a atividade do "Escrivão Encartado Proprietário do Eclesiástico", no domínio das funções definidas.

SISTEMA DE ORGANIZAÇÃO: O fundo é constituído por 1 documento: Registo de testamentos (1832-1834)

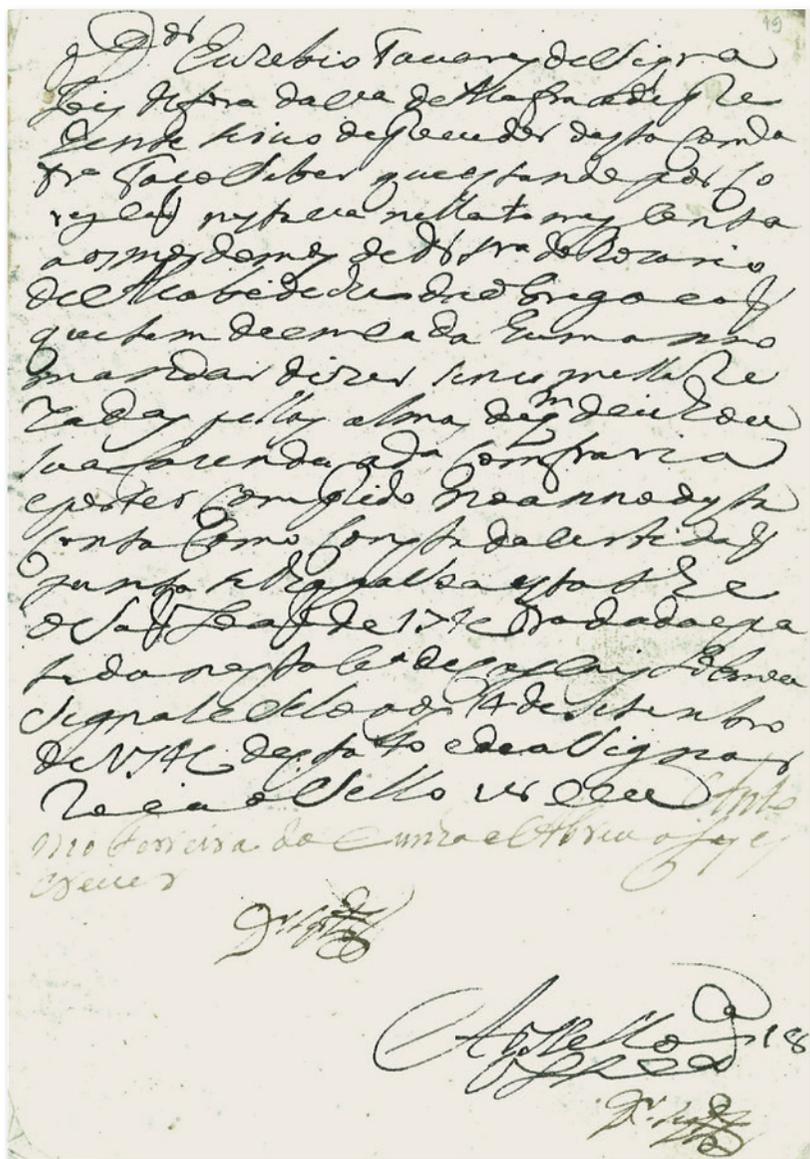
INSTRUMENTOS DE DESCRIÇÃO: Catálogo on-line

NOTAS: O fundo encontra-se acondicionado em 1 cx.

REGRAS OU CONVENÇÕES: DIREÇÃO GERAL DE ARQUIVOS; PROGRAMA DE NORMALIZAÇÃO DA DESCRIÇÃO EM ARQUIVO; GRUPO DE TRABALHO DE NORMALIZAÇÃO DA DESCRIÇÃO EM ARQUIVO - Orientações para a descrição arquivística. 2.º v. Lisboa: DGARQ, 2007. ISBN 978-972-8107-91-8

DATA DA DESCRIÇÃO: 2013-06-01

IRMANDADE DE NOSSA SENHORA DO ROSÁRIO



Registo de missa, 1740-09-14 [PT/CMCSC-AHMCSC/AECL/INSR]

CÓDIGO DE REFERÊNCIA: PT/CMCSC-AHMCSC/AECL/INSR

TÍTULO: Irmandade de Nossa Senhora do Rosário

DATAS: 1715-08-20 | 1828-11-28

NÍVEL DE DESCRIÇÃO: Fundo

EXTENSÃO/DIMENSÃO: 0, 11 m. l. - 1 lv.

SUPORTE: Papel

NOME DO PRODUTOR: Irmandade de Nossa Senhora do Rosário

HISTÓRIA ADMINISTRATIVA: A irmandade já existia em 1715, sendo referenciada, em 1747, no "Dicionário geográfico", do Padre Luís Cardoso. Em 1856 ordenar-se-ia a sua extinção, ficando a Junta de Paróquia de Alcabideche depositária de todos os bens

HISTÓRIA CUSTODIAL E ARQUIVÍSTICA: Desconhece-se a forma de ingresso do fundo no AHMCSC

FONTE IMEDIATA DE AQUISIÇÃO OU TRANSFERÊNCIA: Desconhecida

ÂMBITO E CONTEÚDO: A documentação reflete a atividade da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário no domínio das funções definidas

SISTEMA DE ORGANIZAÇÃO: O fundo é constituído por 1 documento: Registo de missas por alma dos irmãos (1715-1828)

INSTRUMENTOS DE DESCRIÇÃO: Catálogo on-line

NOTAS: Por questões de preservação, o livro foi acondicionado em pasta. O fundo encontra-se acondicionado em 1 cx.

REGRAS OU CONVENÇÕES: DIREÇÃO GERAL DE ARQUIVOS; PROGRAMA DE NORMALIZAÇÃO DA DESCRIÇÃO EM ARQUIVO; GRUPO DE TRABALHO DE NORMALIZAÇÃO DA DESCRIÇÃO EM ARQUIVO - *Orientações para a descrição arquivística*. 2.º v. Lisboa: DGARQ, 2007. ISBN 978-972-8107-91-8

DATA DA DESCRIÇÃO: 2011-12-23

ORDEM TERCEIRA DE CASCAIS



Registro de receita de capelas, d. 1744-10-20

[PT/CMCSC-AHMCSC/AECL/OTC]

CÓDIGO DE REFERÊNCIA: PT/CMCSC-AHMCSC/AECL/OTC

TÍTULO: Ordem Terceira de Cascais

DATAS: 1618-05-25 | 1922-04-02

NÍVEL DE DESCRIÇÃO: Fundo

EXTENSÃO/DIMENSÃO: 2,96 m. l. – 76 pt. e 9 lv.

SUPORTE: Papel

NOME DO PRODUTOR: Venerável Ordem Terceira de S. Francisco da Vila de Cascais

HISTÓRIA ADMINISTRATIVA: A Ordem Terceira da Penitência de S. Francisco pretendia assegurar o perdão de antigos pecados dos seus irmãos através do caminho da penitência. Ainda que os seus estatutos tenham sido aprovados em Portugal pelo Papa Paulo III, em 1547, não é possível garantir a data da sua instalação em Cascais, remontando as Ordenações conhecidas ao ano de 1679. Por escritura de 1844-09-26 passaria a coadministrar a Igreja dos Navegantes, em Cascais, com a Confraria de Nossa Senhora dos Prazeres e de S. Pedro Gonçalves Telmo. De acordo com os seus estatutos de 1911-06-19, aprovados pelo Governo Civil de Lisboa em 1913-11-24, tinha por objetivo «exercer o culto Católico» e «exercer a beneficência», pelo que «só podem fazer parte desta corporação os indivíduos [...] que professem a religião Católica Apostólica Romana»

HISTÓRIA CUSTODIAL E ARQUIVÍSTICA: O fundo foi transferido para o arquivo da Câmara Municipal de Cascais por intermédio de D. António de Castelo Branco, que o recolheu na Igreja dos Navegantes, eventualmente aquando das obras promovidas entre 1937 e 1942 na Igreja dos Navegantes

FONTE IMEDIATA DE AQUISIÇÃO OU TRANSFERÊNCIA: Transferência para o arquivo da Câmara Municipal de Cascais, eventualmente em 1937

ÂMBITO E CONTEÚDO: A documentação reflete a atividade da Venerável Ordem Terceira de S. Francisco da Vila de Cascais no domínio das funções definidas por compromisso e estatutos

SISTEMA DE ORGANIZAÇÃO: O fundo é constituído por 4 secções: Constituição e Regulamentação da Ordem; Gestão Financeira; Património e Assistência; e por 42 séries: Ordenação, compromissos e estatutos (1693-1914); Atas de sessões (1853-1922); Correspondência recebida (1801-1911); Copiador de correspondência expedida (1887-1894); Editais (1892-1896); Relação de irmãos (1893); Registo de Irmãos (1728-1876); Diplomas de admissão (1790); Registo de irmãos que professam (1675-1876); Termos de eleições (1765-1886); Listas de contagem de votos em eleições (1837-1880); Registo de capelães e andadores (1694-1848); Registo de missas de capelas (1744-1894); Alvarás de quitação para cumprimento de legados pios (1818-1895); Relações de missas e formatura de procissão (1832-1872); Processos de pedidos de realização e procissões (1815-1827); Procuração, termos e mandado (1774-1878); Registo diário de receita e despesa (1746-1868); Registo anual de receita e despesa (1839-1920); Acórdãos do Tribunal Administrativo para aprovação de contas (1887-1911); Registo de importâncias entregues à Administração do Concelho (1888-1890); Registo de receita (1751-1906); Registo de cobrança de anuais (1794-1868); Registo de receita de capelas (1743-1861); Registo de cobranças de juros (1769-1897); Recibos de cobrança de juros (1889); Processos de empréstimo de capital (1759-1889); Registo de despesa (1751-1765); Documentos de despesa (1618-1883); Registo de ordens de pagamento (1842-1861); Ordens de pagamento (1842-1851); Orçamentos gerais (1869-1883); Relações de dívidas (1873-1889); Processos de dívidas

(1677-1780); Registo de dívida em processo judicial (1782-1844); Inventário (1751-1862); Auto para emprazamento de capela (1671-1796); Escrituras (1664-1877); Sentenças cíveis (1749-1835); Termo de desistência (1619); Registo de irmãos pobres vestidos pela Ordem (1782-1896) e Processos para concessão de agasalhos (1830-1910). Comporta, ainda, Desenho picotado com motivo litúrgico (1900)

INSTRUMENTOS DE DESCRIÇÃO: Inventário on-line

NOTAS: Por questões de preservação, alguns livros foram acondicionados em pastas. O fundo encontra-se acondicionado em 25 cx. e 5 pt.

REGRAS OU CONVENÇÕES: DIREÇÃO GERAL DE ARQUIVOS; PROGRAMA DE NORMALIZAÇÃO DA DESCRIÇÃO EM ARQUIVO; GRUPO DE TRABALHO DE NORMALIZAÇÃO DA DESCRIÇÃO EM ARQUIVO - *Orientações para a descrição arquivística*. 2.º v. Lisboa: DGARQ, 2007. ISBN 978-972-8107-91-8

DATA DA DESCRIÇÃO: 2013-06-01

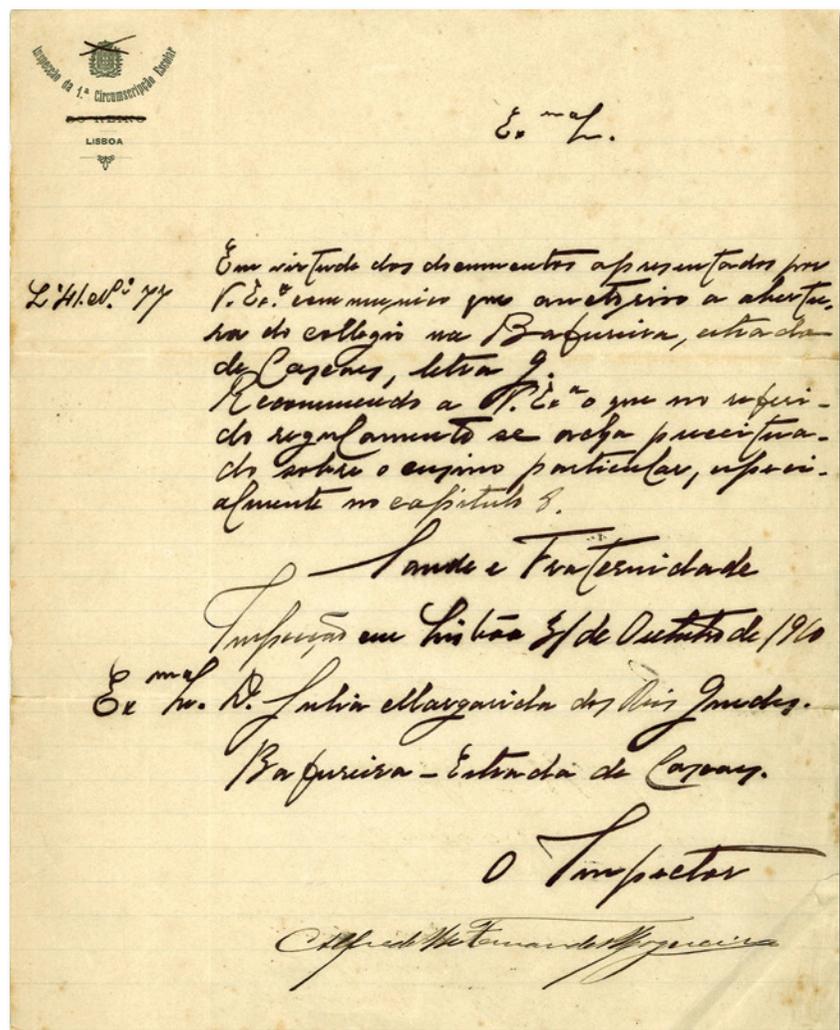
ARQUIVOS EMPRESARIAIS

CÓDIGO DE REFERÊNCIA:
PT/CMCSC-AHMCSC/AEMP

TÍTULO:
Arquivos Empresariais

NÍVEL DE DESCRIÇÃO:
Grupo de Fundos

SISTEMA DE ORGANIZAÇÃO:
O grupo é constituído por 6 fundos:
Colégio da Bafureira,
Eastern Telegraph Company Limited,
Grande Hotel Estrade,
Hotel Palácio,
Jornal da Costa do Sol,
Sociedade de Moagem de Carcavelos
e Teatro Experimental de Cascais



Autorização para a abertura do Colégio da Bafureira, 1910-10-31
[PT/CMCSC-AHMCSC/AEMP/CBAF]

CÓDIGO DE REFERÊNCIA: PT/CMCSC-AHMCSC/AEMP/CBAF

TÍTULO: Colégio da Bafureira

DATAS: 1910-10-31 | 2002-11-07

NÍVEL DE DESCRIÇÃO: Fundo

EXTENSÃO/DIMENSÃO: 4,36 m.l. – 3 lv. e 17 pt.

SUPORTE: Papel

NOME DO PRODUTOR: Colégio da Bafureira

HISTÓRIA ADMINISTRATIVA: O Colégio da Bafureira, instalado junto à praia com o mesmo nome, foi oficialmente fundado em 1910-10-31, sob a direção de Júlia Margarida dos Reis. Para além da classe infantil e da instrução primária, oferecia, ainda, os cursos de Liceu, Comercial e do Conservatório. No início do segundo quartel do século XX passou também a desenvolver a sua atividade num novo edifício na Avenida Camilo Dionísio Álvares, junto à estação do caminho-de-ferro da Parede, onde continua a funcionar. Por imposição legal, que proibiu o regime de coeducação, passou a ser exclusivamente um colégio feminino a partir do ano letivo de 1941-42, até que este fosse retomado para o infantil no ano de 1955, extensivo ao primário em 1973 e a todos os graus em 1985

HISTÓRIA CUSTODIAL E ARQUIVÍSTICA: O fundo foi depositado pelo Colégio da Bafureira, na sequência de contrato estabelecido com a Câmara Municipal de Cascais, através do AHMCSC, ao abrigo do Programa de Recuperação de Arquivos e Documentos de Interesse Municipal (PRADIM)

FONTE IMEDIATA DE AQUISIÇÃO OU TRANSFERÊNCIA: Depósito aprovado em sessão da Câmara Municipal de Cascais, em 2010-01-25

ÂMBITO E CONTEÚDO: A documentação reflete a atividade do Colégio da Bafureira no domínio das funções definidas por alvará

SISTEMA DE ORGANIZAÇÃO: O fundo é constituído por 3 secções: Constituição e Regulamentação; Secretaria e Arquivo e Gestão Financeira; e por 20 séries: Alvarás (1910-2002); Hino e bandeira (1980); Regulamentos e preçários (1915-1952); Correspondência recebida e expedida (1929-1987); Processos de obra (1948-1988); Registo de contratos de professores (1943-1950); Atas de exames e avaliações (1942-1962); Registo de aproveitamento de alunos (1930-1936); Fichas de avaliação (1983-1987); Provas escritas (1858-1963); Cadernos diários, apontamentos e exercícios (1954); Publicações periódicas do colégio (1921-1953); Álbuns fotográficos e bilhetes-postais ilustrados (1910-1970); Homenagens aos diretores (1929-1952); Eventos promovidos pelo colégio (1913-1980); Livro razão (1925); Faturas (1915); Registo de pagamentos de alunos (1962-1964); Balancetes diários (1938-1945) e Guias de abono de família (1961-1971)

CONDIÇÕES DE ACESSO: Restrições: Cf. Decreto-Lei 16/93 de 23 de janeiro, Art.º 17.º, n.ºs 2 e 3. *Diário da República*, I Série A. 19 (1993-01-23) 264-270. Regime geral de arquivos e do património arquivístico

INSTRUMENTOS DE DESCRIÇÃO: Inventário e catálogos parciais on-line. Inventário e catálogo parcial impresso: BETTENCOURT, Olga ; HENRIQUES, João Miguel - *Cem anos a ensinar : Colégio da Bafureira 1910-2010*. Cascais : Câmara Municipal, D. L. 2010. ISBN: 978-972-637-238-7.

NOTAS: O fundo encontra-se acondicionado em 6 cx. e 1 lv.

REGRAS OU CONVENÇÕES: DIREÇÃO GERAL DE ARQUIVOS; PROGRAMA DE NORMALIZAÇÃO DA DESCRIÇÃO EM ARQUIVO; GRUPO DE TRABALHO DE NORMALIZAÇÃO DA DESCRIÇÃO EM ARQUIVO - *Orientações para a descrição arquivística*. 2.º v. Lisboa: DGARQ, 2007. ISBN 978-972-8107-91-8

DATA DA DESCRIÇÃO: 2011-12-23



Estação do cabo submarino na Quinta Nova de Santo António,
em Carcavelos, c. 1900 [AHMCSC/AEMP/ETCL]

CÓDIGO DE REFERÊNCIA: PT/CMCSC-AHMCSC/AEMP/ETCL

TÍTULO: Eastern Telegraph Company Limited

DATAS: 1872 | 2000

NÍVEL DE DESCRIÇÃO: Fundo

EXTENSÃO/DIMENSÃO: 4,03 m.l. – 25 lv. e 14 pt.

SUPORTE: Papel, cartão, madeira, zinco, metal, tecido, vidro, alumínio e plástico

NOME DO PRODUTOR: Eastern Telegraph Company Limited

HISTÓRIA ADMINISTRATIVA: Em 1869, o escocês John Pender, um famoso comerciante e pioneiro das ligações por cabos submarinos, fundou a Falmouth, Gibraltar and Malta Telegraph Company. Em 1869-12, Jules Despecher, representante desta firma, dirigiu um pedido ao governo português para a concessão do lançamento de cabos submarinos entre Portugal, Inglaterra e Gibraltar, o que aconteceria em 1870-04-05. Em 1870-06-03, os cabos de Gibraltar a Carcavelos e de Carcavelos a Porthcurno (Inglaterra) foram inaugurados com a presença do Rei D. Luís. Desta forma, em 1870-06-11 já era possível enviar telegramas para Gibraltar e em 1870-06-12 para Inglaterra. Em 1871-11 a Falmouth, Gibraltar and Malta Telegraph Company obteria o direito de concessão do cabo de ligação entre Portugal e Madeira, Cabo Verde e Pernambuco. Em 1872, Pender fundou a Eastern Telegraph Company, que resultou da fusão e reestruturação de outras companhias que possuía, como a Malta and Alexandria Telegraph Company, a Anglo-Mediterranean Telegraph Company e a Falmouth, Gibraltar and Malta Telegraph Company. Em 1873-02 a Eastern Telegraph Company obteve as concessões atribuídas pelo governo português à companhia operante em Portugal e, em

1878-09, o direito de lançamento de mais um cabo que seguiria de Caminha a Vigo e daí até Inglaterra, inaugurando, ainda, em 1893-08, a ligação para os Açores. Tornou-se, então, na maior companhia de cabo submarino do Mundo. A Eastern Telegraph Company comprou em 1872 a Quinta Nova de Santo António, em Carcavelos, onde funcionara a Falmouth, Gibraltar and Malta Telegraph Company, apetrechando as suas repartições com os mais modernos aparelhos de telegrafia. No jardim da quinta erguia-se um grande mastro através do qual se estabelecia a comunicação entre os empregados da estação e a tripulação dos navios da companhia. Na transição para o século XX, a empresa construiria um importante complexo desportivo que permitiu aos seus funcionários, maioritariamente ingleses, exercitar diversos desportos, como o futebol, o rãguebi e o hóquei em campo, aí praticados pela primeira vez no nosso país, e ainda o ténis, o cricket e o golfe. Em 1932 foi fundada a St. Julian's School, para filhos de britânicos residentes em Portugal, nomeadamente de funcionários da Companhia. As comunicações por cabo submarino seriam encerradas em 1962 e a Eastern Telegraph Company vendeu as suas instalações àquela instituição de ensino e os terrenos envolventes à Sociedade Imobiliária Savelos

HISTÓRIA CUSTODIAL E ARQUIVÍSTICA: O fundo foi depositado pelo Eastern Telegraph Company Limited, na sequência de contrato estabelecido com a Câmara Municipal de Cascais, através do AHMCSC, ao abrigo do Programa de Recuperação de Arquivos e Documentos de Interesse Municipal (PRADIM)

FONTE IMEDIATA DE AQUISIÇÃO OU TRANSFERÊNCIA: Depósito aprovado em sessão da Câmara Municipal de Cascais, em 2015-10-12

ÂMBITO E CONTEÚDO: A documentação reflete a atividade da Eastern Telegraph Company Limited no domínio das funções definidas por estatutos

SISTEMA DE ORGANIZAÇÃO: O fundo é constituído por 2 secções: Secretaria e Arquivo e Documentos Bibliográficos e Museológicos; e por 13 séries: Registo de legislação (1925-1977); Registo de funcionários aposentados (1939-1987); Registo de nomes e moradas dos representantes da companhia (1968-1971); Registo de medição de eletricidade (1960-1973); Fotografias (1872-2000); Zincogravuras (1930); Recortes de imprensa (1928-1963); Cartografia (1960-1963); Modelo de impressos e marcadores (1930-2000); Biblioteca (1980-1994); Publicações periódicas (1981); Folhetos e circular (1930-1998) e Objetos museológicos (1905-1961)

CONDIÇÕES DE ACESSO: Restrições: Cf. Decreto-Lei 16/93 de 23 de janeiro, Art.º 17.º, n.ºs 2 e 3. Diário da República, I Série A. 19 (1993-01-23) 264-270. Regime geral de arquivos e do património arquivístico

INSTRUMENTOS DE DESCRIÇÃO: Inventário on-line

NOTAS: O fundo encontra-se acondicionado em 11 cx., 1 lv. e 2 pt.

REGRAS OU CONVENÇÕES: DIREÇÃO GERAL DE ARQUIVOS; PROGRAMA DE NORMALIZAÇÃO DA DESCRIÇÃO EM ARQUIVO; GRUPO DE TRABALHO DE NORMALIZAÇÃO DA DESCRIÇÃO EM ARQUIVO - Orientações para a descrição arquivística. 2.º v. Lisboa: DGRARQ, 2007. ISBN 978-972-8107-91-8

DATA DA DESCRIÇÃO: 2016-06-01

GRAND HOTEL ESTRADE

CÓDIGO DE REFERÊNCIA: PT/CMCSC-AHMCSC/AEMP/GHE

TÍTULO: Grand Hotel Estrade

DATAS: 1929-01-15 | 1929-05-10

NÍVEL DE DESCRIÇÃO: Fundo

EXTENSÃO/DIMENSÃO: 0,11 m. l. - 1 lv.

SUPORTE: Papel

NOME DO PRODUTOR: Grand Hotel Estrade

HISTÓRIA ADMINISTRATIVA: O Grand Hotel, mandado construir na Avenida de Saboia pela Companhia Monte Estoril, foi inaugurado em 1898-08-01, vindo a ser conhecido por Grand Hotel Estrade, por ser esse o apelido do seu gerente. Em 1898-08-16, a "Gazeta dos Caminhos-de-Ferro" anotaria a seu propósito: «Ao todo 54 quartos. No anexo há, no rés-do-chão, a cozinha e dependências de serviço; no 1.º andar a copa, a grande sala de jantar, comportando 100 pessoas, e outra sala em que podem jantar mais 30. A mobília, os estofos das janelas[s] e portas, o forro das paredes são da mais apurada elegância e do mais moderno gosto. A iluminação é toda a luz elétrica. O serviço [é] irrepreensível, estando a cargo do sr. E. Estrade, dono do café Montanha que tomou aquela casa de arrendamento por alguns anos, tencionando tê-la aberta verão e inverno». O estabelecimento dotou, assim, o Monte Estoril de um serviço de primeira ordem, que pareceu poder rivalizar com os melhores de Lisboa. De acordo com o "Anuário Comercial", em 1917 o hotel era explorado por Tivet & Oliveira, a quem sucederia, a partir de 1920, Manuel Gonzalez Fernandez. Foi alvo de obras de beneficiação em 1935 e em 1963, ano em que foi dotado de piscina. Em 1969 a sua oferta era já de 145 camas

GRAND HOTEL ESTRADE
MONT'ESTORIL
(RIVIÈRA DE PORTUGAL)

Téléphone 9

Le Propriétaire **MANOEL G. FERNANDEZ**
Chambre N.º 7

M. M. les voyageurs sont priés de régler leurs notes tous les huit jours

Doit M. *Dr. A. Kimahan*

1929	15	16	17	18	19	20	21	Total
Report	δ	δ	δ	δ	δ	δ	δ	2264,86
Pension	40 ⁰⁰	280 ⁰⁰						
Chambre	δ	δ	δ	δ	δ	δ	δ	δ
Déjeuners et dîners extra	δ	δ	δ	δ	δ	δ	δ	δ
Vins ordinaires	10 ⁰⁰	δ	10 ⁰⁰	10 ⁰⁰	δ	10 ⁰⁰	10 ⁰⁰	50 ⁰⁰
Vins fins	δ	δ	δ	δ	δ	δ	δ	δ
Thé	δ	δ	δ	12 ⁰⁰	δ	δ	δ	12 ⁰⁰
Calé	δ	δ	δ	δ	δ	δ	δ	δ
Cognac et liqueurs	δ	δ	δ	δ	δ	δ	δ	δ
Whisky	δ	δ	6 ⁰⁰	δ	δ	δ	δ	6 ⁰⁰
Bière et citronade	δ	δ	δ	δ	δ	δ	δ	δ
Eaux minérales	8 ⁵⁰	δ	2 ⁰⁰	3 ⁵⁰	δ	δ	δ	9 ⁰⁰
Café au lait et chocolat	δ	δ	δ	δ	δ	δ	δ	δ
Appertifs	δ	δ	δ	δ	δ	δ	δ	δ
Blanchissage	δ	δ	δ	δ	δ	δ	δ	δ
Bains	2 ⁵⁰	17 ⁵⁰						
Cigares-Cigarettes et all. ^{es}	δ	δ	30 ⁰⁰	δ	12 ⁰⁰	δ	δ	15 ⁰⁰
Débours	δ	δ	5 ⁰⁰	δ	δ	3 ²⁰	1 ⁶⁰	5 ⁵⁰
Téléphone	δ	δ	δ	δ	δ	δ	δ	δ
	δ	δ	δ	δ	δ	δ	δ	530 ⁸⁰
	δ	δ	δ	δ	δ	δ	δ	15 ⁹⁰
	δ	δ	δ	δ	δ	δ	δ	17 ²⁰
	δ	δ	δ	δ	δ	δ	δ	564 ⁶⁰
	δ	δ	δ	δ	δ	δ	δ	δ
	δ	δ	δ	δ	δ	δ	δ	δ
	δ	δ	δ	δ	δ	δ	δ	δ
	δ	δ	δ	δ	δ	δ	δ	δ
	δ	δ	δ	δ	δ	δ	δ	δ

Registo de despesa de hóspede do Grand Hotel Estrade, 1929-02
[PT/CMCSC-AHMCSC/AEMP/GHE]

HISTÓRIA CUSTODIAL E ARQUIVÍSTICA: Desconhece-se a forma de ingresso do fundo no AHMCSC

FONTE IMEDIATA DE AQUISIÇÃO OU TRANSFERÊNCIA: Desconhecida

ÂMBITO E CONTEÚDO: A documentação reflete a atividade do Grand Hotel Estrade no domínio das funções definidas por alvará

SISTEMA DE ORGANIZAÇÃO: O fundo é constituído por 1 documento: Registo de despesa de hóspedes (1929)

INSTRUMENTOS DE DESCRIÇÃO: Catálogo on-line

NOTAS: O fundo encontra-se acondicionado em 1 cx.

REGRAS OU CONVENÇÕES: DIREÇÃO GERAL DE ARQUIVOS; PROGRAMA DE NORMALIZAÇÃO DA DESCRIÇÃO EM ARQUIVO; GRUPO DE TRABALHO DE NORMALIZAÇÃO DA DESCRIÇÃO EM ARQUIVO - *Orientações para a descrição arquivística*. 2.º v. Lisboa: DGARQ, 2007. ISBN 978-972-8107-91-8

DATA DA DESCRIÇÃO: 2011-12-23



Vista aérea do Estoril, c. 1930. Ao centro destaca-se o Hotel Palácio
[PT/CMCSC-AHMCSC/AEMP/HPL]

CÓDIGO DE REFERÊNCIA: PT/CMCSC-AHMCSC/AEMP/HPL

TÍTULO: Hotel Palácio

DATAS: 1917-10-03 | 1987

NÍVEL DE DESCRIÇÃO: Fundo

EXTENSÃO/DIMENSÃO: 5,88 m.l. – 13 cx., 6 lv., 4 pt. e 50 ds.

SUPORTE: Papel, vidro e poliéster

NOME DO PRODUTOR: Hotel Palácio

HISTÓRIA ADMINISTRATIVA: O Palace Hotel do Estoril, cedo conhecido por Hotel Palácio, foi inaugurado em 1930-08-30, constituindo um dos equipamentos estruturantes do projeto encomendado ao arquiteto Henri Martinet por Fausto de Figueiredo e Augusto Carreira de Sousa, que, a partir de 1914, procurariam impor o Estoril enquanto «estação marítima, climatérica, termal e sportiva» de renome internacional. Ainda que a primeira pedra do ambicioso projeto fosse lançada em 1916-01-16, a guerra e as dificuldades de financiamento condicionariam a sua concretização, pelo que o Hotel Palácio apenas foi inaugurado catorze anos depois, sob a direção do arquiteto Raul Jourde e do decorador M. Fitté. No dia anterior à abertura, Fausto de Figueiredo ofereceria um chá aos representantes da imprensa na esplanada do Tamariz, para os convidar, depois, a visitar a nova unidade hoteleira, dotada de duzentos quartos, de cem casas de banho e de suites no corpo central. Mercê da sua proximidade de Lisboa, o Hotel Palácio cedo se transformou numa das mais prestigiadas salas de visita do País, disponibilizando modernas e luxuosas instalações aos visitantes mais exigentes. De monarcas a empresários e artistas, muitos foram os que se instalaram neste estabelecimento, contribuindo para a sua divulgação e

prestígio. Em finais da década de 1930 começaram a chegar ao Hotel Palácio muitos estrangeiros, que aqui buscavam a tranquilidade perdida nos seus países de origem. Com o eclodir da guerra, a neutralidade de Portugal assegurar-lhes-ia um porto tranquilo para a travessia do Atlântico e o acesso às Américas, para onde a maior parte se dirigiu. Durante o conflito, cruzaram-se, assim, no Hotel Palácio espiões, negociantes, banqueiros, empresários e políticos, a que se seguiram, numa segunda fase, reis, rainhas e destacados membros das principais famílias reais europeias, para além de muitos artistas e desportistas. O momento mais alto da vida social do Hotel ocorreu em 1955-02-12, quando foi escolhido para servir o banquete de casamento do príncipe Alexandre da Jugoslávia e da princesa Maria Pia de Saboia, filha do rei Humberto de Itália, exilado em Cascais. As obras de remodelação, iniciadas ainda na década de 1950, que dotaram a unidade de um quinto andar e de uma nova ala, construída de raiz, com cozinha e sala de refeições, permitiram, em 1964-07-08, a obtenção do reconhecimento oficial da sua «utilidade turística». Em 1966 inaugurou uma piscina privativa, abastecida pela nascente das velhas termas, recebendo, após a revolução de 1974-04-25, à semelhança de outros estabelecimentos, cerca de 300 portugueses, regressados das ex-colónias. Na década de 1980 seria alvo de uma profunda recuperação e remodelação, sob a orientação de Lucien Donat. Deixou de pertencer à família Figueiredo em 1983, passando, desde então, a ser administrado pela família do iraquiano Albaker, cujo primeiro contacto com o hotel remonta a 1974

HISTÓRIA CUSTODIAL E ARQUIVÍSTICA: O fundo foi depositado pelo Hotel Palácio, na sequência de contrato estabelecido com a Câmara Municipal de Cascais, através do AHMCSC, ao abrigo do Programa de Recuperação de Arquivos e Documentos de Interesse Municipal (PRADIM)

FONTE IMEDIATA DE AQUISIÇÃO OU TRANSFERÊNCIA: Depósito aprovado em sessão da Câmara Municipal de Cascais, em 2010-05-03

ÂMBITO E CONTEÚDO: A documentação reflete a atividade do Hotel Palácio no domínio das funções definidas por alvará, assim como outros projetos desenvolvidos pela Estoril Plage

SISTEMA DE ORGANIZAÇÃO: O fundo é constituído por 2 secções: Serviços Administrativos e Projetos de equipamentos; e por 10 séries: Provas de fotografias em papel (1930 -1950); Negativos de fotografias em vidro e película (1930 -1950); Estabelecimento termal (1917-1950); Hotel do Parque (1960-1961); Casino (1956); Pavilhão do Ténis (1952); Esplanada Marginal (1920); Edifícios do Tamariz (1930-1960); Moradia na Rua de Inglaterra (1960) e Hotel de apartamentos Estoril Eden (1980-1987)

CONDIÇÕES DE ACESSO: Restrições: Cf. Decreto-Lei 16/93 de 23 de janeiro, Art.º 17.º, n.ºs 2 e 3. *Diário da República*, I Série A. 19 (1993-01-23) 264-270. Regime geral de arquivos e do património arquivístico

INSTRUMENTOS DE DESCRIÇÃO: Inventário on-line

NOTAS: O fundo encontra-se, por ora, acondicionado em 47 cx., 5 lv. e 1 pt. As datas extremas registadas são aproximadas

REGRAS OU CONVENÇÕES: DIREÇÃO GERAL DE ARQUIVOS; PROGRAMA DE NORMALIZAÇÃO DA DESCRIÇÃO EM ARQUIVO; GRUPO DE TRABALHO DE NORMALIZAÇÃO DA DESCRIÇÃO EM ARQUIVO - *Orientações para a descrição arquivística*. 2.º v. Lisboa: DGRARQ, 2007. ISBN 978-972-8107-91-8

DATA DA DESCRIÇÃO: 2014-05-23



1.ª Edição do *Jornal da Costa do Sol*, assinada pela equipa, 1964
 [PT/CMCSC-AHMCSC/AEMP/JCS]

CÓDIGO DE REFERÊNCIA: PT/CMCSC-AHMCSC/AEMP/JCS

TÍTULO: *Jornal da Costa do Sol*

DATAS: 1926 | 2010

NÍVEL DE DESCRIÇÃO: Fundo

EXTENSÃO/DIMENSÃO: 31,56 m.l. – 60 lv., 7 pt., 15 doc. e 66 CD

SUPORTE: Papel

NOME DO PRODUTOR: *Jornal da Costa do Sol*

HISTÓRIA ADMINISTRATIVA: A primeira edição do *Jornal da Costa do Sol* data de 1964-04-25 e concretiza a vontade de dotar Cascais e Oeiras de um semanário para «servir a região e os seus habitantes». Na sua génese esteve uma equipa jovem que trabalhou de forma empenhada e gratuitamente em prol da terra que a vira nascer, com destaque para o diretor, João Martinho de Freitas; o subdiretor, João Raposo dos Santos e o editor, David Maria da Silva. Contou, desde sempre, com prestigiados colaboradores, editando textos de especialistas das mais diferentes áreas do saber, como J. Diogo Correia, Lopes Portelinha, Júlio Conrado e José d'Encarnação, entre outros, afirmando-se, ainda, pela inovação, enquanto o primeiro jornal português a ser impresso em offset. Após o falecimento de João Martinho de Freitas, a direção do jornal foi assumida por João Raposo dos Santos, a que se sucedeu Fernando de Almeida Henriques e José Júlio de Carvalho. No ano de 1976, a direção foi assumida durante escassos meses por Francisco Pinto Balsemão, até à suspensão da publicação, em 1976-07-29. A edição foi retomada em 1976-12-23, sob nova direção de João Raposo dos Santos, sucedido por Carlos Andrade Teixeira, José d'Encarnação, Júlio Conrado, Viriato Dias e Sofia Ribeiro, até à data da última edição, em 2010-01-

14. A redação do jornal e os seus apoios para paginação, bem como os serviços administrativos, começaram por funcionar no 1º andar de um prédio na Travessa das Flores, em Cascais, cedido, a título de empréstimo, por um dos acionistas. A sede do jornal transitou posteriormente para um edifício na Avenida Valbom, a que se seguiu a derradeira instalação na Travessa Afonso Sanches, com a redação a funcionar na Praça João Martinho de Freitas, no Bairro da Assunção, em Cascais. A atividade deste jornal e algumas campanhas e iniciativas que desenvolveu em prol das populações locais, mereceu o reconhecimento das duas autarquias, com a atribuição da Medalha de Mérito Municipal da Câmara Municipal de Cascais, em 1985 e da Medalha de Ouro da Câmara Municipal de Oeiras, em 1994

HISTÓRIA CUSTODIAL E ARQUIVÍSTICA: O fundo foi depositado pelo Sr. Engenheiro Henrique Vilar Gomes, na sequência de contrato estabelecido com a Câmara Municipal de Cascais, através do AHMC, ao abrigo do Programa de Recuperação de Arquivos e Documentos de Interesse Municipal (PRADIM)

FONTE IMEDIATA DE AQUISIÇÃO OU TRANSFERÊNCIA: Depósito aprovado em sessão da Câmara Municipal de Cascais, em 2013-06-03

ÂMBITO E CONTEÚDO: A documentação reflete a atividade do Jornal da Costa do Sol, no domínio das funções definidas por estatutos

SISTEMA DE ORGANIZAÇÃO: O fundo é constituído por 4 secções: Constituição e Regulamentação; Secretaria e Arquivo; Gestão Financeira e Documentos Bibliográficos e Museológicos; e por 18 séries: Atas da Assembleia Geral (1976-1998); Atas do Conselho de Administração (1989-1996); Atas do Conselho Fiscal (1988-1994); Autos de posse de cargos gerentes (1966-1995); Relatórios e contas (1997-1999); Estatutos (1966-

1993); Correspondência recebida pela Assembleia Geral (1976-2005); Fotografias e bilhetes-postais ilustrados (1990); Balancetes (1997); Registo de ações (1967-1991); Acionistas com conta corrente de capital (1979); Letras a pagar (1998-2004); Hemeroteca (1954-2009); Biblioteca (1970-2010); CDs e DVDs (1970-2010); Diplomas, medalhas, placas e troféus (1964-2010); Carimbos (1964-2010) e Pintura (1970)

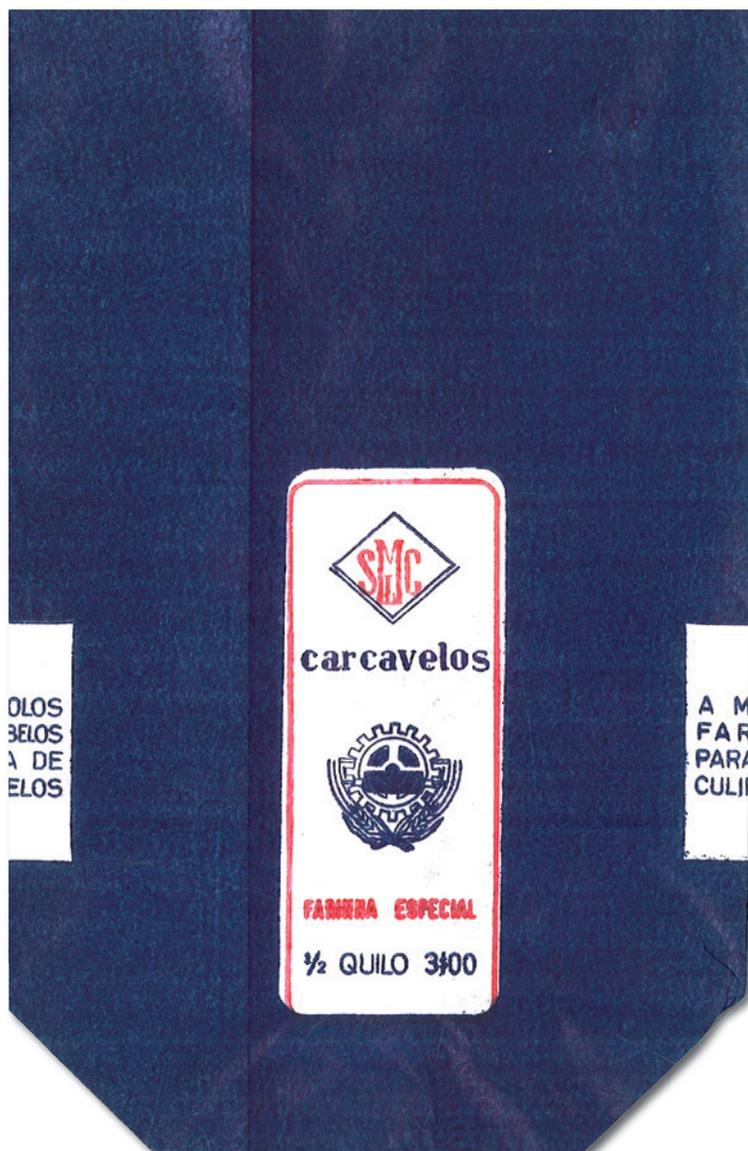
CONDIÇÕES DE ACESSO: Restrições: Cf. Decreto-Lei 16/93 de 23 de janeiro, Art.º 17.º, n.ºs 2 e 3. Diário da República, I Série A. 19 (1993-01-23) 264-270. Regime geral de arquivos e do património arquivístico

INSTRUMENTOS DE DESCRIÇÃO: Inventário on-line

NOTAS: O fundo encontra-se acondicionado em 76 cx. e 34 lv.

DATA DA DESCRIÇÃO: 2015-06-01

SOCIEDADE MOAGEM DE CARCAVELOS



Embalagem de Farinha Clarinha, produzida pela Sociedade Moagem de Carcavelos, c. 1960 [PT/CMCSC-AHMCSC/AEMP/SMC]

CÓDIGO DE REFERÊNCIA: PT/CMCSC-AHMCSC/AEMP/SMC

TÍTULO: Sociedade Moagem de Carcavelos

DATAS: 1944-11 | 1983-12-16

NÍVEL DE DESCRIÇÃO: Fundo

EXTENSÃO/DIMENSÃO: 1,10 m. l. – 51 lv. e 9 pt.

SUPORTE: Papel

NOME DO PRODUTOR: Sociedade Moagem de Carcavelos

HISTÓRIA ADMINISTRATIVA: Em 1925-03-21, a Comissão Executiva da Câmara Municipal de Cascais tomaria conhecimento de correspondência da Sociedade Moagem Carcavelos Ld.^a, pedindo licença para construir uma fábrica de moagens num terreno que possuía em Carcavelos, na Avenida Loureiro, de que também se conhecem processos de obra para a construção de anexos, pelo menos desde 1944. O seu silo, que constituiu, durante décadas, a marca distintiva do edifício, já se encontrava concluído em 1956, não obstante no ano seguinte se voltar a requerer a ampliação das instalações. Na sequência da interrupção da laboração, o edifício foi demolido em 2003

HISTÓRIA CUSTODIAL E ARQUIVÍSTICA: O fundo foi transferido para o AHMCSC pelo Gabinete de Arqueologia da Câmara Municipal de Cascais, na sequência da demolição do edifício da Sociedade Moagem de Carcavelos

FONTE IMEDIATA DE AQUISIÇÃO OU TRANSFERÊNCIA: Transferência, em 2005-12-14

ÂMBITO E CONTEÚDO: A documentação reflete a atividade da Sociedade Moagem de Carcavelos no domínio das funções definidas por alvará

SISTEMA DE ORGANIZAÇÃO: O fundo é constituído por 4 séries: Correspondência recebida e expedida (1957-1980), Quotizações (1977-1981), Guias de remessa (1974-1983) e Projetos (1944-1977). Comporta, ainda, Formulários e Embalagens (1960)

CONDIÇÕES DE ACESSO: Restrições: Cf. Decreto-Lei 16/93 de 23 de janeiro, Art.º 17.º, n.ºs 2 e 3. *Diário da República*, I Série A. 19 (1993-01-23) 264-270. Regime geral de arquivos e do património arquivístico

INSTRUMENTOS DE DESCRIÇÃO: Inventário on-line

NOTAS: O fundo encontra-se acondicionado em 10 cx.

REGRAS OU CONVENÇÕES: DIREÇÃO GERAL DE ARQUIVOS; PROGRAMA DE NORMALIZAÇÃO DA DESCRIÇÃO EM ARQUIVO; GRUPO DE TRABALHO DE NORMALIZAÇÃO DA DESCRIÇÃO EM ARQUIVO - *Orientações para a descrição arquivística*. 2.º v. Lisboa: DGARQ, 2007. ISBN 978-972-8107-91-8

DATA DA DESCRIÇÃO: 2013-06-01



Nuno Emanuel, Orlando Costa, António Marques e Santos Manuel na peça *El-Rei Selenco* (Luís Vaz de Camões), 1960 [AHMCSC/AASS/TEC]

CÓDIGO DE REFERÊNCIA: PT/CMCSC-AHMCSC/AASS/TEC

TÍTULO: Teatro Experimental de Cascais

DATAS: [1967 - 1977]

NÍVEL DE DESCRIÇÃO: Fundo

EXTENSÃO/DIMENSÃO: 0,005 m.l. - 1 CD

SUPORTE: Digital

NOME DO PRODUTOR: Teatro Experimental de Cascais

HISTÓRIA ADMINISTRATIVA: Criado em 1965, o Teatro Experimental de Cascais (TEC) é um grupo de teatro português sediado no Monte Estoril. Ao longo dos seus 47 anos de atividade apresentou mais de uma centena de peças e contou com a colaboração de personalidades dos mais variados domínios, tais como Carlos Paredes, Luís Pinto Coelho, Almada Negreiros, Júlio Resende, Natália Correia, Daniel Sampaio, Michel Giacometti e Delfins, entre outros. O seu repertório, do qual fazem parte diferentes autores, clássicos e contemporâneos, estrangeiros e portugueses, privilegiou sempre a vertente experimentalista e de cariz inovador, que em muito se deve ao trabalho de encenadores notáveis como Águeda Sena, Artur Ramos, Rogério Paulo, António Marques, Fernanda Lapa, Naum Alves de Sousa, Luiz Rizo e Jorge Listopad e do seu principal diretor e encenador, Carlos Avilez. Graças à sua vocação educativa, muitos atores iniciaram as suas carreiras no TEC, como João Vasco, Santos Manuel e Zita Duarte, trabalhando com a Companhia residente, criada em 1964. Por aqui passaram também outros nomes consagrados, casos de Amélia Rey Colaço, Mirita Casimiro, Eunice Muñoz, Carmen Dolores ou Mário Viegas, muitos dos quais o TEC

ajudou a lançar, como António Feio, Alexandra Lencastre, Diogo Infante ou José Wallenstein. O trabalho do TEC já foi por várias vezes reconhecido com a atribuição de prémios e apreciado em digressões e iniciativas como o XI Ciclo de Teatro Latino (Barcelona, Espanha), Festival Internacional de Denver (EUA), 5èmes Rencontres Internationales de Théâtre pour l'Enfance et la Jeunesse (Lyon, França), 7ª Festa Internazionale di Teatro per Ragazzi (Turim, Itália), Festival Internacional de Montevideo (Uruguai), Festival da Primavera (Budapeste, Hungria) e o 10º Festival de Teatro de Bayonne (França). No âmbito da sua atividade importa destacar também o projeto "O Aluno, o Professor, o Teatro e a Escola", que tem por missão atrair os jovens para o teatro, utilizando a escrita e os currículos escolares, em parceria com a Câmara Municipal de Cascais, que já dera outros frutos, com a organização da Escola Profissional de Teatro de Cascais. Criada em 1992, na organização da Escola Profissional de Teatro de Cascais. Criada em 1992, a Escola Profissional de Teatro de Cascais é propriedade da autarquia e do Teatro Experimental de Cascais e dirigida por Carlos Avilez. Tem vindo a formar profissionais em muitas áreas da interpretação, do teatro à televisão, estando habilitada a ministrar cursos com equivalência ao 12º ano e qualificação de nível IV, em três áreas das Artes do Espetáculo: Interpretação; Luz, Som e Efeitos Cénicos; e Cenografia, Figurinos e Adereços. Desde 1979 que o TEC desenvolve a sua atividade no antigo Picadeiro do Estoril, ano em que a Câmara Municipal de Cascais o cedeu ao grupo para aí sedear a Companhia. Contudo, apenas em 1986, depois de muitas obras de adaptação, o espaço seria inaugurado com o nome de Teatro Miritita Casimiro, em homenagem à atriz que em 1966 integraria o elenco do TEC e que fez de Cascais o seu local de residência. Inaugurado em 2004, o Espaço Memória do Teatro Experimental de Cascais preserva o espólio dos 50 anos de atividade da Companhia, que traduz a originalidade, o arrojo, a inovação e a relevância do trabalho deste grupo para a renovação das linguagens do teatro em Portugal

HISTÓRIA CUSTODIAL E ARQUIVÍSTICA: O fundo foi depositado pelo Teatro Experimental de Cascais, na sequência de contrato estabelecido com a Câmara Municipal de Cascais, através do AHMCSC, ao abrigo do Programa de Recuperação de Arquivos e Documentos de Interesse Municipal (PRADIM)

FONTE IMEDIATA DE AQUISIÇÃO OU TRANSFERÊNCIA: Depósito aprovado em sessão da Câmara Municipal de Cascais, em 2014-12-22

ÂMBITO E CONTEÚDO: A documentação é composta por fotografias digitais de peças de teatro.

SISTEMA DE ORGANIZAÇÃO: O fundo encontra-se em tratamento, não dispondo de quadro de classificação definitivo

CONDIÇÕES DE ACESSO: Restrições: Cf. Decreto-Lei 16/93 de 23 de janeiro, Art.º 17.º, n.ºs 2 e 3. Diário da República, I Série A. 19 (1993-01-23) 264-270. Regime geral de arquivos e do património arquivístico

INSTRUMENTOS DE DESCRIÇÃO: Inventário on-line

NOTAS: O fundo encontra-se, por ora, acondicionado em 1 CD. Datas de Produção Inicial e Final aproximadas

REGRAS OU CONVENÇÕES: DIREÇÃO GERAL DE ARQUIVOS; PROGRAMA DE NORMALIZAÇÃO DA DESCRIÇÃO EM ARQUIVO; GRUPO DE TRABALHO DE NORMALIZAÇÃO DA DESCRIÇÃO EM ARQUIVO - Orientações para a descrição arquivística. 2.º v. Lisboa: DGARQ, 2007. ISBN 978-972-8107-91-8

DATA DA DESCRIÇÃO: 2016-06-01

ARQUIVOS ESPECIAIS

CÓDIGO DE REFERÊNCIA:
PT/CMCSC-AHMCSC/AESP

TÍTULO:
Arquivos Especiais

NÍVEL DE DESCRIÇÃO:
Grupo de Fundos

SISTEMA DE ORGANIZAÇÃO:
O grupo é constituído por 9 coleções:
Coleção António Capucho, Coleção Almarjão,
Coleção Cartográfica do Município, Coleção José de Matos-Cruz, Coleção
José Santos Fernandes, Coleção Maria Albertina Madruga,
Coleção Municipal de Bilhetes-postais Ilustrados,
Coleção Manuel Eugénio Fernandes da Silva e Coleção Monsenhor Elviro dos Santos

COLEÇÃO ANTÓNIO CAPUCHO



Compromisso da Confraria de Nossa Senhora do Cabo, 1753

[PT/CMCSC-AHMCSC/AESP/CAC]

CÓDIGO DE REFERÊNCIA: PT/CMCSC-AHMCSC/AESP/CAC

TÍTULO: Coleção António Capucho

DATAS: 1590 | 1804

NÍVEL DE DESCRIÇÃO: Coleção

EXTENSÃO/DIMENSÃO: 1,35 m. l. – 1 gv. e 1 CD

SUPORTE: Papel e digital

NOME(S) DO(S) COLECCIONADOR(ES): António Emídio Ferreira de Mesquita da Silva Capucho e António d'Orey Capucho

HISTÓRIA(S) BIOGRÁFICA(S):

ANTÓNIO EMÍDIO FERREIRA DE MESQUITA DA SILVA CAPUCHO

António Emídio Ferreira de Mesquita da Silva Capucho nasceu em 1918-04-29, em S. João do Estoril, onde passou a infância e parte da adolescência. Ainda não tinha vinte anos quando integrou a empresa da família – a Casa Capucho – sediada na Rua de S. Paulo, em Lisboa. Em 1938 casou com Teresa d'Orey, fixando-se em Lisboa, até voltar a S. João do Estoril, onde criou os seus nove filhos. O fascínio pelo colecionismo começou com os livros antigos e raros. Na sua vasta biblioteca, constituída por milhares de exemplares, destacam-se os temas ligados à história e cultura portuguesa. Nas palavras da Prof. Doutora Luísa Arruda, em "António Capucho: Retrato do homem através da coleção" (Lisboa: Editora Civilização, 2004), «Pode considerar-se António Capucho como um bibliófilo da velha escola. Os seus 30 dossiês manuscritos de fichas sobre bibliografia portuguesa constituem uma importante obra de referência para quem frequenta a sua biblioteca». Chegou um pouco mais tarde o gosto pelas peças de arte, sobretudo

a cerâmica em terracota, azulejaria e faiança, que escolhia cuidadosamente sem se deter no seu possível valor comercial. De acordo com Paulo Henriques, em estudo inserido na mesma obra, António Capucho «coleccionou de modo caprichoso, tomando como critério primeiro a empatia imediata que estabelecia com os objetos, embora conhecesse o seu valor estético, histórico e comercial». Muitas peças da sua colecção de cerâmica e azulejaria integraram várias exposições, por exemplo, no Museu Nacional de Arte Antiga, no Museu Calouste Gulbenkian, no Museu Nacional do Azulejo ou no Museu das Caldas. Também em Cascais, a Fundação D. Luís I apresentou a exposição “António Capucho: O homem e a colecção”, que esteve patente entre 2007-05-18 e 2007-07-07, no Centro Cultural de Cascais. O seu reconhecido interesse pela história do concelho de Cascais ficou, ainda, marcado pelo apoio à investigação nos mais variados domínios, nomeadamente ao nível da cartografia, que tanto apreciava, como o atesta a edição, no “Arquivo de Cascais: Boletim cultural do município”, em 1996, do mapa setecentista que adquirira, representando o Estoril, Galiza, S. João do Estoril e Alapraia, antecedido de estudo da autoria de Guilherme Cardoso. Já em 2008 autorizou o depósito digital no Arquivo Histórico Municipal de Cascais de um precioso manuscrito de 1753, relativo à Confraria de Nossa Senhora do Cabo, doando, também, à Rede de Bibliotecas Municipais, “Memória sobre a utilidade e uso medicinal dos banhos do Estoril”, espécie rara, datada de 1839. Faleceu em 2008-11-08

ANTÓNIO D’OREY CAPUCHO

António d’Orey Capucho, filho de Maria Teresa de Jesus de Almeida d’Orey e de António Emídio Ferreira de Mesquita da Silva Capucho, nasceu em Lisboa, em 1945-01-03. Com pouco mais de três anos veio definitivamente viver para S. João do Estoril, onde nascera seu pai. Praticou vários desportos como atleta federado: ténis no Clube de Ténis do Estoril, atletismo

no Grupo Sportivo de Carcavelos, voleibol no Grupo Dramático e Sportivo de Cascais, badmington na Associação Desportiva de Oeiras, basquetebol no Grupo Desportivo de Paço de Arcos e futebol na Associação Desportiva da Costa do Sol. Desempenhou funções na direção do Clube de Ténis do Estoril e da Associação Desportiva da Costa do Sol, da qual foi um dos fundadores e sócio n.º 2, integrando, ainda, os corpos sociais da Associação dos Bombeiros dos Estoris. É, também, sócio honorário do Clube Naval de Cascais e do Clube de Ténis do Estoril. Enquanto finalista do Liceu de Oeiras e aluno do curso superior de Organização e Gestão de Empresas, tornou-se dirigente estudantil e associativo, envolvendo-se nas eleições para a Assembleia Nacional em 1969 e 1973, na quais apoiou, respetivamente, a Comissão Eleitoral de Unidade Democrática (CEUD) e a Comissão Democrática Eleitoral (CDE). Filiado no Partido Social Democrata – então designado Partido Popular Democrático –, exerceu vários cargos na Secção de Cascais, nomeadamente enquanto Presidente da Comissão Política e Presidente da Assembleia Concelhia. Em 1975 foi designado por Francisco Sá Carneiro para Secretário geral adjunto do partido, passando, em 1977, a desempenhar as funções de Diretor geral. Já em 1978 seria eleito Secretário geral, tarefa em que voltou a ser investido em 1980 e 1998. Em 1987 foi eleito Vice-Presidente da Comissão Política Nacional dos social-democratas, compromisso que reassumiria em 1996 e 1999. Deputado à Assembleia da República em todas as eleições legislativas de 1980 a 1999, foi, ainda, líder parlamentar do PSD entre 1984 e 1987 e de 1999 a 2001. Ocupou, também, os cargos de Secretário de Estado Adjunto do Primeiro Ministro, entre 1981 e 1983, no governo de Francisco Pinto Balsemão; de Ministro da Qualidade de Vida, entre 1983 e 1984, no governo de Mário Soares; e de Ministro dos Assuntos Parlamentares, entre 1987 e 1989, no governo de Aníbal Cavaco Silva. Desempenhou as funções de Conselheiro de Estado entre 2002 e 2004 e de 2009 a 2011. Em 1989 encabeçou a lista do seu partido às eleições para o Parlamento Europeu, vindo a

ser reeleito como deputado europeu nas eleições de 1994. No decurso deste mandato foi Coordenador do Grupo Europeu do PSD e Vice-presidente do Parlamento Europeu. A experiência europeia traduzir-se-ia na escrita e publicação dos livros "A União Europeia: O que é e como funciona?", em 1994; "A União Europeia a 15", em 1996; e "De Roma a Amesterdão", em 1997. Tendo já desempenhado as funções de Presidente da Assembleia Municipal de Cascais, de 1983 a 1984, viria a ser eleito Presidente da Câmara Municipal de Cascais em 2001, 2005 e 2009, tendo requerido a suspensão do seu mandato em 2011-02-01. Foi agraciado com a Grã-Cruz da Ordem do Infante D. Henrique, a Grã-Cruz de Mérito Civil (Espanha), a Ordem de Mérito do Grão-Ducado do Luxemburgo, a Ordem de Mérito da Academia de Letras e Artes e a Medalha de Honra do Município de Cascais

HISTÓRIA CUSTODIAL E ARQUIVÍSTICA: A coleção foi doada pelos Srs. António Emídio Ferreira de Mesquita da Silva Capucho e Dr. António d'Orey Capucho, à Câmara Municipal de Cascais, através do AHMCSC, nomeadamente ao abrigo do Programa de Recuperação de Arquivos e Documentos de Interesse Municipal (PRADIM)

FONTE IMEDIATA DE AQUISIÇÃO OU TRANSFERÊNCIA: Doações aprovadas em sessões da Câmara Municipal de Cascais, em 2005-11-21 e 2008-05-25, sendo esta última em suporte digital

ÂMBITO E CONTEÚDO: A coleção é constituída por 12 documentos, nomeadamente cartografia representando Portugal continental, as regiões autónomas dos Açores e da Madeira e as antigas províncias ultramarinas, assim como a digitalização do Compromisso da Confraria de Nossa Senhora do Cabo

SISTEMA DE ORGANIZAÇÃO: A coleção é constituída por 12 documentos, nomeadamente cartografia representando

Portugal continental, as regiões autónomas dos Açores e da Madeira e as antigas províncias ultramarinas, assim como a digitalização do Compromisso da Confraria de Nossa Senhora do Cabo

INSTRUMENTOS DE DESCRIÇÃO: Catálogo on-line

NOTAS: A coleção encontra-se acondicionada em 1 gv. e 1 CD

REGRAS OU CONVENÇÕES: DIREÇÃO GERAL DE ARQUIVOS; PROGRAMA DE NORMALIZAÇÃO DA DESCRIÇÃO EM ARQUIVO; GRUPO DE TRABALHO DE NORMALIZAÇÃO DA DESCRIÇÃO EM ARQUIVO - *Orientações para a descrição arquivística*. 2.º v. Lisboa: DGARQ, 2007. ISBN 978-972-8107-91-8

DATA DA DESCRIÇÃO: 2014-05-23

COLEÇÃO ALMARJÃO



Rótulo de garrafa de vinho de Carcavelos, c. 1950

[PT/CMCSC-AHMCSC/AESP/CALM]

CÓDIGO DE REFERÊNCIA: PT/CMCSC-AHMCSC/AESP/CALM

TÍTULO: Coleção Almarjão

DATAS: 1370-04-24 | 2004-12-16

NÍVEL DE DESCRIÇÃO: Coleção

EXTENSÃO/DIMENSÃO: 4,59 m. l. – 28 cx., 3 lv. e 1 gv.

SUPORTE: Papel, cartão, pergaminho, vidro, metal, cerâmica e cristal

NOME DO COLECCIONADOR: José Maria da Ponte e Horta Gavazzo da Fonseca Magalhães da Costa e Silva (Almarjão)

HISTÓRIA BIOGRÁFICA: José Maria da Ponte e Horta Gavazzo da Fonseca Magalhães da Costa e Silva (Almarjão), filho de Luís do Rego Barreto da Fonseca Magalhães Pereira Leite da Costa e Silva (Conde de Almarjão) e de Júlia Cândida do Couto Valente da Ponte e Horta Romano Gavazzo, nasceu em 1920-01-03, em Lisboa, vindo a casar, em 1952-07-10, com Maria Margarida de Sousa Castelo Branco da Costa e Silva. Viveu durante a infância e adolescência em Benfica, tendo fixado residência na Avenida Maria da Conceição, em Carcavelos, com os pais e irmãos, na década de 1940. Em 1956 fundou a Livraria Histórica Ultramarina, em Lisboa, tendo, como livreiro e alfarrabista, a oportunidade de aceder a bibliotecas, arquivos e recheios de casas das mais variadas origens, nas quais pôde adquirir peças que lhe permitiram constituir uma preciosa coleção dedicada a Carcavelos, com especial interesse para o estudo da vitivinicultura na região. Foi também investigador, colaborando em edições bibliográficas nacionais e estrangeiras, como o "Arquivo de Bibliografia Portuguesa", o "Boletim da Academia Portuguesa de Ex-Libris", a revista "A Arte de Ex-Libris" e a revista espanhola "La Libreria Antiquària". Organizou

em 1986, por ocasião do XVII Congresso Internacional das Ciências Genealógica e Heráldica, realizado em Lisboa, uma exposição de cerca de cinquenta cartas de brasão. Em 1990-01-30 foi distinguido pelo Presidente da República com o Grande Oficialato da Ordem do Infante D. Henrique. Em 2006, a Câmara Municipal de Cascais atribuiu-lhe a Medalha de Mérito Cultural, em reconhecimento da sua meritória atividade em prol da memória local e nacional. Faleceu em 2008-11-08

HISTÓRIA CUSTODIAL E ARQUIVÍSTICA: A coleção foi comprada pela Câmara Municipal de Cascais ao Sr. José Maria da Costa e Silva (Almarjão)

FONTE IMEDIATA DE AQUISIÇÃO OU TRANSFERÊNCIA: Compra, em 2005-02

ÂMBITO E CONTEÚDO: Parafraseando o colecionador, a coleção constitui «um acervo muito completo, cujo valor reside não só nas espécies em si, mas enquanto conjunto, que dificilmente será encontrado de outra maneira», fundamental para o estudo de Carcavelos e da vitivinicultura nos territórios da atual Região Demarcada de Carcavelos

SISTEMA DE ORGANIZAÇÃO: A coleção é constituída por 11 secções: Vitivinicultura; Quintas Produtoras de Vinho (Quinta da Corriola; Quinta do Barão; Quinta Nova, Quinta de Santo António ou Quinta da Ordem; Quinta da Alagoa; Quinta da Torre da Aguilha; Quinta do Junqueiro; Quinta dos Lombos; Quinta do Lameiro; Quinta das Encostas; Quinta do Marquês de Pombal; Quinta de Rana; Quinta da Terrugem; Quinta dos Pesos; Quinta da Fonte da Aldeia; Quinta de S. Gonçalo; Quinta da Cartaxeira e Propriedades não identificadas); Famílias e Personalidades; Urbanismo; Serviços, Comércio e Indústria; Fortes e Assuntos Militares; Igreja e Religião; Saúde e Ação Social; Desporto e Lazer; Movimentos e Partidos Políticos e Junta de Freguesia de Carcavelos

INSTRUMENTOS DE DESCRIÇÃO: Inventário on-line. Catálogos parciais on-line

NOTAS: A coleção encontra-se acondicionada em 28 cx., 3 lv. e 1 gv. de arquivador de grandes formatos

REGRAS OU CONVENÇÕES: DIREÇÃO GERAL DE ARQUIVOS; PROGRAMA DE NORMALIZAÇÃO DA DESCRIÇÃO EM ARQUIVO; GRUPO DE TRABALHO DE NORMALIZAÇÃO DA DESCRIÇÃO EM ARQUIVO - *Orientações para a descrição arquivística*. 2.º v. Lisboa: DGARQ, 2007. ISBN 978-972-8107-91-8

DATA DA DESCRIÇÃO: 2014-05-23



Carta topográfica e Cadastral – S. João do Estoril, 1912-1916

[PT/CMCSC-AHMCSC/AESP/CCM]

CÓDIGO DE REFERÊNCIA: PT/CMCSC-AHMCSC/AESP/CCM

TÍTULO: Coleção Cartográfica do Município

DATAS: [1821 | 1974]

NÍVEL DE DESCRIÇÃO: Coleção

EXTENSÃO/DIMENSÃO: [21,44 m. l. – 16 gv.]

SUPORTE: Papel, tela e poliéster

NOME DO COLECIONADOR: Câmara Municipal de Cascais

HISTÓRIA ADMINISTRATIVA: Cf. Fundo Câmara Municipal de Cascais, p. 25-27

HISTÓRIA CUSTODIAL E ARQUIVÍSTICA: A Câmara Municipal de Cascais mandou produzir e adquiriu diversa cartografia no exercício da sua atividade, que se reuniu numa coleção, na sequência de transferências para o Arquivo Histórico Municipal, que a tem enriquecido, ainda, por meio da compra de novas espécies

FONTE IMEDIATA DE AQUISIÇÃO OU TRANSFERÊNCIA: Transferência, d. 1987-08-25. Compra em 2005-02-17 e 2009-07-07

ÂMBITO E CONTEÚDO: A coleção comporta documentos cartográficos originais ou copiados, que a Câmara Municipal de Cascais mandou produzir ou recolheu ao longo dos tempos. Entre os originais já processados arquivisticamente destaca-se a Carta Topográfica e Cadastral do Concelho de Cascais, a primeira a ser mandada produzir pelo município, em 1912-1916, e o Plano de Ubanização da Costa do Sol, de 1948.

SISTEMA DE ORGANIZAÇÃO: A coleção encontra-se em tratamento, não dispondo de quadro de classificação definitivo

INSTRUMENTOS DE DESCRIÇÃO: Guia on-line. Catálogo parcelar on-line

NOTAS: O fundo encontra-se, por ora, acondicionado em 16 gv. de arquivador de grandes formatos. Data de Produção Inicial e Final aproximadas

REGRAS OU CONVENÇÕES: DIREÇÃO GERAL DE ARQUIVOS; PROGRAMA DE NORMALIZAÇÃO DA DESCRIÇÃO EM ARQUIVO; GRUPO DE TRABALHO DE NORMALIZAÇÃO DA DESCRIÇÃO EM ARQUIVO - *Orientações para a descrição arquivística*. 2.º v. Lisboa: DGARQ, 2007. ISBN 978-972-8107-91-8

DATA DA DESCRIÇÃO: 2013-06-01

se, ainda, ao ensino da História do Cinema, na licenciatura em Cinema, Televisão e Cinema Publicitário da Universidade Moderna

HISTÓRIA CUSTODIAL E ARQUIVÍSTICA: A coleção foi doada pelo Sr. Dr. José de Matos-Cruz à Câmara Municipal de Cascais, encontrando-se disponível para consulta no Espaço Memória do Exílios, em funcionamento no 1.º piso do Edifício da Estação dos CTT, na Avenida Marginal, n.º 7152-A, 2765-247 Estoril. Para mais informações: Tel. 21 481 59 30 /09 | eme@cm-cascais.pt

FONTE IMEDIATA DE AQUISIÇÃO OU TRANSFERÊNCIA: Doação aprovada em sessão da Câmara Municipal de Cascais, em 2009-04-06.

ÂMBITO E CONTEÚDO: A coleção comporta documentos sobre a história do cinema, da televisão e do teatro em Portugal, recolhidos para a produção de textos, que também se conservam parcialmente

SISTEMA DE ORGANIZAÇÃO: O fundo é constituído por 8 secções ativas, definidas pelo colecionador: Obra (Textos do autor, Imaginário e Documentos para apoio à edição – 1978-2010), Imagem fixa (1917-2002), Imagem animada (Película e Legendas de filmes – 1927-2009), Objetos (1980), Correspondência recebida (1981-2003); Textos sobre o autor e a obra (1981-1985); O Cinema Português (1996-1998) e Temas, Personalidades e Instituições (1960-2009)

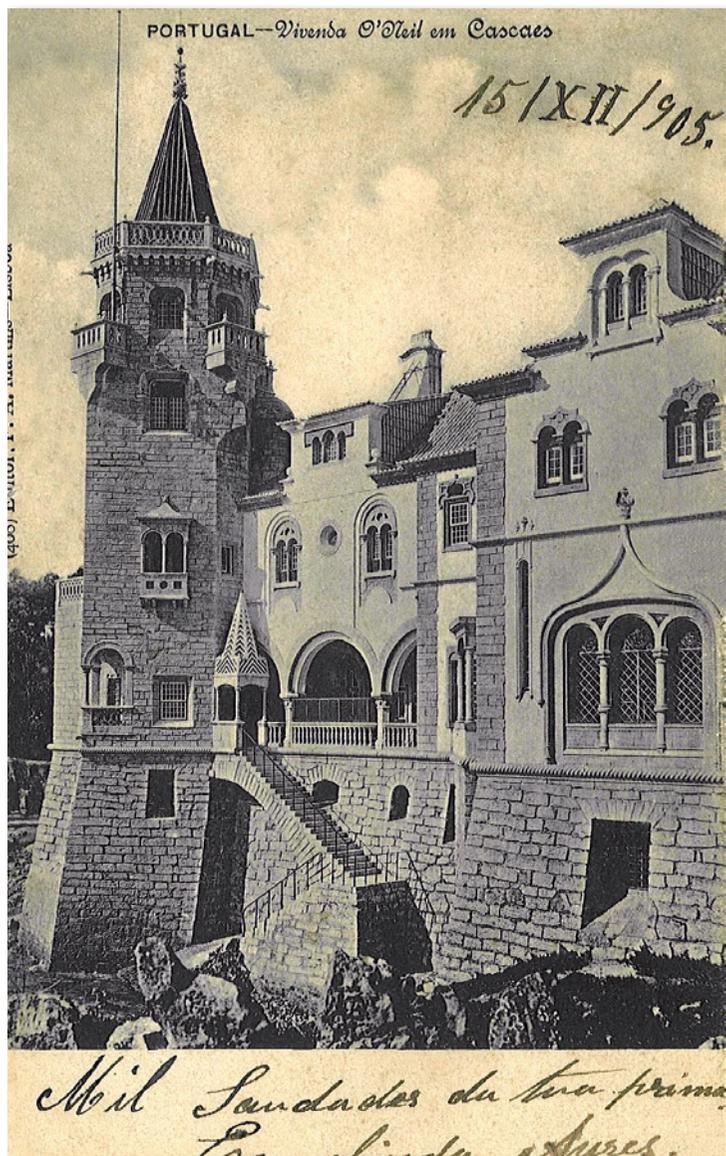
INSTRUMENTOS DE DESCRIÇÃO: Inventário on-line

NOTAS: A coleção encontra-se acondicionada em 155 cx.

REGRAS OU CONVENÇÕES: DIREÇÃO GERAL DE ARQUIVOS; PROGRAMA DE NORMALIZAÇÃO DA DESCRIÇÃO EM ARQUIVO; GRUPO DE TRABALHO DE NORMALIZAÇÃO DA DESCRIÇÃO EM ARQUIVO - *Orientações para a descrição arquivística*. 2.º v. Lisboa: DGARQ, 2007. ISBN 978-972-8107-91-8

DATA DA DESCRIÇÃO: 2013-06-01

COLEÇÃO JOSÉ SANTOS FERNANDES



Torre de S. Sebastião, atual Museu Biblioteca Condes de Castro
Guimarães, 1905 [PT/CMCSC-AHMCSC/AESP/CJSF]

CÓDIGO DE REFERÊNCIA: PT/CMCSC-AHMCSC/AESP/CJSF

TÍTULO: Coleção José Santos Fernandes

DATAS: 1870 | 1993-05-05

NÍVEL DE DESCRIÇÃO: Coleção

EXTENSÃO/DIMENSÃO: 0,11 m. l. – 22 CD

SUPORTE: Digital

NOME DO COLECIONADOR: José Santos Fernandes

HISTÓRIA BIOGRÁFICA: José Santos Fernandes nasceu em 1952-10-31, em Lisboa, ainda que a relação da sua família com o concelho de Cascais remonte ao século XIX, em função do mar e das termas, numa tradição de estadas de verão em casas alugadas na zona do Estoril. Por volta de 1946-47 o seu pai adquiriria o chalet La Mouette, sobre as arribas, na Rua Costa Pinto, em S. João do Estoril, onde a família Santos Fernandes passou a residir a tempo inteiro. Frequentou o Jardim Infantil da Escola Alemã do Estoril, onde concluiu a instrução primária e a Escola Alemã de Lisboa, para o curso dos liceus, que prosseguiu, depois, no Colégio Marista de Carcavelos e posteriormente num colégio privado de Lisboa, dirigido por Margarida Rubim. No cumprimento do serviço militar foi mobilizado para a Guiné. A paixão pela música conduziu-o a uma primeira fase de colecionismo: a da discografia da década de 1960, colaborando na realização de vários programas de rádio e formando, mesmo, um grupo musical: os Martin Brothers & The Lovely Bugs, a que se sucederam os Ligeiros e Pesados, Four Bit Band e finalmente os Rockfella's, que continuam em atividade. Atuou, ainda, como freelancer em pubs e restaurantes de Lisboa e Cascais e até de Londres, em meados da década de 1970, onde teve oportunidade de

tocar blues. Em 1990, após uma grave doença paralisante da qual se recuperou, entrou num circuito de atuações ao vivo em termos quase profissionais. Paralelamente, desenvolveu um grande fascínio por automóveis antigos: no início, pelo interesse suscitado por alguns modelos trazidos do Museu do Caramulo por um seu vizinho de S. João do Estoril; mais tarde, pela aquisição de algumas unidades, que recuperaria. O impulso colecionista estendeu-se, também, aos relógios de pulso e às máquinas fotográficas antigas. Começou, ainda, a interessar-se pela história local e regional, pelo que, seduzido pelas fotografias e bilhetes-postais ilustrados antigos, iniciou nova coleção em meados da década de 1970. Para além das lojas do concelho, onde se conservavam muitos exemplares esquecidos, a recolha estendeu-se a alfarrabistas, feiras e lojas de velharias, vindo, depois, a ser enriquecida por ofertas de familiares e de amigos, conhecedores do seu interesse por estes documentos. Foi assim que surgiu a Coleção José Santos Fernandes, notável acervo iconográfico sobre o concelho de Cascais, em permanente atualização, que conserva, ainda, raridades como uma ficha de jogo de casino no Monte Estoril, um horário de comboios do século XIX ou panfletos publicitários da Costa do Sol.

HISTÓRIA CUSTODIAL E ARQUIVÍSTICA: A coleção foi depositada digitalmente pelo Sr. José Santos Fernandes, na sequência de contrato estabelecido com a Câmara Municipal de Cascais, através do AHMCSC, ao abrigo do Programa de Recuperação de Arquivos e Documentos de Interesse Municipal (PRADIM)

FONTE IMEDIATA DE AQUISIÇÃO OU TRANSFERÊNCIA: Depósito aprovado em sessão da Câmara Municipal de Cascais, em 2009-02-09

ÂMBITO E CONTEÚDO: A coleção comporta digitalizações de bilhetes-postais ilustrados, fotografias e outros documentos acerca do concelho de Cascais

SISTEMA DE ORGANIZAÇÃO: A coleção é constituída por 9 secções: Cascais e Guincho; Monte Estoril; S. João do Estoril; Parede; Carcavelos; S. Domingos de Rana; S. Pedro do Estoril; Estoril e Alcabideche

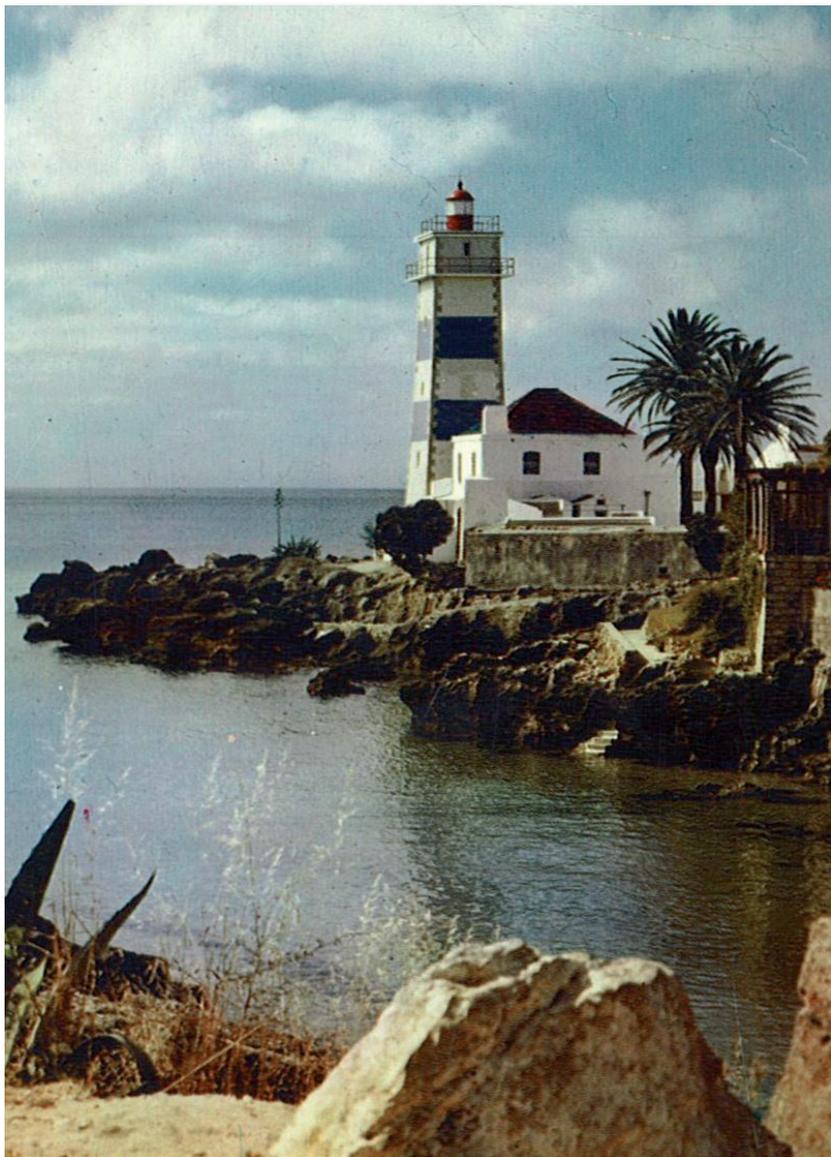
INSTRUMENTOS DE DESCRIÇÃO: Guia on-line. Catálogo on-line. Catálogo impresso: CASCAIS. Câmara Municipal - *O passado nunca passa : catálogo da coleção José Santos Fernandes*. Cascais: Câmara Municipal, 2010. ISBN: 978-972-637-219-6

NOTAS: A coleção encontra-se conservada em 22 CD

REGRAS OU CONVENÇÕES: DIREÇÃO GERAL DE ARQUIVOS; PROGRAMA DE NORMALIZAÇÃO DA DESCRIÇÃO EM ARQUIVO; GRUPO DE TRABALHO DE NORMALIZAÇÃO DA DESCRIÇÃO EM ARQUIVO - *Orientações para a descrição arquivística*. 2.º v. Lisboa: DGARQ, 2007. ISBN 978-972-8107-91-8

DATA DA DESCRIÇÃO: 2013-06-01

COLEÇÃO MARIA ALBERTINA MADRUGA



Farol de Santa Marta, em Cascais, c. 1950 [PT/CMCSC-AHMCSC/AESP/CMAM]

CÓDIGO DE REFERÊNCIA: PT/CMCSC-AHMCSC/AESP/CMAM

TÍTULO: Coleção Maria Albertina Madruga

DATAS: 1900 | 1990

NÍVEL DE DESCRIÇÃO: Coleção

EXTENSÃO/DIMENSÃO: 0,005 m. l. – 1 CD

SUPORTE: Digital

NOME DO COLECCIONADOR: Maria Albertina Piedade Neves Madruga

HISTÓRIA BIOGRÁFICA: Maria Albertina Piedade Neves Madruga nasceu em Lisboa, em 1956-01-15, residindo em Cascais desde 1964. Licenciou-se em Economia, em 1980, laborando na Câmara Municipal de Cascais desde esse ano. O seu interesse pela história conduziu-a ao colecionismo, nomeadamente de bilhetes-postais ilustrados, selos e artefactos antigos

HISTÓRIA CUSTODIAL E ARQUIVÍSTICA: A coleção foi depositada digitalmente pela Sra. Dra. Maria Albertina Madruga, na sequência de contrato estabelecido com a Câmara Municipal de Cascais, através do AHMCSC, ao abrigo do Programa de Recuperação de Arquivos e Documentos de Interesse Municipal (PRADIM)

FONTE IMEDIATA DE AQUISIÇÃO OU TRANSFERÊNCIA: Depósito aprovado em sessão da Câmara Municipal de Cascais, em 2008-04-21

ÂMBITO E CONTEÚDO: A coleção é constituída por digitalizações de bilhetes-postais ilustrados representando o concelho de Cascais

SISTEMA DE ORGANIZAÇÃO: Numérico

INSTRUMENTOS DE DESCRIÇÃO: Guia on-line. Catálogo on-line

NOTAS: O fundo encontra-se conservado em 1 CD

REGRAS OU CONVENÇÕES: DIREÇÃO GERAL DE ARQUIVOS; PROGRAMA DE NORMALIZAÇÃO DA DESCRIÇÃO EM ARQUIVO; GRUPO DE TRABALHO DE NORMALIZAÇÃO DA DESCRIÇÃO EM ARQUIVO - *Orientações para a descrição arquivística*. 2.º v. Lisboa: DGARQ, 2007. ISBN 978-972-8107-91-8

DATA DA DESCRIÇÃO: 2013-06-01

COLEÇÃO MUNICIPAL DE BILHETES-POSTAIS ILUSTRADOS



Estoril - (Costa do Sol) -
Praia do Estoril, vista do Pavilhão do Tamariz.

Praia do Tamariz, em meados do século XX

[PT/CMCSC-AHMCSC/AESP/CMBP]

CÓDIGO DE REFERÊNCIA: PT/CMCSC-AHMCSC/AESP/CMBP

TÍTULO: Coleção Municipal de Bilhetes-postais ilustrados

DATAS: 1900 | 2012

NÍVEL DE DESCRIÇÃO: Coleção

EXTENSÃO/DIMENSÃO: 0,33 m. l. – 3 cx.

SUPORTE: Papel

NOME DO COLECIONADOR: Câmara Municipal de Cascais

HISTÓRIA ADMINISTRATIVA: Cf. Fundo Câmara Municipal de Cascais, p. 29-31

HISTÓRIA CUSTODIAL E ARQUIVÍSTICA: A coleção foi constituída, por compra ou doação, pela Câmara Municipal de Cascais, através do AHMCSC, de forma a enriquecer as fontes iconográficas disponíveis e preservar documentação relevante para a história do município

FONTE IMEDIATA DE AQUISIÇÃO OU TRANSFERÊNCIA: Compra, em 2003, 2007-05-23 e 2008-01-25

ÂMBITO E CONTEÚDO: A coleção é constituída por bilhetes-postais ilustrados representando o concelho de Cascais

SISTEMA DE ORGANIZAÇÃO: Numérico

CONDIÇÕES DE ACESSO: Os bilhetes-postais ilustrados foram digitalizados. O acesso apenas se efetua através do novo suporte

INSTRUMENTOS DE DESCRIÇÃO: Guia on-line. Catálogo on-line

NOTAS: A coleção encontra-se conservada em 3 cxs.

REGRAS OU CONVENÇÕES: DIREÇÃO GERAL DE ARQUIVOS; PROGRAMA DE NORMALIZAÇÃO DA DESCRIÇÃO EM ARQUIVO; GRUPO DE TRABALHO DE NORMALIZAÇÃO DA DESCRIÇÃO EM ARQUIVO - *Orientações para a descrição arquivística*. 2.º v. Lisboa: DGARQ, 2007. ISBN 978-972-8107-91-8

DATA DA DESCRIÇÃO: 2014-05-23



Recordação do primeiro aniversário do Grupo Dramático e Sportivo de Cascais, 1916 [PT/CMCSC-AHMCSC/AESP/CMEF]

CÓDIGO DE REFERÊNCIA: PT/CMCSC-AHMCSC/AESP/CMEF

TÍTULO: Coleção Manuel Eugénio Fernandes da Silva

DATAS: 1605 | 2015-11-03

NÍVEL DE DESCRIÇÃO: Coleção

EXTENSÃO/DIMENSÃO: 17,91 m.l. – 73 ds. e 1 cx.

SUPORTE: Papel

NOME DO COLECIONADOR: Manuel Eugénio Fernandes da Silva

HISTÓRIA BIOGRÁFICA: Manuel Eugénio Fernandes da Silva nasceu em 1934-12-18, em Cascais. Trabalhou na Câmara Municipal de Cascais, de 1957 a 1999, onde colaborou, por exemplo, no levantamento geral e processual de fogos habitacionais pertencentes à autarquia, das coletividades do concelho e da rede escolar oficial e particular, bem como na organização do processo administrativo dos bairros do Fundo de Fomento de Habitação, localizados em Faceiras (S. Domingos de Rana) e Portelas (Pai do Vento) e da recuperação dos bairros de génese ilegal da Tojeira e 16 de novembro. A sua dedicação à comunidade traduziu-se em ativíssima participação no domínio associativo, nomeadamente na organização de concursos de pesca, xadrez, futebol de cinco, atletismo, patins e tiro ao alvo, para diversas coletividades, para as quais organizou, também, exposições, cursos carnavalescos, procissões, festas de Natal e bailes de beneficência. Concebeu e montou a sala de troféus do Grupo Dramático e Sportivo de Cascais e o Museu dos Bombeiros da Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Cascais, em 1976 e 1977, coordenando, ainda, várias exposições em coletividades e centros comerciais. Integrou as direções do Grupo Dramático e Sportivo de Cascais, em 1972, 1973, 1977 e 1983 e da Sociedade Musical de Cascais,

entre 1989 e 1991. Foi reconhecido com várias distinções por parte do Centro de Alegria no Trabalho n.º 353 do Pessoal da Câmara Municipal de Cascais, Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Cascais, Grupo Dramático e Sportivo de Cascais, Lions Club da Costa do Estoril, Grupo Desportivo e Recreativo das Fontainhas, Câmara Municipal de Cascais, Junta de Freguesia de Cascais, Sociedade Familiar Recreativa da Malveira da Serra, Clube Desportivo e Cultural dos Amadores de Pesca da Costa do Sol, Sociedade Musical de Cascais, Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Alcabideche e União Recreativa da Charneca. Em 1997-06-07 seria agraciado pela Câmara Municipal de Cascais com a Medalha de Mérito Municipal, e, em 2008-06-08, pela Liga dos Bombeiros Portugueses com a Medalha Grau Ouro, «pela prática de serviços distintos que contribuíram, com notável evidência para o engrandecimento e prestígio das instituições de socorrimento». No âmbito das suas múltiplas atividades constituiu uma valiosa coleção sobre a história do concelho, composta por diversas tipologias, nomeadamente recortes de imprensa, que organizou tematicamente para a edição de várias obras: "Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Cascais: Cem anos de vida: 1886-1986", em 1986; "Naufrágios e acidentes marítimos no litoral cascalense", em 2005 (parceria com Guilherme Cardoso); "Sociedade Musical de Cascais: 92 anos ao serviço da arte e da cultura popular", em 2006; "Grupo Dramático e Sportivo de Cascais: 92 anos de arte, sport e bem", em 2008 (parceria com José Ricardo Fialho); "Os nossos arruamentos: Toponímia na freguesia de Cascais", em 2009 (parceria com José Ricardo Fialho), "Toponímia na Freguesia do Estoril: Os nossos arruamentos", em 2010 (parceria com José Ricardo Fialho); "Toponímia da Freguesia de Carcavelos", em 2011 (parceria com José Ricardo Fialho) e "Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Cascais: 125 anos ao serviço da população", também em 2011

HISTÓRIA CUSTODIAL E ARQUIVÍSTICA: O fundo foi depositado pelo Sr. Manuel Eugénio Fernandes, na sequência de contrato estabelecido com a Câmara Municipal de Cascais, através do AHMCSC, ao abrigo do Programa de Recuperação de Arquivos e Documentos de Interesse Municipal (PRADIM)

FONTE IMEDIATA DE AQUISIÇÃO OU TRANSFERÊNCIA: Depósito aprovado em sessão da Câmara Municipal de Cascais, em 2009-02-25

ÂMBITO E CONTEÚDO: A documentação, organizada cronologicamente, foi reunida para a edição de livros sobre as temáticas que titulam as secções

SISTEMA DE ORGANIZAÇÃO: A coleção é, por ora, constituída por 7 secções: Toponímia da Freguesia de Cascais, Toponímia da Freguesia de Carcavelos, Toponímia da Freguesia do Estoril, Naufrágios e Acidentes Marítimos no Concelho de Cascais, Grupo Dramático e Sportivo de Cascais, Sociedade Musical de Cascais e Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Cascais

INSTRUMENTOS DE DESCRIÇÃO: Guia on-line

NOTAS: O fundo encontra-se acondicionado em 73 ds. e 1 cx.

REGRAS OU CONVENÇÕES: DIREÇÃO GERAL DE ARQUIVOS; PROGRAMA DE NORMALIZAÇÃO DA DESCRIÇÃO EM ARQUIVO; GRUPO DE TRABALHO DE NORMALIZAÇÃO DA DESCRIÇÃO EM ARQUIVO - *Orientações para a descrição arquivística*. 2.º v. Lisboa: DGARQ, 2007. ISBN 978-972-8107-91-8

DATA DA DESCRIÇÃO: 2013-06-01

COLEÇÃO MONSENHOR ELVIRO DOS SANTOS



“Saudação”, de Henrique Lopes de Mendonça, [1904-09]

[PT/CMCSC-AHMCSC/AESP/CMES]

CÓDIGO DE REFERÊNCIA: PT/CMCSC-AHMCSC/AESP/CMES

TÍTULO: Coleção Monsenhor Elviro dos Santos

DATAS: [1622-12-29 | 1944-07-30]

NÍVEL DE DESCRIÇÃO: Fundo

EXTENSÃO/DIMENSÃO: [1,15 m. l. – 10 cx. e 1 lv.]

SUPORTE: Papel

NOME DO COLECIONADOR: Alfredo Elviro dos Santos

HISTÓRIA ADMINISTRATIVA: Alfredo Elviro dos Santos nasceu em Cascais, em 1855-12-07. Tendo iniciado os seus estudos no Colégio Académico, em Lisboa, prosseguiu-os, depois, no Seminário de Santarém, vindo a residir em Coimbra, entre 1876 e 1881, onde cursou Teologia. Ao longo da sua vida eclesiástica desempenhou as funções de prior das freguesias de S. João Baptista de Runa e de Santa Engrácia, iniciando, em 1883, atividade no Patriarcado de Lisboa, cujo arquivo reorganizaria. Esteve ligado à Escola de Belas-Artes e publicou várias obras sobre arte portuguesa. Foi secretário do Cardeal Patriarca de Lisboa, D. José Neto, colaborando ativamente na fundação da Liga do Clero Paroquial Português e Partido Nacionalista, na Igreja de S. Nicolau, em Lisboa, em 1907-07-26, de que foi o primeiro presidente. Ainda que se destinasse a alcançar a união de todos os presbíteros seculares em exercício de atividade paroquial e recebesse associados seculares de ambos os sexos, a sua ligação ao Partido Nacionalista tornava óbvia o desejo de intervenção política do clero no âmbito da mobilização dos católicos para a vida política ativa. Todavia, acabaria por se extinguir, pelo que o dinheiro em caixa foi entregue à Irmandade dos Clérigos Pobres ou Montepio do Clero de Lisboa. Faleceu, em Lisboa, em 1936-11-14

HISTÓRIA CUSTODIAL E ARQUIVÍSTICA: A coleção foi doada ao Museu-Biblioteca do Conde de Castro Guimarães, em Cascais, por Monsenhor Elviro dos Santos, vindo, depois, a ser transferido para o AHMCSC

FONTE IMEDIATA DE AQUISIÇÃO OU TRANSFERÊNCIA: Doação, em 1931-09-30. Transferência, em 1994-04-12

ÂMBITO E CONTEÚDO: A coleção comporta documentos sobre a história de Cascais, compondo-se de apontamentos, recortes de imprensa, fotografias, bilhetes de transportes, programas de espetáculos e bilhetes-postais ilustrados, entre outras tipologias

SISTEMA DE ORGANIZAÇÃO: Após reinstalação, a coleção encontra-se em tratamento, com vista à reconstituição da ordem original, sendo, por ora, constituída por todas as secções definidas pelo colecionador, algumas das quais não comportando documentos, que se apresentam alfabeticamente, tendo por base o “Índice da coleção de documentos e notícias diversas relativas à vila e concelho de Cascais organizada por Monsenhor Alfredo Elviro dos Santos, filho de Cascais e oferecida pelo mesmo ao Museu Biblioteca do Conde de Castro Guimarães em 30 de Setembro de 1931”: Águas de Vale de Cavalos, Empresa das (Mç. 1); Associação Humanitária dos Bombeiros de Alcabideche (Mç. 2); Associação Humanitária Recreativa Cascaense (Mç. 3); Associação de Socorros Mútuos de Nossa Senhora da Assunção de Cascais (Mç. 4); Automóveis entre Monte Estoril, Cascais e Sintra (Mç. 5); Avenças dos taberneiros do concelho de Cascais no ano de 1839 (Mç. 6); Azulejos antigos do palácio do Conde da Guarda (Mç. 7); Baluarte Terrasse, Cascais (Mç. 8); Banhos da Poça (Mç. 9); Baptista, João Pedro de Sales (Mç. 117); Bazares de caridade (Mç. 10); Bendito de Nossa Senhora da Conceição (Mç. 12); Boca do Inferno (Mç. 11); Braga, Pedro Baptista Aguedo de Sousa – Cónego (Mç. 124); Brasão e inscrições lapidares diversas (Mç. 13); Cabo, Nossa Senhora do – Loas

(Mç. 58); Câmara Municipal de Cascais (Mç. 14); Caminho-de-ferro movido pela eletricidade (Mç. 16); Caminho-de-ferro movido pelo vapor (Mç. 15); Carmona, General – Presidente da República (Mç. 108); Casino da Praia, Cascais (Mç. 33); Casino de Carcavelos, Grande (Mç. 30); Casino de Cascais (Mç. 32); Casino Internacional do Monte Estoril (Mç. 31); Cemitérios (Mç. 17); Centro Escolar de Instrução Primária em Cascais (Mç. 21); Centro Escolar Republicano Almirante Reis (Mç. 22); Chalets (Mç. 18); Chaminés, Empresa de [...] do Concelho de Cascais (Mç. 19); Cidadela de Cascais (Mç. 34); Cinema da Praia, Cascais (Mç. 35); Circo Ivanof, Grande (Mç. 36); Chinquilho em Cascais (Mç. 20); Club da Praia, Cascais (Mç. 23); Club Recreativo Almeida Garrett, Cascais (Mç. 24); Colégios (Mç. 26); Companhia de Sapadores de Caminhos-de-ferro (Mç. 25); Corridas de cavalos (Mç. 27); Crimes de Cascais (Mç. 28); Cruzeiros de Cascais (Mç. 29); “Drag” ou “Ride Tiper” em Cascais (Mç. 37); Empresa Edificadora (Mç. 39); Escola Monumento D. Luís I (Mç. 40); Esplanada do Príncipe Real (Mç. 44); Estabelecimentos comerciais e industriais (Mç. 42); Estoris (Mç. 41); Excursão de Cascais a Santarém (Mç. 43); Exposições (Mç. 45); Expostos, Roda dos (Mç. 46); Fábrica de Lanifícios (Mç. 47); Faróis (Mç. 85); Festejos em Cascais – Chegada da Família Real (Mç. 48); Festejos marítimos (Mç. 49); Festividades religiosas (Mç. 50); Freguesias de Cascais (Mç. 51); Freitas, Domingos Serapião de (Mç. 113); Freitas, Feliciano Gabriel de – Dr. (Mçs. 109-110); Gomes, Lourenço Correia – Administrador do Concelho de Cascais (Mç. 122); Grupo Dramático e Sportivo de Cascais (Mç. 52); Grutas pré-históricas do Poço Velho em Cascais (Mç. 53); Hino de Cascais (Mç. 55); Hino de Nossa Senhora dos Anjos, que se venera na Igreja da Misericórdia de Cascais (Mç. 54); Hotéis e restaurantes (Mç. 56); Igrejas, capelas, ermidas, hospício (Mç. 38); Iluminação a gás e eletricidade em Cascais e no Monte Estoril (Mç. 57); Imagens existentes em Cascais, Santo António do Estoril, etc. (Mç. 58); Instituto de Assistência, Proteção e Defesa Social do Concelho de Cascais

(Mç. 59); Instituto de Socorros a Náufragos, Real (Mç. 62); Irmandade de Santo António do Estoril, ereta na Igreja de Santo António do Estoril (Mç. 60); Irmandade do Santíssimo Sacramento da freguesia da Ressurreição de Cristo de Cascais (Mç. 61); Jaculatórias de Nossa Senhora por Joaquim Casimiro Júnior – Músicas (Mç. 66); Jardim de Cascais (Mç. 67); Jornais de Cascais (Mç. 68); Kermesse em Cascais (Mç. 69); Lawn-Tennis (Mç. 63); Liga Monárquica, Núcleo da (Mç. 64); Loas – Nossa Senhora do Cabo (Mç. 58); Locio, José António de – D. e Locio, Maria Porfíria de Freitas – D. (Mçs. 118-119); Loureiro, José Maria – Cónego (Mç. 121); Louvado (Mç. 65); Luís I, D. – Falecimento em Cascais (Mç. 107); Magalhães, Condes de (Mç. 112); Marinha, Terrenos da (Mç. 70); Marégrafo (Mç. 71); Marrocos em Cascais (Mç. 72); Matinas de Nossa Senhora da Conceição, que se cantavam em Cascais (Mç. 73); Médicos (Mç. 74); Meninas podres (Mç. 75); Mercado mensal (Mç. 76); Misericórdia de Cascais (Mç. 77); Missa a duo pelo cónego Pedro Baptista Águedo de Sousa Braga, filho de Cascais – Acompanhamento (Mç. 78 A); Monumentos e padrões (Mç. 78 B); Museu Biblioteca do Conde Manuel de Castro Guimarães (Mç. 79B); Música, Noções de música pelo Cónego Pedro Baptista Águedo de Sousa Braga (Mç. 79A); Náufragos em Cascais (Mç. 80); Novena de Nossa Senhora da Conceição, que se cantava em Cascais (Mç. 82); Novena de S. Sebastião, que se cantava na sua capela em Cascais (Mç. 81); Ordem Terceira da Penitência de Cascais, Venerável (Mç. 83); Padeiros, Greve de (Mç. 84); Passeio a Cascais – Regresso – Música (Mç. 86); Passeio Maria Pia (Mç. 87); Pescadores (Mç. 88); Porto de Abrigo em Cascais (Mç. 89); Praias de Cascais (Mç. 90); Regatas (Mç. 91); Regimento de Infantaria 19 (Mç. 92); República, Festas de aniversário da proclamação em Carcavelos (Mç. 93); Roquete, José Inácio – Cónego (Mç. 120); Ruínas romanas perto de Cascais (Mç. 94); Saneamento de Cascais (Mç. 95); Santos, Alfredo Elviro dos – Monsenhor (Mç. 111); Santos, Maria da Assunção Auta dos – D. (Mç. 126); Segurado, Margarida Apolónia Aguiar – D., esposa do

notário de Cascais, Joaquim Teotónio Segurado (Mç. 125); Senhora do Cabo (Mç. 58); Silva, Francisco Joaquim da Costa e Ferreira, José Carlos Mardel (Mçs. 114-115); Sociedade Filarmónica da Vila de Cascais (Mç. 97); Sociedade Musical de Cascais (Mç. 96); Sociedade Recreativa Cascaense, Hino da (Mç. 98); Sport em Cascais, Prova de (Mç. 100); Sporting Club de Cascais (Mç. 99); Teatro Gil Vicente (Mç. 101); Telefone, Estação (Mç. 103); Telégrafo de tabuinhas (Mç. 102 B); Termas – Estabelecimento Termal Hidroterapêutico do Estoril (Mç. 102 A); Tesoureiro do concelho de Cascais – Caderno para se assentarem os rendimentos que receber no ano económico de 1844 a 1845 (Mç. 104); Touros e Touradas, Praça de (Nota: Roubado em 1945-12-08 – Mç. 105); Várias notícias de Cascais (Mç. 128); Viana, Manuel Vieira de Araújo – Comendador (Mç. 123); Vila Marocas, Leilão (Mç. 106); Viscondes da Luz (Mç. 127); Volante, Francisco – Padre, pároco de Cascais, insigne em recortar papel (Mç. 116).

INSTRUMENTOS DE DESCRIÇÃO: Guia on-line

NOTAS: O fundo encontra-se, por ora, acondicionado em 10 cx. e 1 lv. Datas de Produção Inicial e Final inferidas

REGRAS OU CONVENÇÕES: DIREÇÃO GERAL DE ARQUIVOS; PROGRAMA DE NORMALIZAÇÃO DA DESCRIÇÃO EM ARQUIVO; GRUPO DE TRABALHO DE NORMALIZAÇÃO DA DESCRIÇÃO EM ARQUIVO - *Orientações para a descrição arquivística*. 2.º v. Lisboa: DGARQ, 2007. ISBN 978-972-8107-91-8

DATA DA DESCRIÇÃO: 2013-06-01

ARQUIVOS FAMILIARES

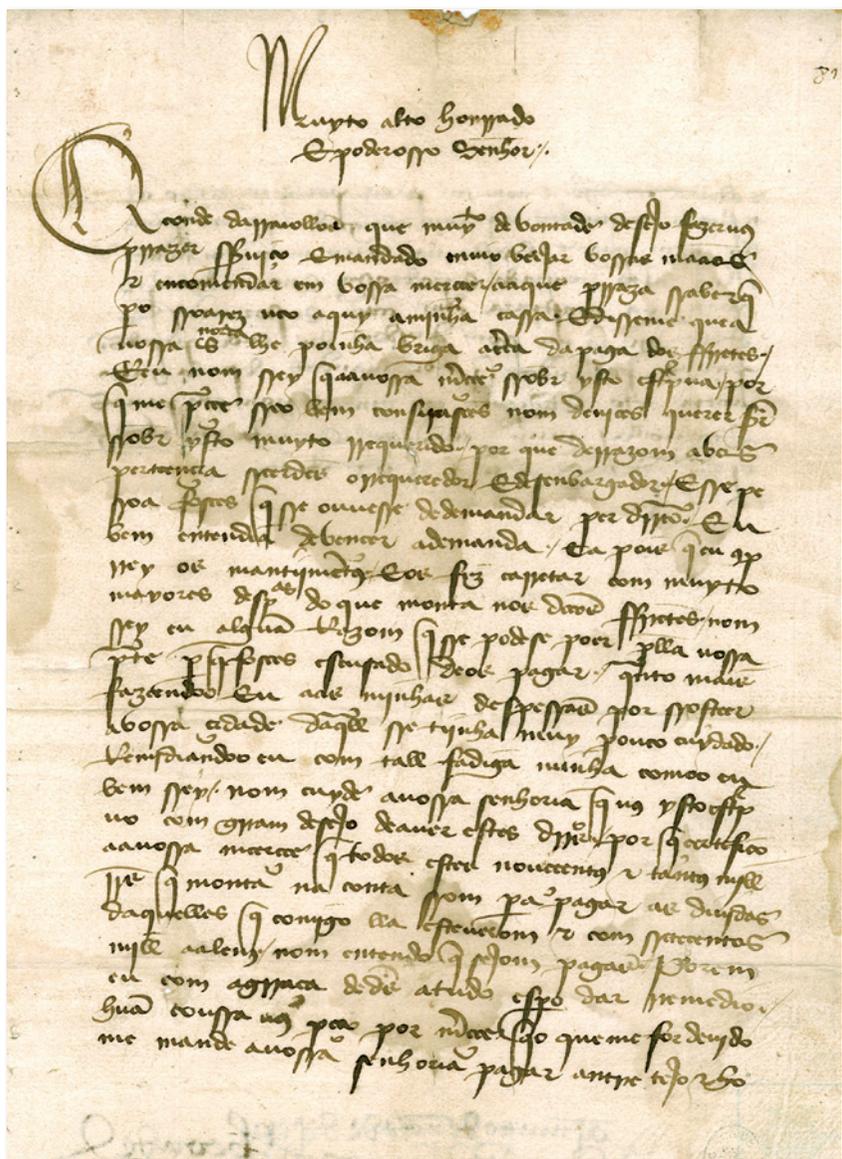
CÓDIGO DE REFERÊNCIA:
PT/CMCSC-AHMCSC/AFML

TÍTULO:
Arquivos Familiares

NÍVEL DE DESCRIÇÃO:
Grupo de Fundos

SISTEMA DE ORGANIZAÇÃO:
O grupo é constituído por 6 fundos: Faros da Casa do Vimieiro,
José Jorge Ribeiro, Luís Marques e Susan Lowndes, Marqueses de Cascais,
Maria José Lacerda e Mello e Pedro Vieira da Fonseca

FAROS DA CASA DO VIMIEIRO



Carta do Conde de Arraiolos enviada a D. Afonso V, 1454

[PT/CMCSC-AHMCSC/AFML/FCV]

CÓDIGO DE REFERÊNCIA: PT/CMCSC-AHMCSC/AFML/FCV

TÍTULO: Faros da Casa do Vimieiro

DATAS: [1413-11-28 | 1909-11-05]

NÍVEL DE DESCRIÇÃO: Fundo

EXTENSÃO/DIMENSÃO: [0,44 m. l. - 4 cx.]

SUPORTE: Papel

NOME DO PRODUTOR: Casa do Vimieiro

HISTÓRIA FAMILIAR: O título de Conde do Vimieiro foi concedido por D. Filipe II, em 1614, a D. Francisco de Faro (c. 1551-1617), filho de D. Francisco de Noronha, quarto senhor do Vimieiro, no atual concelho de Arraiolos. A Casa do Vimieiro passou, por morte do 5.º Conde, D. João de Faro e Sousa (1738-1801), a sua prima, D. Maria do Resgate Portugal Carneiro de Sousa e Faro, 3.ª Condessa de Lumiães. É nesta família que se mantém a sua representação

HISTÓRIA CUSTODIAL E ARQUIVÍSTICA: Até à sua transferência para o AHMCSC, o fundo conservava-se no Museu-Biblioteca Conde de Castro de Guimarães, certamente devido ao facto de Manuel de Castro Guimarães ser Faro pelo lado materno. Na verdade, a sua mãe, Maria do Nazareno da Cunha e Menezes, era filha do 4.º Conde de Lumiães e neta da 3.ª Condessa de Lumiães, que recebera a Casa do Vimieiro

FONTE IMEDIATA DE AQUISIÇÃO OU TRANSFERÊNCIA: Transferência, d. 1987

ÂMBITO E CONTEÚDO: O fundo é constituído por cartas e alvarás relativos à família, traslados de crónicas, vidas de santos e compêndios, bem como notas sobre a história da Igreja em Portugal e temas religiosos

SISTEMA DE ORGANIZAÇÃO: O fundo encontra-se em tratamento, não dispondo de quadro de classificação definitivo

INSTRUMENTOS DE DESCRIÇÃO: Guia on-line. Catálogo provisório impresso

NOTAS: O fundo encontra-se, por ora, acondicionado em 4 cx.

REGRAS OU CONVENÇÕES: DIREÇÃO GERAL DE ARQUIVOS; PROGRAMA DE NORMALIZAÇÃO DA DESCRIÇÃO EM ARQUIVO; GRUPO DE TRABALHO DE NORMALIZAÇÃO DA DESCRIÇÃO EM ARQUIVO - *Orientações para a descrição arquivística*. 2.º v. Lisboa: DGARQ, 2007. ISBN 978-972-8107-91-8

DATA DA DESCRIÇÃO: 2013-06-01

ÂMBITO E CONTEÚDO: A documentação é constituída por correspondência, escrituras, procurações, requerimentos e documentos de cariz contabilística

SISTEMA DE ORGANIZAÇÃO: O fundo encontra-se em tratamento, não dispondo de quadro de classificação definitivo

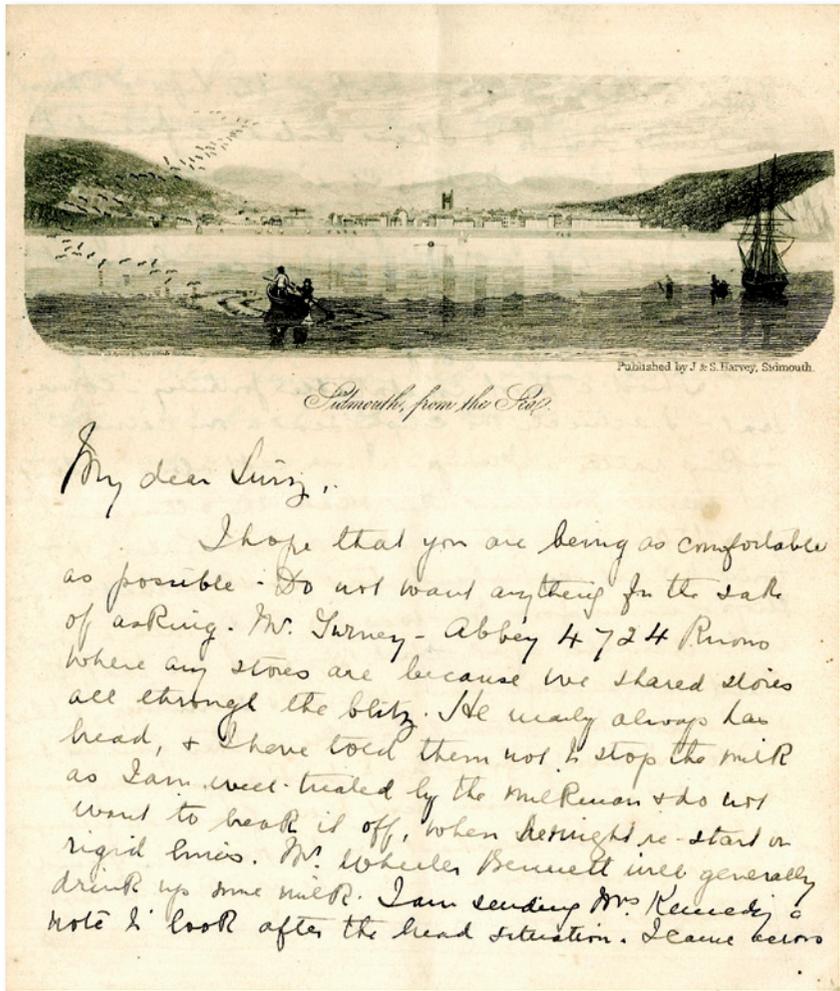
INSTRUMENTOS DE DESCRIÇÃO: Guia on-line. Catálogo provisório impresso

NOTAS: O fundo encontra-se, por ora, acondicionado em 15 cx.

REGRAS OU CONVENÇÕES: DIREÇÃO GERAL DE ARQUIVOS; PROGRAMA DE NORMALIZAÇÃO DA DESCRIÇÃO EM ARQUIVO; GRUPO DE TRABALHO DE NORMALIZAÇÃO DA DESCRIÇÃO EM ARQUIVO - *Orientações para a descrição arquivística*. 2.º v. Lisboa: DGARQ, 2007. ISBN 978-972-8107-91-8

DATA DA DESCRIÇÃO: 2011-12-23

LUÍS MARQUES E SUSAN LOWNDES



Carta dirigida a Luís Marques, s. d. [PT/CMCSC-AHMCSC/AFML/SMSL]

CÓDIGO DE REFERÊNCIA: PT/CMCSC-AHMCSC/AFML/SMSL

TÍTULO: Luiz Marques e Susan Lowndes

DATAS: [1930-2007]

NÍVEL DE DESCRIÇÃO: Fundo

EXTENSÃO/DIMENSÃO: [9,01 m. l. – 106 cx.]

SUPORTE: Papel

NOMES DOS PRODUTORES: Luís Marques e Susan Lowndes

HISTÓRIA(S) BIOGRÁFICA(S):

LUÍS ARTUR DE OLIVEIRA MARQUES, filho de Ema Oliveira Marques e do empresário Jaime Artur Marques, nasceu em Lisboa, em 1898-11-25, vindo a ser educado em colégios na Grã-Bretanha e em Portugal durante a I Guerra Mundial. O domínio do inglês permitir-lhe-ia regressar a Londres, em 1919, para estudar engenharia no City and Guilds College. Todavia, mercê da crise financeira, os seus pais deixaram de poder custear os estudos, pelo que se empregaria no Anglo-Portuguese Colonial and Overseas Bank. Por esta altura foi nomeado correspondente do "Diário de Notícias" no Reino Unido, vivendo em Londres até que em 1932 regressasse a Portugal para se dedicar ao ensino de inglês no Liceu Pedro Nunes, à tradução e às explicações. A partir de 1937 iniciou colaboração no jornal "Anglo-Portuguese News", fundado nesse ano, em Portugal, pelo Major Wackeman. No ano seguinte casaria com Susan Lowndes, filha do jornalista Frederick Lowndes, do jornal "The Times" e da escritora Maria Belloc Lowndes. Durante a II Guerra Mundial, o "The Anglo-Portuguese News" (APN) passou a ser subsidiado pelo British Council, a fim de divulgar o esforço de guerra britânico, assumindo-se como órgão de

propaganda aliada, razão pela qual aumentou o número de páginas e começou a ser publicado semanalmente, com artigos em inglês e português. O APN foi, assim, o único periódico de língua inglesa que se publicou durante o conflito no continente europeu, tendo Luís Marques orgulho no facto de o jornal ter sido referido num programa radiofónico de propaganda alemã como «o porta-voz de Churchill em Lisboa». O governo britânico conceder-lhe-ia a Comenda de Membro do Império Britânico pelo seu trabalho a favor dos Aliados, no jornal, assim como na tradução de vasta documentação para a Embaixada Britânica, razão pela qual os nomes de Luís Marques e Susan Lowndes constavam da lista de evacuação de urgência, no caso de Portugal ser invadido pela Alemanha. Não obstante o subsídio ter findado após a guerra, o APN manter-se-ia, regressando ao modelo de quinzenário, em inglês, com menos páginas e mais publicidade. A publicação contou com grande número de colaboradores, de grande distinção, como Marcus Cheke, diplomata inglês que escreveu livros sobre o Marquês de Pombal e Carlota Joaquina; João Gaspar Simões; Tomás Kim; Adolfo Simões Muller; Joaquim Paço d’Arcos; Pardal Monteiro; Virgínia Rau; Luís de Freitas Branco; Manuela Porto; Aquilino Ribeiro; Vitorino Nemésio; Rose Macaulay, autora do livro “Ingleses em Portugal”; Ann Bridge, coautora, com Susan Lowndes, do livro “The selective traveller in Portugal”; o ensaísta Harold Nicolson; os poetas Charles David Ley e Roy Campbell; os lusitanistas Aubrey Bell e Edgar Prestage; Ann Livermore; o primeiro diretor do Instituto Britânico em Lisboa, George West; o musicólogo Santiago Kastner e a historiadora Elaine Sanceau. Ainda assim, cumpriria a Luís Marques e Susan Lowndes – servindo-se de uma série de pseudónimos – garantir a maioria dos conteúdos do jornal, publicando centenas de artigos sobre o país, nomeadamente sobre o concelho de Cascais, além de notícias de interesse para a comunidade britânica em Portugal. Depois da morte de Luís Marques, em 1976, Susan Lowndes continuou a dirigir o jornal, até que o vendeu, em 1980, ao jornalista inglês Nigel Batley,

que o manteria até 2004, quando cessou publicação. No início da década de 1980, os primeiros quarenta anos de edição foram microfilmados e dotados de índice, com o apoio financeiro da Fundação Calouste Gulbenkian e da Tinker Foundation, dos E.U.A, para depósito na Biblioteca do Congresso dos E.U.A. Luís Marques foi, também, correspondente em Portugal do jornal inglês “The Daily Telegraph”, a partir de 1936, durante a II Guerra Mundial e até quase à data da sua morte; e um dos fundadores da Associação de Imprensa Estrangeira em Portugal. De acordo com os dados compulsados pela Dra. Ana Vicente, sua filha, que publicou, em 2006, um livro sobre seus pais intitulado “Arcádia: Notícia de uma Família anglo-portuguesa” (Lisboa: Gótica, 2006), Luís Marques detinha uma vasta cultura, sobretudo no campo da literatura inglesa e portuguesa e era um grande conversador, permitindo-lhe a sua excelente memória recordar textos lidos há anos. Era também um católico convicto e muito conhecedor de temas religiosos, frequentando a Igreja de Santo António do Estoril e os Salesianos. Sofreu toda a vida de uma espondilose que o deixou nas últimas décadas de vida completamente curvado, tendo, ainda, problemas de visão, de que nunca se queixava. A correspondência conservada comprova o seu fino humor e o imenso círculo de amigos que gerou. Morreu em 1976-10-01, na sua residência no Monte Estoril desde 1947 – a Casa Palmeiral, na Avenida de S. Pedro, n.º 25 –, onde funcionou, também, o APN, a partir da década de 1960. Foi sepultado no cemitério da Galiza. Em 1995, por iniciativa do seu filho, Paulo Lowndes Marques, publicar-se-ia postumamente um livro de Luís Marques, intitulado “Contacts, memoirs and collected pieces”

SUSAN LOWNDES MARQUES, ou Susan Lowndes, nome com que assinava os seus livros e artigos, nasceu em Londres, em 1907-02-15. Era filha da escritora Marie Belloc Lowndes e de Frederick Lowndes, jornalista do “The Times” e neta de Bessie Rayner Parkes Belloc, escritora e ativista dos direitos das mulheres. Frequentou diversos colégios em Inglaterra, iniciando-se na

escrita ainda jovem, ao colaborar de forma ocasional em diversas publicações. Em 1938-09 deslocou-se, com seu pai, a Portugal, instalando-se no Hotel de Inglaterra, no Estoril, onde veio a conhecer, através de amigos, o jornalista Luís Artur de Oliveira Marques, que falava inglês na perfeição e com quem veio a casar poucos meses depois, em 1938-12-14, em Londres. Susan Lowndes adquiriu a nacionalidade portuguesa, embora nunca tenha desistido do passaporte inglês. Era católica praticante e grande frequentadora da Igreja de Santo António do Estoril e dos Salesianos. Entendia que o cristianismo se vivia no dia a dia, de forma eminentemente prática, em solidariedade com as pessoas mais sós ou desprotegidas, razão pela qual se conservam no seu arquivo centenas de cartas agradecendo-lhe a refeição, o acolhimento, a visita, a ajuda económica e o envio de livros ou de roupa. Colaborou com o marido no "The Anglo-Portuguese News" (APN), jornal inglês publicado em Portugal durante quase cinquenta anos, cuja sede seria montada na casa da família no Monte Estoril, a partir da década de 1960. Aí publicou centenas de artigos sobre variados temas, nomeadamente acerca do concelho de Cascais. Após a morte de Luís Marques, em 1976, continuou a dirigir o APN, até que o vendeu, em 1980, ao jornalista inglês Nigel Batley. Foi correspondente em Portugal de vários jornais e revistas católicas norte-americanas e inglesas e colaboradora ocasional das mais diversas revistas e publicações, com temas quase sempre relacionados com Portugal, e muitas vezes com a zona de Cascais. Escreveu diversos livros sobre Portugal, como "The selective traveller in Portugal" (Londres: Evans, 1949), em parceria com Ann Bridge, que conheceu sucessivas edições e se tornou um clássico da narrativa de viagens sobre o país. Elizabeth Stroumillo, jornalista de viagens do "The Daily Telegraph", ao publicitar "Travellers' guide to Portugal, (Londres: Geographia, 1982), outro dos livros de Susan Lowndes, que veio a conhecer três edições, anotaria que: «Susan Lowndes, uma inglesa que vive em Portugal há muitos anos [...] tem um conhecimento enciclopédico sobre esse país.

[...] O amor e o entusiasmo por tudo o que é português irradia em cada página». Escreveu, também, "Good food from Spain and Portugal" (Londres: Frederick Muller, 1956), dois pequenos livros sobre Fátima destinados aos milhares de peregrinos de língua inglesa, reformulando e atualizando durante vários anos o "Fodor's Guide to Portugal", nas suas várias versões. Também compilou "Diaries and letter of Marie Belloc Lowndes" (Londres: Chatto and Windus, 1971), que recolheu excelentes críticas por parte da imprensa inglesa. Grande apaixonada pela arte e pela arquitetura, escreveu com Alice Berkeley um livro que seria publicado pouco tempo depois da sua morte: "English art in Portugal" (Lisboa: Inapa, 1994). Trabalhou de forma voluntária em várias instituições, como o Hospital Britânico; o Colégio Inglês de Carcavelos; o Lar para a Terceira Idade da Comunidade Estrangeira, em S. Pedro de Estoril; o Fundo Caritativo Britânico; a Associação Anglo-Lusa, com sede em Londres; a Associação Britânica de Mulheres Voluntárias e o Lar Internacional para Senhoras. Durante a guerra, também participou com o marido no apoio aos refugiados que passaram em grande número por Portugal. De acordo com os dados compulsados pela Dra. Ana Vicente, sua filha, que publicou, em 2006, um livro sobre seus pais intitulado "Arcádia: Notícia de uma Família anglo-portuguesa" (Lisboa: Gótica, 2006), a Casa Palmeiral, sita na Avenida de S. Pedro, no Monte Estoril, onde residiu desde 1947, estava repleta de livros e sempre preparada para receber familiares, amigos e conhecidos. Eram quase diários os almoços e jantares onde, à volta da mesa, se juntavam as mais diversas personalidades, tanto mais que Susan Lowndes e Luís Marques mantinham importantes relações de amizade com vários escritores ingleses, que os visitavam quando passavam por Portugal, casos de Graham Greene, Evelyn Waugh, Cyril Connolly, Rose Macaulay, Elizabeth Hamilton, Aldous Huxley, Angus Wilson e Sachaverell Sitwell. Susan Lowndes foi condecorada, em 1975, pela Rainha Isabel II de Inglaterra, com a Ordem do Império Britânico, pelos serviços prestados à comunidade inglesa em

Portugal. Francisco Hipólito Raposo descrevê-la-ia como «uma portuguesa de luxo». Morreu em 1993-02-03, no Hospital Inglês, em Lisboa

HISTÓRIA CUSTODIAL E ARQUIVÍSTICA: O fundo foi depositado pela Senhora Dra. Ana Vicente, na sequência de contrato estabelecido com a Câmara Municipal de Cascais, através do AHMCSC, ao abrigo do Programa de Recuperação de Arquivos e Documentos de Interesse Municipal (PRADIM)

FONTE IMEDIATA DE AQUISIÇÃO OU TRANSFERÊNCIA: Depósito aprovado em sessão da Câmara Municipal de Cascais, em 2011-01-24

ÂMBITO E CONTEÚDO: A documentação é composta por correspondência, textos de autor, apontamentos, recortes de imprensa, agendas e outras tipologias documentais ainda não processadas

SISTEMA DE ORGANIZAÇÃO: O fundo encontra-se em tratamento, não dispondo de quadro de classificação definitivo

CONDIÇÕES DE ACESSO: Restrições: Cf. Decreto-Lei 16/93 de 23 de janeiro, Art.º 17.º, n.ºs 2 e 3. *Diário da República*, I Série A. 19 (1993-01-23) 264-270. Regime geral de arquivos e do património arquivístico

INSTRUMENTOS DE DESCRIÇÃO: Guia on-line

NOTAS: O fundo encontra-se, por ora, acondicionado em 106 cx. Datas de Produção Inicial e Final aproximadas

REGRAS OU CONVENÇÕES: DIREÇÃO GERAL DE ARQUIVOS; PROGRAMA DE NORMALIZAÇÃO DA DESCRIÇÃO EM ARQUIVO; GRUPO DE TRABALHO DE NORMALIZAÇÃO DA DESCRIÇÃO EM ARQUIVO -

Orientações para a descrição arquivística. 2.º v. Lisboa: DGARQ, 2007. ISBN 978-972-8107-91-8

DATA DA DESCRIÇÃO: 2013-06-01

Marquês de Nisa. Por falecimento, em 1704, sem herdeiros, de D. Ana de Ataíde e Castro, 7.^a Condessa da Castanheira, sucessora de seu irmão, D. Jorge de Ataíde, 3.^o Conde de Castro Daire, a Casa Castanheira-Castro Daire passou a seu primo D. Luís Álvares de Castro Ataíde Noronha e Sousa, 2.^o Marquês de Cascais e 7.^o Conde de Monsanto. A ligação entre as casas de Monsanto e Nisa parece remontar ao tempo de D. Fernando de Noronha (1667-1722), 9.^o Conde de Monsanto, filho dos 2.^{os} Marqueses de Cascais, ainda que morresse antes do casamento que ajustara com a sua sobrinha, D. Maria José da Gama, filha herdeira dos 3.^{os} Marqueses de Nisa. Esta senhora viria a casar por duas vezes: a primeira com Nunes Teles da Silva, filho dos 3.^{os} Marqueses de Alegrete e a segunda com o 5.^o Conde de Unhão – título criado, por

D. Filipe III em 1636-06-07 – razão pela qual as Casas da Vidigueira (Marqueses de Nisa) e de Unhão se juntariam. Morrendo solteira, em 1762, a 5.^a Marquesa de Cascais, D. Ana José de Castro e Noronha (herdeira de seu tio D. Luís de Castro Noronha Ataíde e Sousa, 4.^o Marquês de Cascais e 11.^o Conde de Monsanto), entrou na posse das Casas de Cascais e da Castanheira seu primo D. Rodrigo Xavier Teles de Castro da Gama, 6.^o Marquês de Nisa e 10.^o Conde da Vidigueira (títulos que lhe vinham por via de sua mãe, aliás filha de uma senhora da Casa de Cascais) e 6.^o Conde de Unhão em sucessão a seu pai, o 5.^o Conde deste título. Estas quatro Casas mantiveram-se unidas até à extinção dos vínculos, em 1861-1863, sendo então administrador delas D. Domingos Xavier Teles da Gama Castro Ataíde Noronha e Sousa, 9.^o Marquês de Nisa, 14.^o Conde da Vidigueira e 9.^o Conde de Unhão. A este último sucedeu seu filho primogénito, D. Tomás Teles da Gama, 15.^o Conde da Vidigueira e 10.^o Conde de Unhão e representante das Casas de Cascais-Monsanto e de Castanheira-Castro Daire

HISTÓRIA CUSTODIAL E ARQUIVÍSTICA: Da junção das Casas de Cascais-Monsanto e de Castanheira-Castro Daire resultou um

arquivo considerável, que chegou intacto até ao 9.^o Marquês de Nisa. Ainda que este titular já devesse ter alienado várias peças de valor do arquivo, seria ao seu filho, D. Tomás, penúltimo Conde da Vidigueira, que se deveria a dispersão de uma parte importante do acervo, vendida à Biblioteca Nacional de Portugal e à Sociedade de Geografia de Lisboa. A Coleção Vidigueira, que a Sociedade de Geografia de Lisboa adquiriu em 1892, compreende 181 espécies originais e 4 códices, que abrangem o período de 1332 a 1800, já estudados, em 1956, pela Dra. Rosalina Silva Cunha, que publicaria, em 1960, o seu inventário no “Boletim Internacional de Bibliografia Luso-Brasileira” (vol. I, p. 65-99). Mais documentos não vendeu o Conde da Vidigueira, porque sua irmã, a Marquesa de Unhão, lhe comprou aqueles que restavam, que ficaram, depois, na posse dos descendentes do outro irmão, D. Manuel Teles da Gama, Conde de Cascais. Em 1981, o Engenheiro D. Miguel de Almeida Corrêa de Sá, neto materno do Conde de Cascais, venderia à Câmara Municipal de Cascais os documentos, que, na altura, se supunha corresponderem à totalidade do núcleo. Porém, já depois de efetuada a transação, entrou na posse de um outro lote, que igualmente seria comprado pelo município, reconstituindo-se, desta forma, a totalidade da documentação que a Marquesa de Unhão adquirira a seu irmão primogénito

FONTE IMEDIATA DE AQUISIÇÃO OU TRANSFERÊNCIA: Compra, em 1981 e 1989

ÂMBITO E CONTEÚDO: Para além da documentação diretamente relacionada com os Marqueses de Cascais e Condes de Monsanto, existem subnúcleos relativos a outras casas associadas, como as dos Marqueses de Nisa, Condes da Castanheira, Condes de Unhão e, ainda, a da Família Sousa e Melo. O fundo é relativamente homogéneo ao nível das tipologias, de entre as quais se evidenciam os títulos de propriedade (cartas de arrendamento, aforamento, emprazamento, escrituras de compra e venda e autos de medição e demarcação), relações

de rendimentos, tombos, procurações, cartas de privilégio e correspondência diversa. No acervo pertencente aos Condes da Castanheira encontram-se, ainda, documentos de nomeação de juizes e oficiais. Com exceção da documentação dos Condes de Unhão, os restantes subnúcleos revelam-se de particular interesse para a história do Brasil

SISTEMA DE ORGANIZAÇÃO: O fundo encontra-se em tratamento, não dispondo de quadro de classificação definitivo

INSTRUMENTOS DE DESCRIÇÃO: Guia on-line. Catálogo provisório impresso

NOTAS: O fundo encontra-se, por ora, acondicionado em 81 cx.

REGRAS OU CONVENÇÕES: DIREÇÃO GERAL DE ARQUIVOS; PROGRAMA DE NORMALIZAÇÃO DA DESCRIÇÃO EM ARQUIVO; GRUPO DE TRABALHO DE NORMALIZAÇÃO DA DESCRIÇÃO EM ARQUIVO - *Orientações para a descrição arquivística*. 2.º v. Lisboa: DGARQ, 2007. ISBN 978-972-8107-91-8

DATA DA DESCRIÇÃO: 2013-06-01

MARIA JOSÉ LACERDA E MELLO



D. Maria José Lacerda e Mello com o pai, Tenente-Coronel Raposo Pessoa
[PT/CMCSC-AHMCSC/AFML/MJLM]

CÓDIGO DE REFERÊNCIA: PT/CMCSC-AHMCSC/AFML/MJLM

TÍTULO: Maria José Lacerda e Mello

DATAS: 1910 | 2009

NÍVEL DE DESCRIÇÃO: Fundo

EXTENSÃO/DIMENSÃO: 0,005 m. l. - 1 CD

SUPORTE: Digital

NOME DO PRODUTOR: Maria José de Magalhães Lacerda e Mello

HISTÓRIA(S) BIOGRÁFICA(S):

JOSÉ ROBERTO RAPOSO PESSOA

José Roberto Raposo Pessoa nasceu em Lisboa, em 1899-03-27. Frequentou o curso do Colégio Militar de 1910 a 1917 e assentou praça como voluntário em 1917-06-13. Em 1918, depois de ter concluído o curso da sua arma, foi promovido a aspirante-oficial e a alferes em 1918-09-13, a tenente em 1922-09-13, a capitão em 1933-05-16 e a major em 1947-05-08, na sequência da frequência de curso, nos anos de 1945 e 1946, no Instituto dos Altos Estudos Militares. Foi ajudante de campo do General Daniel de Sousa, como Governador Militar de Lisboa e mais tarde como Ministro de Guerra. Exerceu, ainda, com distinção, as funções de ajudante de campo do então Ministro de Guerra Oliveira Salazar, desde 1932-07-06 a 1933-04-12 e novamente de 1936-05-13 a 1944-09-15. Em 1938 fez parte da missão militar portuguesa de observação em Espanha no período da guerra civil. Nos finais de 1918, exerceu as funções de Administrador do Concelho de Ponte de Lima, vindo, depois, a prestar serviço como militar em Lisboa, Viana do Castelo, Évora e principalmente em Cascais. De 1939

a 1959 esteve à frente dos destinos da Câmara Municipal de Cascais, colaborando ativamente na modernização urbanística do concelho, de que são expoentes os Bairros dos Pescadores, das Caixas, Alcaide e do Rosário, o Hospital Condes de Castro Guimarães, o Cinema S. José, o Hipódromo Manuel Possolo, a Praça de Touros de Cascais ou o novo Mercado de Cascais. Foi primeiro jogador, de futebol, e mais tarde, Presidente da Assembleia-Geral do Grupo Dramático e Sportivo de Cascais. Exerceu igualmente os cargos de membro dos conselhos fiscal e de administração da Companhia Colonial de Navegação, a partir de 1934. Na sua folha de serviços tinha registado diversos louvores e condecorações como a medalha militar de prata da classe de comportamento exemplar, a medalha militar de prata da classe de bons serviços e a cruz de mérito da Ordem da Água Alemã (3º grau), assim com os graus de cavaleiro oficial e comendador da Ordem Militar de Avis; de cavaleiro, oficial e grande oficial da Ordem Militar de Cristo. Também lhe foram conferidas pelo Governo espanhol as condecorações da Cruz Roja del Merito Militar e a medalha de La Campaña, sendo, ainda, comendador da Ordem do Libertador da Venezuela e da Ordem do Infante. Em 1954-06, nas comemorações do XV aniversário enquanto Presidente da Câmara, foi condecorado com a medalha de ouro de mérito municipal atribuída em sessão pública pela Câmara Municipal de Cascais. O tenente-coronel Raposo Pessoa passou à reserva em 1953-11-20, vindo a falecer em 1974-01-11, na terra adotiva que tanto adorava e que a tanto se dedicou: Cascais. Foi pai de Maria Clementina Magalhães Pessoa Reinhardt, viúva de Edgar Hugo da Cunha Reinhardt e de Maria José Magalhães Pessoa de Lacerda e Mello, casada com Dr. Álvaro de Lacerda e Mello, médico em Cascais.

MARIA JOSÉ PESSOA DE LACERDA E MELLO

Maria José Pessoa de Lacerda e Mello, filha do depois Tenente-Coronel José Roberto Raposo Pessoa, Presidente da Câmara

Municipal de Cascais entre 1939 e 1959 e de Clementina Ferreira Pinto Leite de Magalhães, nasceu na Cidadela de Cascais, em 1927-07-14. Estudou no Colégio do Sagrado Coração de Jesus, na vila, onde veio a aprender a andar a cavalo com Manuel Possolo, entusiasta da modalidade, que viria a dar o nome ao Hipódromo de Cascais. Concluiu, mais tarde, o curso de Auxiliar de Enfermagem, vindo, depois, a casar-se com o médico Álvaro de Lacerda e Mello, de quem teve três filhos. Acompanhou, ao longo de décadas, o pai, já viúvo, enquanto Presidente da Câmara Municipal, nas mais importantes receções e inaugurações que então tiveram lugar. Colaborou, depois, em revistas e jornais da região, assim como voluntária em algumas instituições de solidariedade social do concelho, onde continua a residir

HISTÓRIA CUSTODIAL E ARQUIVÍSTICA: O fundo foi depositado digitalmente pela Senhora D. Maria José Lacerda e Mello, na sequência de contrato estabelecido com a Câmara Municipal de Cascais, através do AHMC, ao abrigo do Programa de Recuperação de Arquivos e Documentos de Interesse Municipal (PRADIM)

FONTE IMEDIATA DE AQUISIÇÃO OU TRANSFERÊNCIA: Depósito aprovado em sessão da Câmara Municipal de Cascais, em 2013-12-18

ÂMBITO E CONTEÚDO: A documentação é composta por fotografias, programas, convites e recortes de imprensa relativos à vida e obra do Tenente-Coronel José Roberto Raposo Pessoa, assim como dos artigos publicados na imprensa local pela sua filha, Maria José Lacerda e Mello, sobre a história de Cascais e das suas gentes

SISTEMA DE ORGANIZAÇÃO: O fundo encontra-se em tratamento, não dispondo de quadro de classificação definitivo

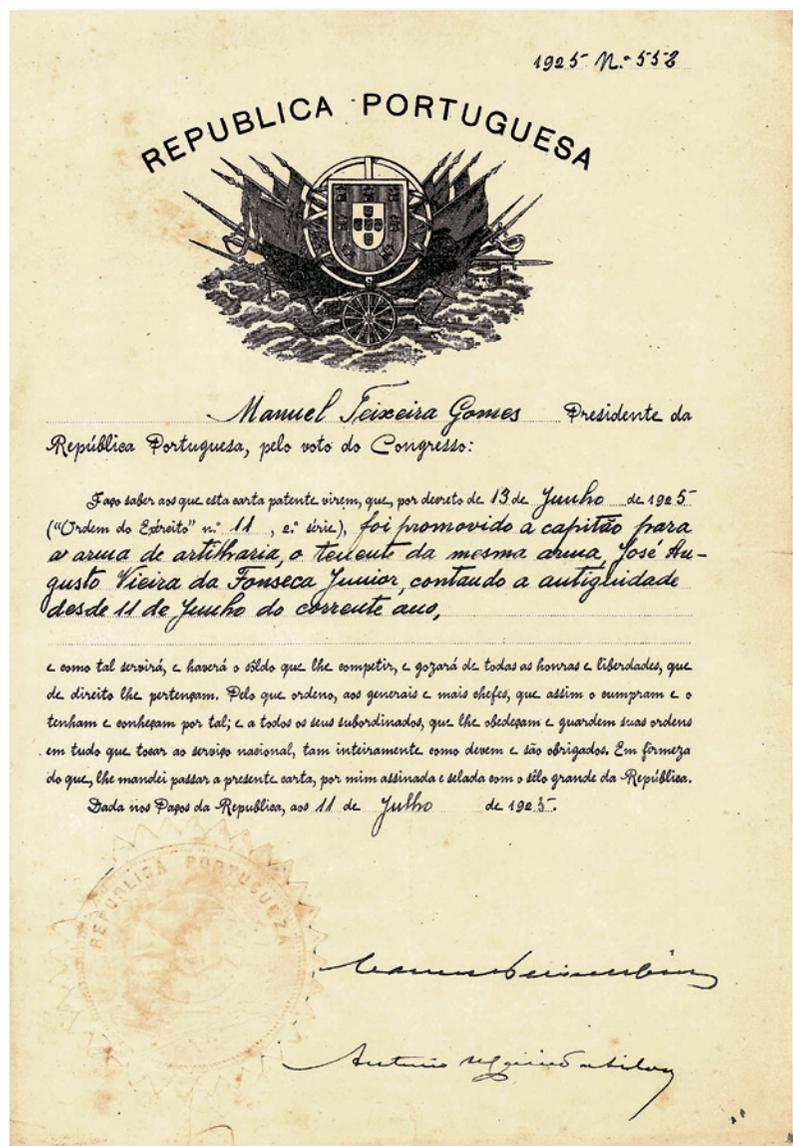
CONDIÇÕES DE ACESSO: Restrições: Cf. Decreto-Lei 16/93 de 23 de janeiro, Art.º 17.º, n.ºs 2 e 3. Diário da República, I Série A. 19 (1993-01-23) 264-270. Regime geral de arquivos e do património arquivístico

INSTRUMENTOS DE DESCRIÇÃO: Guia on-line

NOTAS: O fundo encontra-se acondicionado em 1 CD. Datas de Produção Inicial e Final aproximadas

DATA DA DESCRIÇÃO: 2014-05-23

PEDRO VIEIRA DA FONSECA



Carta patente, em que o Presidente da República, Manuel Teixeira Gomes, promove a Capitão o Tenente José Augusto Vieira da Fonseca Júnior, 1925-07-11 [PT/CMCSC-AHMCSC/APSS/PVF]

CÓDIGO DE REFERÊNCIA: PT/CMCSC-AHMCSC/AFML/PVF

TÍTULO: Pedro Vieira da Fonseca

DATAS: [1792-08-18 | 2011]

NÍVEL DE DESCRIÇÃO: Fundo

EXTENSÃO/DIMENSÃO: [2,12 m. l. – 4 cx., 3 mç. e 1 gv.]

SUPORTE: Papel, metal, madeira e vidro

NOME DO PRODUTOR: Pedro Vieira da Fonseca

HISTÓRIA ADMINISTRATIVA: Pedro Miguel Vieira da Fonseca, descendente de uma família que mantém, desde meados do século XVII, fortes ligações a Cascais, nasceu em 1929-08-22, no Sítio do Castelo, situado na zona histórica da vila, onde veio a falecer em 2011-12-10. Homem culto e viajado, diplomou-se em Sociologia Geral e Relações Internacionais pela Faculdade de Ciências Económico-Sociais da Universidade de Genebra. Na sua longa atividade profissional exerceu funções de relevo em várias unidades e estabelecimentos militares, nomeadamente na Direção do Serviço de Pessoal do Ministério do Exército e no Estado-Maior do Exército, em Lisboa. Passou à situação de disponibilidade a partir de 1967-12-01, no posto de Tenente da Arma de Cavalaria. Em 1972-11-15 iniciou atividade no Ministério dos Negócios Estrangeiros, tendo tomado posse como Adjunto do Protocolo do Estado em 1976-05-10. De 1981 a 1999, data da passagem à situação de reforma, trabalhou para a "Comissão do Livro Branco", na análise, seleção e estudo de documentos classificados. Foi condecorado com a Cruz de Cavaleiro da Ordem Real de Santo Olavo, da Noruega, pelo Rei Olavo; a Cruz de 1.ª Classe da Ordem Verdienstorden, da Alemanha, por Walter Scheel, Presidente da República Federal da Alemanha; a Cruz de Oficial da Ordem de Mérito

Civil, de Espanha, pelo Rei Juan Carlos I, e com as insígnias de Cavaleiro da Ordem Nacional de Mérito, de França, por Valéry Giscard d'Estaing, Presidente da República Francesa

HISTÓRIA CUSTODIAL E ARQUIVÍSTICA: Por testamento de 2010-07-21, o Dr. Pedro Vieira da Fonseca legou ao Museu-Biblioteca Condes de Castro Guimarães «a maior e melhor parte do recheio» da sua casa, em Cascais, conjunto de bens culturais móveis, de relevante valor artístico, histórico e patrimonial, que ingressou neste equipamento cultural em 2012-03-15. Ainda que, de acordo com a vontade expressa do testador, este se destinasse «a fazer parte integrante e exclusiva do inventário do M-BCCG», os bens doados poderiam, mercê das suas características, ser depositados noutros equipamentos culturais dotados dos meios mais apropriados à preservação das tipologias de bens em presença. Neste âmbito, em 2012-08-22 transferiu-se para o AHMCSC a documentação de arquivo e as condecorações e insígnias que reuniu

FONTE IMEDIATA DE AQUISIÇÃO OU TRANSFERÊNCIA: Transferência do Museu-Biblioteca Condes de Castro Guimarães, em 2012-08-22

ÂMBITO E CONTEÚDO: A documentação é composta por lotes relativos a José António Vieira da Fonseca (1792-08-18/1863-11-10), José Augusto Vieira da Fonseca (1832/1877-08-27), Filipe Augusto Vieira da Fonseca (1857-11-22/1927-03-03), Manuel de Mariz Costa (1839/1909-03-18), José Augusto Vieira da Fonseca (1868-01-09/1940-01-19), José Augusto Vieira da Fonseca (1898-08-13/1981-06-16) e Pedro Miguel Vieira da Fonseca (1929-08-22/2011/12/10). Compõe-se, ainda, de cartas patentes, condecorações, insígnias, genealogias e cartas geográficas

SISTEMA DE ORGANIZAÇÃO: O fundo encontra-se em tratamento, não dispondo de quadro de classificação definitivo

CONDIÇÕES DE ACESSO: Restrições: Cf. Decreto-Lei 16/93 de 23 de janeiro, Art.º 17.º, n.ºs 2 e 3. Diário da República, I Série A. 19 (1993-01-23) 264-270. Regime geral de arquivos e do património arquivístico

INSTRUMENTOS DE DESCRIÇÃO: Guia on-line

NOTAS: O fundo encontra-se, por ora, acondicionado em 4 cx., 3 mç. e 1 gv. Datas de Produção Inicial e Final aproximadas

REGRAS OU CONVENÇÕES: DIREÇÃO GERAL DE ARQUIVOS; PROGRAMA DE NORMALIZAÇÃO DA DESCRIÇÃO EM ARQUIVO; GRUPO DE TRABALHO DE NORMALIZAÇÃO DA DESCRIÇÃO EM ARQUIVO - Orientações para a descrição arquivística. 2.º v. Lisboa: DGARQ, 2007. ISBN 978-972-8107-91-8

DATA DA DESCRIÇÃO: 2013-06-01

ARQUIVOS FOTOGRÁFICOS

CÓDIGO DE REFERÊNCIA:
PT/CMCSC-AHMCSC/AFTG

TÍTULO:
Arquivos Fotográficos

NÍVEL DE DESCRIÇÃO:
Grupo de Fundos

SISTEMA DE ORGANIZAÇÃO:
O grupo é constituído por 5 coleções:
Coleção Antiga do Município,
Coleção António Passaporte,
Coleção César Guilherme Cardoso,
Coleção Família Castelo Branco e
Coleção Sérgio Álvares da Guerra

COLEÇÃO ANTIGA DO MUNICÍPIO



Regata na baía de Cascais, c. 1940 [PT/CMCSC-AHMCSC/AFTG/CAM]

CÓDIGO DE REFERÊNCIA: PT/CMCSC-AHMCSC/AFTG/CAM

TÍTULO: Coleção Antiga do Município

DATAS: [1886 | 1986]

NÍVEL DE DESCRIÇÃO: Coleção

EXTENSÃO/DIMENSÃO: [4,89 m. l. – 31 cx., 6 lv. e 12 gv.]

SUPORTE: Papel, Vidro, Poliéster

NOME DO COLECIONADOR: Câmara Municipal de Cascais

HISTÓRIA ADMINISTRATIVA: Cf. Fundo Câmara Municipal de Cascais

HISTÓRIA CUSTODIAL E ARQUIVÍSTICA: O Museu-Biblioteca Condes de Castro Guimarães, oficialmente inaugurado em 1931, funcionou, até à década de 1980, como o principal equipamento cultural do município, razão pela qual recebeu nas suas instalações todo o tipo de testemunhos do passado do concelho, de que a edilidade tomava posse, por compra, depósito ou doação. Foi neste contexto que se formou esta coleção, composta por imagens provenientes de origens diversas, maioritariamente desconhecidas, que atualmente se conserva no AHMCSC

FONTE IMEDIATA DE AQUISIÇÃO OU TRANSFERÊNCIA: Transferência, d. 1987

ÂMBITO E CONTEÚDO: A coleção é constituída por negativos de gelatina em vidro, negativos em poliéster e provas em papel que retratam o concelho

SISTEMA DE ORGANIZAÇÃO: Numérico

CONDIÇÕES DE ACESSO: Os negativos de gelatina em vidro foram digitalizados. O acesso apenas se efetua através do novo suporte

CONDIÇÕES DE REPRODUÇÃO: Os negativos de gelatina em vidro foram digitalizados. O acesso apenas se efetua através do novo suporte

INSTRUMENTOS DE DESCRIÇÃO: Guia on-line. Catálogo parcial on-line

NOTAS: O fundo encontra-se, por ora, acondicionado em 31 cx., 6 lv. e 12 gv. de armários reforçados. Datas de Produção Inicial aproximadas

REGRAS OU CONVENÇÕES: DIREÇÃO GERAL DE ARQUIVOS; PROGRAMA DE NORMALIZAÇÃO DA DESCRIÇÃO EM ARQUIVO; GRUPO DE TRABALHO DE NORMALIZAÇÃO DA DESCRIÇÃO EM ARQUIVO - *Orientações para a descrição arquivística*. 2.º v. Lisboa: DGARQ, 2007. ISBN 978-972-8107-91-8

DATA DA DESCRIÇÃO: 2013-06-01

COLEÇÃO ANTÓNIO PASSAPORTE



Casa de Santa Maria e Torre de S. Sebastião, junto à ponte de Santa Marta, em Cascais, c. 1940 [PT/CMCSC-AHMCSC/AFTG/CAP]

CÓDIGO DE REFERÊNCIA: PT/CMCSC-AHMCSC/AFTG/CAP

TÍTULO: Coleção António Passaporte

DATAS: [1940 | 1960]

NÍVEL DE DESCRIÇÃO: Coleção

EXTENSÃO/DIMENSÃO: 1,51 m. l. [4 cxs. e 3 gv.]

SUPORTE: Vidro, Poliéster, Papel

NOME DO PRODUTOR: António Passaporte

HISTÓRIA BIOGRÁFICA: António Passaporte nasceu em 1901-02-01, na freguesia da Sé, em Évora. Foi o primeiro filho de Helena Maria Carreta e de José Pedro Braga Passaporte, amador de fotografia, a quem D. Carlos concedeu, em 1903, a distinção de fotógrafo da Casa Real e que, no ano seguinte, abria um atelier comercial em Évora. A implantação da República levaria, em 1911, a família Passaporte a mudar-se para África, onde José Passaporte prosseguiu a sua atividade, em Benguela e Moçâmedes. Regressaria, todavia, a Évora, em 1917, para montar a Fotografia Paris, a que se sucedeu novo atelier em Lisboa, em 1919. Na sequência do regresso à metrópole, António Passaporte estudaria na Escola Ferreira Borges, em Lisboa, participando em todas as festas em que pode atuar como artista de teatro, ainda que almejasse, sobretudo, ser ator de cinema. Em 1923, sob o nome artístico de Carret Passport, participa no filme "Estrela de brilhantes", realizado por Augusto Barroso Ramos. Talvez pelo sucesso da crítica – não extensível ao filme – dedicou-se, também, ao estudo da expressão, maquilhagem e mímica. Todavia, a sua baixa estatura acabaria por condicionar os seus sonhos de galã cinéfilo. Desta forma, porque a condição de guarda-livros da Livraria Ferin não se adequava à sua personalidade sonhadora,

em 1923 partiria para Madrid em busca de aventura, contando, para o efeito, com o apoio de Reinaldo Ferreira (o Repórter X) e do Embaixador de Espanha em Portugal. Foi, assim, em Madrid que iniciou a sua carreira de fotógrafo, trabalhando nos Laboratórios Cinematográficos Madrid-Films, onde veio a casar com a irmã do patrão, Gregória Ascensión Calleja Blanco, em 1927. Ingressou, depois, na firma francesa Charles Alberty, como vendedor de papéis fotográficos e heliográficos, viajando pela Argentina e por Espanha, que fotografou abundantemente. As imagens de paisagens e monumentos que então obteve seriam adquiridas para propaganda pelo Ministério da Cultura e do Turismo espanhol, dirigido pelo General Primo de Rivera. O sucesso alcançado lança-lo-ia, assim, na edição de bilhetes-postais ilustrados, que assinou como Loty, designação que resultava da combinação das duas primeiras letras do nome Lopez e das duas últimas do nome Alberty, apelidos do casal para quem trabalhava. Iniciada a Guerra Civil de Espanha, perderia o emprego, ingressando nas Brigadas Internacionais como repórter fotográfico, com a patente de sargento, no 5.º regimento das tropas espanholas, no seio do qual era conhecido por “pequeno moreno”. Acompanhou as operações de defesa de Madrid, servindo de repórter fotográfico ao longo da Serra de Guadarrama e na campanha de Brunete, em que se travaram grandes combates. Todavia, por razões de saúde, abandonaria esta atividade, inscrevendo-se na U.G.T., sob a influência do seu irmão Bernardo, que também se instalara em Madrid, para integrar os «Comités de Abastos», montados para recolha e distribuição de víveres. Posteriormente, trabalhou, de novo, como repórter fotográfico, para o boletim “Transmisiones”, do Serviço de Transmissões do Exército Popular Espanhol. No verão de 1939, temendo represálias do regime franquista, regressou a Portugal, para fixar residência em Lisboa, onde iniciou, com o apoio de amigos, a sua atividade de fotógrafo, aceitando, sobretudo, encomendas publicitárias. Inicialmente instalado na Rua Padre Sena Freitas, n.º 14, r/c direito, em 1940 transitaria para a Rua do Desterro, n.º 35,

4.º esquerdo, onde iniciou a produção de bilhetes-postais ilustrados, impressos em papel fotográfico a preto e branco. A sua primeira grande encomenda processar-se-ia por ocasião da Exposição do Mundo Português, que não permitiu a família descansar durante dias. Em 1945 mudou-se para a Avenida António Aguiar, n.º 4, 1.º direito e em 1946 para a Rua Luciano Cordeiro, n.º 88, onde montou o estúdio que manteve até ao final da vida, não obstante mudar de residência por mais duas vezes. Foi nestas instalações que se dedicou com maior profissionalismo à produção de bilhetes-postais ilustrados, auxiliado por máquinas industriais de impressão e de secagem e por empregados mais qualificados. A extrema exigência com a qualidade final dos bilhetes-postais cedo se traduziriam num afluxo de encomendas, pelo que António Passaporte fotografava habitualmente ao fim de semana, percorrendo todo o país num carro, acompanhado da família. A sua última reportagem completa de uma cidade decorreria na Covilhã, no inverno de 1961. Desde então, limitou-se a fotografar os palácios nacionais, uma vez que a qualidade técnica da sua marca lhe permitira obter autorização para fotografar o seu interior e o exclusivo da venda de bilhetes-postais ilustrados dos mesmos. Com o advento do postal impresso a cores, o processo de produção alterar-se-ia radicalmente. António Passaporte não conseguiria, porém, fazer frente à concorrência, sobretudo a partir de 1965, quando Perpétuo Socorro, editor do Porto, conseguiu que o preço de revenda por unidade baixasse de 1\$50 para 1\$20 o postal. Recusando-se a acompanhar a descida do preço, afastou-se progressivamente da produção. Morreu em Lisboa, em 1983

HISTÓRIA CUSTODIAL E ARQUIVÍSTICA: Em 1990 a CMCSO comprou os trabalhos dedicados a Cascais da coleção do fotógrafo

FONTE IMEDIATA DE AQUISIÇÃO OU TRANSFERÊNCIA: Compra, em 1990

ÂMBITO E CONTEÚDO: A coleção é constituída por negativos de gelatina em vidro e negativos em película que retratam o concelho nas décadas de 1940 a 1960. Inclui, ainda, bilhetes-postais ilustrados representando outras localidades

SISTEMA DE ORGANIZAÇÃO: Numérico

CONDIÇÕES DE ACESSO: Os negativos de gelatina em vidro foram digitalizados. O acesso apenas se efetua através do novo suporte

CONDIÇÕES DE REPRODUÇÃO: Os negativos de gelatina em vidro foram digitalizados. O acesso apenas se efetua através do novo suporte

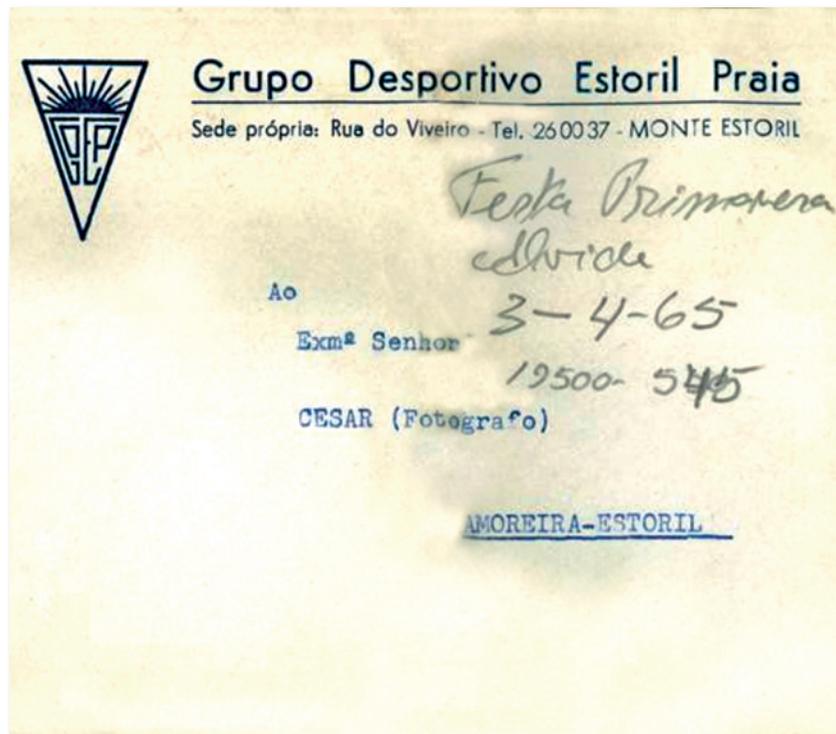
INSTRUMENTOS DE DESCRIÇÃO: Inventário on-line. Catálogo parcial on-line

NOTAS: O fundo encontra-se, por ora, acondicionado em 4 cx., 3 gv. e 1 cx. Datas de Produção Inicial aproximadas

REGRAS OU CONVENÇÕES: DIREÇÃO GERAL DE ARQUIVOS; PROGRAMA DE NORMALIZAÇÃO DA DESCRIÇÃO EM ARQUIVO; GRUPO DE TRABALHO DE NORMALIZAÇÃO DA DESCRIÇÃO EM ARQUIVO - *Orientações para a descrição arquivística*. 2.º v. Lisboa: DGARQ, 2007. ISBN 978-972-8107-91-8

DATA DA DESCRIÇÃO: 2014-05-23

COLEÇÃO CÉSAR GUILHERME CARDOSO



Envelope com negativos de fotografias de César Guilherme Cardoso, por ocasião de festa em Alvide, 1965-04-03 [PT/CMCSC-AHMCSC/AFML/CCGC]

CÓDIGO DE REFERÊNCIA: PT/CMCSC-AHMCSC/AFML/CCGC

TÍTULO: Coleção César Guilherme Cardoso

DATAS: [1890 | 2005]

NÍVEL DE DESCRIÇÃO: Coleção

EXTENSÃO/DIMENSÃO: [39,6 m. l. - 132 cx.]

SUPORTE: Poliéster e Papel

NOME DO PRODUTOR: César Guilherme Cardoso

HISTÓRIA BIOGRÁFICA: César Guilherme Cardoso nasceu na freguesia de S. Mamede, em Évora, em 1920-09-01, sendo, então, apenas registado como César Guilherme, pelo facto de o pai não o perfilhar, razão pela qual, quando atingiu a maioridade, solicitou a associação do apelido da família da mãe, Perpétua do Rosário. Em 1928 seguiu para Lisboa, pela primeira vez, passando a habitar com uma ama na Rua do Benfornoso. Com 12 anos já trabalhava como mandarete num dos hotéis da capital. Não obstante, voltaria por várias vezes ao Alentejo: à Azaruja, onde residia a sua avó materna, Maria da Conceição Raposo; ou a Évora, para a casa da sua tia, Maria do Rosário Cardoso, que morava na Rua de Santa Maria, em Évora, onde tomaria contacto com as reportagens fotográficas da "Ilustração Portuguesa", que muito o influenciaram. Com 17 anos instalou-se definitivamente na Amoreira, passando a trabalhar no Hotel Paris e posteriormente no Hotel Palácio, no Estoril. Não obstante, em 1939 seria forçado a procurar trabalho na construção da Estrada Marginal e nas pedreiras de Abóboda. Mercê da sua ligação ao Hotel Palácio foi um dos primeiros sócios do Grupo Desportivo Estoril Praia, cuja direcção viria a integrar nas décadas de 1960 e 1970. Em 1941 assentou praça no Regimento de Artilharia Ligeira n.º

1, em Évora, especializando-se enquanto apontador de peças e vindo, depois, a ser enviado para as Lages, onde assistiu à construção da pista de aviação, até ao regresso à metrópole, em 1944. Foi em Angra do Heroísmo que comprou, a prestações, a sua primeira máquina fotográfica, na loja dos Farinhas, aprendendo a fotografar sozinho. Os retratos que tirava aos seus camaradas militares permitir-lhe-iam reaver o dinheiro que investira no equipamento. A sua primeira reportagem fotográfica oficial ocorreria em 1942-01, por ocasião da visita do Governador do Distrito Autónomo de Angra do Heroísmo, António Francisco de Sales de Guimarães Pestana da Silva, ao 1.º Regimento Expedicionário, em Nasce Água. Nesse mesmo ano, na sequência de operação cirúrgica, no Hospital Militar de Ponta Delgada, passaria o mês de Agosto no Estoril. Vários jornais regionais editaram, então, pequenos artigos de sua autoria: «As nossas saudades», no “Notícias de Évora”, de 1942-01-19; «Sentinela expedicionária», n.º “A União”, de Angra do Heroísmo, em 1942-01-22; «A história de todos», n.º “A Pátria”, de Angra do Heroísmo, em 1942-03-24; «Carta de um soldado expedicionário», no “Notícias de Évora”, em 1942-04; «Carta de um expedicionário às mães portuguesas», no “Notícias de Évora”, em 1942-05-12 (única ocasião que se assina como César Guilherme Cardoso Correia); «Enfermeiras de Guerra» e «Agradecendo a tua imagem a alguém (Cascais)», n.º “O Sapador”, de Angra do Heroísmo, em 1942-10; e «A uma desconhecida (Carmen)», n.º “O Sapador”, de Angra do Heroísmo. Terminado o serviço militar, casaria, em 1942-11-16, com a sua prima, Emília do Rosário Pereira, no Registo Civil de Évora, e depois, na igreja de Santo António do Estoril, tendo por padrinhos os Marqueses de Pombal (mãe e filho). No ano seguinte nasceu a primeira filha do casal, que faleceria com meningite aos nove meses de idade. A família residia, então, na Amoreira, nas águas furtadas de um prédio na Rua Carlos Anjos, onde César Guilherme Cardoso improvisou um pequeno estúdio fotográfico, para, apesar de nunca ter entrado num laboratório fotográfico, ensaiar a impressão das

suas imagens, de forma a dilatar o orçamento familiar, visto que o ordenado de empregado de mesa era muito variável. Em 1951 voltou a ser operado ao estômago no Hospital da Santa Casa da Misericórdia de Cascais, tornando-se, então, membro da irmandade. No ano seguinte, após o nascimento do terceiro filho, mudou-se para uma outra casa na mesma rua, até que em 1954 passasse definitivamente para uma vivenda na Rua Particular, frente à casa onde vivera os primeiros anos de casado. Nesta nova habitação montaria um estúdio fotográfico e um laboratório de câmara escura no sótão. No verão, entre as 11 e as 14 horas deslocava-se pelas praias do Estoril e Monte Estoril, para fotografar os veraneantes, dedicando-se, aos fins de semana, à realização de reportagens fotográficas de atividades desportivas, casamentos, batizados, festas, atos solenes e bailes. Durante anos fotografou Cascais e Estoril, editando, também, bilhetes-postais ilustrados. Em 1959-02-05 começou a colaborar como repórter fotográfico no “Mundo Desportivo” e, em 1962-08 n.º “A Nossa Terra”. Em 1963, a sua carteira de clientes – entre os quais se destacavam os condes de Barcelona, Humberto II de Itália e sua irmã, Joana de Saboia ou a rainha da Bulgária – permitir-lhe-ia finalmente abandonar o seu emprego na indústria hoteleira. Em 1964 tornar-se-ia num dos acionistas fundadores do “Jornal da Costa do Sol”, passando, desde então, a dedicar grande parte do seu tempo a registar fotograficamente Cascais e Oeiras, acerca dos quais escreveu, também, pequenas notas. Forneceu, ainda, muitas das imagens que ilustraram as páginas da imprensa local, nomeadamente “O Pódio”, “A Zona” e o “Correio da Linha”. Em 1971 tomou de trespasse a loja do fotógrafo Leonel Lourenço, na Avenida Valbom, fixando-se, de vez, em Cascais, como industrial de fotografia. De entre as reportagens fotográficas que promoveu, destacar-se-iam o registo de todas as casas das antigas ruas de Cascais, em 1973, ou das cheias de 1983-11-19. Em 1996-07-07 receberia a medalha de Mérito Municipal da Câmara Municipal de Cascais. Faleceu em 2005-05-13

HISTÓRIA CUSTODIAL E ARQUIVÍSTICA: No exercício da sua atividade, César Guilherme Cardoso fixou em fotografia mais de sessenta anos da história de Cascais, reunindo uma valiosa coleção que, na sequência do seu falecimento, em 2005, seria adquirida pela Câmara Municipal de Cascais, para enriquecimento das fontes iconográficas preservadas e disponibilizadas pelo AHMCSC

FONTE IMEDIATA DE AQUISIÇÃO OU TRANSFERÊNCIA: Compra, em 2006

ÂMBITO E CONTEÚDO: A documentação compõe-se de negativos em poliéster que retratam o concelho do final do século XIX ao início do século XXI, uma vez que para além das fotografias produzidas por César Guilherme Cardoso, a coleção conserva reproduções de trabalhos de outros fotógrafos

SISTEMA DE ORGANIZAÇÃO: A coleção encontra-se em tratamento, não dispondo de quadro de classificação definitivo

CONDIÇÕES DE ACESSO: Restrições: Cf. Decreto-Lei 16/93 de 23 de janeiro, Art.º 17.º, n.ºs 2 e 3. *Diário da República*, I Série A. 19 (1993-01-23) 264-270. Regime geral de arquivos e do património arquivístico

INSTRUMENTOS DE DESCRIÇÃO: Guia on-line

NOTAS: A coleção encontra-se, por ora, acondicionada em 132 cx. Datas de Produção Inicial e Final aproximadas

REGRAS OU CONVENÇÕES: DIREÇÃO GERAL DE ARQUIVOS; PROGRAMA DE NORMALIZAÇÃO DA DESCRIÇÃO EM ARQUIVO; GRUPO DE TRABALHO DE NORMALIZAÇÃO DA DESCRIÇÃO EM ARQUIVO - *Orientações para a descrição arquivística*. 2.º v. Lisboa: DGARQ, 2007. ISBN 978-972-8107-91-8

DATA DA DESCRIÇÃO: 2013-06-01

COLEÇÃO FAMÍLIA CASTELO BRANCO



D. Amélia, D. Carlos e D. Manuel no Sporting Club de Cascais, no início do século XX [PT/CMCSC-AHMCSC/AFML/CFCB]

CÓDIGO DE REFERÊNCIA: PT/CMCSC-AHMCSC/AFML/CFCB

TÍTULO: Coleção Família Castelo Branco

DATAS: 1900 | 1931

NÍVEL DE DESCRIÇÃO: Coleção

EXTENSÃO/DIMENSÃO: 0, 11 m. l. – 1 cx.

SUPORTE: Papel

NOME DO PRODUTOR: Família Castelo Branco

HISTÓRIA FAMILIAR: Em produção, no âmbito de investigação em curso

HISTÓRIA CUSTODIAL E ARQUIVÍSTICA: A coleção foi doada pela Sras. D. Maria da Graça Castelo Branco Amorim e D. Maria Teresa Sotto Mayor ao AHMCSC

FONTE IMEDIATA DE AQUISIÇÃO OU TRANSFERÊNCIA: Doação aprovada em sessão da Câmara Municipal de Cascais, em 1994-10-26

ÂMBITO E CONTEÚDO: A documentação é composta por fotografias em papel, que representam, na sua maioria, o concelho de Cascais

SISTEMA DE ORGANIZAÇÃO: Numérico

CONDIÇÕES DE ACESSO: As provas em papel foram digitalizadas. O acesso apenas se efetua através do novo suporte

INSTRUMENTOS DE DESCRIÇÃO: Catálogo on-line

NOTAS: O fundo encontra-se acondicionado em 1 cx.

REGRAS OU CONVENÇÕES: DIREÇÃO GERAL DE ARQUIVOS; PROGRAMA DE NORMALIZAÇÃO DA DESCRIÇÃO EM ARQUIVO; GRUPO DE TRABALHO DE NORMALIZAÇÃO DA DESCRIÇÃO EM ARQUIVO - *Orientações para a descrição arquivística*. 2.º v. Lisboa: DGARQ, 2007. ISBN 978-972-8107-91-8

DATA DA DESCRIÇÃO: 2014-05-23

COLEÇÃO SÉRGIO ÁLVARES DA GUERRA



Estátua a Camões, Cascais, 2005 [PT/CMCSC-AHMCSC/AFTG/CSAG]

CÓDIGO DE REFERÊNCIA: PT/CMCSC-AHMCSC/AFTG/CSAG

TÍTULO: Coleção Sérgio Álvares da Guerra

DATAS: 2005

NÍVEL DE DESCRIÇÃO: Coleção

EXTENSÃO/DIMENSÃO: 0,55 m. l. – 2 cx. e 1 gv.

SUPORTE: Papel

NOME DO PRODUTOR: Sérgio Álvares Armando Blanc Gonçalves P. Álvares da Guerra

HISTÓRIA BIOGRÁFICA: Sérgio Álvares Armando Blanc Gonçalves P. Álvares da Guerra nasceu no Chinde, em Moçambique, em 1927-03-28. Frequentou a Escola Oliveira Martins na cidade da Beira e a Umtali High School, na Rodésia, vindo a completar os seus estudos no Ateneu Comercial de Lisboa. Cumpriu o serviço militar nos Dragões de Boane, em Lourenço Marques, na arma de Cavalaria, trabalhando, durante vinte e nove anos, como contabilista, na Empresa Pendray & Sousa, Ld.^a, na cidade da Beira. Sendo considerado o primeiro cineasta amador de Moçambique, realizou, produziu e interpretou 33 filmes, que lhe valeram vários prémios nacionais e internacionais (Alemanha, Angola, Argentina, África do Sul, Bélgica, Escócia, Espanha, França, Japão, Moçambique e na antiga Rodésia, atual Zimbabué), entre os quais se destacam três medalhas de prata em Cannes, os primeiros prémios Ultramar (Portugal), uma medalha de prata em East London e quatro primeiros prémios na Rodésia. No campo da fotografia foi também galardoado com vários prémios, nomeadamente com uma medalha de bronze, nos E.U.A. Praticou futebol, atletismo, basquete, natação, esgrima e boxe, ainda que se tenha sobretudo notabilizado em provas de hipismo e

automobilismo. Abandonou Moçambique após a revolução de 1974-04-25, vivendo alguns meses em Joanesburgo, de onde seguiu para o Brasil, fixando-se, até 1984, em S. Luís do Maranhão. Em 1989 publicou um livro com duas histórias de ficção: "Encruzilhada de Emoções" e "Fim da Estrada". Tem como hobbies a pintura e a construção de aviões, barcos e soldados em miniatura. Sob pseudónimo, escreveu diversos artigos que esporadicamente foram publicados na imprensa nacional

HISTÓRIA CUSTODIAL E ARQUIVÍSTICA: A coleção foi doada pelo Sr. Sérgio Armando Blanc Gonçalves P. Álvares da Guerra ao AHMCSC

FONTE IMEDIATA DE AQUISIÇÃO OU TRANSFERÊNCIA: Doação aprovada em sessão da Câmara Municipal de Cascais, em 2005-06-06

ÂMBITO E CONTEÚDO: A documentação é composta por provas em papel de fotografias representando o concelho de Cascais

SISTEMA DE ORGANIZAÇÃO: Numérico

CONDIÇÕES DE ACESSO: As provas em papel foram digitalizadas. O acesso apenas se efetua através do novo suporte

INSTRUMENTOS DE DESCRIÇÃO: Guia on-line. Catálogo on-line

NOTAS: O fundo encontra-se acondicionado em 2 cx. e 1 gv.

REGRAS OU CONVENÇÕES: DIREÇÃO GERAL DE ARQUIVOS; PROGRAMA DE NORMALIZAÇÃO DA DESCRIÇÃO EM ARQUIVO; GRUPO DE TRABALHO DE NORMALIZAÇÃO DA DESCRIÇÃO EM ARQUIVO - *Orientações para a descrição arquivística*. 2.º v. Lisboa: DGARQ, 2007. ISBN 978-972-8107-91-8

DATA DA DESCRIÇÃO: 2014-05-23

ARQUIVOS JUDICIAIS

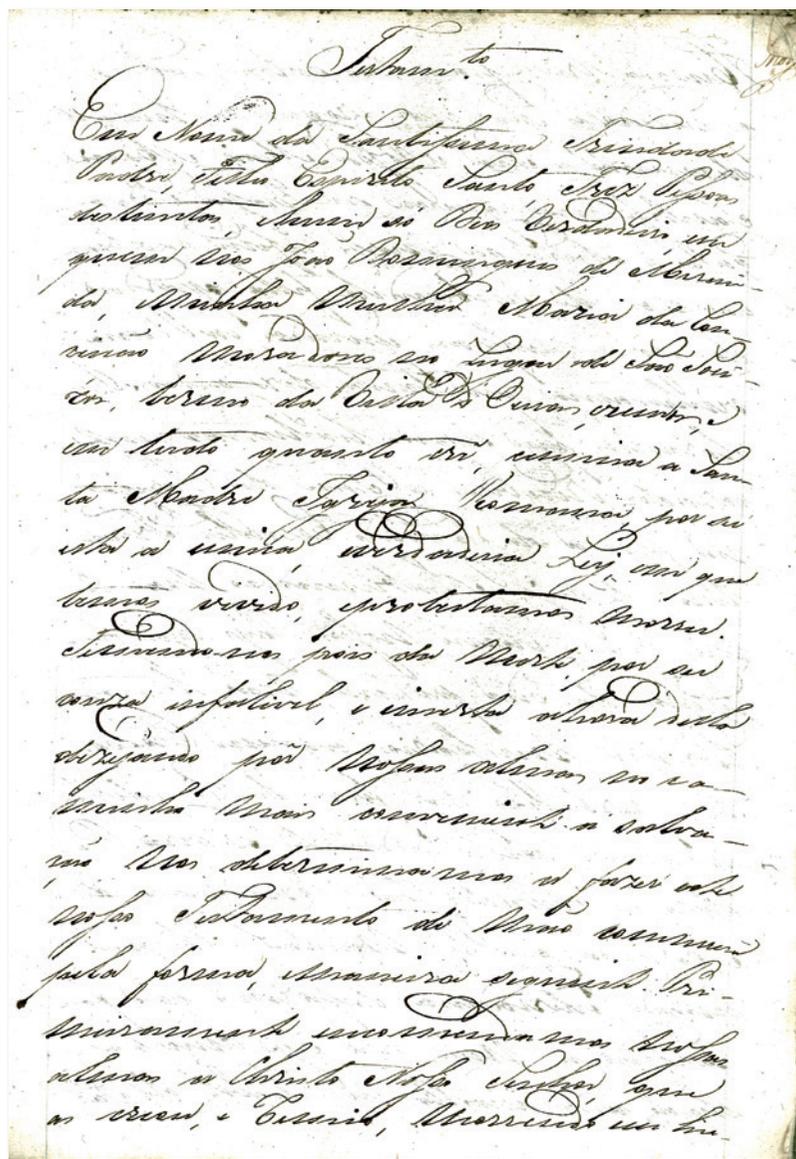
CÓDIGO DE REFERÊNCIA:
PT/CMCSC-AHMCSC/AJDC

TÍTULO:
Arquivos Judiciais

NÍVEL DE DESCRIÇÃO:
Grupo de Fundos

SISTEMA DE ORGANIZAÇÃO:
O grupo é constituído por 1 fundo: Juízos de Paz de Cascais e Rana

JUÍZOS DE PAZ DE CASCAIS E RANA



Registo de testamento, 1835-08-26 [AHMCSC/AJDC/JPCR]

CÓDIGO DE REFERÊNCIA: AHMCSC/AJDC/JPCR

TÍTULO: Juízos de Paz de Cascais e Rana

DATAS: 1835-01-25 | 1895-04-30

NÍVEL DE DESCRIÇÃO: Fundo

EXTENSÃO/DIMENSÃO: 0, 11 m. l. – 2 lv. e 1 pt.

SUPORTE: Papel

NOME DO PRODUTOR: Juízos de Paz de Cascais e Rana

HISTÓRIA ADMINISTRATIVA: De acordo com decreto de 1832-05-16, «os Juízes de Paz são eleitos pelo Povo; e não têm outras atribuições, se não as de conciliar as Partes em suas Demandas. Estas funções são gratuitas, mas enquanto servirem não poderão os Juízes de Paz ser onerados com algum encargo público». Também exerciam funções de juiz dos órfãos e questões relativas a partilhas, heranças, divórcios, dívidas, propriedades e salários, primeiramente na área de cada uma freguesia de tradição concelhia e, mais tarde, num círculo de freguesias. A Constituição de 1838 manteve o carácter eletivo dos juízes de paz, tal como a Carta de Lei de 1840, integrada na Novíssima Reforma Judiciária, de 1841-05-21, que lhes subtraiu as funções jurisdicionais orfanológicas, continuando, todavia, a inscrever-se na sua competência a conciliação das partes sob a utilização de todos os meios que a prudência e a equidade lhes sugerissem. Por força de Carta de Lei de 1867-06-27, os juízes de paz passaram ser nomeados pelo Governo. A Constituição de 1911 não se referiu aos juízes de paz, ainda que continuassem a existir

HISTÓRIA CUSTODIAL E ARQUIVÍSTICA: Desconhece-se a forma de ingresso do fundo em arquivo

FONTE IMEDIATA DE AQUISIÇÃO OU TRANSFERÊNCIA: Desconhecida

ÂMBITO E CONTEÚDO: A documentação reflete a atividade do Juiz de Paz de Rana no domínio das funções definidas por legislação

SISTEMA DE ORGANIZAÇÃO: O fundo é constituído por 4 documentos: Registo de testamentos (1893-1895), Autos de conciliação (1835 e 1886-1895) e Procuração (1893)

CONDIÇÕES DE ACESSO: Restrições: Cf. Decreto-Lei 16/93 de 23 de janeiro, Art.º 17.º, n.ºs 2 e 3. *Diário da República*, I Série A. 19 (1993-01-23) 264-270. Regime geral de arquivos e do património arquivístico

INSTRUMENTOS DE DESCRIÇÃO: Catálogo on-line

NOTAS: O fundo encontra-se acondicionado em 1 cx.

REGRAS OU CONVENÇÕES: DIREÇÃO GERAL DE ARQUIVOS; PROGRAMA DE NORMALIZAÇÃO DA DESCRIÇÃO EM ARQUIVO; GRUPO DE TRABALHO DE NORMALIZAÇÃO DA DESCRIÇÃO EM ARQUIVO - *Orientações para a descrição arquivística*. 2.º v. Lisboa: DGARQ, 2007. ISBN 978-972-8107-91-8

DATA DA DESCRIÇÃO: 2013-06-01

ARQUIVOS PESSOAIS

CÓDIGO DE REFERÊNCIA:
PT/CMCSC-AHMCSC/APSS

TÍTULO:
Arquivos Pessoais

NÍVEL DE DESCRIÇÃO:
Grupo de Fundos

SISTEMA DE ORGANIZAÇÃO:
O grupo é constituído por 10 fundos:
António Branquinho da Fonseca, Ana Maria Ferreira, Arquitecto Silva Júnior,
Embaixador Armando Martins Janeira, Escritora Cacilda Celso,
General Jacinto Parreira, João Cordeiro Pereira, Maestro Mário Clarel,
Pintor Eduardo Leite e Pedro Melo Alvim

ANTÓNIO BRANQUINHO DA FONSECA **REVISTO**



Branquinho da Fonseca, Parede, 1933 [PT/CMCSC-AHMCSC/APSS/ABF]

CÓDIGO DE REFERÊNCIA: PT/CMCSC-AHMCSC/APSS/ABF

TÍTULO: António Branquinho da Fonseca

DATAS: 1833 | 1993-07

NÍVEL DE DESCRIÇÃO: Fundo

EXTENSÃO/DIMENSÃO: 4,18 m. l. – 38 cx.

SUPORTE: Papel

NOME DO PRODUTOR: António José Branquinho da Fonseca

HISTÓRIA BIOGRÁFICA: António José Branquinho da Fonseca, filho de Clotilde Madeira Branquinho da Fonseca e de Tomás da Fonseca, nasceu em Mortágua, em 1905-05-04. Ainda que tivesse frequentado em Lisboa os primeiros anos do curso liceal, em 1921 rumaria a Coimbra, para concluir os estudos secundários, Em 1924 fundou, com Afonso Duarte, António de Sousa, Campos de Figueiredo, Vitorino Nemésio e João Gaspar Simões, a revista "Tríptico", da qual se editaram nove números. Dois anos mais tarde editou "Poemas", lançando ainda, em 1927, com José Régio e João Gaspar Simões a revista "Presença", em que se destacou como codirector e colaborador até 1930, nomeadamente sob o pseudónimo de António Madeira. No ano de 1928 publicou a peça "A posição de guerra", concluindo, em 1930, a licenciatura em Direito na Universidade de Coimbra. Nesse ano fundou, ainda, a revista "Sinal", com Miguel Torga, ingressando, em 1931, na função pública, primeiro enquanto Conservador do Registo Predial da Comarca de Coimbra, depois como conservador do Registo Civil em Marvão e na Nazaré e ainda como Chefe de Secretaria da Comissão de Obras da Base Naval de Lisboa. Entretanto publicou "Mar coalhado" (1932), "Zonas" (1932),

“Caminhos magnéticos” (1938) e “Teatro” (1939), quase sempre como António Madeira. Em 1942-01-02 foi nomeado Conservador do Museu-Biblioteca Conde de Castro Guimarães, em Cascais, onde desenvolveu durante dezanove anos um metuculoso trabalho em prol da divulgação do livro e da leitura, inaugurando as novas salas de leitura e de arqueologia do Museu, que dotou de Regulamento, Boletim e Guia. Nas suas palavras, «A lista dos livros adquiridos durante o ano de 1942 [...] informa a orientação que se pretende dar a esta biblioteca: não um arquivo dos séculos, mas uma biblioteca viva, um órgão de verdadeira cultura; decerto com o alicerce nas idades passadas, mas voltada para os dias de hoje e de amanhã». Não obstante, o momento mais simbólico da sua atividade ocorreria em 1953, ao conseguir implementar uma biblioteca circulante destinada a servir as localidades mais afastadas da vila, projeto pioneiro que foi mais tarde ampliado pela Fundação Calouste Gulbenkian, sob a designação de Bibliotecas Móveis. Paralelamente, a sua atividade literária progrediu, editando algumas das obras de maior sucesso: “O barão” (em 1942, ainda sob o pseudónimo de António Madeira), “Rio turvo e outros contos” (1945), a primeira série da antologia “As grandes viagens portuguesas” (1946), “Porta de minerva” (1947), “Mar santo” (1952) e ainda “Bandeira preta” (1956). Convidado por Azeredo Perdigão para organizar e dirigir o Serviço de Bibliotecas Itinerantes na Fundação Calouste Gulbenkian, expandiu a nível nacional a experiência de Cascais. Neste contexto, em 1960 solicitou a dispensa do lugar de Conservador do Museu-Biblioteca. Entrementes selecionou o primeiro volume de “Contos tradicionais portugueses” (1963), “Poesias” (1964) e ainda a segunda série de “As grandes viagens portuguesas” e o segundo volume de “Contos tradicionais portugueses” (1966). Morreu em Cascais, em 1974-05-16

HISTÓRIA CUSTODIAL E ARQUIVÍSTICA: O fundo foi doado à Câmara Municipal de Cascais pelo Sr. Dr. Tomás Branquinho da Fonseca, filho de António José Branquinho da Fonseca. Em 2012 foi-lhe associada uma carta de José Régio dirigida em 1942-04-25 a Branquinho da Fonseca, comprada a A Nova Eclética

FONTE IMEDIATA DE AQUISIÇÃO OU TRANSFERÊNCIA: Doação aprovada em sessão da Câmara Municipal de Cascais, em 1997-11-12. Carta comprada em 2012-12-12 a A Nova Eclética

ÂMBITO E CONTEÚDO: A documentação é composta por correspondência, manuscritos e datiloscritos do autor, apontamentos, fotografias, recortes de imprensa e edições do autor, sobre o autor e a obra, assim como obras autografadas

SISTEMA DE ORGANIZAÇÃO: O fundo é constituído por seis secções: Documentos pessoais; Correspondência; Manuscritos, datiloscritos e provas; Obra impressa; Recortes de imprensa e estudos sobre o autor e a obra; e Biblioteca; e por 21 séries: Fotografias (1916-1966); Vida académica (1927); Vida profissional (1931-1969); Vida literária (1930-1972); Correspondência recebida (1914-1974); Correspondência expedida (1912-1971); Correspondência recebida e expedida relativa ao Museu-Biblioteca Condes de Castro Guimarães (1946-1950); Correspondência recebida e expedida por familiares (1933-1993); Poesia (1925-1970); Prosa (1940-1982); Capas e desenhos (1930-1960); Apontamentos (1926-1980); Manuscritos de outros autores (1928); Edições literárias (1931-1986); Edições em antologias (1944-1981); Edições sobre biblioteconomia e museologia (1943-1975); Críticas e correspondência sobre o autor e a obra (1926-1975); Estudos sobre o autor e a obra (1971-1993); Recortes de imprensa sobre bibliotecas (1933-1983); Obras autografadas (1903-1980) e Outras obras (1833-1979)

INSTRUMENTOS DE DESCRIÇÃO: Catálogo on-line

NOTAS: O fundo encontra-se acondicionado em 38 cx.

REGRAS OU CONVENÇÕES: DIREÇÃO GERAL DE ARQUIVOS; PROGRAMA DE NORMALIZAÇÃO DA DESCRIÇÃO EM ARQUIVO; GRUPO DE TRABALHO DE NORMALIZAÇÃO DA DESCRIÇÃO EM ARQUIVO - *Orientações para a descrição arquivística*. 2.º v. Lisboa: DGARQ, 2007. ISBN 978-972-8107-91-8

DATA DA DESCRIÇÃO: 2013-06-01

ANA MARIA FERREIRA

②

MUSSET (G) - Les Rochelais A TERRE-NEUVE (1800-1789)
(La Rochelle, 1859)

p. 11 betococera - por Jean e Sebastian Cabot a 24 junho 1497
à partir de là, des autres expéditions entreprises en plus l'exploration du pôle Nord, séparée,
ou plus tard, à l'ouest de ce même océan.

p. 12 Equipes locales et portugaises se affrontaient par tous les costes tenus sur d'écritures
et par les Français tenues dans "une sans baret du no" une pensée active.
Dès 1704 d'imitation à l'usage de France (dit de de deux capitaines Français),
indiqué par Dumont d'Urville, "Cabot" p. 231.
Noté-se que nos seules 1^{re} parties de voyage par ces lacs et espaces inexplorés en
nos capitaines à l'usage de petites barques.

p. 14 Nos pères rochelais qui s'élevaient à l'usage de Rochelais une fois dans le no se
os amener de la Rochelle par des routes ou par une de leurs terres passaient à l'ouest.
et il ne faut pas oublier d'ailleurs que le but des négociants rochelais ne fut pas,
de longtemps, la prise de possession de ces terres lointaines; leurs vœux s'élevaient pas
si ambitieuses. Faire des pêches fructueuses, en apporter le produit dans leur ville,
c'est leur seul but. Et nous en avons une preuve dans ce fait que Cabot,
accomplissant en 1497, tout le tourage de la France, un grand voyage à Terre-
-Neuve et sur les côtes du Saint-Laurent, rencontra dans les eaux de ce fleuve,
un navire rochelais qui, de sa propre initiative, se livrait à la pêche, sans aucun
nécessité de découverte.

p. 16 et rochelais des rochelais pour leurs côtes, Roberval et le pilote Alfonse de
p. 17 l'usage de la France et c'est à ces grands capitaines et à ces habiles pilotes que l'on
dur de servir d'une manière positive que Terre-Neuve s'est une 1^{re} fois...
à la prise de possession des Français et en apparence que Charles-qui s'en
inquiéta. Il faut se souvenir, en effet, que les Espagnols prétendaient, en vertu
d'une bulle du pape, avoir un droit incontestable sur toute cette partie du Nouveau-
-monde (1).

p. 26 et nous pouvons proclamer aujourd'hui cette vérité que, dès l'origine, avant
l'année 1550, les Français possédaient la part la plus grande de tous des sept-
p. 27 Pères de la Terre-Neuve, affirmant ainsi, que la pratique commerciale et efficace
de leur commerce, cette part de possession qui avait été l'œuvre de Cabot, de
Roberval, d'Alfonse de Saintonge et de leurs successeurs.

M. H. H. avait relevé sur ses expéditions ayant Terre-Neuve ou le Canada pour
objectif, jusqu'à 1550. Pour cette même période de temps nous en constatons les
plus pour la Rochelle seulement. Mais nous devons encore ajouter 6 admettent
ont le souvenir à été constaté par Dominique H. dans son "Histoire des
Communes de Poitou" (T. I. p. 33).

d'après H. H.	
Anglais (10)	11
" + Portugais	3
Portugais (10)	12
Espagnols	9
Français	19
} 54	
d'après Dominique H. H.	
Français	6
d'après le d'après	
Rochelais	68
} 128 (Total)	

CÓDIGO DE REFERÊNCIA: PT/CMCSC-AHMCSC/APSS/AMF

TÍTULO: Ana Maria Ferreira

DATAS: [1980 | 2005]

NÍVEL DE DESCRIÇÃO: Fundo

EXTENSÃO/DIMENSÃO: [5,94 m. l. - 54 cx.]

SUPORTE: Papel

NOME DO PRODUTOR: Ana Maria Pereira Ferreira

HISTÓRIA BIOGRÁFICA: Ana Maria Pereira Ferreira nasceu em Lisboa em 1949-01-27. Licenciou-se em História pela Faculdade de Letras, da Universidade de Lisboa com a classificação de 15 valores. Logo após a apresentação da tese de licenciatura que viria a ser publicada pela Imprensa Nacional-Casa da Moeda foi convidada pela Prof. Doutora Virgínia Rau para integrar os quadros do Centro de Estudos Históricos, como bolsista, transitando, depois, para o Instituto de Alta Cultura, em Lisboa. Por intermédio deste Instituto, esteve em Paris, a fim de preparar a sua tese de doutoramento, durante três anos, onde, na École des Hautes Études - Sorbonne, Paris IV, foi orientada pelo Prof. Doutor Michel Mollat du Jourd'heuil e realizou pesquisas nos Archives Nationaux, assim como em Bruges, Antuérpia, Bruxelas e Londres. Embora os seus interesses se relacionassem sobretudo com a história da diplomacia europeia dos séculos XV e XVIII, foi pioneira em Portugal no estudo da pirataria e corso, bem como dos conceitos de mare clausum/mare liberum no contexto das monarquias dos séculos XV e XVI. De entre a sua vasta bibliografia destacam-se os seguintes títulos: "Feitores de Portugal em Veneza no início do século XVI"; "La course et la piraterie entre le Portugal et la France dans la première moitié du XVIème siècle: Quelques aspects

Ficha de leitura de Ana Maria Ferreira, c. 1980

[PT/CMCSC-AHMCSC/APSS/AMF]

economiques”; “O Processo de Pedro Barreto contra Jean Forestier: Um episódio das relações luso-francesas: Técnicos náuticos e marinheiros portugueses ao serviço do Duque da Borgonha (1439-1445)”; “Os Açores e o curso francês na primeira metade do século XVI: A importância estratégica do arquipélago (1521-1537)”; “A importação e o comércio têxtil em Portugal no século XV (1385-1481)”; “Mare clausum, mare liberum: Dimensão doutrinal de um foco de tensões políticas”; “O essencial sobre o curso e a pirataria”; “Dois portugueses ao serviço de Borgonha no século XV”; “O essencial sobre Portugal e a origem da liberdade dos mares”; “Algumas despesas do município portuense no início do século XVI (1509-1510)”; “O Algarve e a importação têxtil no final da Idade Média: Algumas notas sobre o mercado e as rendas”; “A Madeira, o comércio e o curso francês na primeira metade do século XVI”; “O Corso francês e o comércio açoriano na primeira metade do século XVI”; “Panos estrangeiros na expansão portuguesa”; e “Problemas marítimos entre Portugal e a França na primeira metade do século XVI”. Iniciou a sua carreira docente em 1983, como regente da cadeira de História Moderna, na Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, tendo participado em vários congressos e colóquios nacionais e internacionais. Foi membro da Academia de Marinha e do Instituto de História de Além Mar. Munícipe de Cascais desde o regresso de Paris, participou ativamente na vida cultural local, proferindo conferências e integrando o júri do Prémio do Mar Rei D. Carlos I, desde a criação. A forte ligação a esta terra de eleição levou-a, mesmo, a legar em testamento ao município a sua biblioteca e arquivo, que já a distinguira com a Medalha de Mérito Cultural. Faleceu em Cascais, em 2006-02-23

HISTÓRIA CUSTODIAL E ARQUIVÍSTICA: O fundo foi doado à Câmara Municipal de Cascais pela família da Sra. Prof. Doutora Ana Maria Ferreira

FONTE IMEDIATA DE AQUISIÇÃO OU TRANSFERÊNCIA: Doação aprovada em sessão da Câmara Municipal de Cascais, em 2006-04-26

ÂMBITO E CONTEÚDO: A documentação reflete a atividade do arquiteto António Rodrigues da Silva Júnior no domínio das suas funções

SISTEMA DE ORGANIZAÇÃO: O fundo encontra-se em tratamento, não dispondo de quadro de classificação definitivo

INSTRUMENTOS DE DESCRIÇÃO: Inventário on-line. Datas de Produção Inicial e Final aproximadas

NOTAS: O fundo encontra-se, por ora, acondicionado em 4 gv.

REGRAS OU CONVENÇÕES: DIREÇÃO GERAL DE ARQUIVOS; PROGRAMA DE NORMALIZAÇÃO DA DESCRIÇÃO EM ARQUIVO; GRUPO DE TRABALHO DE NORMALIZAÇÃO DA DESCRIÇÃO EM ARQUIVO - *Orientações para a descrição arquivística*. 2.º v. Lisboa: DGARQ, 2007. ISBN 978-972-8107-91-8

DATA DA DESCRIÇÃO: 2013-06-01

ARQUITETO SILVA JÚNIOR **REVISTO**



Projeto do Casino Estoril, de Silva Júnior, 1918-06-26
[PT/CMCSC-AHMCSC/APSS/ASJ]

CÓDIGO DE REFERÊNCIA: PT/CMCSC-AHMCSC/APSS/ASJ

TÍTULO: Arquiteto Silva Júnior

DATAS: 1889 | 1937-03-20

NÍVEL DE DESCRIÇÃO: Fundo

EXTENSÃO/DIMENSÃO: 0,738 m. l. – 4 gv.

SUPORTE: Papel, tela, vegetal e marion

NOME DO PRODUTOR: António Rodrigues da Silva Júnior

HISTÓRIA BIOGRÁFICA: António Rodrigues da Silva Júnior nasceu em Paris em 1868-04-29. Tendo concluído o curso do Instituto Industrial e Comercial de Lisboa, em 1895-07-04, tomou posse como Conductor de Obras Públicas nos Serviços Fluviais e Marítimos, passando, depois, pela chefia da Secção de Obras da Alfândega de Lisboa. Em 1921 assumiu a direção técnica da Comissão Administrativa das Obras da Casa da Moeda, participando, depois, num vasto número de comissões, entre as quais se destacam as da instalação dos serviços fiscais de Lisboa; da demarcação de terrenos na Marinha Grande; do estudo das expropriações do Parque Gandarinha, em Cascais; ou da reconstrução da ala oriental da Praça do Comércio, em Lisboa. Foi-lhe ainda atribuída a responsabilidade do processo da depuração biológica dos esgotos nacionais. Figura proeminente nas áreas da engenharia e arquitetura portuguesa, recebeu em 1914 uma menção honrosa do Prémio Valmor de Arquitetura, pelos n.ºs 5 e 7 da Rua Pascoal de Melo, em Lisboa. Ao longo da sua carreira produziu mais de duas centenas de projetos, de raiz ou de readaptação, entre os quais se salientam os dos estabelecimentos termais do Estoril e Vidago, das fábricas de cerveja Portugália e Estrela, da Praça de Touros do Campo Pequeno e dos edifícios da Casa da Moeda,

disponíveis para consulta no AHMCSC, à semelhança de várias casas particulares, quartéis da Guarda Fiscal e instalações alfandegárias. Foi, também, o responsável pela remodelação do antigo Casino Majestic, em Lisboa, que gizou em 1917 e veria concretizado dois anos depois, passando, então, a designar-se por Clube Monumental. Aí funciona atualmente a Casa do Alentejo. Fundador da Sociedade Teosófica Portuguesa, da qual foi presidente, e da Liga Portuguesa de Defesa dos Animais, ocupou, ainda, o lugar de secretário da Sociedade Protetora dos Animais de Lisboa. Foi membro da Academia das Ciências e pertenceu à primitiva Associação de Classe, depois Grémio Técnico Português, onde exerceu funções nas secções de Engenharia Geral, Arquitetura e Construção Civil e de Higiene. Apesar de se afirmar sobretudo na área dos projetos urbanísticos, manteve paralelamente o gosto pelos estudos técnicos, sendo autor de obras como "Projeto de apropriação ao serviço alfandegário do novo terrapleno em frente da Alfândega" (1906); "Depuração biológica dos esgotos" (1907); "Martirologio dos animais" (1916); "As termas de Vidago: Notícia sobre as instalações" (1916); "A Atlântida" (1937) e "Organização da Matéria" (1937). Morreu em Lisboa, em 1937-10-09

HISTÓRIA CUSTODIAL E ARQUIVÍSTICA: Esta coleção foi depositada pela Casa do Alentejo, na sequência de contrato estabelecido com a Câmara Municipal de Cascais, através do AHMCSC, ao abrigo do Programa de Recuperação de Arquivos e Documentos de Interesse Municipal (PRADIM)

FONTE IMEDIATA DE AQUISIÇÃO OU TRANSFERÊNCIA: Depósito aprovado em sessão da Câmara Municipal de Cascais, em 2010-04-05

ÂMBITO E CONTEÚDO: A documentação reflete a atividade de António Rodrigues da Silva Júnior enquanto arquiteto

SISTEMA DE ORGANIZAÇÃO: O fundo é constituído por 11 secções: Casa da Moeda (1921-1925); Alfândega, estações e habitações aduaneiras (1920-1936); Projetos de saneamento e central hidroelétrica (1895-1937); Escolas, igrejas e hospitais (1901-1926); Edifícios municipais (1915-1934); Equipamentos turísticos, desportivos e de espetáculos (1914-1919); Estações e apeadeiros de caminho-de-ferro (1920-1930); Indústria e comércio (1910-1930); Associações (1919-1927); Edifícios residenciais e desenhos técnicos (1899-1934) Estudos (1890-1937); e por 6 subsecções: Edifícios residenciais (1899-1931); Desenhos técnicos (1920-1934); A Atlântida (1930-1933); Serralharia artística (1929-1934); Mobiliário (1916-1930) Ilustrações e desenhos (1890-1937)

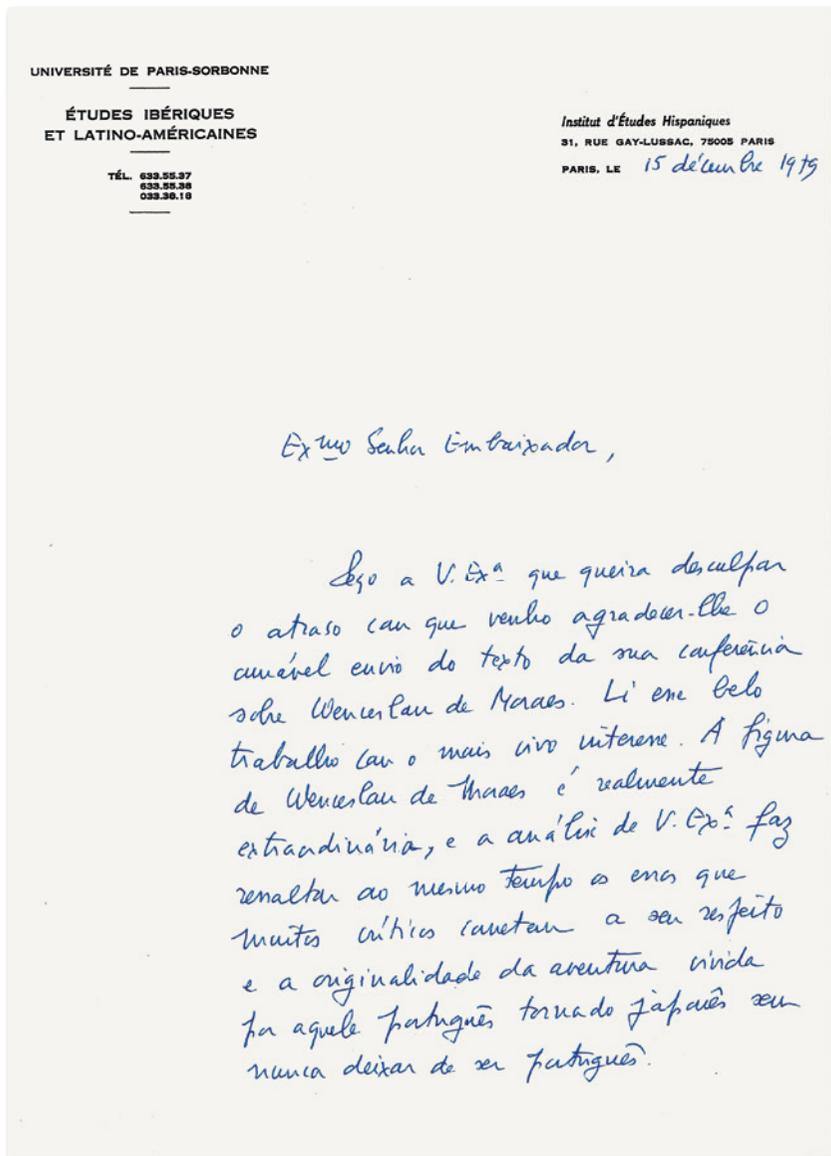
INSTRUMENTOS DE DESCRIÇÃO: Catálogo on-line

NOTAS: O fundo encontra-se acondicionado em 4 gv.

REGRAS OU CONVENÇÕES: DIREÇÃO GERAL DE ARQUIVOS; PROGRAMA DE NORMALIZAÇÃO DA DESCRIÇÃO EM ARQUIVO; GRUPO DE TRABALHO DE NORMALIZAÇÃO DA DESCRIÇÃO EM ARQUIVO - *Orientações para a descrição arquivística*. 2.º v. Lisboa: DGARQ, 2007. ISBN 978-972-8107-91-8

DATA DA DESCRIÇÃO: 2014-05-23

EMBAIXADOR ARMANDO MARTINS JANEIRA **REVISTO**



CÓDIGO DE REFERÊNCIA: PT/CMCSC-AHMCSC/APSS/EAMJ

TÍTULO: Embaixador Armando Martins Janeira

DATAS: 1930-12-16 | 2007

NÍVEL DE DESCRIÇÃO: Fundo

EXTENSÃO/DIMENSÃO: 10,72 m. l. – 97 cx.

SUPORTE: Papel e digital

NOME DO PRODUTOR: Embaixador Armando Martins Janeira

HISTÓRIA BIOGRÁFICA: Virgílio Armando Martins, filho de Elvira Janeiro e de José Júlio Martins, nasceu em Felgueiras, Trás-os-Montes, em 1914-09-01, vindo a concluir a licenciatura em Direito na Universidade de Lisboa com 22 anos. Nos dois anos que se seguiram, lecionou no Colégio Campos Monteiro de Torre de Moncorvo, enquanto estagiava na Conservatória do Registo Predial da vila. O seu desejo de conhecer o mundo conduzi-lo-ia, em 1939, a optar pela vida diplomática. Iniciou a sua carreira como cônsul de 1943 a 1949, em Léopoldville, antigo Congo Belga; em Liverpool e em Sidney, sendo, depois, nomeado Embaixador de Portugal nas grandes capitais europeias e asiáticas, de 1952 a 1979. No Japão, Armando Martins Janeira exerceu funções diplomáticas em dois períodos: como Primeiro Secretário de Legação de Tóquio, de 1952 a 1955; e como Embaixador de Portugal em Tóquio, de 1964 a 1971. Aí recolheu uma experiência imensa sobre o Oriente. Participou em congressos de orientistas em Quioto, Oxford, Paris, Milão, Florença e Nice. Proferiu conferências nas universidades de Oxford, Cambridge, Londres, Viena, Tóquio, Quioto, Pequim, Nanquim, Nova Deli, Singapura, Vientiane, Catmandu, Coimbra, Évora e Lisboa. Publicou as suas primeiras obras sob o pseudónimo Mar Talegre. Em 1949 passou a

Ofício dirigido pela Université de Paris - Sorbonne a Armando Martins Janeira, 1979-12-15 [PT/CMCSC-AHMCSC/APSS/EAMJ]

assiná-los com o seu nome, Armando Martins, ao qual decide acrescentar o nome de sua mãe, em 1955. Não obstante, o apelido Janeiro seria mais tarde alterado pelos japoneses para Janeira, forma que o autor decidiria adotar definitivamente. Além das mais de vinte obras que publicou, escreveu vários artigos para jornais e revistas. Aos 45 anos, Armando Martins Janeira casou com Ingrid Bloser, uma jovem alemã de Hanôver que se revelaria a sua mais apaixonada admiradora. Após a aposentação do Ministério dos Negócios Estrangeiros, em 1980, abraçou a vida académica, lecionando História e Cultura das Civilizações Orientais na Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, onde criou o Instituto de Estudos Orientais – atual Instituto Oriental – e a Associação de Amizade Portugal-Japão, mercê da profunda atração pelo Japão. No Estoril, onde vivera no tempo que mediava as suas transferências de um posto para outro, enquanto diplomata, fixou residência depois de aposentado, aí vindo a falecer em 1988-07-19. Produziu uma vasta obra literária comparativa das literaturas ocidental e oriental, ainda hoje referência para os estudiosos das civilizações orientais, elaborando, igualmente, um rigoroso estudo sobre Wenceslau de Moraes e escrevendo numerosas peças. Durante diversos anos manteve uma coluna regular no “Jornal do Comércio” e no “Diário de Notícias”, colaborando, também, com outros jornais e revistas nacionais e estrangeiros. Publicou, sob pseudónimo ou em versão do seu nome: Mar Talegre, “Três poetas europeus: Camões, Bocage, Pessoa” (Lisboa: Livraria Sá da Costa - Editora, 1947); Mar Talegre, “Sentidos fundamentais do romance português” (Porto: Livraria Simões Lopes - Editora, 1948), Mar Talegre, “Esta dor de ser homem: Contos” (Porto: Tipografia Domingos de Oliveira, 1948. 2.ª ed., póstuma, com correções do autor: [s.l.]: Comissão de Festas de Felgueiras, no Centenário de Torre de Moncorvo, 2004); Armando Martins, “O teatro moderno” (Porto: Livraria Simões Lopes - Editora, 1952); Armando Martins Janeiro, “Nô: Teatro lírico japonês” (Tóquio: Livraria Maruzen: 1954, que

inclui versão japonesa das peças); Armando Martins, “Portugal e o Japão: Subsídios para a história diplomática” (Lisboa: Agência Geral do Ultramar, 1955); Armando Martins Janeiro, “Caminhos da terra florida: A gente, a paisagem, a arte japonesa” (Porto: Manuel Barreira - Editor, 1956); Armando Martins Janeiro, “O jardim do encanto perdido: Aventura maravilhosa de Wenceslau de Moraes no Japão” (Porto, Manuel Barreira - Editor, 1956. Foi traduzida para japonês em versão resumida: “Yoake no Shirabe” – “Em Busca da Madrugada” – a que se juntaram os estudos “Lafcadio Hearn e Wenceslau de Moraes: Dois intérpretes do Japão” e “Bases ocidentais e orientais para um humanismo universal”, com tradução de Minako Nonoyama: [s.l.]: Katsura Shobo, 1969); Armando Martins Janeiro, “Linda Inês: Tragédia” (Lisboa: Publicações Europa-América, 1957. Nova versão, 2005); Armando Martins Janeiro, “Peregrino” (Lisboa: Livraria Portugal, 1962. 2.ª ed., póstuma, com prefácio de Paula Mateus. [s.l.]: Pássaro de Fogo Editora, 2008); Armando Martins Janeiro, “Um intérprete português do Japão: Wenceslau de Moraes” (Macau: Imprensa Nacional - Instituto Luís de Camões, 1966. Traduzido para inglês: “A portuguese interpreter of Japan: Wenceslau de Moraes”, com tradução de Kazuo Okamoto: Tokushima: Ken Kyoiku Insatu Co. Ltd., 1985); Armando Martins Janeiro, “A grande feira do mundo: Auto” (Lisboa: Edições Ática, 1967); Armando Martins Janeiro, “O teatro de Gil Vicente e o teatro clássico japonês” (Lisboa: Portugalia Editora, 1967); Armando Martins Janeira, “The epic and the tragic sense of life in Japanese literature” (Tóquio: Charles E. Tuttle Company, Inc., 1969); Armando Martins Janeira, “Japanese and western literature: A comparative study” (Tóquio: Charles E. Tuttle Company, Inc., 1970. Traduzido para japonês: “Nihonbungaku to Seiyôbungaku” Tóquio: Shueisha, 1974); Armando Martins Janeira, “O impacto português sobre a civilização japonesa (Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1970. 2.ª ed., póstuma, com revisão do autor e prefácio de Pedro Canavarro: Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1988. Tradução para japonês, por

Takiko Matsuo: "Namban Bunka Noraiki": [s.l.]: The Simul Press, Inc., 1971); "Wenceslau de Moraes: Antologias universais", seleção de textos e introdução de Armando Martins Janeira (Lisboa: Portugália Editora, 1971. 2.ª ed., póstuma, com prefácio de Daniel Pires: Lisboa: Vega, 1993); Armando Martins Janeira, "Figuras de silêncio: A tradição cultural portuguesa no Japão de hoje" (Prefácio de Shusaku Endo: Lisboa: Junta de Investigações Científicas do Ultramar, 1981); Armando Martins Janeira, "Japão: A construção de um país moderno" (Lisboa: Editorial Inquérito, 1985); Armando Martins Janeira, "Linda Inês ou O grande desvairo" (Prefácio de Maria Leonor Machado de Sousa: Lisboa: Pássaro de Fogo Editora, 2005). No campo do Direito editou, enquanto Armando Martins, "Comentário ao Regulamento Consular Português do Notariado Consular: Capítulo VIII do Regulamento" (Lisboa: Procural Editora, 1946); "Correntes atuais do pensamento colonial" (Lisboa: Agência Geral das Colónias, 1948); "Regulamento consular português: Atualizado e anotado: I" (Porto: Livraria Simões Lopes de Manuel Barreira, 1949); "Regulamento consular português: Atualizado e anotado: II" (Porto: Livraria Simões Lopes de Manuel Barreira, 1952); "Regulamento consular português: Atualizado e anotado: III" (Porto: Livraria Simões Lopes, 1954); "Direito consular internacional" (Lisboa: Imprensa Nacional de Lisboa, 1961). Destacam-se, ainda, outros textos: Armando Martins Janeira, "O meu Camões" (Estudo apresentado numa conferência à comunidade portuguesa, em 1949-06-09, na Embaixada de Portugal em Londres); Armando Martins Janeiro, "O teatro vicentino e o teatro clássico japonês" (Separata de "Ocidente", Lisboa, vol. 71, 1966); Armando Martins, "O teatro de Gil Vicente e o teatro clássico japonês (Texto resumido, Separata do "Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa", 1966-07/09); Armando Martins Janeiro, "Lafcadio Hearn and Wenceslau de Moraes: Two interpreters of Japan" (Separata de "France-Asie/Asia", n.º 187, 1966-outono); Armando Martins, "The japanese classic theatre and the theatre of Gil Vicente"

(s.l.: Comparative Literature Society of Japan, 1966); Armando Martins, "The japanese classic theatre and the theatre of Gil Vicente: Continuation", (s.l.: Comparative Literature Society of Japan, 1967); Armando Martins Janeiro, "Teatro clássico japonês e teatro ocidental, particularmente o vicentino" ("Colóquio: Revista de Artes e Letras", Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, n.º 43, 1967-04); Armando Martins, "Wenceslau de Moraes redescoberto" ("Ocidente", Lisboa, vol. 77, n.º 375, 1969-07); Armando Martins, "Wenceslau de Moraes" (Separata de "Studia", Lisboa: Centro de Estudos Históricos Ultramarinos, n.º 27-28, 1969-08/12; Armando Martins Janeira, "A obra portuguesa no Japão" (Separata de "Ocidente", Lisboa, vol. 78, 1970); Armando Martins Janeira, "O impacto português sobre a civilização japonesa" (Conferência proferida no Instituto de Altos Estudos da Academia das Ciências de Lisboa em 1970-03-12: Lisboa: Academia das Ciências de Lisboa, Biblioteca de Altos Estudos, n.º 101, 1970); Armando Martins Janeira, "Universalism and Eastern and Western Great Literary Creations", ("Bulletin", Tóquio: The International House of Japan Inc., n.º 27, 1971-04); Armando Martins Janeira, "Camões na Literatura Mundial: Conferência proferida na Universidade Nacional de Tóquio em 1970" (Separata de "Garcia de Orta: Revista da Junta de Investigação do Ultramar", n.º especial comemorativo do IV centenário da publicação de "Os Lusíadas", Lisboa, 1972); Armando Martins Janeira, "Algumas considerações a propósito de Wenceslau de Moraes" ("Anais do Clube Militar Naval", Lisboa, tomos 4-6, vol. 102, 1972-04/06); Armando Martins Janeira, "A life of simplicity: Wenceslau de Moraes" ("PHP: a Forum for a Better World – Special theme: Talking it Over", Tóquio: PHP Institute Inc., n.º 21, 1972-06); Armando Martins, "A China a caminho do futuro" (Separata de "Studia", Lisboa: Centro de Estudos Históricos Ultramarinos, n.º 36, 1973-07); Armando Martins Janeira, "L'Oriente ne «I Lusiadi»" (Separata dos fascículos 1-2 de "Rendiconti della Classe di Scienze Morali, Storiche e Filologiche", Roma: Accademia Nazionale dei Lincei, série VIII,

vol. 31, 1976-1977; Armando Martins Janeira, "Zen nella poesia di Pessoa" (Separata da revista "Quaderni Portoghesi", Pisa: Giardini Editori e Stampatori, n.º 1, 1977-primavera; Armando Martins Janeira, "O Oriente n'«Os Lusíadas»" (Separata de "Arquivos do Centro Cultural Português", Paris: Fundação Calouste Gulbenkian, XIV, 1977; Armando Martins Janeira, "The first western contacts with the japanese civilization" ("Bulletin 88", Londres: The Japan Society of London, n.º 32, vol. 4, 1979-07; Armando Martins Janeira, "Um rebelde à civilização ocidental: Wenceslau de Moraes" (Separata de "Arquivos do Centro Cultural Português", Paris: Fundação Calouste Gulbenkian, 1979); Armando Martins Janeira, "Modernisation des pays africains et asiatiques" (Separata de "Arquivos do Centro Cultural Português", Paris: Fundação Calouste Gulbenkian, 1982; Wenceslau de Moraes, "Oyoné and Koharu: Essays of a portuguese recluse lived in Japan" (Tradução de Kazuo Okamoto, prefácio de Armando Martins Janeira: [Japão]: Kyoiku Shuppan Center Ltd., 1982); Armando Martins Janeira, "O Oriente e o futuro de Portugal" (Catálogo da XVII Exposição Europeia de Arte, Ciência e Cultura – Os Descobrimentos Portugueses e a Europa do Renascimento, Lisboa: Montepio Geral, 1984-09); Armando Martins Janeira, "O encontro entre o Oriente e o Ocidente" ("Fórum", número especial publicado no âmbito da XVII Exposição Europeia de Arte, Ciência e Cultura – Os Descobrimentos Portugueses e a Europa do Renascimento, Conselho da Europa, 1984); Armando Martins Janeira, "Zen na poesia de Fernando Pessoa" ("Nova Renascença", Porto, 1986-07/12); Armando Martins Janeira, "How christianity, originally an eastern religion, became a source of western civilization" ("Journal of the Eastern Institute", [Japão], n.º 7, 1991); Armando Martins Janeira, "Islamic particular features of humanism" ("Journal of the Eastern Institute, [Japão], n.º 8, 1992)

HISTÓRIA CUSTODIAL E ARQUIVÍSTICA: O fundo foi depositado pela família do Sr. Embaixador Armando Martins Janeira, na

sequência de contrato estabelecido com a Câmara Municipal de Cascais, através do AHMCSC, nomeadamente ao abrigo do Programa de Recuperação de Arquivos e Documentos de Interesse Municipal (PRADIM)

FONTE IMEDIATA DE AQUISIÇÃO OU TRANSFERÊNCIA: Depósito aprovado em sessões da Câmara Municipal de Cascais, em 1993-05-06 e 2009-02-25

ÂMBITO E CONTEÚDO: A documentação reflete essencialmente a atividade profissional e literária de Armando Martins Janeira

SISTEMA DE ORGANIZAÇÃO: O fundo é composto por 5 secções: Correspondência (1938-2007); Vida diplomática (1936-1986); Vida académica (1963-1988); Vida literária e Cultural (1930-2008) e Documentos pessoais e familiares (1949-2008); e por 28 séries: Copiador de correspondência expedida e correspondência recebida (1938-2007); Correspondência diplomática recebida (1947-1980); Copiador de correspondência diplomática expedida (1947-1985); Documentos administrativos e financeiros (1936-1979); Informações e relatórios políticos (1949-1986); Relatórios de serviço e monografias para progressão na carreira (1951-1958); Visitas e cerimónias oficiais (1964-1986); Discursos (1949-1987); Cartas patentes e diplomas (1948-1977); Documentos de apoio à atividade diplomática (1946-1984); Fotografias (1936-1988); Universidades e institutos (1966-1985); Documentos de apoio à atividade docente (1970-1988); Documentos relativos a conferências, colóquios, encontros (1963-1980); Manuscritos e datiloscritos (1934-1999); Obra impressa (1938-2005); Documentos relativos a edições (1950-1987); Recortes e textos de imprensa (1930-2001); Folhetos e programas de atividades culturais (1956-2008); Biblioteca (1950-2003); e Associações (1955-1987); Curriculum Vitae (1964); Documentos de despesa (1949-

1980); Documentos com caracteres japoneses (1964-1971); Coleção de postais e autocolantes (1960-1978); Exposições evocativas e homenagens (1988-2008) e Trabalhos e apontamentos escolares dos filhos de Armando Martins Janeira (1975-1981) e Fotobiografia (1918-2000)

CONDIÇÕES DE ACESSO: Restrições: Cf. Decreto-Lei 16/93 de 23 de janeiro, Art.º 17.º, n.ºs 2 e 3. *Diário da República*, I Série A. 19 (1993-01-23) 264-270. Regime geral de arquivos e do património arquivístico

INSTRUMENTOS DE DESCRIÇÃO: Inventário on-line

NOTAS: O fundo encontra-se acondicionado em 97 cx. e 1 CD

REGRAS OU CONVENÇÕES: DIREÇÃO GERAL DE ARQUIVOS; PROGRAMA DE NORMALIZAÇÃO DA DESCRIÇÃO EM ARQUIVO; GRUPO DE TRABALHO DE NORMALIZAÇÃO DA DESCRIÇÃO EM ARQUIVO - *Orientações para a descrição arquivística*. 2.º v. Lisboa: DGARQ, 2007. ISBN 978-972-8107-91-8

DATA DA DESCRIÇÃO: 2015-06-01



CACILDA CELSO

Da mulher-poeta

*BRUMA EU ME CHAMO POIS DE BRUMA SOU.
VISTO-ME DE NÉVOAS COMO FAZ O MAR.
SINTO-ME EM MIM MESMA MAS NÃO SEI SE ESTOU
PORQUE ACABO SEMPRE POR ME NÃO ACHAR.*

*SEI QUE TENHO ASAS MAS NÃO SEI SE VOU...
(A GAÍVOTA ÀS VEZES TAMBÉM QUER FICAR...)
SEI QUE O NEVOEIRO QUANDO ME ABRAÇOU
QUIS DEIXAR-ME LIVRE PARA ME SONHAR.*

*NÃO CONHEÇO A FORMA FALTA-ME O LIMITE
DESSA ALMA ESQUIVA QUE ME FOGE TANTO
E ONDE O SENTIMENTO PULSA VERDADEIRO.*

*TUDO EM MIM É BRUMA. BRUMA QUE PERMITE
QUE ME SINTA NOIVA, NOIVA POR ENCANTO
TODA ENVOLTA EM RENDAS, VÉUS DE NEVOEIRO...*

**Do Livro "O Corpo do Silêncio"*

Poema de Cacilda Celso editado n.º "O Primeiro de Janeiro", 2003-03-03

[PT/CMCSC-AHMCSC/APSS/PCC]

CÓDIGO DE REFERÊNCIA: PT/CMCSC-AHMCSC/APSS/ECC

TÍTULO: Escritora Cacilda Celso

DATAS: 1948-01-06 | 2010

NÍVEL DE DESCRIÇÃO: Fundo

EXTENSÃO/DIMENSÃO: 3,82 m. l. – 24 cx. e 1 gv.

SUPORTE: PAPEL

NOME DO PRODUTOR: Cacilda Celso

HISTÓRIA BIOGRÁFICA: Cacilda Celso nasceu em Lisboa, em 1929. Escreveu poesia desde os oito anos, tendo feito a sua estreia literária aos 17 anos, na revista "Prometeu". Alicerçando conhecimentos e apurando sensibilidades, o seu primeiro livro, "Diário", pequena coletânea de poemas intimistas com mensagem poética, seria lançado em 1955. Seguir-se-ia, em 1958, "Intimidade", com aplauso da crítica. Membro da Sociedade Portuguesa de Escritores e da Associação Portuguesa de Poetas, com intensa colaboração literária em jornais e revistas, em 1970 publicou "Sede consentida", livro de poemas condensados, com pensamentos amadurecidos pela vida, não isentos de amargura. Formou-se em Literaturas Modernas, pela Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa. Em "O corpo do silêncio", de 1970, também cultivava o soneto, forma em que melhor expressou os sentimentos. Em 1991 classificou-se em terceiro lugar no I Prémio Internacional Florbela Espanca, em Paris, com o livro de sonetos "Post scriptum pessoal", ainda inédito. O seu soneto evocativo do I Centenário de S. João do Estoril foi gravado em monumento comemorativo da efeméride. Em 1993, a Câmara Municipal de Cascais publicou "Linha Marginal", em que descreve de forma apaixonada as paisagens

de Lisboa a Cascais, visto que durante anos viveu em S. João do Estoril. Viria a ser reeditado em 2002. No ano de 2005 publicou novo livro de sonetos: "O projeto homem". Participou, ainda, nos Jogos Florais da Associação Portuguesa de Poetas, que lhe valeram diversos prémios e menções honrosas. Em 2007 lançou no Centro Cultural de Cascais "Mar mítico", com poemas dedicados ao mar. Em 2008-02-28 foi homenageada pela Associação Portuguesa de Poetas na Livraria Verney, em Oeiras. Faleceu em 2010-11-17

HISTÓRIA CUSTODIAL E ARQUIVÍSTICA: O fundo foi depositado pelo Sr. Dr. José Eduardo Celso Soares, na sequência de contrato estabelecido com a Câmara Municipal de Cascais, através do AHMCSC, ao abrigo do Programa de Recuperação de Arquivos e Documentos de Interesse Municipal (PRADIM)

FONTE IMEDIATA DE AQUISIÇÃO OU TRANSFERÊNCIA: Doação aprovada em sessão da Câmara Municipal de Cascais, em 2011-05-09

ÂMBITO E CONTEÚDO: Manuscritos e datiloscritos de obras da autora, recortes de imprensa e prémios

SISTEMA DE ORGANIZAÇÃO: O fundo é constituído por 3 secções: Documentos e objetos pessoais; Escritos da autora e sobre a obra e Escritos de outros autores; e por 6 séries: Manuscritos, datiloscritos e impressos (1948-2009); Obra publicada (1991-2010); Eventos (1990-1999); Concursos literários (1961-2005); Livros (1997-2005) e Publicações periódicas (1971-2005)

INSTRUMENTOS DE DESCRIÇÃO: Inventário on-line

NOTAS: O fundo encontra-se acondicionado em 24 cx. e 1 gv.

REGRAS OU CONVENÇÕES: DIREÇÃO GERAL DE ARQUIVOS; PROGRAMA DE NORMALIZAÇÃO DA DESCRIÇÃO EM ARQUIVO; GRUPO DE TRABALHO DE NORMALIZAÇÃO DA DESCRIÇÃO EM ARQUIVO - *Orientações para a descrição arquivística*. 2.º v. Lisboa: DGARQ, 2007. ISBN 978-972-8107-91-8

DATA DA DESCRIÇÃO: 2013-06-01

GENERAL JACINTO PARREIRA



Diploma de condecoração de Jacinto Parreira enquanto Oficial da Real Ordem Militar de S. Bento de Avis, 1895-07-01 [PT/CMCSC-AHMCSC/APSS/GJP]

CÓDIGO DE REFERÊNCIA: PT/CMCSC-AHMCSC/APSS/GJP

TÍTULO: General Jacinto Parreira

DATAS: 1865 | 1915

NÍVEL DE DESCRIÇÃO: Fundo

EXTENSÃO/DIMENSÃO: 0,33 m.l. – 3 cx.

SUPORTE: Papel, tela, cartão, vegetal, metal, tecido e ouro

NOME DO PRODUTOR: Jacinto da Cunha Parreira e Brito

HISTÓRIA BIOGRÁFICA: Jacinto da Cunha Parreira e Brito, filho de D. Mariana da Cunha Parreira e de José Maria Parreira e Brito, Tenente do Batalhão Móvel de Loulé, posteriormente Tenente de Milícias de Lagos, nasceu em 1843-02-05, em Lagoa (Vila Nova de Portimão), no distrito de Faro. No período de 1865 a 1871 frequentou o Curso Preparatório para ingresso na Arma de Engenharia, na Universidade de Coimbra, onde foi colega e grande amigo dos futuros políticos Augusto Maria Fuschini e Adriano Augusto da Silva Monteiro. A preparação aí obtida incluiu o grau de bacharel em Matemática, concluído em 1871-06-20, e a frequência das seguintes cadeiras avulsas: na Faculdade de Filosofia, 1.^a Cadeira – Química Inorgânica (1865/66), 3.^a Cadeira – Física, 1.^a Parte (1867/68), 2.^a Cadeira – Química Orgânica e 5.^a Cadeira – Física, 2.^a Parte (1869/70), 4.^a Cadeira – Botânica e 7.^a Cadeira – Mineralogia e Geologia (1870/71); e na Faculdade de Direito, Cadeira de Economia Política (1870/71). O bacharelato deveria ser obtido como aluno ordinário e as restantes cadeiras, como aluno voluntário. Este período de formação foi frequentado com grande brilhantismo tendo sido aprovado com «Nemine Discrepante», obtido dois partidos (nos 1.^o e 2.^o anos) três prémios (nos 3.^o e 4.^o anos e na cadeira de Química Inorgânica)

e quatro distinções (nas cadeiras de Física, 1.^a e 2.^a Partes, Mineralogia e 1.^o ano de Desenho). A formação académica foi considerada equivalente ao 1.^o Curso da Escola Politécnica, preparatório para Oficiais do Estado-Maior e de Engenharia Militar, assim como para engenheiros civis. Assentou praça, em 1871-09-11, no Regimento de Infantaria n.^o 2 e foi graduado em Primeiro-sargento Aspirante-a-oficial, passando ao Batalhão de Caçadores n.^o 5, durante a frequência da Escola do Exército. No final do Curso de Engenharia Militar da Escola do Exército, que concluiu em 1874, o seu rendimento escolar foi, de novo, reconhecido com a atribuição de um prémio honorífico. Foi promovido ao posto de Alferes, em 1875-01-12, sendo colocado na Direção-Geral de Engenharia, onde ascendeu aos postos de Tenente, em 1877-02-07; de Capitão, em 1877-07-27; e de Major, em 1888-11-21. Em 1875-03-12, tendo assumido o comando da 4.^a Companhia do Batalhão de Engenharia, foi destacado para um serviço eventual junto da Comissão das Fortificações de Lisboa, quando o General Marques Sá da Bandeira exercia as funções de Comandante da 1.^a Divisão Militar (Lisboa). Em 1878 integrou uma comissão nomeada para assistir às experiências de tiro a realizar em Bredelor e Meppen, para a apresentação de um relatório circunstanciado sobre as mesmas, tendo sido louvado, no ano seguinte, na Direção-geral de Engenharia pelos serviços especiais prestados no âmbito da apreciação e compra de armas do fabricante Krupp e pela forma como representou a engenharia portuguesa. Foi também responsável pela artilhamento da Fortaleza de Santa Maria de Belém, com peças daquele fabricante. Em 1880 acompanhou o Adido Militar da legação de França na sua visita a Torres Vedras e Alhandra e foi nomeado, pelo Ministério do Reino, para estudar, no estrangeiro, a desinfeção, pelo calor, de mercadorias e bagagens nos lazaretos e roupas dos hospitais. Já em 1882 integrou a Comissão encarregada de estudar e propor os meios práticos de eliminar as causas atribuídas às emanações deletérias da margem direita do Tejo e do caneiro de Alcântara,

tendo sido louvado pelo zelo e inteligência com que desempenhou esse serviço. Oficial de grande prestígio na área da formação, foi nomeado, em 1879, vogal de júri para os exames especiais de habilitação do Curso de Artilharia da Escola do Exército; em 1894 e 1904, vogal suplente do júri para os exames a que deviam ser submetidos os capitães da arma de engenharia candidatos ao posto de major e, em 1895, vogal efetivo do mesmo júri. Pela sua atividade no sector da higiene sanitária foi nomeado, em 1883, para propor a readaptação no Lazareto de Alcântara, por beneficiação pelo calor, tendo feito parte duma comissão encarregada de estudar as beneficiações das malas das correspondências procedentes de portos inspecionados, sob os auspícios do Ministério do Reino, e de uma outra comissão para escolher o local e elaborar o projeto de um novo hospital. No ano seguinte, em ofício do Ministério do Reino, datado de 1884-04-15, recolhem-se notícias de uma proposta sobre a conveniência de manter o Capitão Jacinto Parreira na direção dos trabalhos do Hospital de S. José. Ainda em 1884, foi convidado pelo Presidente da Comissão Sanitária de Lisboa a receber os convenientes esclarecimentos acerca da construção de uma estufa de desinfeção a gás, de modelo belga. No posto de Major, em 1888, foi convocado para o Ministério da Fazenda para integrar uma comissão encarregada de vários trabalhos de peritagem, no campo da engenharia civil, e nomeado para constituir parte de outra comissão encarregada dos trabalhos de instalação da manutenção por conta do Estado de depósitos e parques de forragens. Nesse mesmo ano, foi nomeado secretário e tesoureiro do Conselho de Administração das Obras de Manutenção do Estado e administrador de todas as obras de defesa de Lisboa e de seu porto, integrando uma comissão especial para definição do Plano Geral de Defesa terrestre do sector Sul – Campo Entrincheirado de Lisboa. Em 1890-01-10 deixou o quadro de Engenharia, para efetuar uma comissão, sob a tutela do Ministério da Fazenda. Exonerado destas funções, passou à disponibilidade, vindo a ser colocado no

Estado-Maior de Engenharia, em 1893-02-18. Após a sua promoção ao posto de Tenente-Coronel, em 1893-06-30, neste órgão, desempenhou as funções de Chefe da 2.ª Repartição do Comando Geral de Engenharia. Em 1900-06-13 atingiu o posto de Coronel, e, em 1902, foi exonerado das funções de chefe da 2.ª Repartição da Direção-geral dos Serviços de Engenharia, que exercia desde 1899-09-14, sendo nomeado, em 1900-06-30, Diretor da Manutenção Militar, cargo que ocupou até 1905-02-11. Entre 1905 e 1906 foi, então, Comandante da 1.ª Divisão Militar. Após um período de inatividade temporária, por doença, e por ter atingido o limite de idade, foi colocado no quadro de reserva, em 1907-02-07, no posto de General de Brigada, passando à situação de reforma, em 1913-02-22. Em 1908 foi nomeado árbitro, por parte do Governo Português, na «Questão dos Sanatórios da Madeira», tendo sido opositor ao Conde de Tattenbach, alemão, homem de extrema habilidade e argúcia diplomática. O protocolo foi assinado no Ministério dos Negócios Estrangeiros. Como engenheiro militar, é conhecida a sua participação em cinco levantamentos topográficos dos quais resultam onze referências no Gabinete de Estudos de Arqueologia Militar de Direção de Infraestruturas do Exército. Assim, integrado em equipas de engenheiros, produziu os seguintes trabalhos topográficos: em 1879-06-27/28, a Planta da Praça de Cascais e Cidadela de Nossa Senhora da Luz; em 1895-05-09, a Planta do Forte do Junqueiro e Terras da Esplanada (Parede-Cascais) e, em 1897-12-27, a Planta do Forte de S. João da Cadaveira, que contém o projeto de demarcação das suas esplanadas. É também coautor de uma coleção de cinco documentos topográficos denominada Fortificações da Costa de Cascais (1895). Além destes, conserva-se em arquivo um trabalho topográfico de sua exclusiva responsabilidade, produzido em 1881-06-20 e denominado Luneta do Cabeço do Mouro (Serra de Monsanto-Lisboa) e Quartel do Alto do Duque. Na sua atividade como engenheiro civil, fundou o Consultório de Engenharia Civil e Arquitetura, situado na Rua dos Capelistas,

n.º 99 - 2.º, Lisboa, juntamente com outros engenheiros: João Cândido de Moraes, antigo par do reino pelo Partido Progressista, e Eugénio Severim de Azevedo, deputado regenerador. Fundado aquando da grande transformação de Lisboa por Rosa Araújo, foi este Consultório responsável pelas moradias existentes na Avenida da Liberdade e Avenidas Novas, bem como pelo antigo edifício do Ministério das Obras Públicas e, posteriormente da Direção-geral da Aeronáutica Civil, na Avenida da Liberdade. Ainda na âmbito desta atividade, em 1882, foi-lhe concedida pelo Rei D. Luís, a concessão para a captação de águas, seu tratamento para águas potáveis e abastecimento a Portimão e arredores, juntamente com o Engenheiro Ângelo Sarrea Prado e Joaquim de Almeida Negrão que, para o efeito, constituíram a Empresa de Abastecimento de Águas Sárrea Prado e Comandita, numa propriedade que adquiriram para as obras necessárias a este empreendimento (o Barranco das Águas na Mexilhoeira Grande – Escritura publicada no “Diário do Governo” de 1899-06-13). Em 1877 foi aceite como sócio da Sociedade de Geografia de Lisboa, com o estudo “Aparelhos de Desinfecção pelo Calor”, tendo-lhe sido atribuído o n.º 190. Em 1903 foi sócio fundador e 1.º Vice-presidente do Automóvel Club de Portugal. Foi coautor do livro sobre “Desinfecção pelo Calor”, em parceria com o então Tenente de Engenharia António Carlos Coelho de Vasconcelos Porto – disponível na Biblioteca Nacional de Portugal e na Biblioteca do Exército – e diretor literário da edição única de um jornal comemorativo da inauguração da exploração da linha de caminho-de-ferro que ligou Lisboa a Faro, ocorrida em 1889-07-01 – preservado na Biblioteca Nacional de Portugal. Com residência na Rua do Ferragial de Baixo, n.º 3, 3.º esquerdo, em Lisboa, passou grandes temporadas em hotéis, junto de locais onde podia acompanhar de perto os trabalhos que realizava ou de que era incumbido. Sempre acreditou nos tratamentos das águas termais e, em 1894-01-31, juntamente com o Dr. Carlos Tavares, médico, professor da Escola Médico-Cirúrgica de Lisboa e discípulo de Sousa Martins, adjudicou, à

Santa Casa da Misericórdia de Cascais o arrendamento dos Banhos da Poça, em S. João do Estoril, construindo o novo edifício dos Banhos da Poça. Nos últimos anos de vida devido a uma nefrite recorreu a este tipo de tratamento, quer em Portugal quer no estrangeiro. Foi agraciado com os graus de Grande Oficial (1908), Comendador (Decreto de 1901-01-01), Oficial (1895) e Cavaleiro da Ordem Militar de S. Bento de Aviz, Comendador da Ordem Militar de Nosso Senhor Jesus Cristo e Oficial da Ordem Militar de S. Tiago de Mérito Científico Literário e Artístico, Comendador Ordinário da Real Ordem de Isabel La Católica e Chevalier da Ordem de Leopoldo II, Rei da Bélgica. Foi, também, condecorado com a Medalha Militar de Prata, da Classe de Comportamento Exemplar e louvado pelo seu desempenho como vogal da comissão encarregada de elaborar um projeto de organização da Padaria Militar. Faleceu, de pneumonia, no Palace Hotel do Buçaco, em 1913-08-25, pelo que ficou sepultado no cemitério do Luso, sob lápide com seu nome

HISTÓRIA CUSTODIAL E ARQUIVÍSTICA: O fundo foi depositado pela Sra. D. Maria José Borges Parreira Mendes, na sequência de contrato estabelecido com a Câmara Municipal de Cascais, através do AHMCSC, ao abrigo do Programa de Recuperação de Arquivos e Documentos de Interesse Municipal (PRADIM)

FONTE IMEDIATA DE AQUISIÇÃO OU TRANSFERÊNCIA: Depósito aprovado em sessão da Câmara Municipal de Cascais, em 2009-02-09

SISTEMA DE ORGANIZAÇÃO: O fundo é constituído por 5 secções: Documentos e Objetos Pessoais (1865- 1915); Vida Académica (1867- 1874); Vida Profissional (1878-1913); Condecorações (1886-1908) e Património (1890-1912)

INSTRUMENTOS DE DESCRIÇÃO: Catálogo on-line

NOTAS: O fundo encontra-se acondicionado em 3 cx.

REGRAS OU CONVENÇÕES: DIREÇÃO GERAL DE ARQUIVOS; PROGRAMA DE NORMALIZAÇÃO DA DESCRIÇÃO EM ARQUIVO; GRUPO DE TRABALHO DE NORMALIZAÇÃO DA DESCRIÇÃO EM ARQUIVO - *Orientações para a descrição arquivística*. 2.º v. Lisboa: DGARQ, 2007. ISBN 978-972-8107-91-8

DATA DA DESCRIÇÃO: 2015-06-01

Departamento de História, no Centro de Estudos Históricos, na Comissão de Autoavaliação do Curso de História e na supervisão de estágios do Ramo Educacional em escolas secundárias da área de Lisboa. Foi, também, membro correspondente da Academia de Marinha e vogal do Conselho Consultivo do Instituto de Cultura e Estudos Sociais de Cascais. Filiou-se no Partido Social Democrata em 1974-06-05, com o n.º 11.03.08377. Com o processo de refiliação de 1996, tornou-se o militante n.º 5. Esteve ligado ao “Povo Livre” desde a sua fundação, tendo assumido diversas vezes a direção interina deste órgão oficial do partido (1983, 1984, 1986 e 1987). Foi, desde 1991, seu Diretor adjunto. Assessor de imprensa de Francisco Sá Carneiro no VI Governo Constitucional, foi Presidente da Comissão Executiva do Monumento a Francisco Sá Carneiro, erigido na Praça do mesmo nome, antiga Praça do Areeiro, em Lisboa. Na sua bibliografia constam vários títulos no âmbito da História Moderna de Portugal, entre as quais se destacam “Para a história das alfândegas em Portugal no início do Século XVI: Vila do Conde (Organização e Movimento)” e a sua participação através de “A estrutura social e o seu devir” na “Nova História de Portugal”, dirigida por Joel Serrão e A. H. de Oliveira Marques. Faleceu em Lisboa, no Hospital de Santa Marta, em 1999-04-11

HISTÓRIA CUSTODIAL E ARQUIVÍSTICA: O fundo integrava o Arquivo Ana Maria Ferreira, doado à Câmara Municipal de Cascais pela família da Sra. Prof. Doutora

FONTE IMEDIATA DE AQUISIÇÃO OU TRANSFERÊNCIA: Depósito aprovado em sessão da Câmara Municipal de Cascais, em 2006-04-26

ÂMBITO E CONTEÚDO: A documentação é composta por apontamentos e transcrições, nomeadamente de cartas de quitação registadas nas chancelarias de D. João II a D. Filipe II, que copiou na íntegra, em forma manuscrita e datiloscrita

SISTEMA DE ORGANIZAÇÃO: O fundo encontra-se em tratamento, não dispondo de quadro de classificação definitivo

INSTRUMENTOS DE DESCRIÇÃO: Guia on-line

NOTAS: O fundo encontra-se, por ora, acondicionado em 46 cx. Datas de Produção Inicial e Final aproximadas

REGRAS OU CONVENÇÕES: DIREÇÃO GERAL DE ARQUIVOS; PROGRAMA DE NORMALIZAÇÃO DA DESCRIÇÃO EM ARQUIVO; GRUPO DE TRABALHO DE NORMALIZAÇÃO DA DESCRIÇÃO EM ARQUIVO - *Orientações para a descrição arquivística*. 2.º v. Lisboa: DGARQ, 2007. ISBN 978-972-8107-91-8

DATA DA DESCRIÇÃO: 2013-06-01

MAESTRO MÁRIO CLAREL **REVISTO**



Peça de teatro da autoria de Mário Clarel, 1933

[PT/CMCSC-AHMCSC/APSS/MMC]

CÓDIGO DE REFERÊNCIA: PT/CMCSC-AHMCSC/APSS/MMC

TÍTULO: Maestro Mário Clarel

DATAS: 1920 | 1990

NÍVEL DE DESCRIÇÃO: Fundo

EXTENSÃO/DIMENSÃO: 0,33 m.l. – 2 lv. e 13 pt.

SUPORTE: Papel

NOME DO PRODUTOR: Mário Clarel

HISTÓRIA BIOGRÁFICA: Mário Bento Bernardes nasceu em Carcavelos em 1907-04-17, vindo a adotar o pseudónimo artístico de um herói do cinema: Mário Clarel. O seu avô, tripulante de pesca artesanal oriundo de Vagos (Aveiro), já era músico. O seu pai, que não quis abraçar a faina, empregou-se como contínuo e cobrador na Associação Humanitária e Recreativa Cascaense, onde Mário Bernardes começou a contactar com a música e o teatro, recebendo aulas de música desde os oito anos de idade. Deixaria esta associação para ingressar na Sociedade Musical de Cascais, vindo, entretanto, a prestar serviço militar na 3ª Companhia de Saúde (Soldado nº 19 da 1ª Seção), onde fundou a "Jazz Band", que atuava em várias festas do Juramento de Bandeira, nos anos de 1920. Na Sociedade Musical de Cascais integrou a Orquestra de Jazz "Melody Band", fundada em 1928. Em 1939, criou e dirigiu a "Musical Orchestra Jazz" e posteriormente a célebre "Orquestra Baía", composta por Américo Rebordão, Américo Simões, Artur Mota (Pera Assada), Celestino Santos, Cirilo Bernardes, Edmundo Ferreira, Fernando Bernardes, Fernando Santos, Fernando Simões, Francisco Faria (Piriquito), Jaime Loureiro, Joaquim Loureiro, Jorge da Costa Pinto, José Afonso, José Clarel, José Costa, Lídia Marques, Ludgero Lopes, Luís

Vilar, Manuel Felício, Mário Campos e Mário Clarel. Para além de autor de centenas de obras musicais, incluindo óperas e operetas, das quais se destacam "XPTO", "Disse não disse", "Recordar é viver", "Aninhas", "Mouraria", "Coração de Alfama" e "Senhora da Atalaia", criou, ainda, dezenas de obras teatrais, como "Desculpe ó Menina", "Os Inquilinos do Sr. Zacarias" e "Uma Bruxa no Tribunal", entre outras. Para além de membro efetivo da Sociedade Musical de Cascais, como músico da banda e professor de música, foi mestre em várias coletividades do concelho de Cascais: Sociedade de Janes e Malveira, Sociedade de Murches, Grupo de Instrução Popular da Amoreira, Grémio dos Melhoramentos de S. Pedro do Estoril, Sociedade do Murtal e ainda Chefe da Orquestra da Sociedade União Musical Paredense e subchefe da Banda dos Bombeiros Voluntários de Colares. A obra deste notável músico e teatrólogo cascalense seria reconhecida pela Sociedade de Propaganda de Cascais, que lhe atribuiu, em 1941-05-11, o título de Sócio de Mérito, a que seguiu, em 1941-12-20, um voto de reconhecimento, aprovado por unanimidade em Assembleia Geral do Clube Naval de Cascais. Mário Clarel viria a falecer em 1987, com oitenta anos de idade

HISTÓRIA CUSTODIAL E ARQUIVÍSTICA: O fundo foi depositado pelo Sr. Arquiteto José R. B. Clarel, na sequência de contrato estabelecido com a Câmara Municipal de Cascais, através do AHMCSC, ao abrigo do Programa de Recuperação de Arquivos e Documentos de Interesse Municipal (PRADIM)

FONTE IMEDIATA DE AQUISIÇÃO OU TRANSFERÊNCIA: Depósito aprovado em sessão da Câmara Municipal de Cascais, em 2013-12-18

ÂMBITO E CONTEÚDO: A documentação reflete a atividade do Maestro Mário Clarel no domínio da sua atividade.

SISTEMA DE ORGANIZAÇÃO: O fundo é constituído por Documentos pessoais (1875-1988); Correspondência recebida e expedida (1928-1955); Manuscritos (1928); Peças de teatro (1933-1941); Poemas musicados (1925-1986); Composições musicais (1935-1990); Boletins de declarações de autoria de músicas (1932); Recortes de imprensa (1934-1988) e Programas de espetáculos (1920-1955)

CONDIÇÕES DE ACESSO: Restrições: Cf. Decreto-Lei 16/93 de 23 de janeiro, Art.º 17.º, n.ºs 2 e 3. Diário da República, I Série A. 19 (1993-01-23) 264-270. Regime geral de arquivos e do património arquivístico

INSTRUMENTOS DE DESCRIÇÃO: Inventário on-line

NOTAS: O fundo encontra-se acondicionado em 3 cx.

DATA DA DESCRIÇÃO: 2015-06-01

PINTOR EDUARDO LEITE



Esboço aguarelado que serviu de modelo para a realização dos painéis de azulejo do salão nobre dos Paços do Concelho de Cascais, 1940

[PT/CMCSC-AHMCSC/APSS/PEL]

CÓDIGO DE REFERÊNCIA: PT/CMCSC-AHMCSC/APSS/PEL

TÍTULO: Pintor Eduardo Leite

DATAS: 1940

NÍVEL DE DESCRIÇÃO: Fundo

EXTENSÃO/DIMENSÃO: 0,05 m. l. - 1 CD

SUPORTE: Digital

NOME DO PRODUTOR: Eduardo Leite

HISTÓRIA BIOGRÁFICA: Eduardo Leite, aguarelista e ceramista, foi o autor dos painéis de azulejos da sala de sessões dos Paços do Concelho de Cascais, assim como dos colocados, em 1929, na Capela das Almas, no Porto, a cargo da Fábrica de Cerâmica Viúva Lamego, em Lisboa, onde colaborava, à semelhança de outros artistas da época, como Alves de Sá ou Pereira Cão

HISTÓRIA CUSTODIAL E ARQUIVÍSTICA: O fundo foi depositado digitalmente pelo Sr. Dr. Eduardo Leite da Silva, na sequência de contrato estabelecido com a Câmara Municipal de Cascais, através do AHMCSC, ao abrigo do Programa de Recuperação de Arquivos e Documentos de Interesse Municipal (PRADIM)

FONTE IMEDIATA DE AQUISIÇÃO OU TRANSFERÊNCIA: Depósito aprovado em sessão da Câmara Municipal de Cascais, em 2011-01-24

ÂMBITO E CONTEÚDO: Digitalizações de esboços aguarelados que serviram de modelo para a realização de painéis de azulejo no salão nobre dos Paços do Concelho de Cascais e de fotografias

SISTEMA DE ORGANIZAÇÃO: Numérico

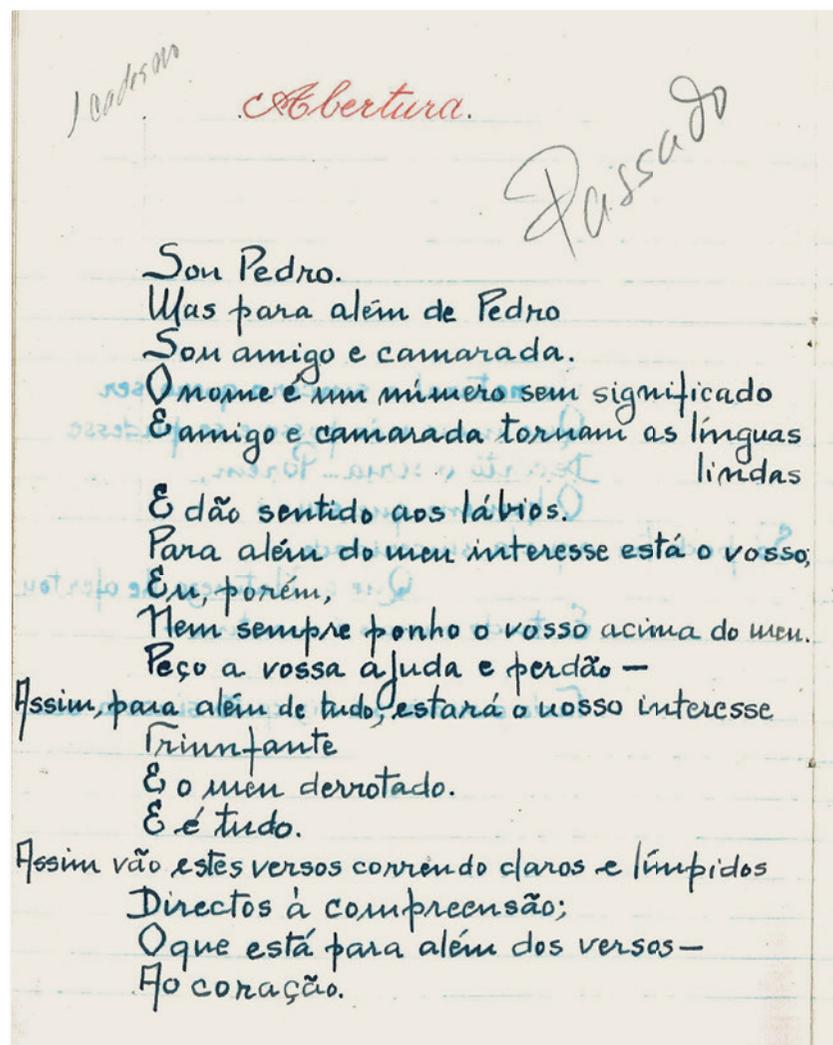
INSTRUMENTOS DE DESCRIÇÃO: Catálogo on-line

NOTAS: O fundo encontra-se acondicionado em 1 CD. Data de Produção Inicial aproximada

REGRAS OU CONVENÇÕES: DIREÇÃO GERAL DE ARQUIVOS; PROGRAMA DE NORMALIZAÇÃO DA DESCRIÇÃO EM ARQUIVO; GRUPO DE TRABALHO DE NORMALIZAÇÃO DA DESCRIÇÃO EM ARQUIVO - *Orientações para a descrição arquivística*. 2.º v. Lisboa: DGARQ, 2007. ISBN 978-972-8107-91-8

DATA DA DESCRIÇÃO: 2014-05-23

PEDRO DE MELO E ALVIM



Poema de Pedro Melo e Alvim, c. 1960 [PT/CMCSC-AHMCSC/APSS/PMA]

CÓDIGO DE REFERÊNCIA: PT/CMCSC-AHMCSC/APSS/PMA

TÍTULO: Pedro de Melo e Alvim

DATAS: 1924-05-15 | 1997-11-12

NÍVEL DE DESCRIÇÃO: Fundo

EXTENSÃO/DIMENSÃO: 2,42 m.l. – 22 cx.

SUPORTE: Papel

NOME DO PRODUTOR: Pedro Manuel Portela de Melo e Alvim

HISTÓRIA ADMINISTRATIVA: Pedro Manuel Portela de Melo e Alvim nasceu no Porto, em 1935-01-18. Destacou-se enquanto jornalista e poeta, ainda que também tenha exercido funções enquanto professor, tradutor e editor. Licenciado em Filosofia, entre as obras que publicou destacam-se, na poesia, "Sábado"; na ficção, "Caçador do nada"; e no romance, "Santíssima Trindade". Como jornalista afirmou-se sobretudo ao nível da crónica, ao serviço dos periódicos "Primeiro de Janeiro", "Capital" e "Diário de Lisboa". Morreu em Sintra, em 1997-11-11

HISTÓRIA CUSTODIAL E ARQUIVÍSTICA: O fundo foi depositado pelo Dr. Manuel Alexandre Portela de Melo e Alvim, na sequência de contrato estabelecido com a Câmara Municipal de Cascais, através do AHMCSC

FONTE IMEDIATA DE AQUISIÇÃO OU TRANSFERÊNCIA: Depósito aprovado em sessão da Câmara Municipal de Cascais, em 1998-02-11

ÂMBITO E CONTEÚDO: A documentação é composta por correspondência, textos assinados pelo próprio, por outros e não assinados, apontamentos, trabalhos e testes, documentos ligados à docência, cartazes e livros editados

SISTEMA DE ORGANIZAÇÃO: A documentação reflete a atividade do Sr. Pedro Melo e Alvim no domínio da sua atividade. O fundo é constituído por 3 secções: Vida pessoal; Vida profissional e académica e Textos e desenhos; e por 13 séries: Correspondência recebida e expedida (1924-1997); Documentos pessoais (1929-1997); Fotografias (1954-1990); Cartazes (1961-1989); Apontamentos (1978-1987); Trabalhos e testes (1970-1986); Planos de estudos (1995-1997); Textos assinados (1955-1995); Recortes de textos publicados (1968-1990); Textos não assinados (1955-1989); Textos de outros autores (1959-1990); Obra editada (1970-1976) e Desenhos (1981-1987)

CONDIÇÕES DE ACESSO: Restrições: Cf. Decreto-Lei 16/93 de 23 de janeiro, Art.º 17.º, n.ºs 2 e 3. *Diário da República*, I Série A. 19 (1993-01-23) 264-270. Regime geral de arquivos e do património arquivístico

INSTRUMENTOS DE DESCRIÇÃO: Guia on-line

NOTAS: O fundo encontra-se acondicionado em 22 cx.

REGRAS OU CONVENÇÕES: DIREÇÃO GERAL DE ARQUIVOS; PROGRAMA DE NORMALIZAÇÃO DA DESCRIÇÃO EM ARQUIVO; GRUPO DE TRABALHO DE NORMALIZAÇÃO DA DESCRIÇÃO EM ARQUIVO - *Orientações para a descrição arquivística*. 2.º v. Lisboa: DGARQ, 2007. ISBN 978-972-8107-91-8

DATA DA DESCRIÇÃO: 2015-06-01

SIGLAS E ABREVIATURAS

AHMCSC Arquivo Histórico Municipal de Cascais

c. cerca

CD Compact Disc

cx. caixa

d. desde

ds. dossiê

d.s. documento simples

env. envelope

p. página

gv. gaveta

lv. livro

m. l. metros lineares

pt. pasta

s. d. Sem indicação de data

s. l. Sem indicação de local

GLOSSÁRIO

Cf. NP 4041. 2005, Informação e Documentação – *Terminologia arquivística : conceitos básicos*. Lisboa : IPQ.

Acervo documental	A totalidade dos documentos sob custódia de um serviço de arquivo ou outra entidade
Acessibilidade	Disponibilidade dos documentos para consulta, em consequência da sua comunicabilidade e do necessário tratamento arquivístico (descrição arquivística, estado de conservação, etc.)
Acondicionamento	Colocação dos documentos em unidades de instalação adequadas à sua preservação e conservação física
Aquisição	Obtenção da propriedade e/ou da custódia de documentos ou arquivos por um serviço de arquivo, nomeadamente a título de compra, doação, depósito, depósito legal, doação, incorporação, ingresso, legado, permuta ou reintegração legal
Arquivagem	Acondicionamento e/ou instalação dos documentos de acordo com uma organização previamente estabelecida
Arquivista	Profissional diplomado em Arquivística
Arquivística	Disciplina que tem por objeto os arquivos, os princípios e métodos da sua constituição, conservação e comunicação
Arquivo	Conjunto orgânico de documentos, independentemente da sua data, forma e suporte material, produzidos ou recebidos por uma pessoa jurídica, singular ou coletiva, ou por um organismo público ou privado, no exercício da sua atividade e conservados a título de prova ou informação. É a mais ampla unidade arquivística. A cada proveniência corresponde um arquivo

Arquivo histórico ou definitivo	Arquivo constituído por documentos correspondentes a procedimentos administrativos ou judiciais já concluídos, depois de prescritas as respetivas condições de reabertura
Arquivo intermédio	Arquivo constituído por documentos correspondentes a procedimentos administrativos ou judiciais já concluídos, mas ainda suscetíveis de reabertura
Autenticidade	Qualidade de que se reveste um documento produzido de acordo com as disposições regulamentares quanto à iniciativa da sua criação e à elaboração, forma e validação, de modo a poder fazer fé pública e ter eficácia jurídica. A autenticidade de um documento não implica a veracidade do seu conteúdo
Avaliação	Determinação do valor arquivístico de documentos ou arquivos, com vista à fixação do seu destino final: conservação permanente ou eliminação
Catálogo	Instrumento de descrição arquivística que identifica e referencia até níveis inferiores ao da série e respetivas subdivisões (inclusivamente o do documento simples), unidades arquivísticas, provenientes de um ou mais arquivos, ou coleções factícias
Ciclo vital dos documentos	Sucessão de fases – corrente, intermédia e definitiva – por que passam os documentos de arquivo, desde a sua produção até estar ultimado o procedimento que lhes deu origem
Classificação	Operação que consiste na elaboração e/ou aplicação de um plano ou de um quadro de classificação a unidades arquivísticas, acervos documentais e coleções factícias
Coleção	Unidade arquivística constituída por um conjunto de documentos do mesmo arquivo, organizada para efeitos de referência (ex.: copiadores de correspondência expedida), para servir de modelo à produção de documentos com a mesma finalidade (ex.: coleções de formulários), ou de acordo com critérios de arquivagem (ex.: coleções de documentos de despesa). Opõe-se a processo

Coleção factícia	Conjunto de documentos de arquivo reunidos artificialmente em função de qualquer característica comum, nomeadamente o modo de aquisição, o assunto, o suporte, a tipologia documental ou outro qualquer critério dos colecionadores. Opõe-se a arquivo
Compra	Aquisição de documentos de arquivo a título oneroso
Comunicabilidade	Possibilidade de consulta de documentos de arquivo, de acordo com as disposições legais e/ou regulamentares. Podem ser definidos níveis de acesso para diferentes tipos de utilizadores
Comunicação	Função primordial do serviço de arquivo que visa facultar dados, informações, referências e documentos, difundir o conhecimento do seu acervo documental e promover a sua utilização
Conservação	Função primordial do serviço de arquivo que tem por objetivo assegurar a manutenção das características essenciais dos arquivos/documentos, de modo a garantir a sua eficácia através do tempo. Exerce-se mediante recurso à avaliação, recolha, custódia, preservação, conservação física, restauro e tratamento arquivístico
Conservação permanente	Custódia por tempo ilimitado dos documentos de arquivo
Consulta	Utilização dos documentos para efeitos de prova e/ou informação
Cópia	Documento resultante da reprodução, simultânea ou não, total ou parcial, de um original, obtida direta ou indiretamente e, em regra, definida pela sua função (cópia de arquivo, cópia de complemento, cópia de consulta, cópia de referência, cópia de segurança, cópia de substituição, etc.), pelo processo de obtenção (cópia manuscrita, fotocópia, microcópia, etc.) ou pela autenticidade (cópia autêntica por oposição a facsímile, por exemplo). A cópia de arquivo tem valor de original, mas o seu texto pode estar abreviado nomeadamente no que respeita ao formulário. Por exemplo: "D. João, etc." por "D. João, Rei de Portugal e dos Algarves, Senhor de Ceuta".

Cota	Código numérico, alfabético ou alfanumérico que identifica a localização das unidades de instalação. Também designada referência de localização
Custódia	Função primordial do serviço de arquivo que consiste na guarda física de documentos e/ou arquivos, com a conseqüente responsabilidade jurídica, sem necessariamente implicar a sua propriedade. A interrupção da custódia pode pôr em causa a autenticidade e integridade dos documentos e, logo, o seu valor probatório
Data	Elemento de identificação que especifica o local (data tópica) e o dia, mês e ano (data crónica) em que ocorreu ou deverá ocorrer um facto ou foi elaborado o documento que o regista. A data crónica refere-se sempre a um determinado calendário. A data de um documento de arquivo pode não coincidir com a do seu teor
Depósito	Aquisição/alienação de documentos de arquivo a título precário. A documentação depositada fica sob custódia de outra entidade, mas não muda de proprietário e poderá estar sujeita a um regime próprio de conservação e/ou comunicação, previamente acordado
Depósito de arquivo	Edifício, ou parte de um edifício, adequado à preservação dos documentos de arquivo
Descrição documental/ arquivística	Operação que consiste na representação das unidades arquivísticas, acervos documentais e coleções factícias, através da sua referência e de outros elementos, nomeadamente os atinentes à sua génese e estrutura, assim como, sempre que for o caso, à produção documental que as tenha utilizado como fonte. A descrição arquivística tem como objetivo o controlo e/ou a comunicação dos documentos
Difusão	Função do serviço de arquivo que visa promover o conhecimento do respetivo acervo documental
Doação	Aquisição/alienação da custódia de documentos de arquivo, a título gratuito, por vezes acompanhada de certas obrigações. A entidade beneficiária de documentos e/ou arquivos privados tem a faculdade de os recusar

Documento composto	Unidade arquivística constituída por conjunto(s) de documentos simples. Embora mais frequentemente aplicado às unidades que correspondem à totalidade ou a parte de um mesmo procedimento, trâmite ou processamento administrativo ou judicial – coleções, dossiês, ficheiros, processos, registos, abrange também os conjuntos mais amplos em que estas se articulam
Documento de arquivo	Documento produzido a fim de provar e/ou informar um procedimento administrativo ou judicial. É a mais pequena unidade arquivística, indivisível do ponto de vista funcional. Pode ser constituído por um ou mais documentos simples
Documento iconográfico	Documento cuja informação é veiculada através de imagens (a duas ou a três dimensões), como desenho, fotografia, gravura, maquete, etc.
Documento simples	Documento de arquivo, autónomo quanto ao processamento da sua produção (autor, código de comunicação, data, destinatário, etc.) mas não necessariamente quanto à informação veiculada ou ao suporte. O documento simples é suscetível de descrição individualizada, mas pode não corresponder à totalidade de um procedimento ou trâmite
Dossiê	Unidade arquivística constituída por um conjunto de documentos coligidos com o fim de informar uma decisão pontual
Espólio	Conjunto de documentos de diversa natureza (de arquivo, bibliográficos, museológicos, papéis pessoais) que pertenceram a uma pessoa singular ou coletiva
Fundo	O mesmo que arquivo. Mais utilizado no âmbito dos arquivos definitivos
Grupo de arquivos	Conjunto de arquivos provenientes de entidades do mesmo tipo, isto é, com projetos (atribuições) afins e organização idêntica. Por exemplo: arquivos de comissões parlamentares, de embaixadas, de governos civis, de misericórdias, de notários, de paróquias, de tribunais

Guia	Instrumento de descrição arquivística elaborado para efeitos de comunicação que abrange, numa perspetiva exaustiva ou seletiva, um ou mais acervos documentais. Poderá incluir informação de carácter geral, normalmente sumária, sobre a(s) entidade(s) de custódia e menção de outras fontes de informação sobre os conjuntos documentais a que se refere. Nos guias exaustivos a descrição situa-se, por via de regra, ao nível dos conjuntos documentais mais vastos: arquivos ou coleções factícias
Índice	Instrumento de descrição arquivística, elaborado para fins de comunicação. Visando, sobretudo, a recuperação da informação, é constituído por descritores sequencial ou sistematicamente ordenados e pelas referências e/ou cotas das unidades arquivísticas que contêm a informação indexada. Frequentemente, é um auxiliar de outro instrumento de descrição arquivística, podendo revestir a forma de livro ou de ficheiro
Instrumento de descrição documental/arquivística	Documento segundo elaborado para efeitos de controlo e/ou comunicação, que descreve as unidades arquivísticas, acervos documentais ou coleções factícias. Os principais instrumentos de descrição são: roteiros, guias, inventários, catálogos, registos e índices
Inventário	Instrumento de descrição arquivística que, para efeitos de controlo e comunicação, representa um arquivo: o contexto da sua produção, o(s) plano(s) de classificação (ou, na sua ausência, o quadro) que presidiu/presidiram à sua organização, os conjuntos documentais que o constituem, respetiva articulação e unidades de instalação que ocupam. No inventário, que deve ser complementado por índices, a descrição não desce a níveis inferiores ao da série e respetivas subdivisões
Ordem original	Organização conferida aos documentos de arquivo pela entidade produtora
Ordenação	Operação que consiste em estabelecer/aplicar um critério de disposição metódica (alfabética, cronológica, hierárquica, numérica, etc.), para efeitos de instalação, arquivagem e descrição arquivística. As ordenações sequenciais cronológicas e/ou numéricas deverão ser inversas no caso de coleções e processos em aberto e diretas em todos os outros casos

Organização	Conjunto de operações de classificação e ordenação de um acervo documental ou parte dele. É aplicável a qualquer unidade arquivística, mas a organização dos arquivos intermédios e definitivos tem de atender aos princípios da proveniência e do respeito pela ordem original
Original	Documento onde é consignada pela primeira vez, sob a forma definitiva, a vontade expressa do seu autor, conservado no suporte e formato em que foi emitido e com os devidos sinais de validação. Podem considerar-se também documentos originais os autógrafos, os heterógrafos, os hológrafos e os originais múltiplos
Património arquivístico	Parcela do património constituída pelo conjunto dos arquivos com interesse cultural relevante para a memória, identidade e conhecimento de um País. A conservação deste património está sujeita a disposições legais próprias
Peça	Documento simples ou composto que integra um processo ou, por extensão, uma coleção ou um dossiê
Plano de classificação	Sistema de classes pré-definidas, concebido para a organização de um arquivo corrente. Em princípio, a elaboração de um plano de classificação deve atender às áreas em que se desenvolve a atuação da entidade produtora desse arquivo, às normas e práticas do seu funcionamento e às tipologias documentais concebidas para materializar essa atuação. O plano fixa os descritores e remissivos de cada classe ou subclasse
Preservação física	Aplicação de medidas e procedimentos tendentes a prevenir a degradação física dos documentos e a garantir a sua segurança contra acidentes e intrusões
Processo	Unidade arquivística constituída pelo conjunto dos documentos referentes a qualquer ação administrativa ou judicial, sujeita a tramitação própria. Pode ser parte de um macroprocesso, no caso de procedimentos administrativos ou judiciais complexos, e/ou articular-se em subprocessos, correspondentes a fases com circuitos de decisão e/ou tipologias documentais próprias

Quadro de classificação	Esquema de organização de um acervo documental ou de um arquivo intermédio ou definitivo, observando os princípios da proveniência e do respeito pela ordem original, para efeitos de descrição arquivística e/ou instalação
Registo	Documento de arquivo elaborado para efeitos de prova de atos, factos ou acontecimentos. Por exemplo: registo civil, registo de correspondência, registo do notariado, registo paroquial, etc.
Regulamento de arquivo	Documento de arquivo que regista o conjunto de regras que definem a organização e funcionamento de um serviço de arquivo, nomeadamente no que concerne à implantação das suas subunidades e às funções de conservação e comunicação
Secção	Ver Subfundo
Seleção	Operação decorrente da avaliação e que consiste em separar os documentos de arquivo de conservação permanente daqueles que poderão ser objeto de eliminação
Série	Unidade arquivística constituída por um conjunto de documentos simples ou compostos a que, originariamente, foi dada uma ordenação sequencial, de acordo com um sistema de recuperação da informação. Em princípio, os documentos de cada série correspondem ao exercício de uma mesma função ou atividade, dentro de uma mesma área de atuação. Pode contemplar vários níveis de subdivisão
Serviço de arquivo histórico ou definitivo	Instituição ou serviço responsável pela custódia, conservação e comunicação dos documentos de arquivo de consulta rara pela administração produtora. Deve constituir o destino final de todos os documentos considerados com valor arquivístico
Subfundo	Unidade arquivística constituída pela primeira subdivisão de um arquivo, determinada pela sua ordem original ou, na sua ausência, por critérios orgânico-funcionais

Subsérie	Primeira subdivisão de uma série, determinada pela sua ordem original ou por exigências de preservação
Tipologia documental	Categoria em que se insere um documento de arquivo de acordo com a sua forma e as funções a que se destina. Aplica-se a documentos simples e compostos, tal como a documentos primeiros, segundos ou terceiros. Por exemplo: ata, índice onomástico, processo de aquisição de serviços por ajuste direto, recenseamento populacional. Algumas tipologias são específicas de determinados autores e/ou épocas
Tradição documental	Sucessão de estádios de transmissão de um documento que correspondem às diversas fases da sua produção (rascunho, minuta, original, cópia) determinando a sua forma, originalidade e autenticidade
Tratamento arquivístico	Conjunto dos procedimentos técnicos que têm por objetivo a identificação, organização e descrição arquivística dos documentos de arquivo e dos dados e informações por estes veiculados
Unidade arquivística	Documento de arquivo (primeiro, segundo ou terceiro, simples ou composto) e/ou cada um dos conjuntos em que se articula, consoante a organização que originalmente lhe(s) foi atribuída pela entidade produtora: processo, coleção, dossier, série, arquivo e respetivas subdivisões
Unidade de instalação	Unidade básica de acondicionamento e cotação das unidades arquivísticas. São unidades de instalação caixas, dossiers, livros, maços, pastas, rolos, etc.
Valor administrativo	Valor decorrente da função testemunhal (probatória e/ou informativa) dos documentos de arquivo relativamente à gestão de um determinado procedimento, trâmite ou processamento administrativo ou judicial. A duração do valor administrativo justifica a conservação desses documentos, por períodos mais ou menos longos, junto da administração produtora

Valor arquivístico	Valor atribuído a um documento de arquivo ou outra unidade arquivística, para efeitos de conservação permanente num serviço de arquivo. Resulta do seu valor probatório e/ou da relevância do seu valor informativo
Valor histórico	Ver Valor arquivístico
Valor informativo	Valor decorrente da informação veiculada por um documento de arquivo ou outra unidade arquivística para a administração produtora, assim como para outros utilizadores. São especialmente relevantes os que, independentemente do fim para que foram elaborados, testemunham a constituição e funcionamento dessa administração e/ou fornecem dados ou informações sobre pessoas, organizações, locais ou assuntos. Também chamado valor secundário
Valor legal	Valor decorrente da relevância de um documento de arquivo, para comprovar, perante a lei, um facto ou constituir um direito. Este valor resulta da sua autenticidade, integridade e validade, assim como da não interrupção da sua custódia

REGULAMENTO

O Regulamento do Arquivo da Câmara Municipal de Cascais foi aprovado pela Câmara Municipal,
a 10 de fevereiro de 2014

Apresentam-se, em seguida, as principais disposições do Regulamento
do Arquivo Municipal relativas ao Arquivo Histórico Municipal de Cascais

PREÂMBULO

A Câmara Municipal de Cascais detém e administra um importante Arquivo, composto pelos documentos produzidos e recebidos no exercício da sua atividade e preservados a título de prova ou informação, que se afigura fundamental para a gestão corrente, assim como para a preservação da memória e identidade do concelho.

De forma a assegurar o controlo e comunicação deste Arquivo, desde a produção ou receção da documentação até à eventual eliminação ou definição da sua conservação a título permanente, o Arquivo Municipal de Cascais organiza-se em quatro serviços fundamentais: o Arquivo Geral Corrente, que administra o Plano de Classificação Documental e assegura a organização da informação no Sistema de Gestão Documental da Câmara Municipal de Cascais (GDCC), garantindo, ainda, o arquivamento físico e digital de processos concluídos, mas de consulta frequente; o Arquivo Intermédio, que também gere processos concluídos, mas de consulta esporádica pelos serviços, assegurando a avaliação e seleção de toda a documentação transferida para as suas instalações, com vista à fixação do destino final da mesma: a eliminação ou a preservação; o Arquivo Histórico, responsável pelo tratamento e comunicação da documentação de conservação permanente, enfatizando o seu valor informacional; e o Arquivo Técnico de Urbanismo, que, em função da sua especialização, bem como do nível de utilização e extensão da documentação que administra, coordena a gestão dos processos concluídos de operações urbanísticas, descrevendo-os e digitalizando-os, de forma a agilizar a consulta dos mesmos.

Considerando que uma gestão verdadeiramente eficiente da documentação produzida e recebida pela Câmara Municipal de Cascais, assim como pelos restantes órgãos e empresas municipais, depende de regras pré-estabelecidas, juridicamente eficazes, que assegurem a sua recolha, tratamento, preservação, controlo e comunicação, o Regulamento que ora

se apresenta define as funções do Arquivo Municipal de Cascais e formaliza a sua relação com os restantes serviços, órgãos e empresas municipais, assim como com o público em geral.

CAPÍTULO I DISPOSICÕES GERAIS

ARTIGO 1.º ÂMBITO DE APLICAÇÃO E OBJETO

1 - O Arquivo Municipal gere um conjunto orgânico de documentos, independentemente da sua data, forma ou suporte material, produzidos ou recebidos pelos serviços da Câmara Municipal, bem como pelos restantes órgãos e empresas municipais, no decurso das suas funções ou atividades públicas, preservados para servirem como elementos de gestão e prova, podendo a posteriori ser utilizados como elementos de estudo, de caráter científico.

ARTIGO 2.º ENQUADRAMENTO ORGÂNICO

1 - A gestão do Arquivo Municipal é da responsabilidade da unidade orgânica à qual o Regulamento Orgânico dos Serviços Municipais atribui competências neste âmbito.

ARTIGO 3.º COMPOSIÇÃO, FUNÇÕES E COMPETÊNCIAS

1 - O sistema municipal de gestão de arquivos é composto pelo Arquivo Corrente Central, pelo Arquivo Intermédio, pelo Arquivo Histórico e pelos Arquivos das unidades orgânicas com competência nesta matéria.

2 - São funções dos serviços de arquivo assegurar a gestão da documentação à sua guarda, desde o momento da produção ou receção, e colaborar com os serviços de arquivo competentes na incorporação, avaliação, seleção, eliminação, comunicação e difusão da mesma, assegurando a sua preservação e tratamento documental.

ARTIGO 7.º COMPETÊNCIAS DO ARQUIVO HISTÓRICO

1 - O Arquivo Histórico tem por missão reunir, organizar, descrever, facilitar a consulta, difundir e preservar toda a documentação com interesse para a história do concelho, por incorporação, compra, depósito ou doação, independentemente da sua natureza ou suporte material. No que diz respeito à documentação municipal de arquivo, compete ao Arquivo Histórico a coordenação de todos materiais correspondentes a processos concluídos, depois de prescritas as respetivas condições de reabertura e selecionados em função do seu valor arquivístico. Cumpre-lhe, assim:

2 - No que diz respeito à documentação municipal de arquivo, compete ao Arquivo Histórico a coordenação de todos materiais correspondentes a processos concluídos, depois de prescritas as respetivas condições de reabertura, já não consultados pelos serviços e selecionados em função do seu valor arquivístico, nomeadamente:

- A) Preservar, tratar arquivisticamente e comunicar a documentação à sua guarda;
- B) Zelar pelo cumprimento das normas de circulação da documentação;
- C) Coordenar as transferências de documentos provenientes do Arquivo Intermédio, de acordo com as possibilidades de calendário de ambos os serviços e disponibilidade de espaço;
- D) Produzir e difundir instrumentos de descrição documental,

preferencialmente em suporte digital, através de plataformas ou documentos on-line, como o Arquivo Histórico Digital de Cascais, o Portal Português de Arquivos ou o Guia Digital do Arquivo Histórico Municipal de Cascais;

E) Promover a recolha de documentação original considerada de interesse para a história municipal, nacional ou internacional, por compra, depósito, doação, incorporação, legado ou reintegração, de acordo com a legislação em vigor;

F) Coordenar o Programa de Recuperação de Arquivos e Documentos de Interesse Municipal (PRADIM), destinado a identificar, organizar, descrever, facilitar a consulta, difundir e preservar todo o tipo de documentação com interesse para a história do concelho, física ou digitalmente, que esteja ou não em situação de risco (Anexo VIII);

G) Proceder à recolha de reproduções de fundos ou coleções de interesse municipal conservados em arquivos e bibliotecas nacionais ou estrangeiros, de cariz público ou privado;

H) Propor e promover a divulgação e publicação de documentos inéditos ou trabalhos de investigação, designadamente no que se refere à história do município ou de figuras e temáticas que se relacionem com a documentação à sua guarda;

I) Propor e promover a realização de exposições, mostras, conferências, encontros, cursos, prémios e visitas, em que a documentação preservada ou a história local sirvam de mote;

J) Coordenar a edição do Arquivo de Cascais: *Boletim Cultural do Município*;

K) Participar no grupo de trabalho para avaliação de documentação municipal, previsto no n.º 5 do artigo 10.º do Regulamento;

L) Participar em grupos de trabalho com o objetivo de otimizar a gestão e o acesso à informação e prestar apoio técnico, quando solicitado;

M) Colaborar em ações de formação que visem a adoção de métodos e técnicas destinados a melhorar a gestão de informação;

N) Emitir parecer sobre todas as questões relacionadas com a política de gestão documental do município.

O) Contribuir para a elaboração do boletim cultural do município;

P) Participar ou promover a realização de atividades culturais, nomeadamente exposições e conferências, em que o material do Arquivo Histórico ou a história local sejam mote ou parte essencial;

Q) Participar na elaboração e acompanhamento de projetos que visem a construção do edifício para a reinstalação do Arquivo Histórico Municipal;

R) Desenvolver a permuta cultural com outras instituições similares.

CAPITULO IV

COMUNICAÇÃO E DIFUSÃO

ARTIGO 17.º ACESSIBILIDADE, COMUNICABILIDADE E REPRODUÇÕES

1 - Compete aos serviços do Arquivo Municipal promover a comunicação da documentação à sua guarda, nomeadamente através de consulta presencial em espaços próprios e conforme horário estabelecido pela Câmara Municipal e regras previstas neste Regulamento.

2 - A disponibilidade dos documentos para consulta depende da sua comunicabilidade, segundo a legislação e regulamentos em vigor, tratamento arquivístico e estado de conservação.

3 - Para além da consulta, os serviços do Arquivo Municipal podem auxiliar e orientar os utilizadores nas suas pesquisas.

Neste contexto, o Arquivo Histórico deverá também assumir-se enquanto Centro de História Local, disponibilizando, sempre que possível, informação suplementar sobre a documentação conservada, nomeadamente em suporte eletrónico através de plataformas ou documentos on-line, como o Arquivo Histórico Digital de Cascais, o Portal Português de Arquivos ou o Guia Digital do Arquivo Histórico Municipal de Cascais.

4 - Toda e qualquer consulta interna a realizar-se fora dos serviços de arquivo será efetuada após o preenchimento da requisição de documentos.

5 - O acesso a documentos administrativos fundamenta-se no direito de informação aos particulares e exerce-se através da consulta gratuita, reprodução por fotocópia ou por qualquer outro meio técnico e passagem de certidão pelos serviços da Administração, conforme resulta da Lei n.º 65/93, de 26 de agosto; Leis n.º 8/95, de 29 de março; 94/99 de 16 de julho; 19/2006, de 12 de junho e 46/2007, de 24 de agosto.

6 - Para o acesso aos documentos administrativos em arquivo por utilizadores externos à Câmara Municipal é obrigatório o envio de pedido em que constem os elementos necessários à identificação do que pretendem consultar.

7 - A administração deverá responder ao pedido formulado, nos termos e dentro dos prazos previstos na Lei mencionada, atendendo também aos critérios de confidencialidade da informação.

8 - A reprodução de documentos e a emissão de certidões estão sujeitas ao pagamento das respetivas taxas, de acordo com a Tabela de Taxas e Licenças da Câmara Municipal para o ano em vigor.

9 - A reprodução de documentos e a emissão de certidões estão sujeitas ao pagamento das respetivas taxas, de acordo com a Tabela de Taxas e Licenças da Câmara Municipal de Cascais para o ano em vigor.

10 - Por questões de preservação dos documentos, a consulta de documentação preservada pelo Arquivo Histórico só será facultada a maiores de dezoito anos, sem necessidade de marcação prévia.

11 - O pedido de reprodução de documentos do Arquivo Histórico será considerado caso a caso, atendendo ao estado de conservação dos mesmos.

12 - As reproduções estão sujeitas a apresentação prévia de orçamento ao requisitante e aceitação por parte do mesmo.

13 - As reproduções para fins de publicação só podem ser efetuadas mediante a assinatura de Termo de Aceitação das condições de reprodução (Anexo VI).

ARTIGO 18.º OBRIGAÇÕES DO UTILIZADOR

1 - Cada utilizador pode apenas consultar uma unidade de instalação de cada vez, salvo situações excecionais previamente autorizadas.

2 - Não é permitida a saída de documentos da sala de consulta.

3 - Não é permitido escrever sobre os documentos ou praticar qualquer ato passível de os danificar.

4 - Não são permitidos nas salas de consulta malas, sacos, pastas ou outros volumes, assim como qualquer instrumento passível de ser utilizado para reprodução de documentos.

5 - Não é permitido praticar qualquer ato que perturbe o normal funcionamento da sala de consulta, como, por exemplo, comer, fumar, falar em voz alta ou utilizar o telemóvel.

6 - A consulta e reprodução de documentos em mau estado de conservação está sujeita a autorização prévia do responsável pelo serviço do Arquivo Municipal.

7 - Todo o utilizador que efetue trabalhos que tenham por base documentação do Arquivo Municipal deve fornecer uma cópia física ou digital do respetivo estudo destinada à Biblioteca do Arquivo Histórico. No caso de o mesmo ser editado terá de fazer entrega de dois exemplares, para enriquecimento das coleções do Arquivo Histórico e das Bibliotecas Municipais.

8 - A consulta de documentação preservada pelo Arquivo Histórico será antecedida pelo preenchimento obrigatório de uma ficha de utilizador, para efeitos estatísticos (Anexo VII).

9 - Todo o utilizador que efetue trabalhos que tenham por base documentação dos serviços municipais de arquivo deve fornecer duas cópias dos respetivos estudos: uma destinada ao Arquivo Histórico e outra para a Rede de Bibliotecas Municipais. Em caso do estudo ser editado, o utilizador deverá fazer entrega de seis exemplares, um dos quais destinado ao Arquivo Histórico e os restantes à Rede de Bibliotecas Municipais.

ARTIGO 19.º REQUISIÇÃO PELOS SERVIÇOS

1 - As espécies conservadas nos serviços de arquivo apenas poderão sair das suas instalações para consulta dos serviços camarários mediante as seguintes condições:

A) Requisição devidamente assinada pelo responsável do

serviço requisitante e autorizada pelo responsável do arquivo, se as espécies se destinarem a utilização em espaço físico dos serviços municipais;

B) Autorização escrita do Presidente da Câmara, se as espécies se destinarem a utilização em espaço físico que não seja considerado dos serviços municipais. No caso da documentação do Arquivo Histórico a saída fica sujeita ao parecer prévio do seu responsável.

2 - A solicitação de documentação pelos serviços ao Arquivo Corrente Central e Intermédio é efetuada através do preenchimento da requisição de documentos, devidamente assinada pelo responsável do serviço requisitante ou por alguém por ele autorizado.

3 - Atendendo à preservação, o empréstimo de documentos à guarda do Arquivo Histórico, sempre que as condições técnicas o permitam, deverá verificar-se por meio de reprodução dos mesmos.

4 - A documentação só poderá permanecer no serviço requisitante até ao máximo de trinta dias, renováveis por períodos sucessivos, mediante o preenchimento de nova requisição e anulação da requisição anterior, excetuando os processos de obras, cujo limite máximo é de três meses, igualmente renováveis.

5 - Sempre que a documentação for devolvida, deverá ser conferida a sua integridade e ordem interna, estando para isso presente, sempre que se considere necessário, o seu portador.

6 - Se for detetada a falta de peças num processo ou se este vier desorganizado, deverão os serviços de arquivo devolvê-lo à procedência, com uma nota a solicitar a sua regularização.

ARTIGO 20.º EMPRÉSTIMOS PARA EXPOSIÇÕES

1 - O empréstimo de documentos para exposições constitui uma forma de contribuir para a comunicação e difusão dos fundos e coleções preservados. Para a cabal concretização deste objetivo fixam-se os seguintes procedimentos:

A) Pedido de empréstimo: A entidade externa ou o serviço municipal organizador da exposição deverá solicitar, com a antecedência mínima de um mês antes da data prevista para a saída, a cedência dos documentos que pretende expor, dirigindo-se para tal ao Presidente da Câmara Municipal;

B) Concessão de autorização: Os documentos só podem sair do Arquivo Municipal para este efeito, por despacho do Presidente da Câmara Municipal, depois de obtida informação favorável do responsável pela unidade orgânica que gere o Arquivo Municipal;

C) Informação do responsável pela unidade orgânica que gere o Arquivo Municipal: A este responsável cumpre verificar o estado de conservação da documentação, cujo empréstimo, se necessário, poderá efetuar-se por meio de reproduções, a custear pela entidade organizadora da exposição;

D) Seguro: Os documentos que saírem das instalações do Arquivo Municipal deverão estar cobertos por uma apólice de seguro. A Câmara Municipal fixará o valor de cada peça a emprestar, a incluir no despacho de autorização. A entidade organizadora da exposição só poderá levantar as espécies a ceder pelo Arquivo Municipal mediante entrega da apólice de seguro ou de documento comprovativo da sua emissão;

E) Autos de entrega: Os documentos serão levantados do Arquivo Municipal por pessoal devidamente credenciado, mediante assinatura de um Auto de Entrega (Anexo III) no qual se identificará o estado de conservação dos documentos emprestados;

F) Duração das exposições: O empréstimo de documentos para exposição superior a três meses será analisado caso a

caso, não contando para o efeito o período de montagem e o prazo de devolução;

G) Embalagem e transporte: Os encargos com a embalagem e transporte ficarão a cargo do organizador da exposição, sendo aconselhável a sua promoção por intermédio de empresa especializada;

H) Reprodução e segurança: Todo o documento cujo empréstimo tenha sido autorizado deverá, antes da entrega, ser fotografado ou reproduzido em suporte digital pelo serviço de arquivo responsável;

I) Restauro: Por razões de conservação, se for necessário realizar algum tipo de restauro nos documentos a ceder, as despesas ficarão a cargo da entidade organizadora da exposição;

J) Medidas de conservação: A entidade organizadora da exposição deverá garantir a segurança e a conservação dos documentos expostos através de uma vigilância permanente e adequados sistemas de segurança: deteção e extinção de incêndios, controlo ambiental de humidade (humidade relativa entre 50 a 60%), temperatura (entre 16 a 20º C), luminosidade (iluminação artificial indirecta próxima dos 50 lux), correta instalação em vitrinas fechadas, com possibilidade de renovação do ar e não utilizando na montagem das mesmas qualquer elemento perfurador ou aderente que possa danificar os documentos;

K) Catálogo da exposição: O catálogo da exposição deverá identificar a subentidade detentora dos documentos. A entidade organizadora enviará à Câmara Municipal dois exemplares: um destinado ao Arquivo Histórico e outro para as Bibliotecas Municipais. No caso de ser digital, garantir-se-á a sua disponibilização on-line através do Arquivo Histórico Digital de Cascais e da Biblioteca Digital de Cascais;

L) Devolução: Concluída a exposição, os documentos serão devolvidos ao serviço de arquivo responsável, dentro do prazo fixado pelo despacho de cedência. Na receção dos documentos, antes da assinatura do auto de devolução, o serviço de arquivo

procederá a uma revisão do seu estado de conservação. Se se verificar alguma anomalia será dado conhecimento do facto ao Presidente da Câmara Municipal;

M) A Assinatura das condições de empréstimo: O serviço de arquivo responsável exigirá à entidade organizadora da exposição a assinatura de um termo de responsabilidade, no qual se confirme o conhecimento das normas de empréstimo.

ARTIGO 21.º SANÇÕES

1 - Sem prejuízo do estabelecido nas disposições legais aplicáveis, as infrações ao disposto neste Regulamento cominarão na aplicação de medidas sancionatórias, graduadas segundo a gravidade daquelas, que passarão pela advertência verbal, convite à saída das instalações, suspensão do acesso ao serviço de arquivo e, se for caso disso, a sua interdição.

2 - É aplicável a sanção de advertência verbal quando o utilizador viole o disposto nos n.ºs 1, 2, 3, 4, 5 e 8 do artigo 18.º.

3 - É aplicável a sanção de convite à saída das instalações quando o utilizador não se conforme com a aplicação da medida anterior.

4 - Ocorrerá a suspensão do acesso aos serviços de arquivo quando o utilizador reincidir quanto às matérias previstas no número anterior.

5 - A interdição do acesso aos serviços de arquivo será declarada quando seja de todo impossível a presença do utilizador infrator nas suas instalações.

6 - A Câmara Municipal reserva-se ao direito de acionar todos os meios legais adequados aquando da violação dos n.ºs 2, 3, 4 e 5.

7 - É competente para a aplicação da sanção de advertência qualquer funcionário afeto ao serviço de arquivo em questão.

8 - É competente para aplicação da sanção prevista no n.º 3 do presente artigo o responsável pelo serviço de arquivo em questão.

9 - Para a aplicação da sanção de suspensão e interdição do acesso aos serviços de arquivo é competente o Presidente da Câmara ou o Vereador com competência delegada, sob proposta devidamente fundamentada pelo responsável pela unidade orgânica que gere o Arquivo Municipal.

10 - Em quaisquer das situações descritas, o particular terá sempre direito de recurso para a Câmara Municipal, que revogará ou confirmará a sanção aplicada.

11 - O incumprimento do presente Regulamento é passível de procedimento disciplinar aos funcionários e agentes do Município.

CAPITULO V

DISPOSIÇÕES FINAIS

ARTIGO 23.º CASOS OMISSOS

1 - As dúvidas suscitadas na interpretação do presente Regulamento, bem como os casos omissos serão resolvidos de acordo com o despacho do titular do Pelouro competente, precedido de parecer do responsável do serviço de arquivo em questão.

2 - Aplicar-se-á, ainda, subsidiariamente toda a legislação em vigor que enquadre a matéria em apreço.

ARTIGO 24.º APLICAÇÃO NO TEMPO

O presente Regulamento aplica-se aos procedimentos iniciados após a sua entrada em vigor.

ARTIGO 25.º REVISÃO

O presente Regulamento será revisto periodicamente e sempre que necessário.

FICHA TÉCNICA

PROPRIEDADE

Câmara Municipal de Cascais

EDIÇÃO | DIREÇÃO

Departamento de Inovação e Comunicação
Divisão de Arquivos, Bibliotecas e Património Histórico
Divisão de Marca e Comunicação

COORDENAÇÃO

João Miguel Henriques

COLABORAÇÃO

Mafalda Martinho
Edite Sota
Cristina Bruno
Paula Almeida
Maria Conceição Santos
Margarida Sequeira
Cristina Neves
Gabriela Salgado
Sandra Santos
Sílvia Dias
Fernanda Borges

IMAGENS

Arquivo Histórico Municipal de Cascais

DESIGN

Carlos Santos

ISBN

978-972-637-274-5



guia digital
ARQUIVO HISTÓRICO
MUNICIPAL DE CASCAIS
5ª EDIÇÃO junho 2016

